



## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO E LICENCIATURA - PRESENCIAL - CAMPUS DE MOSSORÓ

A Pró - Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução UERN/CONSEPE Nº 026/2017 – CONSEPE, **HOMOLOGA** as atualizações realizadas no Projeto Pedagógico do Curso de **Graduação em Enfermagem, Grau Acadêmico Bacharelado e Licenciatura, Modalidade Presencial**, vinculado à Faculdade de Enfermagem - Campus de Mossoró, aprovado pela Resolução Nº 23/2014 – Consepe, de 14 de maio de 2014, nos moldes do Anexo - Projeto Pedagógico ajustado (ID 23215793), Processo SEI Nº 04410086.000874/2023-42, para efeito de implementação institucional e renovação de reconhecimento.

Mossoró/RN, 30 de novembro de 2023.

Prof<sup>a</sup>. Rosa Maria Rodrigues Lopes  
Pró-Reitora Adjunta de Ensino de Graduação  
Portaria 3536/2022 - GP/FUERN



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria Rodrigues Lopes, Pró-Reitor(a) Adjunto(a) da Unidade**, em 30/11/2023, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23512489** e o código CRC **054F1309**.

**Projeto Pedagógico do Curso de  
Graduação em Enfermagem**

**Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura- SEEC  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN  
Faculdade de Enfermagem – FAEN  
Departamento de Enfermagem - DEN**



**RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE  
CURSO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC**

**MOSSORÓ**

**2023**

**Governo do Estado do Rio Grande do Norte**  
**Secretaria de Estado da Educação e da Cultura- SEEC**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN**  
**Faculdade de Enfermagem – FAEN**  
**Departamento de Enfermagem - DEN**

**Reitora**

Profa. Dra. Cicilia Raquel Maia Leite

**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Profa. Ma. Fernanda Abreu de Oliveira

**Diretor da Faculdade de Enfermagem**

Prof. Dr. Francisco Rafael Ribeiro Soares

**Vice-diretora da Faculdade de Enfermagem**

Profa. Dra. Amélia Carolina Lopes Fernandes

**Chefe do Departamento de Enfermagem**

Profa. Dra. Kalidia Felipe de Lima Costa

**Núcleo Docente Estruturante**

Profa. Dra. Kalidia Felipe de Lima Costa - Chefe de Departamento e Orientadora acadêmica

Prof. Me. Johny Carlos de Queiroz - Coordenador de estágio

Prof. Dr. Deivson Wendell da Costa Lima – Coordenador

Profa. Ma. Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima- Vice-coordenadora

Prof. Dr. Lucidio Clebeson de Oliveira - Membro

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Processos de trabalho da enfermagem, seu objeto, finalidade, meios e instrumentos e o trabalho em si.....	46
QUADRO 02 - Distribuição da carga horária total do Curso de Enfermagem da FAEN.....	61
QUADRO 03 - Distribuição de componentes curriculares obrigatórios com carga horária e créditos.....	61
QUADRO 04 - Distribuição de componentes curriculares optativos com carga horária e créditos.....	62
QUADRO 05 – Relação das Atividades Complementares mediante comprovação.....	64
QUADRO 06 - Carga horária da Prática como Componente Curricular nos componentes da matriz curricular da FAEN.....	73
QUADRO 07 - Equivalência dos componentes curriculares do curso de Enfermagem da FAEN.....	89
QUADRO 08 - Docentes lotados na FAEN com respectiva titulação e regime de trabalho.....	141
QUADRO 09 - Técnicos Administrativos lotados no curso de Enfermagem.....	143
QUADRO 10 - Docentes em capacitação com liberação total para cursar mestrado ou doutorado .....	154
QUADRO 11 - Projetos de pesquisa aprovados no edital PIBIC da UERN.....	159
QUADRO 12 - Programas e Projetos de Extensão aprovados no Edital N° 12/2022-PROEX/UERN para os semestres letivos 2023.1 e 2023.2	170
QUADRO 13 - Membros do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró.....	183
QUADRO 14 Membros do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde da FAEN.....	185
QUADRO 15 Membros do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção à Saúde – PET/Saúde Rede de Atenção Psicossocial da FAEN.....	187

## LISTA DE SIGLAS

- ABEn** - Associação Brasileira de Enfermagem
- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACEU**- Associação Cultural e Esportiva Universitária
- APROERN** - Associação dos Profissionais de Enfermagem do Rio Grande do Norte
- ATC** - Atividades Complementares
- CAC** – Comissão de Assuntos Curriculares
- CAC/UERN** – Comissão de Acúmulo de Cargos da UERN
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCI** - Comissão de Controle Interno
- CEC** – Comissão de Estudos Curriculares
- CEEA**- Comissão Experimental Animal
- CEIPEV** - Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana
- CEMAD** - Centro de Estudos e Pesquisa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Semi-Árido
- CES** - Conselho de Educação Superior
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- COFEN** – Conselho Federal de Enfermagem
- COREN** – Conselho Regional de Enfermagem
- COMPERVE** - Comissão Permanente do Vestibular
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONSAD** - Conselho Acadêmico Administrativo
- CONSEPE** – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CONSUNI** – Conselho Superior Universitário
- CP** – Conselho Pleno
- CPPD** - Comissão Permanente de Pessoal Docente
- CPPTA** - Comissão de Pessoal Técnico Administrativo
- DCNE** - Diretrizes Nacionais para a Formação do Enfermeiro
- DEN** - Departamento de Enfermagem
- DOU** – Diário Oficial da União
- ESEM** - Escola Superior de Enfermagem de Mossoró

**ESF** - Estratégia Saúde da Família

**FAEN** – Faculdade de Enfermagem

**FACEM** - Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró

**FAPERN** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte

**FIOCRUZ** - Fundação Oswaldo Cruz

**FORGRAD** - Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação

**FUERN** - Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

**FUNCITEC** - Fundação para Desenvolvimento da Ciência e da Técnica

**FURRN** – Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte

**HRTM** – Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia

**IES** - Instituições de Ensino Superior

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**JOM** – Jornal Oficial do Município

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MS** – Ministério da Saúde

**NDE** – Núcleo Docente Estruturante

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**PACS** - Programa de Agentes Comunitários de Saúde

**PAIUB** - Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras

**PARFOR** - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

**PCCC** - Atividades de Prática Como Componente Curricular

**PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional

**PETEM** - Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró

**PET Saúde** - Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

**PET Saúde Mental** - Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde Mental

**PET Saúde Redes** - Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção a Saúde

**PET SAÚDE** - Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

**PIBIC** - Programa de Incentivo à Iniciação Científica

**PIBIC/EM** - Programa de Incentivo à Iniciação Científica / Ensino Médio

**PIBID** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

**PIM** - Programa Institucional de Monitoria  
**PPC** - Projeto Pedagógico de Curso  
**PPP** - Projeto Político Pedagógico  
**PROAD** - Pró-Reitoria de Administração  
**PROEG** – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
**PROEX** - Pró-Reitoria de Extensão  
**PROEXT** - Programa de Extensão Universitária  
**PROFAE** - Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem  
**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
**PROPEG** - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
**PROPLAN** - Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças  
**PRORHAE** - Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis  
**PRÓ-SAÚDE** - Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde  
**PSVI** - Processo Seletivo de Vagas Iniciais  
**PSVNI** - Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais  
**RN** - Rio Grande do Norte  
**SAMU** - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
**SENADEN** - Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem  
**SESu** - Secretaria de Educação Superior  
**SGTES** - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde  
**SIABI** - Sistema de Automação de Bibliotecas  
**SIB** - Sistema Integrado de Bibliotecas  
**SUS** - Sistema Único de Saúde  
**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso  
**UPA** - Unidade de Pronto Atendimento  
**UERN** - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
**URRN** - Universidade Regional do Rio Grande do Norte  
**UFRN** - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	12
<b>1.1 Instituição Mantenedora</b> .....	12
<b>1.2 Instituição Mantida</b> .....	12
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b> .....	13
<b>2.1 Denominação</b> .....	13
<b>2.2 Dados da base legal</b> .....	13
<b>2.3 Dados sobre o curso</b> .....	13
<b>2.4 Local de funcionamento</b> .....	13
<b>3 HISTÓRICO DA UERN</b> .....	14
<b>3.1 Estrutura Administrativa da UERN</b> .....	16
3.1.1 Nível Superior.....	16
3.1.2 Nível das Unidades Universitárias.....	18
3.1.3 Sistema de Biblioteca da UERN.....	18
<b>4 HISTÓRICO DO CURSO: DA CRIAÇÃO DO CURSO ÀS TRANSFORMAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DA FAEN</b> .....	21
<b>4.1 Justificativa</b> .....	34
<b>5 OBJETIVOS DO CURSO</b> .....	36
<b>6 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO</b> .....	36
<b>7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS</b> .....	38
<b>8 BASES REFERENCIAIS</b> .....	40
<b>8.1 Concepções</b> .....	42
8.1.1 Sociedade.....	42
8.1.2 Trabalho.....	43
8.1.3 Trabalho coletivo em saúde/produção dos serviços de saúde.....	43
8.1.4 Processo de trabalho da enfermagem.....	45
8.1.5 Processo saúde/doença.....	46
8.1.6 Educação.....	47
8.1.7 Políticas de saúde.....	47
8.1.8 Gênero.....	48
<b>9.1 Princípios Formativos</b> .....	49
9.1.1 Interdisciplinaridade.....	49
9.1.2 Articulação prática/teoria/prática.....	50
9.1.3 Flexibilização.....	52
9.1.4 Contextualização.....	53
9.1.5 Democratização.....	54
9.1.6 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.....	55
<b>10 MATRIZ CURRICULAR</b> .....	57
<b>10.1 Áreas Temáticas</b> .....	57
10.1.1 ÁREA TEMÁTICA I: BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM.....	57
10.1.2 ÁREA TEMÁTICA II: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DA ENFERMAGEM.....	58
10.1.3 ÁREA TEMÁTICA III: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.....	58
10.1.4 ÁREA TEMÁTICA IV: ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM.....	59
10.1.5 ÁREA TEMÁTICA V: ENSINO DE ENFERMAGEM.....	59
10.1.6 ÁREA TEMÁTICA VI: ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO.....	60
<b>10.2 Componentes Curriculares</b> .....	60
10.2.1 Componentes curriculares e carga horária total do curso.....	60
10.2.2 Componentes curriculares obrigatórios.....	61
10.2.3 Componentes curriculares optativos.....	62
10.2.4 Atividades Complementares.....	63

10.2.4.1 Atividades Complementares a serem consideradas mediante comprovação.....	63
10.2.4.2 Critérios para cômputo da carga horária referente às atividades complementares....	64
10.2.5 Prática como componente curricular.....	73
10.2.6 Estágio.....	75
10.2.7 Trabalho de conclusão de curso.....	75
10.2.7.1 Da entrega e defesa da versão final da monografia.....	76
10.2.7.2 Da avaliação da versão final da monografia.....	77
10.2.7.3 Dos deveres do estudante na elaboração do TCC.....	78
10.2.7.4 Da orientação.....	78
10.2.7.5 Da banca examinadora.....	79
10.2.7.6 Da coordenação de TCC.....	80
<b>10.3 Fluxo Curricular.....</b>	<b>82</b>
<b>10.4 Equivalência Curricular.....</b>	<b>88</b>
<b>10.5 Áreas Temáticas, Componentes Curriculares, Ementas e Bibliografias.....</b>	<b>91</b>
<b>10.6 Ementas dos componentes curriculares de caráter optativo.....</b>	<b>129</b>
<b>11 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>137</b>
<b>12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....</b>	<b>138</b>
<b>13 METODOLOGIA QUE EMBASA O PROCESSO ENSINAR/APRENDER.....</b>	<b>139</b>
<b>14 RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>141</b>
<b>14.1 Recursos humanos disponíveis.....</b>	<b>141</b>
14.1.1 Quadro docente.....	141
14.1.2 Técnico administrativo.....	143
<b>15 INFRAESTRUTURA: EDIFICAÇÕES INSTALAÇÕES DISPONÍVEIS NA FAEN.....</b>	<b>144</b>
<b>16 POLÍTICAS DA FAEN.....</b>	<b>149</b>
<b>16.1 Política de Articulação Ensino/Trabalho.....</b>	<b>150</b>
<b>16.2 Política de Gestão.....</b>	<b>152</b>
<b>16.3 Política de Avaliação.....</b>	<b>154</b>
<b>16.4 Política de Pesquisa e Pós-Graduação.....</b>	<b>157</b>
16.4.1 Política de Pesquisa.....	157
16.4.2 Política de Pós-graduação.....	165
<b>16.5 Política de Extensão.....</b>	<b>169</b>
<b>16.6 Políticas de Estágio.....</b>	<b>172</b>
16.6.1 Objetivos do estágio.....	173
16.6.2 Etapas de desenvolvimento do estágio.....	174
16.6.3 Avaliação de estágio.....	177
16.6.4 Competências dos atores envolvidos.....	177
16.6.5 Aproveitamento de carga horária de estágio em prática de ensino.....	182
<b>17 PROGRAMAS FORMATIVOS.....</b>	<b>182</b>
<b>18 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....</b>	<b>188</b>
<b>19 RESULTADOS ESPERADOS.....</b>	<b>189</b>
<b>20 REGULAMENTO DE CURSO.....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>236</b>
.	
<b>ANEXOS.....</b>	<b>249</b>
..	

## APRESENTAÇÃO

O curso de graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, criado em 1968, com funcionamento a partir de 1971, ao longo dos anos modificou o seu Projeto Pedagógico de Curso na perspectiva de atender as alterações político-legais da Enfermagem e formar profissionais comprometidos com o processo saúde/doença da sociedade.

Estas modificações ocorreram em três<sup>1</sup> momentos e apresentaram especificidades que eram requeridas para esta finalidade. Em 1974, quando da necessidade de adequar-se ao Parecer 163, instituído pela Resolução nº 4/72, que ajustou o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. Em 1996, com a implantação do novo currículo que representou uma reformulação no sentido de superar a visão fragmentada do homem, apontando para a ruptura das dicotomias existentes nas concepções individual/coletivo e clínico/epidemiológico e contemplando ações articuladas com o ensino de nível médio, a graduação e a pós-graduação, além dos programas de pesquisa e extensão bem como de articulação ensino-trabalho.

Esse Projeto Pedagógico de Curso vigente nos seus princípios gerais passou por uma breve reformulação em 2008, no intuito de promover as alterações indicadas para a Licenciatura, através das Resoluções CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002 e a CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002 e, ainda, das Diretrizes Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, a Resolução nº 02/2004. Nesse momento, a Comissão de Estudos Curriculares promoveu discussões na Faculdade de Enfermagem na tentativa de aprimorar alguns aspectos dispostos no PPC que necessitavam de reajustes para adequar-se à realidade posta.

Com base na Resolução nº 24/2017 do CONSEPE que estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN, foram realizadas atualizações no PPC de graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, aprovado pela Resolução 023/2014, para efeitos de renovação de reconhecimento do curso. Esse processo de alteração constituiu-se em um desafio haja vista as discussões e avanços que ocorreram na Enfermagem no decorrer desse período e com a diversidade de opiniões, visões de mundo, saberes e fazeres dos envolvidos na elaboração coletiva desse PPC. Foi muito difícil reformar esse texto. Desde que nos debruçamos sobre esse projeto entendemos o sentido da cooperação e compromisso da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, através do Setor de Curso de Graduação, na busca de re-construção de um documento que demonstre não apenas o lado padronizado e operativo, mas também o peso, a leveza e a fugacidade das mudanças.

---

<sup>1</sup> Ressalta-se uma tentativa de modificar o atual projeto em curso, sendo esta realizada em 2007, quando da participação da FAEN no Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRO-SAÚDE, a qual não foi aprovada pelo Departamento de Enfermagem.

Este PPC toma como fundamento teórico a compreensão de que o processo produtivo está em constantes transformações, tanto em sua base tecnológica, quanto na divisão técnica e social, assim como na reestruturação de sua força de trabalho; a concepção da enfermagem como prática social, integrante do processo trabalho coletivo em saúde; e o reconhecimento de que é na articulação trabalho e educação que se estabelecem os pilares que dão sustentação e significado à produção da força de trabalho em saúde.

A articulação educação/trabalho não só rompe com uma prática elitista, historicamente vinculada às classes dominantes, para se conformar em uma estratégia que possibilita à Universidade, através do processo de ensinar-aprender em Enfermagem, contribuir para a produção e melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Num movimento dialético, essa inserção na produção dos serviços, faz com que a aprendizagem profissional parta da realidade concreta de saúde da população e da organização da rede de serviços, impactando na qualificação acadêmica e social do aluno.

Desse modo, a Universidade em suas ações fundamentais, e indissociáveis, de ensino, pesquisa e extensão, contribuem para a realização dessa estratégia. Tal dinâmica contribui não só para a mudança dos processos de ensinar/aprender e produzir em saúde, mas, sobretudo, para cultivar o senso de cidadania e de justiça social nos sujeitos por ela formados.

O presente Projeto, portanto, constitui-se como o resultado atualizado da construção coletiva ocorrida na FAEN nos últimos anos, da qual participaram docentes, profissionais dos serviços de saúde, alunos, assessores e gestores, sob a coordenação da Comissão de Estudos Curriculares. A esta coube a tarefa de planejar, coordenar todo o processo, realizar os encontros e elaborar a síntese do que foi produzido.

Por fim, cabe registrar que o Departamento de Enfermagem sente a necessidade de promover mudanças mais profundas no seu Projeto Pedagógico de Curso, a serem discutidas sob a coordenação do seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

## **I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

### **1.1 Instituição Mantenedora**

Denominação: **Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FUERN**

Município-sede: Mossoró

Estado: Rio Grande do Norte - RN C.N.P.J.: 08258295/0001-2

Dependência administrativa: Estadual

Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Mossoró - RN CEP.: 59.610-020

Fone: 084 3315-2148 Fax: 084 3315 2108

Email: reitoria@uern.br

Espécie Societária: não lucrativa

Presidente: Profa. Dra. Cicília Raquel Maia Leite

### **1.2 Instituição Mantida**

Denominação: **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN**

Município-sede: Mossoró

Estado: Rio Grande do Norte - RN C.N.P.J.: 08258295/0001-2

Dependência administrativa: Estadual

Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Mossoró - RN CEP: 59.610-020

Telefone: 084 3315-2148 Fax: 084 3315 2108

Email: reitoria@uern.br

REITORA: Profa. Dra. Cicília Raquel Maia Leite

VICE-REITORA: Prof. Dr. Francisco Dantas de Medeiros Neto

## 2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

### 2.1 Denominação

Curso: Enfermagem

Modalidade: Bacharelado e Licenciatura

Título: Bacharel e Licenciado em Enfermagem

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde/ Enfermagem

### 2.2 Dados da base legal

Ato de Criação: Decreto Municipal nº. 04/68, autorizado pelo Conselho Universitário com Resolução nº 028-A/70-U, Lei nº 20/68.

Início de funcionamento: janeiro de 1971

Atos de renovação de reconhecimento: Decreto nº 82.939/78-CFE, de 26/12/1978; Decreto Estadual nº26.137, de 04 de junho de 2016; Decreto Estadual nº 29.764, de 17 de junho de 2020.

Ano da última reformulação curricular: 2020 com Adequação Curricular do Curso de Enfermagem por meio da Resolução Nº23/2014 - Consepe (Estrutura curricular implementada aos ingressantes a partir de 2015, com última oferta em 2020).

### 2.3 Dados sobre o curso

Carga horária total: 4.775 (quatro mil setecentos e setenta e cinco) Tempo mínimo de integralização curricular: 4 anos e meio

Tempo máximo de integralização curricular: 7 anos

Número de vagas iniciais: 40 vagas (entrada única anual)

Turno de funcionamento: Matutino/Vespertino<sup>2</sup>

Regime: sistema de crédito com matrícula semestral Número máximo de alunos por turma: 26 alunos

Mecanismo de ingresso no curso: Processo Seletivo Vocacionado – PSV, Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais Disponíveis – PSNID e Transferência *Ex-officio*.

### 2.4 Local de funcionamento

Local: Campus Universitário Central- Mossoró/RN

Rua Dionizio Filgueira, nº 383, Centro. CEP: 59.610-090 – Mossoró-RN

Telefone: (084) 3315-2154/3315-2152. E-mail: [faen@uern.br](mailto:faen@uern.br) / [den@uern.br](mailto:den@uern.br)

<sup>2</sup> Conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação (RCG) da UERN, no Art. 11 Os cursos de graduação funcionam nos turnos matutino, vespertino e noturno, podendo desenvolver suas atividades curriculares em mais de um turno, conforme o previsto conforme o previsto no PPC.

### 3 HISTÓRICO DA UERN

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) foi criada pela Lei Municipal n.º 20/68, de 28 de setembro de 1968, assinada pelo prefeito Raimundo Soares de Souza, com o objetivo de implantar progressivamente e manter a Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN).

Entretanto, o sonho de dotar Mossoró de uma instituição de ensino superior é mais antigo. Seu marco inicial é a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM), instituída através da Resolução n.º 01/43, de 18 de agosto de 1943, por iniciativa da Sociedade União Caixeiral, mantenedora da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral.

A luta do grupo de idealistas da União Caixeiral, somou-se a União Universitária Mossoroense, entidade fundada em 09 de julho de 1955, composta por universitários de Mossoró que estudavam em outras cidades. A entidade foi presidida por João Batista Cascudo Rodrigues que veio a ser o primeiro reitor da URRN.

Como resultado desses esforços, surgiu, com a Lei Municipal n.º 41/63, de 5 de dezembro de 1963, sancionada pelo prefeito Antônio Rodrigues de Carvalho, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNCITEC) que, em 1968, foi transformada em FURRN pelo então prefeito Raimundo Soares de Souza.

Após a transformação da FUNCITEC em FURRN, Monsenhor Walfredo Gurgel, então governador do Rio Grande do Norte, autorizou o seu funcionamento como instituição superior, através do Decreto Estadual n.º 5.025, de 14 de novembro de 1968.

Integravam, inicialmente, a URRN, nos termos da Lei n.º 20/68, a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, a Faculdade de Serviço Social de Mossoró, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró.

Em 19 de fevereiro de 1973, o prefeito Jerônimo Dix-huit Rosado Maia segmentou a administração da Instituição. Assim, a FURRN passou a ser gerida por um presidente, a quem cabia as atividades burocráticas e a captação de recursos financeiros, e a URRN por um reitor, incumbido das ações acadêmicas. Esse modelo administrativo vigorou por alguns anos, voltando mais tarde uma só pessoa a gerir, juntamente com os conselhos superiores, a mantenedora (FURRN) e a mantida (URRN).

Um dos passos mais importantes para a continuidade da Instituição foi dado no dia 8 de janeiro de 1987. Naquela data, o governador Radir Pereira, através da Lei n.º 5.546, estadualizou a FURRN, que já contava com o Campus Universitário Central e os Campi Avançados de Açú, Patu e Pau dos Ferros.

A luta pela estadualização uniu todos os segmentos acadêmicos e vários setores da comunidade. Duas pessoas aí se destacaram: Dix-huit Rosado Maia, que fez, em seu segundo mandato como

prefeito, a doação do patrimônio da FURRN ao Estado, e o reitor Sátiro Cavalcanti Dantas, que comandou o processo em um momento de grave crise.

Outro passo importante na história da URRN foi o seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, em sessão realizada no dia 4 de maio de 1993, conforme Portaria Ministerial n.º 874, de 17 de junho de 1993, e Decreto n.º 83.857, de 15 de agosto de 1993, do ministro Murílio de Avellar Hingel.

Em 29 de setembro de 1997, o governador Garibaldi Alves Filho, através da Lei Estadual n.º 7.063, transformou a Universidade Regional do Rio Grande do Norte em Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo, no entanto, a sigla URRN.

Em 15 de dezembro de 1999, o governo do Estado, através da Lei n.º 7.761, alterou a denominação de Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, o que implicou na alteração, também, da denominação da mantenedora para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), através do Decreto n.º 14.831, de 28 de março de 2000.

Quanto ao ensino de graduação, a UERN oferece, ao todo, oferece 29 (vinte e nove) tipos de cursos com 64 ofertas sendo: Administração, Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciência da Religião, Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo), Comunicação Social (Habilitação em Publicidade e Propaganda), Comunicação Social (Habilitação em Radialismo), Ciência e Tecnologia, Direito, Educação Física (Bacharelado e Licenciatura), Enfermagem (Bacharelado e Licenciatura), Filosofia, Física, Geografia, Gestão Ambiental, História, Letras (Língua Portuguesa), Letras (Língua Inglesa), Letras (Língua Espanhola), Matemática, Medicina, Música, Odontologia, Pedagogia, Química, Serviço Social e Turismo. Estes cursos estão distribuídos nos seus 6 (seis) Campus: Campus Central – em Mossoró, Campus Avançado de Assu, Campus Avançado de Pau dos Ferros, Campus Avançado de Patu, Campus Avançado de Caicó e Campus Avançado de Natal.

Merece destaque a atuação da PROEG nos programas formativo com o objetivo de estimular a participação de alunos dos cursos de graduação no processo formativo, articulando pesquisa e extensão no âmbito dos componentes curriculares, socializando o conhecimento e minimizando problemas como repetência, evasão e falta de motivação destaca-se a política de qualificação docente, tendo esta se constituído como uma política prioritária da UERN, bem como o investimento na iniciação científica, cujos projetos são viabilizados por recursos da UERN, sendo eles: Programa Institucional de Monitoria (PIM), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e Programa de Educação Tutorial (PET).

A UERN, em 55 anos de existência, já diplomou, em nível de Graduação e Pós-Graduação, um grande contingente de profissionais em várias áreas de atuação, inseridos nos mais diversos setores



da sociedade, e em todo o Estado do Rio Grande do Norte, incluindo outros estados do país. No que se refere à extensão são ofertados diversos eventos, programas de caráter artístico, cultural e comunitário, programas de apoio ao ensino fundamental e médio, cursos, prestação de serviços, assessorias, treinamentos, palestras e oficinas. Todas essas atividades viabilizadas através da Resolução nº 001/2000 - CONSEPE instituiu os seguintes eixos temáticos norteadores: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; promoção da saúde e da qualidade de vida; educação básica; desenvolvimento da cultura; atenção integral à criança, ao adolescente e ao idoso; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; reforma agrária e trabalho rural; desenvolvimento do semiárido e transferências de tecnologias apropriadas.

Na atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG) destaca-se a política de qualificação docente, tendo esta se constituído como uma política prioritária da UERN, bem como o investimento na iniciação científica, cujos projetos são viabilizados por recursos da UERN, ou ainda através da captação de recursos de órgãos de fomento à pesquisa, como: Ministério da Educação e da Cultura (MEC), Ministério da Saúde (MS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pesquisa (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), entre outros órgãos.

Este investimento também pode ser visualizado através do Programa de Incentivo à Iniciação Científica/Ensino Médio (PIBIC/EM), coordenados pela PROPEG onde os projetos aprovados têm como foco a articulação ensino-trabalho junto aos alunos das escolas de ensino médio. Outro fato relevante é o programa editorial, Projeto Edições UERN, que se destina a publicar livros produzidos pelos seus docentes.

### **3.1 Estrutura Administrativa da UERN**

A administração universitária operacionaliza-se em nível superior e em nível das unidades universitárias.

#### **3.1.1 Nível Superior**

A Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-FUERN é conduzida pelos seguintes colegiados: Conselho Diretor e Conselho Curador.

O Conselho Diretor é o Órgão deliberativo e consultivo em matéria administrativa, econômico-financeira e patrimonial.

O Conselho Curador é o órgão fiscalizador da administração orçamentária e financeira da

Universidade.

Integram a estrutura administrativa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN:

I - Órgãos consultivos e deliberativos

- a) Conselho Universitário – CONSUNI;
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

II - Órgãos executivos

- a) Reitoria;
- b) Pró-Reitorias;
- c) Assessorias;
- d) Órgãos Suplementares e

Comissões. III - Assembleia Universitária

O **Conselho Universitário** é o órgão máximo de função consultiva, deliberativa e normativa em matéria de administração e política universitária. É competência do Conselho Universitário-CONSUNI estabelecer normas relativas à organização geral da universidade e deliberar sobre assuntos afetos a elas. Toda matéria relativa ao Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade insere-se na competência do Conselho Universitário-CONSUNI. Decisões sobre eleições, criação e extinção de cursos, de unidades acadêmicas e administrativas, concessão de títulos honoríficos e adoção de políticas acadêmicas são normatizados e tomadas no âmbito do CONSUNI. É também o CONSUNI quem julga, como última instância, os recursos impetrados contra atos de alguma autoridade universitária.

O **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)** é o conselho encarregado de normatizar e julgar todas as questões relativas aos conteúdos e à gestão do ensino, da pesquisa e da extensão. Daí, a aprovação e a modificação dos projetos pedagógicos de cursos, das normas relativas à gestão da pesquisa e da extensão e o acompanhamento das ações daí derivadas situam-se no âmbito de competência do CONSEPE.

A **Reitoria** é o órgão máximo executivo da estrutura organizacional da UERN. Ela é composta pelos gabinetes da Reitoria e da Vice-Reitoria, pelas Pró-reitorias, pelas Assessorias e pelas Diretorias Administrativas.

As **Pró-Reitorias** são órgãos auxiliares que compõem a estrutura da Reitoria que propõem, superintendem e supervisionam as atividades em suas áreas respectivas (ensino de graduação, pesquisa, extensão e ensino de pós-graduação) e as atividades meio (administração de recursos humanos, planejamento e execução orçamentária e financeira). São as seguintes: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

(PROPLAN).

As **Assessorias** são diretamente subordinadas ao Gabinete do Reitor, com atribuição de assessoramento superior em matéria de planejamento, comunicação social, avaliação institucional, assuntos jurídicos, internacionais, pedagógicos e científicos. Os órgãos administrativos com atribuição de coordenação de atividades-meio fornecem apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os **Órgãos Suplementares**, com atribuições de natureza técnico/didático/administrativa, são destinados à coordenação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. São Órgãos Suplementares da UERN: Sistemas Integrados de Bibliotecas-SIB/UERN e a Comissão Permanente de Vestibular-COMPERVE.

As **Comissões** são órgãos executivos que possuem atribuições e constituição específica: A Comissão de Controle Interno (CCI), a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a Comissão de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA), a Comissão de Acúmulo de Cargos (CAC), a Comissão Experimental Animal (CEEA) e o Comitê de Ética-Pesquisa.

A **Assembleia Universitária** (não deliberativa) é a reunião da comunidade universitária, constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

### 3.1.2 Nível das Unidades Universitárias

#### I. Órgãos deliberativos

- a) Conselho Acadêmico Administrativo (CONSAD);
- b) Plenária dos Departamentos.

#### II. Órgãos executivos

- a) Diretoria das Unidades Universitárias;
- b) Chefia dos Departamentos.

O **Conselho Acadêmico Administrativo-CONSAD** é o órgão máximo deliberativo e consultivo de cada unidade em matéria acadêmica e administrativa.

A **Plenária do Departamento** é no âmbito de atuação do departamento, o órgão deliberativo em matéria didático-científica e administrativa.

### 3.1.3 Sistema de Biblioteca da UERN

Para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, e otimizar a prestação de serviços em termos de acesso e uso de informação pela comunidade universitária, a UERN conta atualmente com o Sistema Integrado de Biblioteca (SIB). As bibliotecas integradas ao sistema disponibilizam aos seus

usuários (alunos, técnicos e professores) uma coleção formada por livros, publicações periódicas, monografias e dissertações, material multimídia e outros documentos. O Sistema Integrado de Bibliotecas é formado pela Biblioteca Central e por 8 (oito) Bibliotecas Setoriais.

- Biblioteca Central Reitor Pe. Sátiro Cavalcante Dantas, Av. Prof. Antonio Campos, s/n, Campus Universitário, Costa e Silva - Mossoró-RN, 59625.620, tel.: (84)3315.2169/2174/3012, emails: biblioteca@uern.br, normas@biblioteca.uern.br, processo@biblioteca.uern.br, aquisicao@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Raimundo Renê Carlos de Castro, na Faculdade de Enfermagem, na Rua Dionízio Filgueira, s/n, Centro, Mossoró-RN, tel.: (84) 3315.2155, email: faen@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Prof. Francisco das Chagas Silva, na Faculdade de Ciências da Saúde, na Rua Atirador Manoel da Silva Neto, s/n, Aeroporto, Mossoró-RN, tel.: (84) 3315.2247, email: facs@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Pe. Alfredo Simonetti, no Campus de Assu, na cidade do Assu-RN, email: assu@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Pe. Sátiro Cavalcante Dantas, no Campus de Pau dos Ferros, na cidade de Pau dos Ferros-RN, email: pferros@biblioteca.uern.br

- Biblioteca Profª Mônica Moura, no Campus Avançado de Patu, na cidade de Patu-RN, email: patu@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Setorial do Campus Avançado de Caicó, na cidade de Caicó-RN, email: caico@biblioteca.uern.br;

- Biblioteca Setorial do Campus de Natal, na cidade de Natal-RN, email: natal@biblioteca.uern.br ;

- Biblioteca Setorial de Ciências da Religião, na cidade de Natal-RN.

A Biblioteca Sede Administrativa Central é um órgão suplementar subordinado a Pró- Reitoria de Ensino de Graduação. É responsabilidade da Biblioteca Central à coordenação técnica e administrativa de todo o sistema e que tem hoje uma equipe de aproximadamente 38 servidores (Biblioteca Central): bibliotecários, assistentes e auxiliares, que atendem àqueles que buscam informação e conhecimento disponíveis nos serviços de suas bibliotecas.

Parte do acervo encontra-se informatizado com o Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI) adquirido recentemente, sendo a pesquisa bibliográfica e de histórico do usuário realizada em terminais de consulta in loco e renovações e reservas podem ser feitas *online*.

O sistema integrado de bibliotecas tem atuado como um centro de integração do conhecimento com o propósito de contribuir para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A equipe tem trabalhado para manter seu acervo diversificado e para a modernização de seus serviços, a fim de melhor atender aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, pois a busca pela excelência no

atendimento às necessidades de informação.

O acervo é atualizado mediante a disponibilização de recursos da UERN que anualmente propõe um período para a solicitação de títulos por parte dos professores, através do portal do professor na página da UERN este processo tem periodicidade anual.

A pesquisa ao acervo é livre à comunidade acadêmica e ao público em geral. O acervo é multidisciplinar, composto em sua maioria por materiais que visam atender a gama de cursos oferecidos pela instituição. O sistema de biblioteca atende diariamente nos turnos matutino, vespertino e noturno, oferecendo os seguintes serviços:

- Atendimento ao usuário;
- Acesso á base de dados *online*;
- Empréstimo domiciliar;
- Renovação e reserva *online*;
- Levantamentos bibliográficos;
- Normas da ABNT – orientação e normatização de documentos;
- Acesso à internet;
- Sugestões de aquisições;
- Salas de estudos em grupo e individual;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Exposições;
- Visitas orientadas.

A biblioteca Setorial Raimundo Renê Carlos de Castro da FAEN disponibiliza 1.005 exemplares distribuídos em 366 títulos, e quanto aos periódicos são 99 exemplares distribuídos em 11 títulos (documentos catalogados no período de 1980 a 2014), conforme relatório do SIABI, em anexo, emitido em fevereiro de 2014.

#### **4 HISTÓRICO DO CURSO: DA CRIAÇÃO DO CURSO ÀS TRANSFORMAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DA FAEN**

O Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) foi criado em 1968, por força do Decreto Municipal nº04/68, autorizado pelo Conselho Universitário com a Resolução nº 028-A/70-U. A Faculdade de Enfermagem, outrora Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (ESEM) foi, portanto, o primeiro curso de graduação em enfermagem do Estado do Rio Grande do Norte.

Em 1970, o Curso de Enfermagem da FAEN estabelece o primeiro currículo pleno do Curso de Enfermagem em atendimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961) e ao Conselho Federal de Educação (CFE) de acordo com o Parecer nº 271/62, do dia 19 de outubro de 1962, no qual o currículo de enfermagem mínimo deve constar a duração de três anos, com a inclusão das disciplinas de Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, Enfermagem Pediátrica, Ética e História da Enfermagem e Administração, vigentes na época e a deliberação do Conselho Universitário da UERN.

Entretanto, o Curso de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem somente começou a funcionar em 01 de Março de 1971, sendo reconhecido após dez anos a sua criação, pelo Decreto nº 82.939/78 – CFE, de 26 /12 /1978.

O ensino de enfermagem da FAEN/UERN passou por várias fases de desenvolvimento ao longo dos anos, tendo como reflexo de cada mudança o contexto histórico da enfermagem e da sociedade brasileira. Conseqüentemente, o perfil de enfermeiros apresenta significativas mudanças em decorrência das transformações no quadro político-econômico-social da educação e da saúde no Brasil e no mundo. Diante disso, percebeu-se a necessidade de mudanças no ensino de enfermagem de acordo com as exigências encontradas em cada época. Esses avanços em nossa sociedade e nas políticas de saúde são fatores determinantes para a construção do ensino de enfermagem e formação de profissionais engajados na realidade.

Segundo Costa (1992), entre os fatores relacionados à sua criação, destacam-se a política de expansão do ensino superior adotada pelo Ministério da Educação (MEC), após o golpe militar de 1964, segundo a qual o objetivo estava relacionado à resolução dos problemas referentes à qualificação de mão-de-obra e, em particular, no caso da enfermagem, atender à recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), no sentido de suprir o déficit de enfermeiros no país.

A repressão política que se instala a partir de 1964, decorrente do golpe de Estado que implantou uma ditadura militar no país, conduzia o ensino para uma visão meramente tecnicista da saúde, dificultando a compreensão do processo saúde/doença como determinante social, além de concorrer

para aumentar o descompasso entre o que se privilegiava nesse ensino e as necessidades de saúde da maioria da população brasileira. O modelo biologicista, individualista, voltado para o hospital, pontificava nesse contexto e o ensino se pautava em uma vertente muito autoritária, dificultando o debate dentro de uma visão crítica da realidade social do país e das políticas de saúde adotadas pelo governo brasileiro no período (GERMANO, 2003).

Essa política vinha ao encontro dos interesses da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN) no sentido de angariar mais recursos dos órgãos federais, que, de acordo com ela, distribuíam incentivos às Instituições de Ensino Superior (IES) particulares. Isso favoreceu a expansão interna da URRN, com a criação de novos cursos. Esse crescimento da demanda dos serviços públicos ultrapassava a capacidade financeira do município mantenedor, Mossoró.

A crise econômico-financeira instaurada na URRN, determinada pela longa fase da economia brasileira, pós-milagre econômico, repercutiu, particularmente, no curso de enfermagem, que teve sua trajetória histórica marcada por problemas que interferiram nas suas atividades acadêmicas, motivo pelo qual o seu reconhecimento só ocorreu 10 anos após sua criação.

Inicialmente, o currículo foi dividido em duas áreas: O ciclo geral, comum a todos os cursos da universidade (de 1971 a 1972) e o ciclo profissionalizante (a partir de 1973). O ciclo geral correspondia aos dois períodos do curso constituído por disciplinas das áreas das ciências sociais, ciências humanas e ciências exatas e o ciclo básico, constituído pelos componentes curriculares das ciências básicas (anatomia, fisiologia, bioquímica), e o último ciclo profissionalizante, constituído por disciplinas específicas da formação do enfermeiro.

Nesse período com o modelo político brasileiro vigente, supostamente liberal e com o capitalismo em ascensão, vislumbra-se a busca de privatização da assistência à saúde na forma empresarial e a alta especialização dos hospitais (FORMIGA; GERMANO, 2005).

Historicamente, o direcionamento do ensino nas escolas de enfermagem brasileiras foi pautado em um ajuste às exigências do mercado. Esse ajuste não foi suficiente para dar à enfermagem soluções para a superação da dicotomia. Pelo contrário, fez constituir-se uma enfermagem atrelada aos ditames das políticas centrais, seja para a saúde ou para a educação, numa postura de aceitação passiva.

O primeiro currículo pleno do curso de enfermagem da UERN, antiga URRN, adapta-se a nova ordem e a reforma curricular, ocorrida em 1962, com a aprovação do parecer 271/62, do Conselho Federal de Educação, privilegia, sobremaneira, a área curativa, voltada para o atendimento individual, com o intuito de formar profissionais para atuarem em serviços especializados, com domínio das técnicas. Esse modelo curricular, baseado no paradigma tecnicista, procurava desenhar um padrão profissionalizante, forjados no planejamento econômico. Os egressos tinham como diretriz, atender apenas as necessidades do mercado de trabalho, estabelecidos de forma apriorística e ideologizada em consonância com a concepção instrumentalista da educação, tradicionalmente adotada pelo estado

brasileiro até os anos de 1980.

Desta forma, a organização interna da Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (ESEM), atual Faculdade de Enfermagem, e os conteúdos do ensino assumiram um caráter que reproduzia esta relação autoritária; o ensino configurava-se como um momento de formação tecnicista. O marco referencial desse ensino pautava-se nos princípios gerais da educação construídos sob a lógica da produtividade, que requeria mão-de-obra de baixo custo, com qualificação técnica que pudesse ser disciplinada e útil ao mercado capitalista.

Pelas razões já relacionadas, o marco conceitual e estrutural do currículo teria que refletir as condicionantes históricas desse momento. O primeiro currículo pleno desse curso foi implantado de forma emergencial, por etapas. Em 1970, o Conselho Universitário estabeleceu a grade curricular de 1º e 2º períodos (Resolução nº 028-A/70 – U); em 1972, a grade do 3º e 4º períodos (Resolução nº 042 /72 – U); no ano seguinte a grade do 5º e 6º períodos (Resolução nº 02, de 02/02/73-U), e finalmente, em 1974, aquele órgão superior baixou normas gerais sobre o curso, estabelecendo seus objetivos, sua organização didática e científica e uma grade curricular relacionando componentes curriculares do 1º ao 8º períodos (Resolução nº 04/74-U).

Esse arranjo foi possível graças à reforma universitária que, sob o princípio da racionalização da estrutura, criou o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, permitindo que as Universidades criassem cursos, mesmo sem capacidade instalada. Como a grade curricular foi instituída por etapas, suas características estavam mais próximas do Parecer nº 163/72 do CFE, do que do Parecer n. 271/62 do CFE que regulamentava o ensino de enfermagem em nível nacional.

A análise comparativa entre a grade curricular de 1974 e a estrutura implementada em 1996 permite-nos observar que de fato ocorreu bem mais do que uma reforma curricular. Na verdade, tratou-se de uma nova proposta pautada não mais no modelo hegemônico tecnicista, mas amplamente voltado para contemplar os princípios do então recém implantado Sistema único de Saúde. Este novo modelo curricular vem romper com a perspectiva hospitalocêntrica e amplia as discussões sobre sua dinamicidade e fragilidades entendendo que, por se tratar de momentos históricos diferentes, a saúde da população também apresenta diferentes demandas. Este novo modelo curricular vem sendo discutido nos seminários interdisciplinares, nas avaliações de estudos curriculares, tendo, a participação de docentes e discentes da FAEN, enfermeiros dos serviços e docentes de outras IES. Logo, tratou-se de mais do que aumento de carga horária, conforme a Resolução nº 02/78 do CONSEPE, com o objetivo de adequar o currículo ao Parecer 163/72 e à Resolução nº 04/72 do CFE, tratou-se de um avanço ideológico, com vistas a atender a recomendações daquele órgão superior, quando do processo de reconhecimento do curso em 1978.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por profundas transformações políticas e econômicas. Em meio a essas, e em virtude do avanço tecnológico e exigências das diversas áreas de atuação



profissional, surgiu a necessidade da construção de novas concepções e percepções no cenário da saúde vigente. Os debates sobre educação, democratização, autonomia e as análises sobre as políticas governamentais, trazidos para o interior das entidades de classe da categoria de enfermagem, abriam novas discussões e compreensão da realidade, ampliando as fronteiras de suas relações sociais.

Formiga e Germano (2005, p.225) acrescentam que no final da década de 70, e, com mais intensidade, nos anos 80, as discussões sobre “o currículo de Enfermagem (como em outras áreas), até então centradas no tecnicismo, passam a refletir sobre a profissão e o ensino movido por outro momento político do país, sua luta pela redemocratização, trazendo à tona propostas de mudanças fundamentadas em vertentes críticas”.

Na década de 80 intensificaram-se as discussões acerca do processo de formação do profissional enfermeiro, surgiram novas propostas de saúde, visando uma melhor organização do sistema, trazendo os pressupostos de equidade, integralidade e universalidade, como princípios norteadores das políticas no setor saúde, exigindo profissionais com formação generalista, capazes de atuar em diferentes níveis de atenção à saúde. Assim, houve discussões entre as entidades de classe, escolas, instituições de saúde entre outros acerca da necessidade de atender as necessidades impostas pelo setor da saúde no Brasil e reformular as diretrizes curriculares de 1972, ainda vigentes na época (SCHERER *et al.*, 2006).

A busca por uma política de educação e formação profissional em enfermagem foi um processo historicamente protagonizado pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn- Nacional), nos diferentes períodos da institucionalização da profissão no Brasil. E esta sua influência decisiva na definição das Políticas de Educação para Enfermagem Brasileira impõe responsabilidades e desafios junto à categoria e a outros segmentos sociais e da saúde, na condução de um processo que busca elevar a qualidade do ensino e da produção técnico-científica, política e ética da enfermagem brasileira (GERMANO *et al.*, 2006).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem (DCNE) tiveram uma materialidade concretizada a partir de propostas que emergiram da mobilização dos enfermeiros, através da sua associação de classe, de entidades educacionais e de setores da sociedade civil interessados em defender as mudanças da formação na área da saúde. Elas expressam os conceitos originários dos movimentos por mudanças na educação em enfermagem, explicitando a necessidade do compromisso com princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (FERNANDES, 2005).

O processo de (re)orientação curricular, iniciado em 1986, ocorreu em consonância com o movimento nacional de construção coletiva da proposta de currículo Mínimo, que veio a ser aprovada em 1994 de acordo com o Parecer nº 314/94 CFE e Portaria nº 1.721/94- MEC.

O grande desafio na formação do enfermeiro é transpor o que é determinado pela nova Lei de Diretrizes e Bases e pelas Novas Diretrizes Curriculares ao formar profissionais com o domínio teórico-

prático exigido pelo mercado de trabalho, enquanto agentes inovadores e transformadores da realidade, inseridos e valorizados no mundo do trabalho. A importância de ampliar a qualificação dos trabalhadores de saúde nas dimensões técnica especializada, ético-política, comunicacional e de inter-relações pessoais para a participação como sujeitos integrais no mundo do trabalho (ITO *et al.*, 2006).

O processo de formação de profissionais críticos, reflexivos, com compromisso políticos e capazes de enfrentar os problemas complexos que se apresentam na sociedade e, mais especificamente, na área da saúde, pressupõe a utilização de metodologias ativas de ensino- aprendizagem, que possibilitem aos estudantes ocuparem o lugar de sujeitos na construção da sua aprendizagem, tendo o professor como facilitador e orientador (FERNANDES, 2005).

A mudança no ensino se processou na elaboração de uma proposta de currículo pleno centrada na realidade do ensino, nas necessidades do aluno, na força de trabalho de enfermagem, no perfil epidemiológico do país, do estado e região de Mossoró e na sua inserção no processo de produção dos serviços de saúde.

Em 1986, ocorreu na FAEN, o I Seminário para Estudos Curriculares, com participação de docentes, discentes e enfermeiros dos serviços, quando foram discutidas a legislação que embasava o ensino superior de enfermagem e o movimento de reorientação curricular da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), mais particularmente. Outros temas discutidos diziam respeito a: tipos de currículo (linear, integrado e interdisciplinar), marcos estrutural, conceitual e filosófico de enfermagem, entre outros. No momento, reconheceu-se a necessidade de aprofundar questões como: o que é currículo, correntes de pensamento que embasam a prática profissional, além de questões sobre ensino em geral e de enfermagem em particular.

Em 1988, foi criada a Comissão de Assuntos Curriculares (CAC)<sup>3</sup> composta por: professores, estudantes, enfermeiros dos serviços e representantes das entidades de classe Associação Brasileira de Enfermagem, Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e Associação dos Profissionais de Enfermagem do Rio Grande do Norte (APROERN).

Ainda em 1988, realizou-se o II Seminário para Estudos Curriculares, do qual participaram docentes da FAEN, enfermeiros dos serviços e representantes da administração central da UERN. Nessa oportunidade, foram discutidas as contradições na forma de implementação do currículo pleno da FAEN e suas implicações na prática profissional do enfermeiro, questões relativas aos problemas que a educação em enfermagem vem enfrentando nos níveis nacional, estadual e local. Questionaram-se, também, as bases conceituais de um currículo e sua adequação à realidade local, estadual e regional, identificando os perfis epidemiológicos e condições sanitárias de Mossoró.

Este evento concluiu que a dicotomia teoria/prática, ciclo básico/tronco profissionalizante,

3 Esta comissão tinha como propósito elaborar estudos que subsidiassem a avaliação curricular da FAEN e as propostas de reformulação, a partir das necessidades da comunidade acadêmica em articulação com as políticas de saúde e educação do país.

evidenciada em todas as etapas do curso eram decorrentes da visão idealista que os enfermeiros possuem acerca da enfermagem e do seu atrelamento às políticas definidas pelo Estado Brasileiro. Foi deliberada a elaboração de uma proposta de currículo pleno centrada na realidade do ensino, necessidades do aluno, realidade da força de trabalho de enfermagem, no perfil epidemiológico do País, Estado do RN e da região de Mossoró e sua inserção no mercado de trabalho.

Foi aprovada, ainda, a proposta de currículo sob a condição de ser definida e implementada após aprofundamento de estudos, envolvendo toda a comunidade de enfermagem de Mossoró. Essa decisão apontava para a necessidade de definição de linha filosófica do curso, perfil e competência do enfermeiro, como também formação política.

Em 1989, foi realizada a I Oficina de Trabalho sobre Reformulação Curricular. Esse trabalho se realizou em consonância com o movimento nacional de reorientação curricular, conduzido pela ABEn nacional que tinha como objetivo levantar questões acerca dos problemas da educação em enfermagem brasileira.

O ano de 1991 foi considerado um grande marco histórico da FAEN no processo de reorientação curricular com a realização do curso de especialização em Metodologia da Assistência de Enfermagem que possibilitou a discussão sobre a realidade da saúde e da enfermagem de Mossoró/RN, a capacitação dos docentes para a construção/implantação de um novo currículo e ampliação da produção científica realizada pelos docentes como conclusão do curso voltada para a transformação da realidade de ensino e saúde da região no âmbito da FAEN.

No ano de 1993 foram realizados o IV Seminário sobre Currículo da FAEN e a II Oficina de Trabalho sobre Reforma Curricular da FAEN, tendo como tema: Marcos Teóricos e Conceituais do Currículo de Graduação em Enfermagem da FAEN.

No início de 1994 ocorreu na FAEN a reestruturação da Comissão de Estudos Curriculares (CEC)<sup>4</sup>, sua coordenação que era compulsoriamente assumida pela direção da FAEN, passou a ser assumida por um(a) docente escolhido(a) em plenária do Conselho Administrativo (CONSAD). Foi elaborado então, um cronograma de encontros semanais na CEC para estudos e aprofundamento teórico, na perspectiva de embasar a construção dos marcos teórico e metodológicos de um novo currículo.

A necessidade de um maior aprofundamento nas bases teóricas para a orientação da prática de enfermagem e de intensificar os trabalhos da CEC, fazia-se urgente devido a construção do anteprojeto de currículo pleno da FAEN, uma vez que, em março de 1994, foi aprovado o parecer nº314/94 do CFE. Este indicava a formação de enfermeiros dotados de competência técnico- científica e política e mudanças no marco conceitual: a compreensão conjuntural do país e do contexto de saúde; a estreita relação entre processos de formação com o de trabalho em enfermagem; o currículo deveria favorecer a

4 A coincidência da sigla CAC em outra comissão existente no âmbito da Universidade provocou a necessidade em torno da mudança na denominação da comissão, passando a denomina-se Comissão de Estudos Curriculares-CEC. Atualmente as atribuições e funções da CEC foram incorporadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

uma prática que atendesse às demandas de saúde da população e estar em consonância com os princípios de universalidade, equidade, integralidade e resolutividade das ações de saúde em todos os níveis de assistência.

As questões levantadas no processo de construção de um novo Projeto Político Pedagógico eram o dilema entre implementar as etapas de reformulação do novo currículo e avançar no processo de formulação de uma nova consciência dos atores sociais envolvidos no processo (professores, aluno e profissionais dos serviços).

O dilema se configurava no sentido de que não bastava apenas mudar a grade curricular, mas que o novo currículo traduzisse todo o amadurecimento das discussões sobre o marco teórico que deveria embasar o processo de trabalho de enfermagem, acrescentando-se que os conteúdos e os componentes curriculares precisariam estar voltados para a realidade de Mossoró e da região, consubstanciando-se enquanto respostas concretas à melhoria da saúde da população; também em que os professores estivessem qualificados, técnico-científica e politicamente, para efetivarem um projeto pedagógico a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação.

Partindo dessa problemática, numa leitura crítica da construção histórica do novo Projeto Político Pedagógico da FAEN (com o currículo implementado em 1996), constatou-se que nas oficinas as discussões desaguavam em propostas de reformulações da estrutura curricular, com a introdução e/ou supressão de alguns componentes curriculares, sem enveredar por um aprofundamento mais consistente dos marcos teóricos norteadores do novo processo de trabalho em enfermagem e das transformações na formação do enfermeiro, respondendo em parte às demandas impostas pela realidade estrutural e conjuntural da FAEN.

Salientamos que foi através destas oficinas nas quais o Projeto Político Pedagógico era discutido que se promoveram importantes mudanças na concepção de currículo, de formação, de educação e de enfermagem, o que possibilitou a elaboração coletiva de um PPP para a formação do enfermeiro que atendesse aos anseios da comunidade faeniana.

Em âmbito nacional, em 1994, foi aprovada pelo Ministério da Educação e Desporto, a Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994 que estabelecia o currículo mínimo do Curso de Graduação em Enfermagem; esta portaria instituiu o prazo de um ano para que as escolas de enfermagem adequassem seus currículos plenos às suas diretrizes.

Em 1995, a FAEN intensificou seus estudos na CEC sobre a construção do projeto curricular do curso de graduação em Enfermagem. Durante a semana de Enfermagem, foi realizado o I Seminário de Integração Curricular do Estado do Rio Grande do Norte, na perspectiva de integração dos cursos de enfermagem da UERN e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em junho desse mesmo ano, aconteceu a IV Oficina de Trabalho sobre Reforma Curricular da FAEN, para a elaboração do anteprojeto de reformulação curricular. Nesta ocasião, foi elaborada a

primeira versão deste projeto contendo: referencial utilizado, conceituação abordada, estrutura curricular, ementas e nivelamento. Esse anteprojeto foi discutido internamente por cada disciplina do curso, ocasião em que os professores da FAEN encaminharam suas apreciações e sugestões à CEC. Para operacionalização da proposta, foi formada uma subcomissão da CEC, que ficou encarregada de organizar e agilizar as decisões. Aconteceu, também, a V Oficina de Trabalho sobre Currículo, quando foi discutida a problemática da Universidade e da formação do enfermeiro, com vistas a encontrar estratégias de superação das inconsistências presentes nessa formação.

Serviram de base para este trabalho: as discussões realizadas pelos docentes, discentes e enfermeiros dos serviços; os diplomas legais definidos pelo MEC (parecer nº 314/94–CFE e a Portaria Ministerial nº 1.721/94 MEC); o perfil socioeconômico e epidemiológico da população brasileira e da região; as transformações do setor saúde; o redimensionamento das bases teórico- metodológicas da formação do enfermeiro para assumir a coordenação do processo de trabalho em enfermagem; o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, a Lei Nº 7.498, de 25 de junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e a Lei Nº 8.967, de 28 de dezembro de 1994 que altera a redação do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem. No ano de 1996, foi implementado o novo Projeto Político Pedagógico da FAEN/UERN, tendo por base:

- A concepção da enfermagem como prática social, partícipe da totalidade social, determinada histórica e socialmente pelo modo de produção capitalista;
- A transformação do setor saúde, especialmente a instituição do Sistema Único de Saúde;
- O movimento da enfermagem em busca da reorientação concernente ao processo de formação do enfermeiro;
- O perfil socioeconômico e epidemiológico da população brasileira, da região e de Mossoró;
- A produção e organização dos serviços de saúde, reorganização do serviço de enfermagem no país e na região;
- O redirecionamento das bases teóricas e metodológicas na formação do enfermeiro para assumir a coordenação do processo de trabalho na enfermagem;
- A lei do exercício profissional e código de ética dos profissionais da enfermagem.

A partir desse ano, gradativamente, as turmas do antigo currículo avançavam na respectiva estrutura curricular culminando com o término da oferta acadêmica dessa estrutura; ao mesmo tempo, os períodos iniciais do novo currículo avançavam na sua implementação.

Este novo currículo parte da concepção da enfermagem como prática social, determinada, histórica e socialmente, pelo modo de produção capitalista, que, por sua vez, determina as políticas sociais, entre elas as de saúde e educação. Tem a compreensão de que a pesquisa deve servir de fio

condutor de todo o processo educativo, uma vez que esta subsidiará a sistematização e a produção do conhecimento de todos os segmentos envolvidos no processo.

A Faculdade de Enfermagem de Mossoró responsável pela formação da força de trabalho em enfermagem na região, intensificou os questionamentos sobre a prática pedagógica desenvolvida por essa unidade, articulada ao movimento pela redefinição do ensino e da prática da enfermagem brasileira, coordenado pela ABEn.

Mediante a condução desse movimento de redefinição da educação em enfermagem, com a participação de professores, alunos, enfermeiros das instituições de serviço e entidades de classe, a FAEN identificou a necessidade de construção de um Projeto Político Pedagógico avançando na concepção de grade curricular, de modo a contemplar: a dinâmica da formação; - a inserção do profissional no processo de produção; - as características e situações da força de trabalho em enfermagem no contexto da força de trabalho em saúde; - a criação e utilização de tecnologias; a produção, consolidação e sistematização do conhecimento na enfermagem; - a relação entre a organização do sistema de saúde e a formação/produção em enfermagem; - a participação do enfermeiro na prestação e qualidade dos serviços de saúde, entre outros (ABEn, 1991) .

Na perspectiva de oferecer formação ao enfermeiro, de modo que atendesse às necessidades sociais da população de Mossoró e região, esta proposta se fundamentou nos postulados teórico-metodológicos definidos pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), pelas diretrizes curriculares para a formação do enfermeiro, definidas nos Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEN), Parecer nº 314/94 CFE e Portaria nº 1.721/94- MEC.

Visando a atender às exigências da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as diretrizes propostas pelo programa de melhoria do ensino superior, instituído pelo Ministério da Educação, considerando ainda os indicadores de avaliação institucional presentes no Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), a FAEN vem promovendo uma avaliação contínua do seu Projeto Político Pedagógico ancorado nas discussões e deliberações dos fóruns nacionais de educação, em especial o Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem.

Atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regulamento dos Cursos Graduação da UERN; a terminologia referente ao projeto pedagógico foi alterada de Projeto Político Pedagógico (PPP) para Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A FAEN, no que se refere ao curso de graduação em enfermagem, parte da utilização de análise que tem como fio condutor a categoria trabalho, dentro de um processo mais amplo de produção social, no qual a produção dos serviços de saúde está em estreita articulação com esse processo.

O trabalho em saúde é concebido como coletivo por estar inserido o trabalho da enfermagem, materializado nos processos assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar tendo como

paradigma o processo saúde-doença e concepção da educação como espaço de transformação capaz de produzir a força de trabalho de enfermagem comprometida com a transformação dos serviços de saúde e da sociedade em geral.

Historicamente, a FAEN, instituição comprometida com a transformação da realidade concreta da produção dos serviços de saúde, tem contribuído com a sociedade, no sentido de promover a qualificação da força de trabalho em enfermagem nos diversos níveis de ensino. Esta Unidade de Ensino Superior possui vasta experiência na formação de recursos humanos na área de saúde, tanto em nível auxiliar/técnico em enfermagem, graduação e pós-graduação.

No tocante a profissionalização de técnicos de enfermagem esta instituição deu relevante contribuição através de convênio firmado com o Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana (CEIPEV), no período de 1973 a 2000, ainda nos parâmetros de Lei 5.692/71, sancionada pelo então presidente da República em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura, revogada pela LDB, Lei 9.394/96, que vai garantir a educação profissionalizante em seu Cap. III para todos os alunos que estivessem no nível médio de educação.

No que diz respeito à formação do nível auxiliar, a Faculdade de Enfermagem formou de 1996 a 1998 12 (doze) turmas de auxiliar de enfermagem em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e 03 (três) turmas de auxiliar de enfermagem em parceria com as instituições locais de saúde as quais necessitavam qualificar seus trabalhadores na perspectiva de reorganizar a assistência de enfermagem.

Em 2000, dando continuidade ao processo de formação do nível técnico, a FAEN firmou convênio com o Ministério da Saúde para a realização de cursos em nível de auxiliar e técnico de enfermagem através do Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Saúde em Enfermagem (PROFAE), que foi um importante trabalho no processo de formação dos profissionais, qualificando 2.914 (dois mil novecentos e quatorze) auxiliares de enfermagem e 976 (novecentos e setenta e seis) técnicos de enfermagem.

Parafraseando Germano (2003) o PROFAE para sua operacionalização instituiu em caráter emergencial um curso de especialização para enfermeiros, na área pedagógica, na modalidade de ensino a distância por esses profissionais estarem diretamente vinculados aos cursos de profissionalização dos trabalhadores na área de enfermagem. Posteriormente foi realizado o curso de Ativação de Processos de Mudanças na Formação Profissional em Saúde (2005-2006), pelo Ministério da Saúde em parceria com a FIOCRUZ e Rede UNIDA tendo este a participação dos docentes da FAEN tanto na condição de alunos como tutores.

Vale lembrar a participação de professores no Curso de Facilitadores dos Processos de Mudanças em Saúde, e no Polo de Educação Permanente do Rio Grande do Norte, visando o fortalecimento da articulação educação-trabalho, definição de linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações

concretas de educação continuada e educação permanente dos profissionais de saúde do estado e do município de Mossoró.

Essa capacitação ao nível *lato sensu* se ampliou com a realização de oficinas de trabalho para docentes e profissionais de saúde participantes dos projetos da FAEN, e oferta de 03 (três) cursos de especialização em Enfermagem Obstétrica e 02 (dois) cursos de especialização Saúde da Família.

De 2001 a 2004 aconteceram os cursos de especialização em Enfermagem Obstétrica em convênio com o Ministério da Saúde, que representou um marco no processo de qualificação profissional dos enfermeiros para realizem atividades em enfermagem obstétrica. Assim, o desenvolvimento desses cursos veio favorecer a política de expansão do ensino superior exigida pelo MEC e o projeto de articulação ensino/serviço da Faculdade de Enfermagem na capacitação dos seus egressos e dos profissionais de enfermagem nas unidades de saúde de Mossoró e da região oeste do Estado do Rio Grande do Norte, bem como, na construção de propostas de intervenções com vistas a maternidade segura como caminho para a realização das atividades práticas e instrumento norteador para o processo de transformação da realidade de cada serviço, no qual os trabalhadores estavam envolvidos.

De 2003 a 2005 aconteceu o primeiro curso de especialização em Saúde da Família que contou com a participação de médicos, enfermeiros e odontólogos que trabalhavam nas equipes de Saúde da Família dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, chegando a concluir o curso 23 (vinte e três) alunos.

O curso foi regido pela Resolução nº01/2001 do Conselho Nacional de Educação tendo como referência a realidade concreta da produção da Estratégia Saúde da Família, buscando superar a relação teoria-prática e avançando para a relação prática-teoria-prática. Essa relação proporcionou ao aluno a reflexão crítica da realidade na qual estão inseridos os serviços de saúde na perspectiva de contribuir com a transformação. A aproximação com a realidade ocorreu num processo de idas e vindas onde os/as alunos/as, trabalhadores/as coletivos em saúde, foram considerados atores/atrizes ativos no processo ensinar-aprender e o/a professor/a atuaram na perspectiva de ser um facilitador desse processo.

De 2006 a 2007 aconteceu o segundo curso de especialização em Saúde da Família em parceria com a Secretaria da Cidadania/Gerência Executiva de Saúde da Prefeitura Municipal de Mossoró, nos termos da Resolução nº 12/93 do Conselho Federal de Educação, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde, da resolução nº21/2003-CONSEPE e do contrato celebrado nos termos do art. 3º, IV e 183 da Lei Orgânica do Município de Mossoró; art.9º, da Lei Municipal nº 1.991/2004 e art. 116, da Lei Federal nº 8.666/83 e, subsidiariamente, no disposto na resolução nº 007/2005-TCE/RN.

Esse curso se propôs a capacitar técnica, política, científica e eticamente os trabalhadores (médicos, enfermeiros, odontólogos) das equipes de Saúde da Família do município de Mossoró na área de Saúde da Família, através do conhecimento de competências, habilidades e atitudes, necessário para



o repensar das práticas em saúde e construção de um projeto de intervenção que considere as necessidades dos grupos sociais. Considerando as intervenções que aconteceram nos serviços da atenção básica, o curso teve uma ação potencializadora na formação com a conclusão de 24 trabalhadores da Estratégia Saúde da Família e consolidação do SUS.

Em 2006, a FAEN é selecionada pelo Ministério da Saúde para desenvolver o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-SAÚDE), fortalecendo e dando apoio político e financeiro estratégico para a continuidade do processo de mudança em curso. A partir desta nova inserção, detectou-se a existência de problemas e pontos frágeis, no PPC, o que impôs a necessidade de aprofundamento das reflexões, dos estudos e reorientações das várias áreas nas quais foram identificadas essas fragilidades.

Em março de 2006 teve início o curso de técnico em enfermagem pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), operacionalizado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Projeto intitulado “Enfermagem no campo: um desafio de inclusão social. Formação do trabalhador de enfermagem de nível médio – qualificação em técnico de enfermagem” teve como objetivo geral qualificar alunos/trabalhadores rurais dos assentamentos da Reforma Agrária e Crédito Fundiário da Região Oeste e do Vale do Açu do Estado do Rio Grande do Norte com competência técnica-científica e ético-política para participar efetivamente da consecução do direito universal à saúde partindo da realidade dos serviços de saúde, bem como da realidade na qual os mesmos estão inseridos, na perspectiva de fomentar a transformação desta tendo como princípios a construção da cidadania no campo, os princípios ético legais da profissão e a valorização do homem/mulher em sua totalidade. Visualizava-se neste momento, a articulação do curso de enfermagem com políticas sociais e movimentos sociais, tendo a FAEN formado em 2008 um total de 88 (oitenta e oito) técnicos em enfermagem.

No ano de 2008, atendendo às Resoluções do CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002 e CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena em cumprimento a Resolução nº 02/2004-CNE, de 27 de agosto de 2004 e em conformidade com o indicado no Parecer CNE/CES Nº 15/2005, de 2 de fevereiro de 2005, publicado no DOU em 13 de maio de 2005, o PPC passou por processo de adequação curricular. Esta adequação teve como propósito atender aos requisitos instituídos pelas resoluções citadas; requisitos estes que definiram os critérios acadêmicos e curriculares necessários à formação do professor; no caso da FAEN, o licenciado em enfermagem. Desta forma, ficaram mantidas as duas modalidades previstas no PPC da FAEN, bacharel e licenciado em enfermagem.

A Faculdade de Enfermagem tem como perfil de egresso, bacharel e licenciado em enfermagem,

com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício e coordenação dos processos de trabalho da enfermagem, com base nos princípios da universalidade, equidade, integralidade e cidadania, no processo coletivo de trabalho em saúde, em todos os espaços e áreas de sua inserção.

Em 2006 foi criado o grupo de pesquisa denominado Marcos Teóricos Metodológicos Reorientadores da Educação e do Trabalho em Saúde; em 2010, foi criado outro grupo de pesquisa denominado Formação, Cuidado e Trabalho em Saúde e em Enfermagem. Em 2017, outro grupo de pesquisa foi criado na FAEN: Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso e em 2020, o grupo de pesquisa do Núcleo de Práticas Integrativas.

No ano de 2012 a UERN implantou o Mestrado Acadêmico em Saúde e Sociedade, na área de Ciências da Saúde, vinculado ao Departamento de Enfermagem e tendo como sede acadêmica e administrativa a FAEN. No ano de 2016 este curso passou a estar vinculado à Faculdade de Ciências da Saúde (FACS UERN).

No ano de 2015 foi implantado o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade, realizado em parceria entre a FAEN/UERN e a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM).

Sem dúvida, a Faculdade de Enfermagem ao longo de toda sua história, vem proporcionando grandes contribuições à sociedade, seja no âmbito da articulação ensino/trabalho, seja na integração junto aos Movimentos Sociais, tendo em vista, a formação do bacharel e do licenciado em enfermagem crítico, reflexivo, capaz de compreender e intervir no processo de produção dos serviços de saúde, em atendimento às necessidades sociais.

Nesse sentido, os anos de desenvolvimento das mudanças reafirmam a compreensão de que um currículo é uma construção social, na qual estão presentes contradições e conflitos entre diferentes atores as quais estabelecem limites e avanços na implantação de um novo modelo de formação.

A experiência histórica demonstra que a sustentabilidade do Projeto Pedagógico de Curso da FAEN é garantida pela institucionalização do trabalho em equipe, pela cultura da avaliação, do desenvolvimento da parceria com os gestores e profissionais dos serviços locais de saúde e pela capacidade de desenvolver um trabalho articulado com os diferentes atores, e em distintos cenários. Acredita-se que é preciso manter a ousadia no cotidiano, na prática diária docente/discente, profissional/usuário, profissional/equipe, instituição/comunidade.

A FAEN assume o desafio de lutar pelo acesso da parcela da população, hoje excluída, às políticas sociais, utilizando estratégias de mudança, postura ética e compromisso social com os direitos à saúde, assumindo a ética da solidariedade e rompendo com a ética do individualismo. Esse desafio determina, como indispensável, o redimensionamento das bases teóricas e metodológicas da formação do enfermeiro, para assumir a coordenação do trabalho de enfermagem e das concepções que hoje

orientam o seu trabalho.

#### 4.1 Justificativa

A elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso da área da saúde apresenta como exigência a incorporação de novos desenhos curriculares, não apenas em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Ministério da Educação, mas principalmente, pela necessidade de efetivação da concepção ampliada de saúde bem como do compromisso em materializar os princípios do Sistema Único de Saúde na produção dos serviços.

Essas postulações são visíveis nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem onde encontra-se explícito que “A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.” (BRASIL, 2001)

Nessa perspectiva, o PPC da Faculdade de Enfermagem se compromete em formar um enfermeiro, bacharel e licenciado, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício e para a coordenação dos processos de trabalho da enfermagem, com base nos princípios da universalidade, equidade, da integralidade da atenção à saúde, da cidadania, e do processo coletivo de trabalho em saúde, em todos os espaços e áreas de sua inserção (ABEn, 1997).

Tal assertiva desdobra-se na responsabilidade, conscientemente assumida por este projeto, em formar um profissional para contribuir com a transformação dos perfis epidemiológicos da população em escala local, regional, nacional e global.

Esta proposta implica uma verdadeira revolução paradigmática na Enfermagem, que passa a se constituir como imprescindível para a organização de um modelo de atenção que concretize os princípios norteadores do SUS visto incorporar saberes e fazeres que lhe garantem uma atuação ética, consciente, crítica e reflexiva, capaz de intervir nos diversos cenários nos quais atua na perspectiva de transformá-los.

Em síntese, podemos afirmar que a FAEN, instituição comprometida com a transformação da realidade concreta da produção dos serviços de saúde, tem contribuído com a sociedade, no sentido de promover a qualificação da força de trabalho em enfermagem nos diversos níveis de ensino o que corrobora para o desenvolvimento educacional, cultural e socioeconômico de Mossoró, região do Alto Oeste Potiguar e cidades circunvizinhas.

Mossoró, sede da FAEN, se constitui em município de referência para diversas cidades dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, pelas características de polarização e, principalmente, pela conjugação de múltiplas variáveis tais como: a diversidade de serviços disponíveis – dentre estes,

educação e saúde; a concentração de tecnologia nas áreas de fruticultura irrigada, sal marinho e petróleo; e, economia em expansão.

Dos setores de serviço, a saúde, nesta cidade e em todo o mundo, vem apresentando um aumento representativo, o que demanda a formação de profissionais com competência técnica, política e ética com vistas a atender às necessidades dos usuários destes sistemas de saúde.

Atualmente, Mossoró possui hospitais gerais e especializados, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde (compostas pelas equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), diversas clínicas, ambulatórios e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Dessa forma, convém ressaltar a imprescindibilidade do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN na formação de enfermeiros qualificados para atuar nos diversos cenários com vistas a atender as demandas sociais.

Contudo, é necessário ainda dizer mais. Apresentamos, pois, algumas das razões que tornam este curso essencial a dinâmica da produção dos serviços de saúde:

- Pela localização geográfica e pela sua constituição em cidade pólo, Mossoró se constitui como referência em saúde para a região e municípios circunvizinhos, o que contribui sobremaneira para expansão deste setor;
- Pela necessidade crescente e premente de enfermeiros, não encontramos dificuldades em estabelecer parcerias que possibilitam as atividades práticas, os estágios e desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa;
- A organização curricular do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN, através das modalidades bacharelado e licenciatura, configura-se como experiência pioneira e solitária, em Mossoró e região, o que proporciona a inserção dos nossos graduados em outros cenários de atuação;
- A qualidade da formação empreendida pela FAEN tem permitido que haja uma intensa aprovação de seus egressos em concursos de reconhecidas instituições nacionais e estrangeiras, tanto para realizarem pós-graduação em nível *strictu sensu* como para atuarem como trabalhadores destas;
- O reconhecimento da qualidade do processo de formação dos enfermeiros da FAEN/UERN faz com que grande parte de seu corpo docente seja composto por egressos desse curso o que corrobora ainda mais com o compromisso de todos com essa proposta.

Por fim, faz-se necessário frisar que a importância do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN encontra-se intrinsecamente ligado ao fato de sempre ter se constituído em um espaço democrático, aberto as mais variadas contribuições de todos os segmentos que lutam pela efetivação plena do Sistema Único de Saúde. Por fim, consideramos essencial que este foi e continua a ser um projeto claramente coletivo.

## 5 OBJETIVOS DO CURSO

- Formar o enfermeiro bacharel e licenciado, crítico e reflexivo com competência técnica científica, ético-política, social e humana, para exercer, coordenar e dar direcionalidade técnica e social aos processos de trabalho da enfermagem: assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar, em todos os níveis de complexidade da rede de serviços de saúde e nos processos de formação e educação permanente em saúde/enfermagem.
- Criar condições, oportunidades e experiências, que possibilitem ao aluno ser autor da construção do conhecimento com criticidade; e assim, desenvolver a criatividade, sendo capaz de reconstruir o saber para uma ação em defesa da qualidade da vida, da sustentabilidade do planeta, da integralidade da atenção à saúde, e da qualidade dos serviços prestados à população.
- Proporcionar espaços para o desenvolvimento de estudos e pesquisas com vistas a fomentar a produção e sistematização do conhecimento, enquanto instrumentos do trabalho em saúde/enfermagem.
- Propiciar a integração educação-trabalho, no estabelecimento de relações interinstitucionais mais democráticas e participativas nos processos educacionais da enfermagem e na organização do seu processo de trabalho no sistema de saúde, visando à efetivação das necessárias mudanças do atual modelo assistencial de saúde.
- Instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento dos processos de trabalho em enfermagem: assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar, de forma indissociável e em consonância com os princípios e diretrizes do SUS.
- Construir instrumentos para a produção de novos conhecimentos, enquanto instrumentos do trabalho em saúde/enfermagem, comprometidos com a transformação dos perfis epidemiológicos do País, da Região Nordeste, do Estado do Rio Grande do Norte e da cidade de Mossoró.
- Formar o enfermeiro, através da licenciatura, parte do processo ensinar/aprender, para a produção e qualificação dos demais trabalhadores da enfermagem, e para atuar na educação em saúde.

## 6 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO<sup>5</sup>

Enfermeiro, bacharel e licenciado, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício e para a coordenação dos processos de trabalho da enfermagem, com base nos princípios da universalidade, equidade, da integralidade da atenção à saúde, da cidadania, e do processo coletivo de trabalho em saúde, em todos os espaços e áreas de sua inserção.

Desse modo, o egresso estará apto a:

<sup>5</sup> A construção do perfil do egresso teve como referência as recomendações da carta de Florianópolis, elaborada no 2º Seminário Nacional de Educação em Enfermagem no Brasil, Florianópolis, ABEn/UESC, 1997.

- Coordenar o trabalho da enfermagem, parcela do trabalho coletivo em saúde, nos modelos clínico e epidemiológico de produção dos serviços de saúde;
- Desenvolver os processos de trabalho da enfermagem (assistir/intervir, ensinar-aprender, gerenciar e investigar) ao nível dos serviços de saúde e educação em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;
- Desenvolver, participar e aplicar processos de investigação, de pesquisa e de outras formas de produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao processo de trabalho da enfermagem; que objetivem a qualificação do atendimento às demandas colocadas pela dinâmica social, da organização tecnológica e suporte à prática profissional e à construção de novos paradigmas para a enfermagem brasileira e para o trabalho coletivo em saúde;
- Compreender as políticas de saúde/educação no contexto das políticas sociais, reconhecendo o seu papel social como agente responsável pela formação profissional e como um importante sujeito na transformação dos perfis epidemiológicos da população;
- Participar da organização política e o do desenvolvimento da profissão, reconhecendo as relações sociais e de trabalho e, a influência dessas relações na produção dos serviços de saúde e na educação, tanto em nível básico, quanto profissional;
- Atuar na educação profissional em cursos profissionalizantes e em outros campos da educação em saúde, como a Educação Permanente em Saúde, a docência e a gestão de cursos de formação de profissionais (como os de agentes comunitários de saúde e outros); gestão de serviços em educação em saúde, em empresas, em órgãos governamentais e em outras organizações;
- Produzir conhecimentos que contribuam com a transformação dos perfis epidemiológicos;
- Responsabilizar-se pelo processo de formação dos trabalhadores de enfermagem e participar dos processos de formação de outros trabalhadores de saúde;
- Reconhecer o contexto social, sua estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- Reconhecer a organização do trabalho e sua influência na saúde;
- Responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente;
- Atuar como articulador, negociador, capaz de estabelecer alianças e parcerias;
- Comprometer-se com o desenvolvimento da profissão e o aprofundamento de sua qualificação técnico-científica, bem como dos demais trabalhadores de enfermagem;
- Identificar as necessidades sociais da população e seus determinantes;
- Intervir na produção dos serviços de saúde com vistas à transformação dos perfis epidemiológicos e aperfeiçoamento do processo saúde-doença.

## 7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O curso de graduação em enfermagem da FAEN propõe-se a construção de competências e habilidades que qualifiquem o discente a:

- Atuar nos diferentes cenários da prática ou do trabalho de enfermagem;
- Captar, interpretar e intervir na realidade dos perfis epidemiológicos dos grupos sociais, as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;
- Construir coletivamente projetos de intervenção para os serviços de saúde/enfermagem responsabilizando-se pela parcela do trabalho de enfermagem no processo de produção desses serviços em resposta às demandas sociais;
- Assistir/intervir nas dimensões: Estrutural (sociedade), particular (grupos sociais), singular (indivíduo e família);
- Compreender o trabalho coletivo em saúde enquanto interdisciplinar ultrapassando a concepção de equipe de saúde que tem por base o trabalho multiprofissional;
- Coordenar o trabalho de enfermagem possibilitando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho da enfermagem (assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar) em todos os cenários da atenção à saúde;
- Participar de processos de formação e qualificação dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;
- Participar de processos de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde trabalho e adoecimento;
- Produzir conhecimentos, em suas diversas formas, que objetivem a qualificação do trabalho de saúde/enfermagem, na perspectiva da transformação dos perfis epidemiológicos;
- Respeitar o código ético, os valores políticos e os atos normativos da profissão;
- Participar da composição das estruturas deliberativas do sistema de saúde;
- Participar dos movimentos sociais da área de saúde/enfermagem;
- Desenvolver programas de Educação Permanente em Saúde, para os trabalhadores de saúde/enfermagem, mediante um trabalho pedagógico pautado na interdisciplinaridade e na vivência da prática profissional;
- Produzir conhecimento, na área da enfermagem, com vistas à qualificação da prática profissional que contribua com a qualidade de vida da população;

- Atuar como sujeito no processo de formação de trabalhadores em enfermagem;
- Planejar e implementar práticas educativas fundamentadas na promoção da saúde;
- Desenvolver, participar e aplicar pesquisa e/ou outra forma de produção de conhecimento na perspectiva da qualificação da prática profissional;
  - Interagir com os demais profissionais de saúde para o desenvolvimento da atenção à saúde no âmbito da assistência, da educação, da gerência e da pesquisa;
  - Contribuir para a reorientação do modelo assistencial da atenção à saúde;
  - Utilizar a linguagem verbal, não verbal e escrita de modo claro e objetivo;
  - Compreender a educação como um processo social, histórico e que se dá ao longo da vida, reconhecendo os processos educativos que permeiam as práticas sociais de saúde, institucionalizadas ou não;
    - Colocar-se de forma ética e humanizada na relação educativa, buscando a troca de saberes e práticas;
    - Compreender a educação em saúde como instrumento para a atenção à saúde, operacionalizada através de metodologias participativas que propiciem a autonomia e cidadania dos indivíduos e coletivos;
    - Compreender o processo de construção do conhecimento no contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido;
    - Identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino em saúde;
    - Identificar as diferentes linguagens, novas tecnologias, crenças, conhecimentos populares, manifestos nas sociedades contemporâneas e suas funções na produção do conhecimento, articulando-as ao seu processo de trabalho;
    - Identificar as dinâmicas culturais relacionadas ao fenômeno educativo e de planejar intervenções pedagógicas que as considerem;
    - Articular o ensino e a pesquisa na produção do conhecimento e na prática pedagógica;
    - Produzir, recriar, e utilizar os conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa em saúde;
    - Desenvolver compromisso ético na atuação profissional, e com a organização democrática da vida em sociedade;



- Desenvolver uma compreensão dos processos de ensino e aprendizagem na educação profissionalizante e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino;
- Participar da elaboração de projetos de atenção à saúde, no âmbito das políticas de atenção à saúde, nos diferentes ciclos de vida;
- Exercer o gerenciamento de cursos profissionalizantes e de atividades de Educação Permanente em Saúde;
- Realizar atividades de planejamento, organização, coordenação e avaliação dos seus processos de trabalho pautadas em valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso.

## 8 BASES REFERENCIAIS

O PPC da FAEN tem como base o estudo da dinâmica das transformações da produção da força de trabalho e de sua articulação com as políticas e movimentos sociais que buscam as transformações dos serviços de saúde e da sociedade em geral. Tem como preocupação central a construção de novos marcos teóricos para o ensino de enfermagem, como parcela do trabalho coletivo em saúde.

As formas de atuação propostas pela FAEN têm como base referencial a situação e as perspectivas da sociedade capitalista neoliberal brasileira, dentro da nova ordem econômica mundial que conforma uma divisão mundial do trabalho, desencadeada pela globalização da economia e orientada pela política neoliberal. Essa divisão ocasiona a desindustrialização do Brasil, de forma gradativa, substituindo a produção de tecnologia de ponta pela grande indústria e pela produção de insumos com investimentos na produção agroindustrial, na produção de matéria-prima, e em indústria de baixo perfil tecnológico, monopolizando o poder do controle do desenvolvimento das forças produtivas, do saber e da informação, imprescindíveis na atualidade e no terceiro milênio (MEDEIROS, 2000).

Esse contexto a desigualdade que se estabelece entre países, tendo como cerne da questão o poder da produção e da tecnologia, enquanto o poder e o saber ficam conformados na divisão mundial do trabalho, o que se traduz em dominação econômica e política de uns sobre os outros. A característica da terceira revolução industrial imprime a marca da exclusão, na qual a força de trabalho é dicotomizada em trabalhadores centrais e periféricos, desempregados e excluídos, dividindo também a parcela de apreensão do conhecimento e a utilização de tecnologias, gerando relações desiguais de poder, pelo saber e pelo controle econômico (MEDEIROS, 2000).

Esse processo difuso, caracterizado como terceira revolução industrial, ou pós-modernidade, tem repercussão na dimensão cultural, influenciando a arte e os costumes, conseqüentemente as formas de atendimento das necessidades sociais, ou seja, a situação e as perspectivas da produção de serviços de educação, saúde/enfermagem.

A FAEN assume o desafio de lutar pelo acesso da parcela da população, hoje excluída, às políticas sociais, utilizando estratégias de mudança, postura ética e compromisso social com os direitos à saúde, assumindo a ética da solidariedade e rompendo com a ética do individualismo. Assim, parte da concepção da sociedade como totalidade, concreta e articulada nas suas partes, na qual saúde/enfermagem são partes desse todo, influenciando e sendo influenciada pelo todo, pela ação política cultural dos atores sociais envolvidos nesse processo, e que defendem diferentes projetos para a saúde e a enfermagem. Esse desafio determina, como indispensável, o redimensionamento das bases teóricas e metodológicas na formação do enfermeiro para assumir a coordenação do trabalho de enfermagem e dos diplomas legais que orientam o trabalho da enfermagem: a Lei do Exercício profissional e o Código de Ética dos profissionais da enfermagem.

O processo de construção do PPC da FAEN teve como suporte teórico:

- Concepção da enfermagem como trabalho, parte do trabalho coletivo em saúde;
- Compreensão de que o processo produtivo está em constantes transformações, tanto em sua base técnica como nas atividades dos seus agentes e na divisão técnica e social do trabalho;
- Concepção de que a articulação entre trabalho e educação se estabelece no processo ensinar/aprender que resulta na produção da força de trabalho;
- Utilização de análises que tem como fio condutor a categoria trabalho dentro de um processo mais amplo da produção social da sociedade brasileira atual, no qual a produção dos serviços de saúde está em estreita articulação a esse processo;
- Trabalho em saúde concebido como coletivo no qual está inserido o trabalho da enfermagem, materializado nos processos assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar; tendo como paradigma o processo saúde/doença e a concepção da educação como espaço de transformação capaz de produzir a força de trabalho de enfermagem, comprometida com a transformação dos serviços de saúde e da sociedade em geral.

## 8.1 Concepções

As concepções construídas coletivamente na FAEN compreendem partes de um todo, indissociável, sendo estas dimensões do trabalho de enfermagem (dimensão estrutural, particular e singular), portanto, intrinsecamente relacionadas entre si, e que vão embasar o ensino e o trabalho de enfermagem.

### 8.1.1 Sociedade

A sociedade é a base que fundamenta as formas de trabalho (produção social) e de vida (reprodução social), determinando as necessidades sociais e possibilidades de atendimento a essas necessidades.

Formada por classes sociais antagônicas e extremamente desiguais, em que a determinação de classe é definida pelo econômico, através da exploração, e pelo jurídico, político e ideológico, através da subordinação. As classes sociais são formadas pelos conjuntos de agentes sociais determinados, principalmente, mas não exclusivamente, por seus lugares no processo de produção.

O momento da reprodução comporta a organização da vida na sociedade e representa os diferentes “modos de andar a vida” das diferentes classes. Esse momento também comporta a formação de grupos sociais que se inserem no momento da produção, pois essa inserção lhes permite ter uma determinada base material de existência.

Os grupos sociais homogêneos são caracterizados por sua inserção de classe (relação capital/trabalho) na base econômica, na base social e na base geosocial. No âmbito da dinâmica da sociedade, especificamente no seu momento produtivo, se localizam nos espaços formais de trabalho e de representação das relações capital/trabalho como, por exemplo, nos locais de trabalho, nos sindicatos patronais e de trabalhadores, nos órgãos de classe e de defesa popular.

Ainda no âmbito da dinâmica da sociedade, mais especificamente no seu momento reprodutivo, ele é encontrado nos momentos em que usufrui dos equipamentos públicos e privados, como escola, creches, clubes, igrejas. Significa que as classes e/ou grupos sociais têm acesso diferenciado na forma de ocupação do espaço onde se dará a produção, o atendimento às suas necessidades, e onde se processará a vida.

O processo de transformações das condições políticas sociais e econômicas com o impacto da globalização determina a reestruturação do Estado com a implantação de políticas sociais neoliberais voltadas para o estado mínimo, as quais causam grandes dificuldades, injustiças e instabilidade social.

A saúde encontra-se inserida no processo de trabalho terciário que tem um processo de trabalho, tem um processo de produção, relações sociais de trabalho, meios e instrumentos (MEDEIROS, 2000).

### 8.1.2 Trabalho

Forma pela qual o homem retira da natureza o seu sustento, uma vez que transforma essa natureza de acordo com as suas necessidades, estabelecendo, conseqüentemente, uma relação de produção com outros homens.

Meio pelo qual uma sociedade se organiza e é transformada e onde se estabelece uma relação de exploração geradora de satisfação e insatisfação pessoal. A satisfação/insatisfação pessoal é determinada histórica e socialmente, portanto dinâmica.

O trabalho é condição inerente ao homem/mulher, como forma de garantir a sua subsistência. É a inserção no modo de produção que garantirá a base material de sustentação do trabalhador, fato que definirá a qualidade de vida no momento da reprodução social. O processo de trabalho representa a categoria fundamental para o reconhecimento da sociedade capitalista e das formas de como ela se reproduz.

### 8.1.3 Trabalho coletivo em saúde/produção dos serviços de saúde

Na saúde, embora o trabalho se configure como qualquer outro, não deve ser tomado sem que se considerem as determinações sócio históricas dos agentes, meios/instrumentos e objetos, num determinado tempo e organização social. A sua origem não pode ser compreendida como necessidade humana nata, ou seja, a necessidade de saúde, o que somente ganha forma de trabalho com o nascimento da clínica.

O processo de trabalho em saúde, categorizado como serviço, apresenta, portanto, características que o distinguem dos demais trabalhos, apesar de compartilhar semelhanças nos processos de trabalho que ocorrem na indústria e em outros setores da economia.

Ancorado numa relação interpessoal muito intensa, que assume caráter forte e decisivo para a própria eficácia da ação, esse serviço não se realiza sobre coisas ou objetos. Dá-se sobre pessoas, estabelecendo uma relação entre quem consome o serviço e quem o produz. Em outras palavras, as pessoas, embora consumidoras, são co-partícipes do processo de trabalho e co-responsáveis pelo êxito, ou fracasso da ação terapêutica. Serve para recuperar, tornar melhor ou preservar um bem ou conjunto de bens (NOGUEIRA, 1995).

Esse trabalho apresenta algumas características:

1º - Processo marcado por uma direcionalidade técnica, de natureza coletiva, ou seja, formado por um conjunto de agentes que compõem o processo, compartilhando conhecimentos científicos, embora sob o comando técnico e social de uma categoria – a dos médicos – que determina o processo de

trabalho em saúde.

2º - A integração entre os aspectos intelectual e manual, ou seja, que detém a direcionalidade técnica, também participa do ato técnico final, a exemplo da categoria do médico. Este profissional continua a ser um trabalhador manual, na cirurgia e em outras atividades. Entretanto, não existe a separação intelectual/manual no trabalho em saúde. Aliás, esta é outra característica que diferencia o trabalho humano do trabalho animal. No trabalho humano, a unidade entre concepção e execução pode ser dissolvida, ou seja, a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra.

3º - A fragmentação dos atos. Em um hospital ou em uma Unidade Básica, o usuário se submete a uma quantidade enorme de atos e diagnósticos e terapêuticos para ter seu problema resolvido (NOGUEIRA, 1995).

De acordo com o paradigma biomédico, o reconhecimento dos problemas de saúde e doença das populações e a correspondente resposta dos serviços de saúde tomaram e tomam por base, em nosso meio, a demanda individual pelos serviços (aqueles que procuram o serviço por apresentar algum tipo de agravo), e esta maneira de se proceder à produção em saúde tem tido como fonte o modelo médico (clínico) de intervenção, de enfoque biologicista, centrado no agravo do corpo individual, atribuindo ao agravo uma causa ou causas diversas (sociais, econômicas, biológicas), não hierarquizadas (CAMARGO JR, 1997).

O reconhecimento de tais problemas deverá estar articulado às formas de trabalhar e de viver dessa população, raízes que explicam os diferentes gradientes de saúde e doença; a intervenção em saúde será, pois, comandada pela estratégia da vigilância em saúde, ferramenta fundamental para o controle do processo saúde-doença das populações, em que o trabalho, a vida, a saúde e a doença convivem de modo articulado (BREILH, 1991).

Uma nova organização das práticas de saúde deve ter como objetivos, de um lado, as "necessidades sociais", reconhecidas como problemas de saúde da população, e, de outro, a resolução da maior quantidade possível de problemas, não aceitando a organização centrada exclusivamente na assistência médica individual. Conseqüentemente um novo modelo das práticas de saúde pautado na realização de trabalho epidemiologicamente orientado, assumindo a produção de serviços de saúde na sua dimensão coletiva, na qual a clínica tem papel fundamental e indispensável, parte do modelo epidemiológico.

Na perspectiva da Vigilância à Saúde o processo de produção dos Serviços de Saúde tem os seguintes elementos:

- Objeto – os perfis epidemiológicos do coletivo na sua totalidade, nos grupos sociais homogêneos e na sua singularidade;
- Finalidade - a transformações desses perfis visando ao aperfeiçoamento dos processos saúde-doença;

- Meios e instrumentos - os recursos materiais e tecnológicos, força de trabalho em saúde entre outros;
- Trabalho em si - os atos realizados pelo conjunto dos trabalhadores da saúde orientados pelo modelo epidemiológico, do qual o modelo clínico é parcela integrante, na sua articulação, produzem a transformação no objeto.

#### 8.1.4 Processo de trabalho da enfermagem

A enfermagem, como integrante do processo de produção dos serviços de saúde, tanto vai apresentar características como sofrer determinações sociais a que qualquer serviço está sujeito na sociedade brasileira.

Também vai se submeter às relações de produção que se estabelecem no setor Saúde, muito embora sua evolução e crescente divisão técnica e social de trabalho, impostos pelas necessidades capitalistas, a diferenciem, assumindo características muito próprias que a distinguem da prática médica.

Parcela do trabalho coletivo em saúde constitui-se uma prática heterogênea, realizada por diferentes categorias com graus de qualificação diferenciados e níveis de atuação com complexidade distinta, que compartilham parcelas deste trabalho para compor um conjunto complementar e interdependente referido ao todo.

O trabalho da enfermagem tem especificidades que se materializam em quatro processos: assistir/intervir<sup>6</sup>, ensinar/aprender, gerenciar e investigar; são conceituados também a partir da indissociabilidade entre os modelos clínico e epidemiológico, onde o/a enfermeiro/a exerce a coordenação do trabalho da enfermagem nesses modelos de produção dos serviços de saúde.

Por se tratar de trabalho coletivo, os processos de trabalho em enfermagem são parcelas do processo de trabalho em saúde e, em alguns casos, configuram-se como meios/instrumentos desse mesmo trabalho.

Participação em processos de produção de conhecimento: pesquisas e/ou outras formas de produção específicas da enfermagem ou em parceria com os demais trabalhadores da saúde.

<sup>6</sup> A graduação em enfermagem no Brasil tem por referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação em Enfermagem (BRASIL, 2001); neste sentido, ao denominarmos o processo assistir/intervir estamos concebendo esse trabalho não só um processo assistencial; mas também um processo de intervenção seja na assistência individual, seja na organização dessa assistência, seja na luta pela consecução da melhoria da qualidade da assistência.

Quadro 01 - Processos de trabalho da enfermagem, seu objeto, finalidade, meios e instrumentos e o trabalho em si.

PROCESSO DE TRABALHO	PROCESSO ASSISTIR/INTERVIR	PROCESSO GERENCIAR	PROCESSO ENSINAR/APRENDER	PROCESSO INVESTIGAR
Objeto	Perfis epidemiológicos do coletivo na sua totalidade, nos grupos sociais homogêneos e na sua singularidade (indivíduo / família).	Dinâmica de como se processa a assistência / Intervenção de enfermagem na sua aderência e articulação com os perfis epidemiológicos do coletivo;	Conhecimento que os ingressantes em enfermagem tem acerca do objeto/finalidade do processo de produção dos serviços de saúde/enfermagem materializados no ensino através das áreas temáticas, conteúdos.	Estado de arte que caracteriza o saber da enfermagem e sua articulação com a produção dos serviços de saúde
Finalidade	Transformação desses perfis visando aperfeiçoar o processo saúde-doença do coletivo também nas dimensões geral, particular e singular	Compatibilizar essa dinâmica às necessidades de transformação do processo assistir/intervir articuladas as transformações dos perfis epidemiológicos	Construção de um conhecimento que atenda as demandas sociais e que produzirá o enfermeiro coordenador do trabalho de enfermagem com vistas a transformação dos perfis epidemiológico de Mossoró, da Região e do Estado do Rio Grande do Norte;	Construção um novo saber da enfermagem de modo que venha a contribuir com uma nova forma de produção dos serviços
Meios / Instrumentos	Força de Trabalho, saber e tecnologias de enfermagem construídos sobre o modelo clínico e epidemiológico de modo a fundamentar o assistir/intervir.	Modelos e métodos gerenciais, processo de educação continuada; força de trabalho.	Discentes, docentes, processos de trabalho que assegurem a infraestrutura acadêmica e administrativa, projeto pedagógico de curso, pesquisas, tecnologias, materiais e equipamentos;	Referenciais teóricos metodológicos, métodos e técnicas, projetos de pesquisas Força de trabalho qualificada.
Trabalho em si	Caracteriza-se pela presença constante da enfermagem junto ao objeto, acompanhando-o diretamente ou à distância.	Ocorre sob orientação do Plano Diretor para a Saúde do Município e pelo Plano Diretor para a assistência de enfermagem a ele subordinado, nas instituições e/ou em outros espaços em que se processa o trabalho de enfermagem.	Desenvolvimento do projeto pedagógico de curso no qual na perspectiva da produção de um novo conhecimento que venha contribuir para a transformação da produção dos serviços de saúde.	Participação em processos de produção de conhecimento: pesquisas e/ou outras formas de produção, específicas da enfermagem ou em parceria com os demais trabalhadores da saúde.

### 8.1.5 Processo saúde/doença

Processo determinado histórico-socialmente, no qual as condições de vida e trabalho

vãodeterminar diferentes potenciais de risco e benefícios que caracterizam as diferentes formas de adoecer e de morrer. Resultante da forma de como o homem produz e se reproduz socialmente. O modo específico pelo qual ocorre nos grupos, o processo biológico de desgaste e reprodução, destacando como momentos particulares a presença de um funcionamento biológico diferente, com consequências para o desenvolvimento regular das atividades quotidianas, isto é, o surgimento da doença (LAURELL, 1982).

Expressa a resposta dinâmica que as classes sociais manifestam de forma diferenciada, de acordo com sua inserção no sistema de produção frente aos determinantes sociais, resposta esta dada pelas características de riscos e de potencialidades que são reflexos do processo biológico de desgaste. Em nossa sociedade dividida em classes sociais, a qualidade de vida de cada classe social é diferente, pois diferente é sua exposição aos processos de risco e ao acesso a processos benéficos ou potencialidades de saúde (valores e contravalores).

#### 8.1.6 Educação

Processo de formação integral do homem, que visa a contribuir para a construção de sua visão de mundo de forma crítica, consciente.

Prática social utilizada como forte instrumento ideológico. Elemento de alienação e submissão das classes menos favorecidas em detrimento da possibilidade da construção da consciência crítica.

Mas apresenta-se também como um processo social que dá aos indivíduos a possibilidade de construir (através de um processo de repasse, apreensão e reconstrução do conhecimento) uma visão crítica da realidade, a fim de transformá-la. Produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

Processo pedagógico que se constrói a partir da realidade do indivíduo, ultrapassando os limites das instituições escolares, ou seja, produto e produtor de determinações sociais.

#### 8.1.7 Políticas de saúde

Intervenção do Estado neoliberal com o objetivo de garantir somente o mínimo de serviços produzidos para aliviar a pobreza, propondo uma política assistencialista organizada sob a forma de programas de ações orientadas à atenção de problemas prioritários e de impacto mais imediato,



como os programas de imunização, de atenção infantil e suplementação alimentar, com um forte grau de imposição governamental. Acresce-se a isso o fato de que para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos, torna-se necessária a comprovação da condição de indigência (LAURELL,1995). Como consequência dessa política, ocorre a negação dos direitos sociais e da obrigatoriedade do Estado em garanti-los.

Os programas, acima referidos, são manipulados pelo estado e têm como objetivo assegurar uma clientela política em substituição do apoio popular, cuja essência reside na consolidação de um pacto social. Representa uma tentativa de mascarar uma economia desregulamentada, de livre-mercado e não provoca processos políticos contrários, capazes de anular o projeto neoliberal (LAURELL, 1991).

Ao estado, interessa a consolidação de um modelo econômico que favoreça o processo de privatização do financiamento e da produção dos serviços de saúde, seguindo a ótica neoliberal sob a égide da dinâmica da acumulação privada. Os hospitais com grande incorporação de tecnologia absorvem, portanto, grandes investimentos de capital, que geralmente pertencem ao setor público.

O avanço tecnológico e científico da indústria farmacêutica, instrumentos e equipamentos médico-hospitalares determinam a medicalização da sociedade, a tecnificação e especialização do ato médico, favorecendo uma visão fragmentada do homem e da sociedade. Este avanço tecnológico, se por um lado contribui para a elucidação diagnóstica, por outro, restringe o acesso dos usuários a esse aparato tecnológico. Acresce-se a isto, o elevado investimento dispensado para qualificar os trabalhadores da saúde para manusear toda esta tecnologia cuja distribuição dos seus progressos ocorre de forma desigual na sociedade capitalista.

A forma de produzir serviços de saúde ancorada no paradigma flexneriano enfatiza o processo fisiopatológico em detrimento da causa. Expressa-se por meio de elementos que se inter-relacionam: mecanicismo, biologicismo, individualismo, especialização, tecnificação e curativismo. Elementos que conduzem à compreensão fragmentada do homem.

Desse modo, predomina o pensamento clínico/individual em torno do processo saúde/doença, reforçando respostas unilaterais dos serviços de saúde que se localizam na atenção individual.

Como modelo contra-hegemônico, encontra-se em construção o Sistema Único de Saúde, resultante do movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que impõe uma nova forma de se produzir em saúde. Direcionar e modificar a forma de organização e conteúdo das ações e serviços de saúde de modo a responder às demandas da população no atendimento às suas necessidades.

#### 8.1.8 Gênero

Fundamenta-se no estudo das relações entre os gêneros na sociedade, analisando a construção social do sexo conforme o contexto histórico da família, da sociedade, e da realidade de produção dos

serviços de saúde. Neste ínterim, vislumbra-se a análise da situação da saúde física, psíquica, sexual e reprodutiva do gênero feminino e masculino, as lutas dos movimentos sociais pela igualdade de direitos/deveres entre os gêneros, independente do sexo biológico e do pragmatismo patriarcal. Assim, remete-se a análise da formação e atuação do profissional enfermeiro no processo saúde e doença conforme as relações de poder entre os gêneros.

## 9.1 Princípios Formativos

São considerados enquanto princípios formativos do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN:

### 9.1.1 Interdisciplinaridade

De acordo com Japiassu (1976), a interdisciplinaridade caracteriza-se como um remédio mais adequado à patologia geral do saber. Seria uma resolução para o esfacelamento das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa que produzem um “saber em migalhas”.

Por considerar que os componentes curriculares constituem representações da realidade e que apenas um componente não dá conta da aproximação a singularidades históricas das situações concretas, fez-se necessário aos cursos de graduação repensar e ultrapassar os limites do conhecimento compartimentalizado no âmbito dos campos disciplinares. Reafirmou-se, nesse processo, a expansão das atividades extramuros, configurando espaço para o interrelacionamento disciplinar.

Na área de enfermagem, passaram a ocorrer os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem, reiterando a preocupação com o tipo de formação ofertada aos enfermeiros, que se estabeleceria como um processo de formação integrado. O perfil generalista, fundamentado no rigor científico, que se consubstanciou, em 2001 nas diretrizes curriculares nacionais do curso de enfermagem salientava que as atividades teóricas e práticas, presentes desde o início do curso, deveriam permear toda a formação do enfermeiro, destacando o caráter integrado e interdisciplinar de sua estruturação (GALINDO; GOLDENBERG, 2007).

O termo interdisciplinaridade enquadra-se na proposta do trabalho e na relação estabelecida entre docentes e discentes de enfermagem da FAEN: enquanto prática individual, como uma expressão de encontros e reencontros, momento de uma nova chegada, atitude de espírito feita de curiosidade, abertura, senso de aventura e descoberta; e, como prática coletiva, entendida como um convite prazeroso à abertura, ao diálogo no trabalho em equipe, sem fronteiras e preconceitos de novos saberes ainda não descobertos (JAPIASSU, 1976).

Entende-se por interdisciplinaridade o movimento de construção e reconstrução de um

conhecimento mais globalizante que rompe com as fronteiras das disciplinas e que, para tal, adota não somente a integração dos conteúdos, mas também um compromisso de reciprocidade diante do conhecimento. Assim, essa dimensão objetiva edificar novas relações entre os sujeitos que interagem nesse processo: docentes, discentes, profissionais dos serviços de saúde e população (SENA *et al.*, 2003).

Trabalhar a interdisciplinaridade na formação do enfermeiro possibilita repensar acerca de um modelo integral em saúde que objetiva ir além dos padecimentos do doente e do diagnóstico. Isto pode gerar mudanças nos processos de trabalho, nos saberes e nas ações de saúde pautadas na fragmentação do corpo biológico e, portanto, na exclusão do sujeito.

Nesta perspectiva, é possível que os discentes compreendam a articulação didática dos assuntos, sobretudo vivenciando a relação dialética de tornarem-se sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento. Além disso, serem capazes de responder a questões amplas, de explorar relações entre as disciplinas e a partir delas solucionar problemas que ultrapasassem os limites pedagógicos de um conteúdo, fortalecendo o movimento entre a ação-reflexão-ação e prática/teoria/prática

Assim, como caracteriza Garcia *et al.* (2006) a interdisciplinaridade é marcada pela intensidade das trocas e integração dos saberes das disciplinas num projeto comum, ressaltando o estabelecimento de uma relação de reciprocidade, de mutualidade, ou seja, um regime de copropriedade, de interação, que irá possibilitar o diálogo entre os interessados. Ao compartilhar ideias, ações e reflexões, cada participante é, ao mesmo tempo, “autor” e “ator” do processo envolvendo nesse sentido o processo de aprender a aprender.

### 9.1.2 Articulação prática/teoria/prática

Enquanto princípio formativo do curso de graduação em enfermagem da FAEN, a articulação prática/teoria/prática é compreendida como movimento integrador do processo de ensino-aprendizagem onde a dimensão teórica e a dimensão prática não se dissociam no cotidiano acadêmico. Neste sentido, ela rompe com a visão tradicional do ensino onde a teoria obrigatoriamente antecede a prática (PEREIRA, 2003).

Esse princípio tem como referencial teórico-metodológico a metodologia da práxis de Paulo Freire (FREIRE, 1981), onde a produção do conhecimento é um processo dialético movido por implicações dos sujeitos (discentes e docentes) a partir das suas vivências em sociedade. Esses sujeitos são históricos e culturais, seres inacabados que sofrem determinações da dimensão estrutural da sociedade ao mesmo tempo em que são agentes de transformação da realidade.

Esta perspectiva pedagógica na qual se fundamenta este PPC não visa esconder os conflitos e contradições da realidade objetiva, mas ao contrário, desoculta-os, permitindo a reflexão da ação. Desta

forma assume-se a ideia da superação entre teoria e prática, entendendo-as em um processo de recursividade que realimenta e permite a proposição de uma nova práxis (ação transformadora) mais adequada a cada contexto. (GADOTTI, 1998; ALMEIDA, 2006)

Neste sentido, todo sujeito é portador de um dado saber fruto de sua vida, de sua inserção na sociedade. Assim, no contexto acadêmico, teremos várias formas de apreender a realidade considerando a diversidade de visões de mundo dos sujeitos que integram este cotidiano.

Estes saberes representam certa aproximação desses sujeitos com a realidade que não pode ser negado no processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, deve ser tomado como ponto de partida para a produção de novos saberes, e agregados aos demais saberes inerentes à formação em enfermagem. Busca-se, neste ínterim, trabalhar a construção de conhecimentos a partir da vivência de experiências significativas, apoiada nos processos de aprendizagem por descoberta. (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004)

Articulação prática/teoria/prática se consuma por meio de estratégias didático-pedagógicas onde o saber do aluno sobre a realidade concreta de determinada temática é adotado como ponto de partida para as atividades pedagógicas. Esse saber é problematizado em sua articulação com o contexto da produção de serviços de saúde e de enfermagem em nível nacional e loco-regional. É a partir deste processo reflexivo que novas demandas de conhecimento são produzidas, suscitando a busca por novos saberes e vivências.

Nesta perspectiva, esses sujeitos são envolvidos num processo de captação da realidade concreta, reflexão sobre a produção de serviços de saúde e de enfermagem, a partir de problematizações retornando a realidade vivenciada na perspectiva de alterá-la seja como cidadão ou trabalhador da área da saúde.

Esse momento tem como propósitos:

- Suscitar questionamentos sobre a relação prática/teoria/prática vivenciadas;
- Evidenciar a necessidade de novos saberes que ampliem a compreensão acerca da realidade.
- Possibilitar vivências prática/teórico/prática que possibilitem a reconstrução da teoria à luz da prática, bem como repensar a prática atravessada pela teoria.

Dialeticamente, a teoria e a prática são articuladas enquanto momentos indispensáveis à produção do conhecimento; pois, o saber é sempre parcial, inacabado e exige o confronto entre a teorização e a prática enquanto caminho para a superação de uma compreensão acerca das temáticas em estudo.

Esta dinâmica pressupõe uma prática docente centrada no aluno e em suas necessidades de aprendizagem, no contexto da formação em enfermagem.

### 9.1.3 Flexibilização

Nas últimas décadas, diversas mudanças vêm ocorrendo no âmbito político, social, econômico e cultural, resultando na reorganização dos processos de produção e reprodução social, acirrando as desigualdades sociais e aguçando a formação de sujeitos que atendem sobremaneira os interesses mercadológicos.

Ao mesmo tempo em que essas mudanças ocorrem na sociedade e provocam redefinições na formação, elas também ressignificam o papel da Universidade e de seus agentes. Desse modo, cabe a ela, enquanto instituição formadora, definir que caminho irá seguir: a lógica mercadológica ou de formação de sujeitos capazes de conhecer e reconhecer-se na realidade concreta com o intuito de transformá-la na perspectiva da cidadania.

Portanto, entendendo que a universidade tem um papel social, disto decorre a necessidade de reconstruir os Projetos Pedagógicos de Curso a partir de modelos curriculares que rompam com a lógica de uma ciência rígida e dicotômica. E assim, formar sujeitos/atores de sua própria história que apontem para uma prática/atitude crítica e propositiva que contribua com a diminuição das iniquidades sociais.

No dizer de Cabral Neto (2004, p. 13), a “organização curricular como um aspecto basilar do Projeto Pedagógico deve possibilitar uma dinâmica curricular ancorada em uma relativa liberdade e flexibilidade.” Essa organização, como realça o Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação (FORGRAD), inclui a permeabilidade em relação às transformações que ocorrem no mundo científico e nos processos sociais, a interdisciplinaridade, a formação sintonizada com a realidade social, a perspectiva de uma formação continuada ao longo da vida, a articulação teoria-prática presente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a flexibilização curricular substitui o modelo de grade por uma estrutura que possibilita ao discente participar do seu processo de formação e ao docente perceber-se não mais como centro do saber, mas como facilitador/aprendiz do processo ensino-aprendizagem. Rompe com a hierarquização artificial dos conteúdos, criando novos espaços para a aprendizagem a partir do movimento de articulação prática/teoria/prática, possibilitando aos atores envolvidos a ampliação dos horizontes de conhecimento e a construção de uma visão crítica que lhes permitam extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional e propiciar a diversidade de experiências.

Conforme Coutinho e Marino apud Timoteo (2004) a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, é decorrente do exercício concreto da autonomia universitária, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da reorganização da gestão pedagógica e administrativa, da reorientação da produção do conhecimento, da melhoria das condições de trabalho e infraestrutura destinada aos seus professores, funcionários e estudantes.

Nessa perspectiva, a flexibilização acadêmica reveste-se de valor estratégico que pode estar direcionado a pelo menos dois momentos da ação: um voltado à gestão acadêmica e outro ao projeto pedagógico do curso, o que implica, para o primeiro, a adoção de um conjunto de mecanismos de gestão, capazes de romper a prática dissociativa existente, na construção de novas relações institucionais. [...] Quanto ao segundo momento da ação, flexibilização curricular, esta exige, antes de tudo, a compreensão do currículo como o conjunto de princípios e diretrizes intencionalmente traçados, os quais levam em consideração as conjunturas gerais e locais, as relações sociais existentes, as possibilidades e estratégias que asseguram ao processo de formação a sua finalidade esperada (TIMOTEO, 2004, p. 27).

Desse modo, a flexibilização é um princípio central dentro do processo de formação. Todavia, para que este seja tomado em sua essência, é necessária a articulação entre a gestão do processo formação e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

#### 9.1.4 Contextualização

A universidade, como parte da totalidade da vida social e sem abdicar de suas competências críticas, deve construir a capacidade de responder às demandas e às carências da sociedade, por meio da produção e socialização de novos conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo.

Desse modo, a realidade social deve ser o ponto de partida para a produção de novos conhecimentos, considerando que esses conhecimentos somente se concretizam/adquirem significado na realidade na qual estão inseridos. Dessa forma, o estudante consegue reconhecer as articulações entre saberes e práticas construídos na universidade e o contexto social no qual está inserido, possibilitando a crítica sobre esta realidade e produzindo um novo significado para o que é discutido na universidade, viabilizando a formação de um sujeito capaz de intervir no mundo em que vive.

O princípio da contextualização se constitui em meio/instrumento que objetiva atribuir significado ao conhecimento que se pretende construir e possibilita retirar o aluno da condição de espectador, uma vez que viabiliza a problematização dos saberes e práticas, instigando o estudante a buscar um conhecimento que, ainda, não construiu.

Este princípio, para a universidade, possibilita manter a coerência entre o projeto de educação e o projeto de sociedade que se pretende construir, ou seja, uma sociedade de cidadãos.

Ao traduzir este princípio na formação em saúde/enfermagem, o desafio está em romper com as visíveis restrições do pensamento científico que tende reduzir a formação em saúde/enfermagem ao seu caráter técnico e disciplinar, muitas vezes longe da realidade na qual os trabalhadores da saúde/enfermagem estão inseridos.

Desse ponto de vista, a contextualização, compreendida como a capacidade de articular o conhecimento a realidade, fomentar a integração num movimento prático/teórico/prático, inserir conteúdos no tempo e espaços de vida e trabalho, torna-se um importante instrumento de ressignificação

da formação em saúde/enfermagem, que tem como perspectiva atender aos princípios e diretrizes do SUS, preconizados pelo Movimento de Reforma Sanitária Brasileira.

#### 9.1.5 Democratização

O egresso do curso de graduação em enfermagem encontrará um ambiente de trabalho que reproduz no seu microespaço a dimensão política da profissão no contexto brasileiro, contexto este marcado pela injustiça social, pela exploração do trabalhador e pela subordinação de grupos a elites econômicas, políticas e técnicas. Suas competências e habilidades desenvolvidas ao longo da graduação precisam ser pautadas em princípios que possibilitem sua inserção neste locus no sentido de transformá-lo. Destacamos, ainda, como um destes princípios, a democratização.

Democratização é aqui entendida como a possibilidade de oferecer alternativas em relação às imposições do mercado a fim de se contrapor ao mesmo no sentido de transformá-lo, dando para isso condições de participação no seu processo na perspectiva que o aluno se perceba sujeito deste processo de forma crítica e participativa.

A FAEN/UERN compreende a democratização desde o acesso do aluno ao ensino superior, passando pela necessidade de acompanhamento equalizador dos alunos cotistas e pelo direcionamento da formação para o conhecimento da realidade do Sistema de Saúde brasileiro, as constantes lutas pela manutenção e consolidação deste sistema nos moldes propostos pelas Leis Orgânicas da Saúde Nº 8.080/90 e nº 8.142/90, bem como para uma postura profissional reflexiva, crítica e consciente de sua prática social.

O enfermeiro que se pretende formar deve ter sua prática voltada para o resgate da dignidade humana, a justiça, o respeito aos direitos do outro, a responsabilidade, o diálogo e a solidariedade permitindo uma transformação de uma realidade pautada no alheamento em relação ao outro e a irresponsabilidade em relação a si e em relação ao contexto social em que se está inserido. (FREIRECOSTA, 2000)

A democratização do ensino superior requer uma prática pedagógica crítica, articulada ao mundo do trabalho cotidiano, estabelecendo uma relação de mediação entre os sujeitos e o mundo capaz de ampliar a percepção coletiva a respeito das questões e situações-limite, aquelas para as quais as respostas não estão dadas e precisam ser coletivamente construídas (PIRES, 2005).

Ao falarmos em uma prática pedagógica que aponte para o desenvolvimento de habilidades técnicas e humanas, voltamos o nosso olhar para um problema que surge com a democratização do acesso ao ensino superior: a qualidade e a permanência do aluno, em especial os cotistas, nesta instituição. Ao considerarmos os padrões socioeconômicos e culturais evidentemente desiguais de alunos de outras classes sociais, é imprescindível garantir uma verdadeira democratização do ensino,

ações que garantam a este universitário o suprimento/abrandamento de suas necessidades de vida, de ensino/aprendizagem e de toda a sua vida acadêmica.

No âmbito da Faculdade de Enfermagem, a democratização se observa, tanto a partir da construção do Projeto Pedagógico no sentido de permitir ao discente se tornar proativo em componentes curriculares com metodologias participativas, quanto no planejamento, execução e avaliação de Projetos de Intervenção na realidade em determinados componentes curriculares – que permitam a interação entre os próprios discentes, o fortalecimento da autonomia do aluno e a proximidade na relação docente-discente, sendo possível a identificação de limites e potencialidades que influenciam, sobremaneira, a formação do enfermeiro.

A democratização se materializa, neste mesmo contexto, na expansão de programas e projetos com bolsa, desde programas de educação tutorial, como PETEM, PET-Saúde, PET-Redes de Saúde Mental, PIBIC, PIBID, participação em projetos e programas de extensão enquanto bolsistas ou voluntários, como os projetos e programas que atendem aos editais vinculados ao Ministério da Educação, como Programa de Extensão Universitária (PROEXT).

Ressaltamos nesta conjuntura o apoio pedagógico e o apoio psicossocial como condição *sine qua non* ao acesso de todos os alunos ao ensino superior, bem como a oportunidade de crescer como ser humano, profissional, cidadão e agente de transformação social.

Em suma democratizar o ensino é implantar meios para que os alunos possam dominar os conhecimentos culturais e científicos, desenvolvendo competências cognitivas e operativas, para que estes as coloquem em prática em suas vidas profissionais e em sua conduta social, rumo à concretização da cidadania e a transformação social. (DIAS SOBRINHO, 2005)

#### 9.1.6 Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

Hodiernamente, a universidade passa por um momento de transformações e reflexões no que tange ao escopo de sua atuação no âmbito da sociedade, colaborando com o surgimento e implementação de teorias e práticas que propiciem processos estruturantes de uma nova conjuntura em conformidade com um Estado democrático.

A universidade busca favorecer em seu cotidiano, um espaço ampliado para a participação do coletivo de segmentos existentes na sociedade, com vistas a contribuir com a interdisciplinaridade, o respeito à ética e à diversidade sociocultural, sendo capaz de expressar a multiplicidade de pensamentos, colaborando, assim, com o reconhecimento dos problemas sociais e com a estruturação de projetos de desenvolvimento regional e local.

A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, além de ser princípio estabelecido na Constituição Federal de 1988, também é eixo para se pensar a Universidade que expresse a expectativa



de construção de um projeto democrático de sociedade. A Universidade apresenta como papel contribuir para a construção de um cidadão crítico, capaz de atuar em face da transformação social (BRASIL, 2006; MACIEL; MAZZILLI, 2010).

Em particular, o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da FAEN, não deve se distanciar dessa dimensão por entender que cabe a Universidade, e a um curso superior, atuar em função das demandas sociais dos diferentes grupos.

No caso, pensar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no curso de Enfermagem da FAEN é entender que essas três vertentes, quando articuladas, são instrumentos potencializadores do processo de formação. A pesquisa e a extensão são meios capazes de proporcionar maior conhecimento do contexto prático, a partir de problemáticas que se apresentam e são investigadas e/ou atuadas a partir da vivência em campo. Consequentemente, contribuem para reorientar o ensino.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN tenta se embasar numa formação que problematize e conheça a realidade para assim pensar a transformação, a partir de teorias e práticas que sejam definidas. Não é possível antever uma formação cidadã se não for entendido que o ensino não acontece apenas no espaço de sala de aula, nos bancos escolares. O ensino acontece articulado à pesquisa e extensão como espaço de produção de novos conhecimentos na medida em que se vivencia o contexto de atuação, mais se aprende e se transforma; e, por fim, a pesquisa acontece articulada com a extensão, especialmente pelo fato que as descobertas e os novos conhecimentos podem apontar para meios e/ou produtos de atuação capazes de intervir de modo efetivo na realidade.

## **10 MATRIZ CURRICULAR**

O curso de graduação em Enfermagem da FAEN apresenta como um de seus objetivos, formar o enfermeiro bacharel e licenciado, crítico e reflexivo com competência técnica científica, ético-política, social e humana, para exercer, coordenar e dar direcionalidade técnica e social aos processos de trabalho da enfermagem: assistir/intervir, ensinar/aprender, gerenciar e investigar, em todos os níveis de complexidade da rede de serviços de saúde e nos processos de formação e educação permanente em saúde/enfermagem.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico de Curso da FAEN, está centrado no aluno, enquanto sujeito da construção de sua visão de mundo e coordenado pelo professor como facilitador dos processos ensinar/aprender. Esta proposta busca garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ultrapassando a relação teoria-prática para a relação prática-teoria-prática; e tem como eixo integrador a produção de conhecimentos que fundamentem o trabalho de enfermagem e o trabalho do enfermeiro nas suas duas modalidades: bacharelado e licenciatura.

Com o intuito de contemplar o processo de trabalho do enfermeiro, bacharel e licenciado, foi proposta no PPC uma estrutura curricular com cinco áreas temáticas, que compreendemos seguintes componentes curriculares: componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares optativos, atividades de prática como componentes curriculares (PCCC), estágio, trabalho de conclusão de curso (TCC) e atividades complementares, distribuídas em 09 (nove) períodos letivos.

Os conteúdos distribuídos em componentes curriculares, ofertados em sistema de créditos, e distribuídos por áreas temáticas que integram simultaneamente as Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem; os Fundamentos do Trabalho da Enfermagem; a Administração em Enfermagem; o Ensino de Enfermagem, e Estágio Curricular Obrigatório, sucedem-se em ordem de complexidade crescente, possibilitando a integralidade do processo de formação do enfermeiro.

### **10.1 Áreas Temáticas**

#### **10.1.1 ÁREA TEMÁTICA I: BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM**

Destinada a fundamentação básica das ciências biológicas, humanas e sociais, de modo a garantir a compreensão das concepções de enfermagem, seu processo de trabalho, mediações, intervenções e compromissos com a transformação das práticas de saúde na sociedade.

1. Fundamentos da Filosofia
2. Fundamentos da Sociologia
3. Antropologia e Saúde
4. Fundamentos de Psicologia
5. Morfologia
6. Biologia
7. Processos Fisiológicos
8. Processos Patológicos
9. Processos Terapêuticos

#### 10.1.2 ÁREA TEMÁTICA II: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DA ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao processo de trabalho do enfermeiro e da enfermagem nos modelos de assistência coletiva e individual, visando a qualificar o aluno para a compreensão das formas de organização dos trabalhadores e dos processos de trabalho da enfermagem:

1. A Universidade e a Produção da Força de Trabalho da Enfermagem
2. História e Processo de Trabalho da Enfermagem
3. Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto
4. Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança
5. Concepções sobre o Ato de Estudar
6. Exercício de Enfermagem
7. Processo de Investigação em Enfermagem
8. Pesquisa e Enfermagem
9. Estudos Orientados para Elaboração de Monografia
10. Gênero e Enfermagem
11. Monografia

#### 10.1.3 ÁREA TEMÁTICA III: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem os processos de trabalho assistir/intervir e gerenciar da enfermagem, de forma indissociável, em nível coletivo e individual, no processo saúde/doença da criança, do adolescente, do adulto e da 3ª idade, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Possibilita o desenvolvimento de competência técnica, científica e política para atingir as finalidades do trabalho da enfermagem, sendo desenvolvida sob a forma de ensino prático-teórico-prático em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar), contemplando os aspectos

epidemiológicos, sanitários, clínicos, cirúrgicos, psiquiátricos, pediátricos, geriátricos e gineco-obstétricos, na saúde coletiva e individual.

- 10.1.3.1 Epidemiologia e Enfermagem
- 10.1.3.2 Enfermagem em Saúde Coletiva
- 10.1.3.3 Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente
- 10.1.3.4 Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto
- 10.1.3.5 Enfermagem no Processo de Reprodução Humana
- 10.1.3.6 Enfermagem na Saúde/Doença no Processo Produtivo
- 10.1.3.7 Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade
- 10.1.3.8 Temas Avançados em Saúde Coletiva
- 10.1.3.9 Saúde Ambiental

#### 10.1.4 ÁREA TEMÁTICA IV: ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM

Inclui os conteúdos teóricos e práticos do processo de trabalho, gerenciar de forma indissociável do processo assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar que qualifica o aluno para exercer a coordenação do trabalho da enfermagem nos modelos epidemiológico e clínico, em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar) e ensino profissional consubstanciada nos seguintes componentes curriculares:

- 10.1.4.1 O Processo Gerenciar da Enfermagem
- 10.1.4.2 Gestão do Processo Ensinar/Aprender

#### 10.1.5 ÁREA TEMÁTICA V: ENSINO DE ENFERMAGEM

Fundamenta-se na necessidade de garantir a formação do enfermeiro enquanto educador e contempla as teorias, os métodos e as técnicas apropriadas ao ensino de enfermagem em profissionalizante, bem como a intervenção do enfermeiro no processo de educação em saúde e educação continuada, compreendendo:

- 10.1.5.1 Sociologia da Educação

- 10.1.5.2 Psicologia da Aprendizagem
- 10.1.5.3 Didática
- 10.1.5.4 Filosofia da Educação
- 10.1.5.5 Organização da Educação Brasileira
- 10.1.5.6 Educação em Saúde
- 10.1.5.7 Língua Brasileira de Sinais

#### 10.1.6 ÁREA TEMÁTICA VI: ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

Espaço de consolidação da autonomia do enfermeiro enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar) e instituições de ensino. Supervisionado por docentes de enfermagem, em parceria com enfermeiros de campo, tem caráter obrigatório, com carga horária de 1.260 horas (hum mil, duzentos e sessenta horas), perfazendo um total de 84 créditos, desenvolvidos a partir da metade do curso e consolidando-se nos dois últimos semestres letivos:

1. Estágio em Prática de Ensino I
2. Estágio em Prática de Ensino II
3. Estágio em Prática de Ensino III
4. Estágio em Prática de Ensino IV
5. Estágio em Serviços de Saúde I
6. Estágio em Serviços de Saúde II

## 10.2 Componentes Curriculares

### 10.2.1 Componentes curriculares e carga horária total do curso

O Curso de Enfermagem (Bacharelado e Licenciatura) compreende componentes curriculares que correspondem a 4.775 (quatro mil setecentos e setenta e cinco) horas/aulas com duração mínima de quatro anos e meio (4,5) e máxima de sete (07) anos, equivalentes a 09 (nove) e 14 (quatorze) semestres letivos respectivamente.

Para efeito de integralização curricular, o aluno deverá cumprir 2.550 (duas mil quinhentos e cinquenta) horas de componentes curriculares obrigatórias, 405 (quatrocentos e cinco) horas de prática como componente curricular, 1.260 (mil duzentos e sessenta) horas de estágio, 240 (duzentas e

quarenta) horas de trabalho de conclusão de curso, 120 (cento e vinte) horas de componentes curriculares de caráter optativo e 200 horas (duzentas) de atividades complementares.

Quadro 02: Distribuição da carga horária total do Curso de Enfermagem da FAEN

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
I - Componentes Curriculares Obrigatórios	2.550
II – Componentes Curriculares Optativos	120
III – Atividades de Prática Como Componente Curricular (PCCC)	405
IV – Estágio	1.260
V - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	240
VI – Atividades Complementares (ATC)	200
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>4.775</b>

### 10.2.2 Componentes curriculares obrigatórias

Quadro 03: Distribuição de componentes curriculares obrigatórias com carga horária e crédito

<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CR/CH</b>
MFI0149	Fundamentos da Filosofia	04/60
MCS0006	Fundamentos da Sociologia	04/60
MPE0141	Fundamentos da Psicologia	04/60
MDE0034	Biologia	05/75
MDE0004	A Universidade e a Produção da Força de Trabalho em Enfermagem	03/45
MLV0135	Língua Brasileira de Sinais <sup>7</sup>	04/60
MDE0028	Antropologia e Saúde	03/45
MDE0029	Morfologia	07/105
MDE0030	Processos Fisiológicos	09/135
MDE0006	História e Processo de Trabalho em Enfermagem	04/60
MPE0142	Sociologia da Educação	04/60
MDE0031	Processos Patológicos	09/135
MDE0007	Epidemiologia e Enfermagem	08/120

<sup>7</sup> Os alunos ingressantes do PSV 2014 foram vinculados a este PPC e os demais alunos ativos migraram compulsoriamente, atendendo ao Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica.

<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CR/CH</b>
MPE0143	Filosofia da Educação	04/60
MDE0009	Gênero e Enfermagem	02/30
MDE0032	Processos Terapêuticos	09/135
MDE0010	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto	15/225
MDE0011	Enfermagem Saúde Coletiva	06/90
MPE0144	Psicologia da Aprendizagem	04/60
MDE0033	Saúde Ambiental	03/45
MDE0014	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	10/150
MDE0013	Exercício de Enfermagem	03/45
MDE0012	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança	05/75
APE0145	Organização da Educação Brasileira	04/60
MDE0037	Educação em Saúde	04/60
MDE0015	O Processo Gerenciar da Enfermagem	06/90
MDE0017	Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	04/60
MDE0018	Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	15/210
MDE0019	Temas Avançados em Saúde Coletiva	04/60
APE0146	Didática	04/60
MDE0021	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade	06/90
MDE0022	Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	18/270
MDE0039	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	04/60
	<b>TOTAL</b>	<b>2955<sup>8</sup></b>

### 10.2.3 Componentes curriculares optativas

Quadro 04: Distribuição de componentes curriculares optativos com carga horária e crédito

<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH/CR</b>
MCS0088	Cultura Brasileira	04/60
MDE0041	Educação Popular em Saúde	04/60
MPE0062	Educação de Jovens e Adultos	04/60
MDE0035	Ética Social	04/60
MCS0115	Família, Parentesco e Ciclos de Vida	04/60

8 Nestas 2.955 horas estão incluídas às 405 horas da Prática Como Componente Curricular, descritas posteriormente no PPC. Desse modo, a carga horária dos componentes curriculares obrigatórios corresponde a 2.550 horas.

MCS0116	Gênero e Sexualidade	04/60
MPE0009	História da Educação	04/60
MDE0066	Informática Aplicada à Enfermagem	04/60
MDE0036	Metodologia da investigação em Saúde Coletiva	04/60
MDE0038	Primeiros Socorros	04/60
MDE0069	Práticas Integrativas e os Cuidados Humanescentes em Saúde	04/60
MDE0067	Mecanismos de Agressão e Defesa	04/60

#### 10.2.4 Atividades Complementares

No dizer do Regulamento do Curso de Graduação (UERN,2013, p.10) .

As atividades complementares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática, e a complementação dos saberes e habilidades necessários, a serem desenvolvidas durante o período de formação acadêmica do estudante, conforme regulamentação específica prevista no PPC.

De acordo com o PPC da FAEN, o aluno deverá cumprir duzentas (200) horas em atividades complementares, distribuídas ao longo do curso, podendo também ser integralizada como parte da formação complementar e livre.

Dentre tais atividades podem ser incluídas, por exemplo: atividades de iniciação à pesquisa, à docência e à extensão; atividades de aprimoramento discente; participação em eventos acadêmicos de caráter científico e/ou artístico; participação em grupos de estudos, dentre outros. Todas as atividades serão validadas com o reconhecimento e aprovação do Orientador acadêmico do Curso de Enfermagem.

##### 10.2.4.1 Atividades complementares a serem consideradas mediante comprovação

Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), Programa Institucional de Monitoria (PIM); Participação em Movimento Estudantil (Diretório Central dos Estudantes – DCE e Centro Acadêmico (CA); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência (PIBID); participação em projetos de pesquisa e extensão (institucionalizados pela UERN ou por outra instituição de ensino); Seminário Interdisciplinar da FAEN/UERN; participação em cursos e eventos acadêmicos (Congressos, Seminários, Salão de Iniciação Científica da UERN).



## 10.2.4.2 Critérios para cômputo da carga horária referente às atividades complementares

Exige-se do aluno o cumprimento de 200 horas de atividades Acadêmico Complementares, desenvolvidas ao longo do Curso, devidamente comprovadas e mediante parecer favorável do professor orientador acadêmico, conforme quadro abaixo:

QUADRO 05 – Relação das Atividades Complementares mediante comprovação

<b>ATIVIDADES DE ENSINO</b>			
<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação como ministrante em cursos acadêmicos com carga horária mínima de 10h.	Carga horária do curso sob responsabilidade do discente.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do curso.
Participação como palestrante com plano de trabalho com carga horária máxima de 08h.	Carga horária da palestra	24 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização da palestra.
Participação como ouvinte em cursos de extensão com carga horária mínima de 20h.	Carga horária do curso	30 horas	Certificado de conclusão do curso.
Participação como ouvinte em minicurso/ofici	Carga horária do minicurso/oficina	10 horas	Certificado de conclusão do minicurso/oficina.

na com carga horária mínima de 2h.			
Participação em Projetos de Ensino de Graduação institucionalizados, incluindo grupos PET (SESu/MEC), PIM, PIBID, etc.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
Seminário interdisciplinar.	5 horas por evento	20 horas	Controle de frequência emitido pelo Departamento de Enfermagem.
Componentes curriculares de curso de graduação em Enfermagem ou área afim, não presentes no currículo do seu curso de graduação, oferecidos pela IES ou em outra instituição.	15h por componente	30 h	Comprovação de frequência e aprovação emitida por IES responsável pelo curso.

**ATIVIDADES DE PESQUISA**

<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação em projetos de	15 horas por semestre.	60 horas	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-

<p>pesquisas institucionais na UERN, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre, incluindo as modalidades de PIBIC, PIBITI e PIBIC-EM, sendo na condição de bolsista ou não-bolsista.</p>			<p>Graduação.</p>
<p>Participação em grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre.</p>	<p>05 horas por semestre</p>	<p>20 horas</p>	<p>Declaração do líder do grupo.</p>
<p>Apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, na condição de</p>	<p>4 horas por trabalho</p>	<p>20 horas</p>	<p>Certificação de apresentação do trabalho.</p>

relator.			
Apresentação de trabalhos em eventos científicos regionais locais, na condição de relator.	3 horas por trabalho	15 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	6 horas por trabalho	30 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos simples	3 horas por trabalho	15 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação

publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.			(ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis A1 e A2 para enfermagem, ou fator de impacto > 2,5.	20 horas por artigo	60 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com	10 horas por artigo	30 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.

Qualis B1, B2 e B3 para enfermagem, ou fator de impacto entre 0,001 e 1,299.			
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis CAPES B4 e B5.	5 horas por artigo	15 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Capítulos de livros publicados com DOI ou ISBN.	5 horas por capítulo	15 horas	Cópia da capa; da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.); a página do sumário em que conste o capítulo e a primeira e última páginas do capítulo.
Livros publicados com DOI ou ISBN.	20 horas por livro	60 horas	Cópia da capa e da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.).

**ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação em projetos de extensão institucionalizados, incluindo participação em núcleos de extensão, centros de prestação de	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN.

serviços e unidades de extensão.			
Participação em ações de extensão institucionalizadas.	Carga horária da ação, com teto de 10 horas por ação	30 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN ou por docente coordenador do evento/ação.
<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>			
<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação em eventos na condição de monitor ou membro de comissão organizadora.	10 horas por evento.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em diretorias de entidades de movimento estudantil (CA e DCE).	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável pela entidade estudantil.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos nacionais e internacionais da área de	4 horas por evento	20 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.

enfermagem ou áreas afins.			
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos regionais e locais da área de enfermagem ou áreas afins.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em outros eventos relacionados à sua área de formação.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em Organizações Não-Governamentais.	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável da ONG e relatório de atividades.
Estágios extracurriculares, voluntários ou remunerados, na área de enfermagem, em instituições públicas ou privadas, autorizadas pela	30 horas por semestre	60 horas	Certificação emitida pela instituição concedente do estágio.



coordenação de estágio do curso/unidade.			
--	--	--	--

### 10.2.5 Prática como componente curricular

O Regulamento do Curso de Graduação da UERN (2013, p.6) afirma em seu texto que: “Atividades da Prática como Componente Curricular visam à formação de habilidades voltadas para a atividade profissional, e devem fazer interface com as áreas ou componentes da matriz curricular, desde o início do percurso acadêmico”.

Neste sentido, a Prática como Componente Curricular (PCCC) compreende atividades acadêmicas que contemplem situações didático-pedagógicas em que os alunos coloquem em uso os conhecimentos que construíram, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros de diferentes naturezas, exercitando sua capacidade de lidar com o conhecimento próprio da graduação em Enfermagem. O propósito é o desenvolvimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como a sensibilização para as atividades de ensino no processo de trabalho da Enfermagem. A Prática com Componente Curricular está inserida em diversos Componentes Curriculares, e será desenvolvida ao longo do curso, com carga horária total de 405 horas.

É importante que todos (ou quase todos) os Componentes Curriculares tenham vínculos com a educação, pois, ao mesmo tempo em que contribuem para a formação relativa ao conhecimento no âmbito da saúde/enfermagem e de sua formação geral, terão também um foco em como este conhecimento entra, interage e funciona na escola e em situações de educação não-escolar.

A PCCC, em cada um dos Componentes Curriculares que a abrigará, se constituirá numa reflexão sobre o conhecimento referente à saúde/enfermagem e a formação deste profissional enquanto educador em saúde. Deve, pois, articular os conhecimentos da formação do enfermeiro, com os condicionantes, particularidades e objetivos deste conhecimento na educação formal e em outros espaços não-formais de educação.

O conjunto dos Componentes Curriculares, abaixo relacionados, constantes na matriz curricular do curso, destinará ao todo 405 (quatrocentos e cinco) horas da sua carga horária para a PCCC.

QUADRO 06: Carga horária da Prática como Componente Curricular nos componentes da matriz curricular da FAEN

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEORIA	PRÁTICA (PCCC)	TOTAL
Fundamentos da Filosofia	45	15	60
Fundamentos da Sociologia	45	15	60

Fundamentos da Psicologia	45	15	60
Antropologia e Saúde	30	15	45
História e Processo de Trabalho de Enfermagem	45	15	60
Sociologia da Educação	45	15	60
Filosofia da Educação	45	15	60
Psicologia da Aprendizagem	45	15	60
Saúde Ambiental	30	15	45
Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	105	45	150
O Processo Gerenciar da Enfermagem	75	15	90
Gestão do Processo Ensinar/Aprender	30	30	60
Organização da Educação Brasileira	45	15	60
Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	45	15	60
Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	180	30	210
Didática	45	15	60
Temas Avançados em Saúde Coletiva	45	15	60
Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade	60	30	90
Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225	45	270
Educação em Saúde	45	15	60
Total da PCCC		405	-

### 10.2.6 Estágio

O estágio no Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade licenciatura e bacharelado se desenvolve a partir do 6º período do curso, perfazendo um total de 1260 horas, conforme descrito a seguir:

- Estágio em Prática de ensino I – 105 horas;
- Estágio em Prática de ensino II – 105 horas;
- Estágio em Prática de ensino III - 105 horas;
- Estágio em Prática de ensino IV - 105 horas;
- Estágio em Serviço de Saúde I – 420 horas;
- Estágio em Serviço de Saúde II – 420 horas.

O detalhamento do estágio encontra-se na política de articulação ensino/trabalho e na política de estágio, apresentadas posteriormente neste documento.

### 10.2.7 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN-UERN resultará na elaboração de uma monografia que caracterizar-se-á por um tema, objeto de estudo delimitado a partir das necessidades da produção do conhecimento da Faculdade de Enfermagem e das experiências vivenciadas pelos alunos no decorrer do curso, observando-se as linhas de pesquisa, definidas pela FAEN, que contemplam a fundamentação teórico-metodológica que conformam a produção do conhecimento e do trabalho de enfermagem.

Importante ressaltar que a monografia se trata de um trabalho individual, realizado no decorrer do curso como atividades dos seguintes componentes curriculares: Concepções Sobre o Ato de Estudar, Processo Investigar em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, partir da delimitação do objeto de estudo, sob a orientação de um professor e submetida a apreciação de uma banca designada pelo órgão competente.

Nos componentes curriculares Concepções Sobre o Ato de Estudar e Processo de Investigação em Enfermagem têm início as atividades de elaboração do projeto do TCC, sendo este concluído por ocasião do componente curricular Pesquisa em Enfermagem que tem como produto final a sua elaboração e apresentação, a qual ficará condicionada à aprovação conjunta do professor do componente curricular Pesquisa em Enfermagem e do professor orientador. A entrega do projeto de monografia à coordenação do TCC far-se-á após a aprovação do aluno no componente curricular Pesquisa em

Enfermagem.

É aprovado no componente curricular Pesquisa em Enfermagem o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades do componente curricular e obtiver nota superior a 7,0 (sete), resultante de média aritmética simples, atribuída ao projeto de monografia, aos relatórios de acompanhamento e orientação, bem como as atividades do referido componente curricular. O cumprimento dos prazos é considerado critério avaliativo obrigatório.

O projeto de monografia será estruturado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT em vigor, com os seguintes itens:

- a) Título (mesmo que provisório)
- b) Problematização (Justificativa, relevância, Referenciais Teóricos)
- c) Objetivos do Trabalho
- d) Hipóteses ou Pressupostos (quando cabíveis)
- e) Metodologia
- f) Cronograma de execução
- g) Quadro orçamentário
- h) Referências
- i) Anexos e Apêndices (quando cabíveis)

No intuito de atender à Resolução 466/12, as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CEP/UERN.

#### 10.2.7.1 Da entrega e defesa da versão final da monografia

A defesa e entrega da monografia deverá ocorrer no componente curricular Monografia, ofertada no 9º (nono) período do curso, sendo aprovado o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades do componente curricular e obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) resultante da média aritmética simples, atribuída às seguintes atividades avaliativas: avaliação da versão final (pelo professor orientador e pelo professor do componente curricular de Monografia) e avaliação da defesa pública por parte de uma banca examinadora.

Quando houver necessidade, a recuperação do referido componente curricular será constituída por: entrega e defesa pública da versão corrigida da monografia para uma banca examinadora, dentro do semestre letivo da UERN.

O processo de entrega e avaliação da monografia obedece aos seguintes procedimentos:

- Com a anuência do professor orientador, o aluno deverá entregar a versão preliminar da monografia ao professor do componente curricular, em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do

término do semestre letivo;

- Após anuência do professor do componente curricular, o aluno deve entregar três cópias da versão preliminar da monografia à Coordenação do TCC, para que esta distribua as mesmas junto aos membros da banca examinadora;
- A banca examinadora terá o prazo de 15 (quinze) dias para analisar, atribuir nota e emitir parecer devolvendo à Coordenação de TCC com as devidas recomendações;
- A Coordenação de TCC encaminhará os pareceres ao professor do componente curricular que deverá fazer os devidos registros no diário de classe e entregar as recomendações ao aluno;
- O aluno terá o último período letivo do seu curso para realizar as correções solicitadas no parecer da banca e entregar a versão final da monografia, que deverá ocorrer até 30 (trinta) dias antes do término do semestre;
- Apresentação da versão final da monografia

#### 10.2.7.2 Da avaliação da versão final da monografia

As avaliações da versão escrita e da apresentação oral da monografia devem ser registradas na Ficha de Avaliação da monografia, na qual cada membro da banca examinadora atribuirá suas notas que terão variação de 0 (zero) a 10 (dez). A nota final constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos três membros da banca.

Na apresentação oral, o aluno terá, no máximo, 20 (vinte) minutos para fazer a apresentação do seu trabalho; cada membro da banca examinadora terá, no máximo 5 (cinco) minutos para fazer suas arguições, e o aluno mais 10 (minutos) minutos para responder as arguições da banca.

É considerado aprovado o estudante cuja monografia apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete).

É considerado reprovado no componente curricular Monografia o aluno que:

10.2.7.2.1 deixar de cumprir, sem justificativa, o prazo fixado para depósito da versão final da monografia.

10.2.7.2.2 deixar de comparecer, sem justificativa, à banca examinadora, no prazo fixado para defesa oral e pública da monografia.

As justificativas a serem feitas pelo aluno, em caso de comprovada necessidade, deverão ser formuladas através de requerimento ao qual serão anexados os devidos documentos comprobatórios; devendo ambos os documentos citados serem entregues na secretaria do Departamento de Enfermagem, nos prazos estabelecidos pela legislação que rege o ensino de graduação na UERN. Caberá ao Departamento de Enfermagem apreciar o requerimento em plenária e emitir parecer conclusivo.

### 10.2.7.3 Dos deveres do estudante na elaboração do tcc

Constituem deveres do estudante do curso de enfermagem em relação à elaboração do TCC:

- Desenvolver atividades relativas à elaboração do TCC por ocasião dos componentes curriculares: Concepção Sobre o Ato de Estudar, Processo Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, sob a coordenação dos professores dos componentes curriculares e do respectivo professor orientador;
- Elaborar o projeto da monografia, durante o semestre que está matriculado no componente curricular Pesquisa em Enfermagem (6º período da graduação), e cumprir os prazos previstos no cronograma das atividades relativas ao TCC, elaborado pelo Departamento de Enfermagem;
- Cumprir o cronograma de trabalho previsto no projeto da monografia;
- Entregar a versão preliminar da monografia ao professor orientador 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término semestre letivo da UERN;
- Providenciar, após o cumprimento das etapas previstas na avaliação da monografia, a confecção de 01 (uma) cópia da monografia impressa e 01 (uma) cópia em CD-ROM e encaminhá-la à Coordenação de TCC no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da apresentação oral.
- Os alunos ligados aos programas especiais Programa Especial de Treinamento (PET), além do proposto no item V, deverão providenciar a confecção de mais 01(uma) cópia da monografia em CD-ROM e encaminhá-las para a Coordenação de TCC.

No caso de publicação da monografia, em qualquer órgão de divulgação, o orientador obrigatoriamente deve ser considerado coautor do referido trabalho.

### 10.2.7.4 Da orientação

É garantida a todos os alunos de graduação em Enfermagem a orientação para o desenvolvimento de seu trabalho de TCC a cargo, preferencialmente, de um professor do Departamento de Enfermagem, os quais compulsoriamente, são considerados aptos a orientar alunos da graduação.

Os professores não pertencentes ao Departamento de Enfermagem, ou ainda ao corpo docente da UERN podem ser orientadores, desde que:

- Submetam seu currículo para apreciação da plenária departamental.
- Após anuência da Coordenação de TCC da FAEN, assinem o termo de orientação junto ao aluno.
- Submetam-se às orientações relativas ao TCC que constam no regulamento, e sejam cientes que não receberão remuneração pela orientação realizada.

Cabe registrar que o professor em regime de tempo parcial (20h semanais) deve orientar no

máximo 02 (dois) trabalhos de TCC, e o professor em regime de tempo integral (com 40h semanais ou em regime de dedicação exclusiva) poderá acumular no máximo 04 (quatro) orientandos por semestre. Para cada TCC orientado é atribuída a carga horária de duas horas semanais ao professor orientador, conforme legislação específica da UERN.

O professor orientador não pode abandonar o seu orientando no processo de orientação do TCC, sem motivo justificado submetido à apreciação da Coordenação de TCC e, quando necessário, submetido à apreciação da plenária departamental.

É vedada a participação de cônjuge ou de parente de orientando, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau como orientador do TCC.

Compete ao professor orientador:

- Avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante,
- Orientar o estudante nas diferentes etapas do trabalho de iniciação científica, iniciando pelo componente curricular Concepções sobre o Ato de Estudar e concluindo com a elaboração da monografia no componente curricular Monografia, no 9º período do curso;
- Manter encontros com o orientando com cronograma definido, no mínimo, uma vez por semana em local e horário previamente definido e publicado no Departamento de Enfermagem;
- Fazer os registros do acompanhamento do aluno na Ficha de Acompanhamento do TCC (Anexo);
- Indicar à Coordenação de TCC, os nomes dos componentes da banca examinadora que deve avaliar a monografia, levando em consideração as respectivas áreas de atuação;
- Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final à Coordenação de TCC, nos prazos fixados em calendário e nesta normas;

O não cumprimento do cronograma por parte do aluno, sem motivo devidamente justificado e comprovado, constitui falta sujeita as sanções disciplinares previstas em normas regimentais.

#### 10.2.7.5 Da banca examinadora

A banca examinadora, designada pela Coordenação de TCC, é constituída por 03 (três) professores, sendo que no mínimo 02 (dois) deles, devem ser lotados no Departamento de Enfermagem da FAEN e caberá ao professor orientador presidi-la.

Compete à Banca Examinadora:

- Efetivar o processo de avaliação da monografia de acordo com os requisitos definidos no Regulamento;
- Entregar os respectivos pareceres à Coordenação de TCC nos prazos estabelecidos pelo calendário letivo da UERN, e do cronograma das atividades de TCC do Departamento de Enfermagem



da FAEN;

- Comparecer na data e no local determinados para a defesa pública da monografia, e entregar ao presidente da banca o resultado final de sua avaliação.

#### 10.2.7.6 Da coordenação de TCC

A Coordenação de TCC de Graduação em Enfermagem é exercida por um professor do Departamento de Enfermagem, eleito em plenária do Departamento de Enfermagem para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um período, ao critério do referido Departamento e aceite do professor.

Em caso de afastamento do coordenador de TCC, antes do término do mandato, será designado um substituto em plenária departamental. São atribuições da Coordenação de TCC:

- Zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos matriculados no primeiro período do curso, dentro das atividades do componente curricular Concepções Sobre o Ato de Estudar;
- Elaborar e divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação.
- Elaborar, antes da matrícula, o calendário das atividades e prazos relativos aos componentes curriculares Concepções sobre o Ato de Estudar, Processo e Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, de acordo com o calendário letivo do Departamento de Enfermagem e da URRN;
- Oficializar e divulgar as composições das bancas examinadoras das monografias do Curso Graduação em Enfermagem da FAEN;
- Receber e distribuir as cópias dos TCC junto aos membros da banca examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos neste regulamento;
- Receber, distribuir e arquivar toda documentação relativa ao desenvolvimento dos componentes curriculares Concepções sobre o Ato de Estudar, Processo e Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia, Monografia, inclusive as vias da versão final do TCC;
- Apresentar, em Plenária do Departamento de Enfermagem, relatório semestral do desenvolvimento das atividades de Monografia, ou antes, quando necessário;
- Encaminhar à Plenária do Departamento de Enfermagem as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos, inclusive na relação entre professor-orientador e orientando;
- Decidir sobre substituição de professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se

necessário, remetê-los à plenária Departamental de Enfermagem, e sobre os casos omissos nestas normas, que não impliquem em prejuízo aos princípios das mesmas.

Os casos omissos que não impliquem em prejuízo aos princípios do Regulamento serão resolvidos pela Coordenação de TCC ou, quando necessário, pela Plenária do Departamento de Enfermagem. Das decisões da Coordenação de TCC cabe recurso à plenária do Departamento de Enfermagem e deste à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Caberá ainda a Coordenação de TCC encaminhar, quando necessário, discussões acerca do TCC, à plenária do Departamento de Enfermagem.

## 10.3 Fluxo Curricular

<b>I – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MFI0149	Fundamentos da Filosofia	-	04	04/60
MCS0006	Fundamentos da Sociologia	-	04	04/60
MPE0141	Fundamentos da Psicologia	-	04	04/60
MDE0034	Biologia	-	05	05/75
MDE0004	A Universidade e a Produção da Força de Trabalho em Enfermagem	-	03	03/45
MDE0005	Concepções Sobre o Ato de Estudar	-	03	03/45
MLV0135	Língua Brasileira de Sinais	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				27/405

<b>II – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0028	Antropologia e Saúde	-	03	03/45

<b>II – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
MDE0029	Morfologia	0501031-1 - Biologia	07	07/105
MDE0030	Processos Fisiológicos	0501031-1 - Biologia	09	09/135
MDE0006	História e Processo de Trabalho em Enfermagem	-	04	04/60
MPE0142	Sociologia da Educação	- Fundamentos da Sociologia	04	04/60
-	Optativa	-	04	04/60
-	Optativa	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				35/525

<b>III – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0031	Processos Patológicos	0501027-1- Processos Fisiológicos	09	09/135
MDE0007	Epidemiologia e Enfermagem	-	08	08/120
MPE0143	Filosofia da Educação	-	04	04/60
MDE0009	Gênero e Enfermagem	-	02	02/30
MDE0008	Processo de Investigação em Enfermagem	0501002-1 – Concepções sobre o Ato de Estudar	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				27/405

<b>IV – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0032	Processos Terapêuticos	<b>0501028-1</b> - Processos Patológicos	09	09/135
MDE0010	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto	<b>0501028-1</b> - Processos Patológicos	15	15/225
MDE0011	Enfermagem Saúde Coletiva	<b>0501004-1</b> - Epidemiologia e Enfermagem	06	06/90
MPE0144	Psicologia da Aprendizagem	- Fundamentos da Psicologia	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				34/510

<b>V – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0033	Saúde Ambiental	-	03	03/45
MDE0014	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva	10	10/150
MDE0013	Exercício de Enfermagem	-	03	03/45
MDE0012	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	05	05/75
APE0145	Organização da Educação Brasileira	-	04	04/60
MDE0037	Educação em Saúde	-	04	04/60

V – PERÍODO				
MDE0015	O Processo Gerenciar da Enfermagem	0501003-1 - História e Processo de Trabalho em Enfermagem	06	06/90
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				35/525

VI – PERÍODO				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0016	Pesquisa e Enfermagem	0501005-1 - Processo de Investigação em Enfermagem	04	04/60
MDE0017	Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	0501007-1 - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto 0501008-1 - Enfermagem Saúde Coletiva	04	04/60
MDE0018	Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	0501007-1 - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto 0501008-1 - Enfermagem Saúde Coletiva	15	15/210
MDE0019	Temas Avançados em Saúde Coletiva	0501008-1 - Enfermagem Saúde Coletiva	04	04/60
APE0146	Didática	-	04	04/60
MDE0137	Estágio em Prática de Ensino I	0501034-1 - Educação em Saúde	07	07/105
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				37/555

VII – PERÍODO			
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS

<b>VII – PERÍODO</b>				
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0021	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem em Saúde Coletiva	06	06/90
MDE0022	Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem em Saúde Coletiva	18	18/270
MDE0150	Estágio em Prática de Ensino II	<b>0501036-1</b> - Estágio em Prática de Ensino I	07	07/105
MDE0039	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				<b>35/525</b>

<b>VIII – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0161	Estágio em Serviços de Saúde I	- Fundamentos da Psicologia - Sociologia da Educação - Didática - Psicologia da Aprendizagem - Organização da Educação Brasileira - Filosofia da Educação <b>0501001-1</b> - A Universidade e a Produção da Força de Trabalho em Enfermagem	28	28/420

### VIII – PERÍODO

		<p><b>0501002-1</b> - Concepções Sobre o Ato de Estudar  <b>0501003-1</b> - História e Processo de Trabalho em Enfermagem  <b>0501004-1</b> - Epidemiologia e Enfermagem  <b>0501005-1</b> - Processo de Investigação em Enfermagem  <b>0501006-1</b> - Gênero e Enfermagem  <b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto  <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva  <b>0501009-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança  <b>0501010-1</b> - Exercício de Enfermagem  <b>0501011-1</b> - Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente  <b>0501012-1</b> - O Processo Gerenciar da Enfermagem  <b>0501013-1</b> - Pesquisa e Enfermagem  <b>0501014-1</b> - Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo  <b>0501015-1</b> - Enfermagem no Processo de Reprodução Humana  <b>0501016-1</b> - Temas Avançados em Saúde Coletiva  <b>0501018-1</b> - Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade  <b>0501019-1</b> - Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto  <b>0501025-1</b> - Antropologia e Saúde  <b>0501026-1</b> - Morfologia  <b>0501027-1</b> - Processos Fisiológicos  <b>0501028-1</b> - Processos Patológicos  <b>0501029-1</b> - Processos Terapêuticos  <b>0501030-1</b> - Saúde Ambiental  <b>0501031-1</b> – Biologia  <b>0501034-1</b> - Educação em Saúde</p>		
--	--	---	--	--



<b>VIII – PERÍODO</b>				
		<b>0301009-1</b> - Estágio em Prática de Ensino I <b>0501037-1</b> - Estágio em Prática de Ensino II <b>0501038-1</b> - Gestão do Processo Ensinar/Aprender - Fundamentos da Sociologia - Fundamentos da Filosofia <b>0401089-1</b> - Língua Brasileira de Sinais		
MDE0160	Estágio em Prática de Ensino III	<b>0501037-1</b> - Estágio em Prática de Ensino II	07	07/105
MDE0025	Estudos Orientados para Elaboração da Monografia	<b>0501013-1</b> - Pesquisa e Enfermagem	02	02/30
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				37/555
<b>IX – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0042	Monografia	<b>0501022-1</b> - Estudos Orientados para Elaboração de Monografia	03	03/45
MDE0153	Estágio em Serviços de Saúde II	<b>0501041-1</b> - Estágio em Serviço de Saúde I	28	28/420
MDE0151	Estágio em Prática de Ensino IV	<b>0501039-1</b> - Estágio em Prática de Ensino III	07	07/105
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				38/570

#### 10.4 Equivalência Curricular

Para o curso de Enfermagem, Campus Central, modalidade licenciatura e bacharelado, ficam estabelecidas as seguintes equivalências curriculares.

Quadro 07: Equivalência entre componentes curriculares ofertados no curso de Enfermagem da FAEN com equivalência de componentes curriculares ofertados em outros cursos

<b>UNIDADE UNIVERSITÁRIA:</b>		FACULDADE DE ENFERMAGEM							
<b>DEPARTAMENTO ACADÊMICO:</b>		DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM				<b>CURSO:</b>	ENFERMAGEM		
<b>COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE ORIGEM</b>				<b>COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE DE OUTRO CURSO</b>				(*)	
<b>CURSO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>			<b>CURSO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>				
	<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO COMPONENTE</b>	<b>CH/CR</b>		<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO COMPONENTE</b>	<b>CH/CR</b>		
100930-0	MDE0034	Biologia	75/5	102710-0	1002001-1	Biologia Celular e Molecular	75/5	X	
100930-0	MDE0009	Gênero e Enfermagem	30/2	100930-0	0501046-1	Gênero, Saúde e Enfermagem	30/2	X	
100930-0	MDE0010	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225/15	100930-0	0501049-1	Bases da Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	225/15	X	
100930-0	MDE0032	Processos Terapêuticos	135/9	100930-0	0501067-1	Enfermagem e Processos Terapêuticos	135/9	X	
100930-0	MDE0013	Exercício de Enfermagem	45/3	100930-0	0501048-1	Ética, Saúde e Sociedade	45/3	X	
100930-0	MDE0013	Exercício de Enfermagem	45/3	100930-0	0501068-1	Ética e Enfermagem	45/3	X	

100930-0	MDE0016	Pesquisa e Enfermagem	60/4	100930-0	0501050-1	Processo Pesquisar e Enfermagem	60/4	X	
100930-0	MDE0017	Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	60/4	100930-0	0501051-1	Enfermagem no Processo Produtivo	60/4	X	
100930-0	MDE0137	Estágio em Prática de Ensino I	105/7	100930-0	0501061-1	Estágio Curricular Supervisionado I	105/7	X	
100930-0	MDE0150	Estágio em Prática de Ensino II	105/7	100930-0	0501062-1	Estágio Curricular Supervisionado II	105/7	X	
100930-0	MDE0039	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	60/4	100930-0	0501052-1	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	45/3	X	
100930-0	MDE0025	Estudos Orientados para Elaboração de Monografia	30/2	100930-0	0501065-1	Estudos para Orientação de Trabalho Monográfico I	30/2	X	
100930-0	MDE0160	Estágio em Prática de Ensino III	105/7	100930-0	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado III	525/3 5		X
100930-0	MDE0161	Estágio em Serviços de Saúde I	420/28	100930-0	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado III	525/3 5		X
100930-0	MDE0042	Monografia	45/3	100930-0	0501066-1	Estudos para Elaboração de Trabalhos Monográficos II	45/3	X	
100930-0	MDE0038	Primeiros Socorros	60/4	100930-0	0501058-1	Atendimento Pré-Hospitalar	60/4	X	

(\*) Caso em que a equivalência é recíproca entre os componentes.

## 10.5 Áreas Temáticas, Componentes Curriculares, Ementas e Bibliografias

## ÁREA TEMÁTICA I: BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MFI0149 Dep. de Filosofia	FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Origem e caracterização da filosofia. Evolução histórica da Filosofia. Elementos fundamentais da construção do conhecimento filosófico. Teorias e correntes da Filosofia.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>CHAUÍ, M. <b>Convite à Filosofia</b>. 5. ed. São Paulo: Ática, 1996.          HESSEN, J. <b>Teoria do Conhecimento</b>. São Paulo: Martins Fontes, 1999.          MARCONDES, D. <b>Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.          _____. <b>Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AYER, A. J. <b>As questões centrais da filosofia</b>. Lisboa: Ulisséia, 1960.          BREHIER, E. <b>História da filosofia</b>. São Paulo: Mestre Jou, 1981.          CORBISIER, R. <b>Enciclopédia filosófica</b>. Petrópolis: Vozes, 1974.          HESSEN, J. <b>Teoria do conhecimento</b>. Coimbra: Armênio Armando, 1978.          PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. <b>História da Filosofia</b>. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1990.          PAPINEAU, D. <b>Filosofia: grandes pensadores, principais fundamentos e escolas filosóficas</b>. São Paulo, Publifolha, 2009.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MCS0006 Dep. Ciências Sociais e Políticas	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Noções de Sociologia Geral. A Sociologia como produto histórico. A construção do objeto da sociologia. A sociologia da sociedade brasileira. Interpretação da sociedade brasileira.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>COSTA, C. <b>Sociologia: introdução a ciência da sociedade</b>. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.          DURKHEIM, É. <b>As regras do método sociológico</b>. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.          GIDDENS, A. <b>Sociologia</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2005.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>			

- ARENAS, P. A. R. **Textos para um novo contexto**. Mossoró: Coleção Mossoroense, Fundação Vingt-Un Rosado, 2005.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Editora UnB, 1990.
- CAPRA, F. **Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- COHEN, A. Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil. In. LAURELL, A. C. (org.) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORIN, E. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0028 Dep. de Enfermagem	ANTROPOLOGIA E SAÚDE	Componente	45/03
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA**

Possibilita a compreensão da saúde e da doença como conceitos complexos que aproximam o biológico e o social e se inscrevem no contexto histórico de cada sociedade e na experiência concreta de cada sujeito. Trata da compreensão dos processos sociais que envolvem a saúde e a doença, aprofundando o conhecimento das suas influências, das suas diversidades e das suas estratégias de enfrentamento.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CYRULNIK, B. **Do sexto sentido: o homem e o encantamento diante do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

\_\_\_\_\_. **Resiliência: essa inaudita capacidade humana da construção humana**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

RAMOS, V. C. **Semiótica, Afecção e Cuidado em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

LE BRETON, D. **A Sociologia do corpo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MORIN, E. A condição humana. In: MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALVES, P. C.; MINAYO, M. C. (org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

ALVES, P. C.; RABELO, M.C. (org.). **Antropologia da saúde: traçando identidades e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (org.). **Doença, sofrimento, perturbação: Perceptivas etnográficas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0141 Dep. de Educação	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA:** O processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a formação do comportamento humano. O homem como ser histórico-cultural. A aprendizagem de signos como elemento constitutivo do ser humano.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PISANI, E.; RIZZON, L.A.; NICOLETTO, U. **Psicologia geral**. 5. ed. Caxias do Sul: Vozes, 1985.  
 BOCK, A. M. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.  
 GARDNER, H. (org). **A teoria das inteligências múltiplas na educação infantil: atividades iniciais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGHIROLI, E. **Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.  
 FONTANA, R. **Psicologias e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1996.  
 LEITE, D. M. **Psicologia Diferencial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.  
 VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 1988.  
 VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.  
 TAVARES, J. E.; Alarção, I. **Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem**. Coimbra: Almeida, 2002.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0029 Dep. de Enfermagem	<b>MORFOLOGIA</b>	Componente	105/07
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA:** Estudo da anatomia e da histologia humana como bases biológicas fundamentais ao trabalho da enfermagem. Propõe-se fornecer ao aluno: conhecimentos essenciais teóricos/práticos das formas microscópicas e macroscópicas dos tecidos, órgãos e sistema do organismo humano.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AFIFI, A. K.; BERGMAN, R. A. **Neuroanatomia funcional: texto e atlas**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2008.  
 DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana, sistêmica e segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.  
 TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. **Princípios de anatomia e fisiologia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, S. V. **Anatomia fundamental**. 2. ed. São Paulo: Marc. Graw Hill, 1985.  
 ERHART, E. A. **Neuranatomia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu Editora, 1968.  
 SOBOTTA, J. **Atlas de anatomia humana**. 20. ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogam, 1993.  
 NETTER, F. **Atlas de anatomia humana**. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2006.  
 TESTUI, L.; LATARJET, A. **Tratado de anatomia humana**. 9. ed. Barcelona: Selvat Editores, 1959.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0034 Dep. de Enfermagem	<b>BIOLOGIA</b>	Componente	75/05
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA:** Estudo da citologia, embriologia e genética, como bases biológicas fundamentais à formação do enfermeiro. Organização estrutural e molecular das células. Membrana celular: organização molecular e funções da superfície celular. Citoesqueleto: aspectos estruturais e funcionais dos sistemas contráteis da célula. Sistema de endomembranas: secreção e digestão intracelular. Transformação e armazenamento de energia. Armazenamento de informação genética - núcleo - cromatina - cromossomos – ciclo molecular. Biologia molecular do gene: o código genético e a síntese de proteínas. Regulação da expressão gênica. Citogenética humana: anormalidade dos cromossomos autossomos e sexuais. Bases físicas da herança, desenvolvimento do embrião e do feto humano: fases pré-embriônica; embriônica e fetal.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2000.

COOPER, G. M. **A Célula** - Uma abordagem molecular. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001 .

LODISH, et al. **Biologia celular e molecular**. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2005.

NELSON, K. Y.; LEHNINGER, A. L; COX, M. M. L. **Princípios de bioquímica**. 5. ed. São Paulo: Sarvier, 2006.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B. et al. **Biologia molecular da célula**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ALBERTS, B. et al. **Fundamentos da biologia celular**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEVLIN, T. M. **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. 7. ed. São Paulo: Blucher, 2011.

KARP, G. **Biologia celular e molecular: conceitos e experimentos**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2005.

KIERSSENBAUM, A. L.; TRES, L. **Histologia e biologia celular**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2003.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0030 Dep. de Enfermagem	<b>PROCESSOS FISIOLÓGICOS</b>	Componente	135/09
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA:** Estudo de Fisiologia, Bioquímica e Biofísica como bases biológicas fundamentais ao trabalho da enfermagem. Visa estudar e explicar as funções da matéria viva, procurando elucidar todos os aspectos do funcionamento, desde as reações celulares até regulações de tecidos, órgãos e sistemas do organismo para sua análise fisiológica. Química do metabolismo molecular e celular dos glicídios, aminoácidos, lipídios, nucleotídeos e oxidações biológicas. Princípios físicos que regem os diversos aspectos do sistema biológicos (reações químicas, estímulos nervosos, transporte de substâncias). Radioatividade. Biofísica da água.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA



CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0031 Dep. de Enfermagem	<b>PROCESSOS PATOLÓGICOS</b>	Componente	135/09
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Estudo da patologia, microbiologia, parasitologia e imunologia como bases biológicas fundamentais ao trabalho da enfermagem. Processos patológicos possíveis de ocorrência no organismo humano, com enfoque nas causas, desenvolvimento e consequências, sua relação com outras áreas do conhecimento e com o contexto sócio-econômico e cultural da região. Agentes etiológicos e os determinantes sócio-econômicos e culturais de doenças parasitárias humanas de importância no país. Aspectos morfológicos e taxonômicos, interação parasito–vetores–reservatórios, em seu ciclo biológico de transmissão, patogenia, epidemiologia, diagnóstico e profilaxia. O enfermeiro e o controle das doenças parasitárias. Fungos, bactérias e vírus. Organização celular, fisiopatologia e diagnóstico. Avaliação dos métodos de controle da população microbiana em serviço de saúde. Sistema imune. Alergias, reações de hipersensibilidade, vacinas, estruturas e funções das imunoglobulinas. O enfermeiro e o controle da infecção hospitalar.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <p>GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D. <b>Cecil tratado de medicina interna</b>. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>KASPER, D. L. et al. <b>Harrison Medicina interna</b>. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; FAUSTO, N. <b>Robbins e Cotran, Patologia: bases patológicas das doenças</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>VERONESI, R; FOCACCIA, R. <b>Tratado de infectologia</b>, 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>ANTCZAK, S. E. <b>Fisiopatologia básica</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. <b>Guia de vigilância epidemiológica</b>. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde,</p>			

## ÁREA TEMÁTICA II: FUNDAMENTOS DO TRABALHO DA ENFERMAGEM

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0032 Dep. de Enfermagem	<b>PROCESSOS TERAPÊUTICOS</b>	Componente	135/09
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Estuda a farmacologia, educação nutricional e as terapêuticas alternativas como bases fundamentais ao trabalho da enfermagem. Princípios que regem a ação dos medicamentos, absorção, biotransformação e eliminação. Administração, posologia, formas de apresentação, indicações, e contra-indicações dos medicamentos. Abordagem crítica e reflexiva sobre as políticas de medicamentos no Brasil. Função social dos alimentos, sua relação com os hábitos e tabus alimentares. Classificação e composição dos alimentos, conservação, necessidades protéico-calóricas do ser humano durante seu ciclo vital e no processo saúde/doença. Políticas de produção e distribuição de alimentos. Estudo das formas de intervenção de enfermagem com terapêuticas alternativas: homeopatia, práticas populares e medicina oriental, entre outras. Análise crítico/reflexiva da inserção dessas práticas em cada contexto sócio-político-econômico.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>DALE, M. M. <b>Farmacologia</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.</p> <p>HARMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. <b>Goodman &amp; Gilman As bases farmacológicas da terapêutica</b>. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Mc Graw-Hill, 2003.</p> <p>LIMA, D. R. <b>Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p> <p>SILVA, P. <b>Farmacologia</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>ASPERHEIM, M. K. <b>Farmacologia para enfermeiros</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1992.</p> <p>ASOBRA, N. <b>Farmacologia para enfermeiros</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.</p> <p>CARVALHO, V. T.; CASSIANI, S. H. B.; CHIERICATO, C. Erros mais comuns e fatores de risco na administração de medicamentos em unidade básica de saúde. <b>Rev Latino-am. Enfermagem</b>, Ribeirão Preto, v. 7, n. 5, p. 67-75, 1999.</p> <p>DU GÁS, B. W. Medicações. In: <b>Enfermagem prática</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p. 465-685.</p> <p>JACOB, L. S. <b>Farmacologia</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>KATZUNG, B. <b>Farmacologia clínica e básica</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>SOUZA, E. F. <b>Administração de medicamentos e preparo de soluções</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1978.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0004 Dep. de Enfermagem	<b>A UNIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM ENFERMAGEM</b>	Componente	45/03
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Aprofundamento das concepções de sociedade, fundamento para a compreensão da produção social brasileira. Estado: espaço de definição das políticas sociais. Universidade: origem, espaço de formação dos profissionais. Produção de conhecimentos e novas tecnologias, compromisso social da UERN.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ALMEIDA, M. C. P. de; ROCHA, J. S. Y. <b>O Saber de enfermagem e sua dimensão prática.</b> São Paulo: Cortez, 1986.  <b>obre a universidade.</b> São Paulo: UNESP, 2001.  Chauí, M. S. <b>Escritos sobre a universidade.</b> São. Paulo: Editora UNESP, 2001.  GERMANO, R. M. <b>Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980.</b> 4. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – ABEN. <b>Sobre uma nova proposta de currículo mínimo para a formação do enfermeiro.</b> Brasília: ABEn, 1991. (mimeo).  GALLO, S. (coord). <b>Ética e cidadania: caminhos da filosofia.</b> 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.  MIRANDA, M. G. O. <b>A Conquista de uma paixão: o desafio da construção de marcos teóricos metodológicos (re)orientadores da produção da força de trabalho de enfermagem no espaço da universidade.</b> 2001. 143f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.  MOURA, A. <b>Produção da força de trabalho na enfermagem em nível de terceiro grau.</b> 1997. 463f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.  PINTO, Á. V. <b>A questão da universidade.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0006 Dep. de Enfermagem	<b>HISTÓRIA E PROCESSO DE TRABALHO EM ENFERMAGEM</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Correntes de pensamento que embasam o pensar/fazer em saúde enfermagem. Aprofundamento dos conceitos trabalho, trabalho em saúde e trabalho da enfermagem. Introduz os conceitos de modelos tecnológicos da produção dos Serviços de Saúde e processo de trabalho em saúde. Processos de trabalho de enfermagem: ensinar/aprender, investigar, assistir/intervir e gerenciar em cada momento histórico. Esse componente tem um cunho teórico prático. O aluno deverá captar a realidade objetiva a partir das categorias estudadas: sociedade, processo produtivo, produção dos serviços de saúde, trabalho de enfermagem.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ALMEIDA, M.V.; ROCHA, J.S.Y.O. <b>O saber da enfermagem e a sua dimensão prática.</b> São Paulo: Cortez, 1986.</p>			

GEOVANINI, T. et al. (Org.). **História da enfermagem: versões e interpretações**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980**. 4ª.ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRARO, T. E. (Org.) et al. **Metodologias para a assistência de enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática**. Goiânia: AB, 2001.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia em enfermagem no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

LIBERALINO, F. N. **O processo de trabalho em enfermagem**. UFRN, Natal, 1996 (mimeo).

LIMA, J. C. Trabalho e sociedade. URRN. Mossoró, 1996 (mimeo).

LIBERALINO, F. N. **O processo de trabalho em enfermagem no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0010 Dep. de Enfermagem	<b>SEMILOGIA E SEMIOTÉCNICA DA ENFERMAGEM NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DO ADULTO</b>	Componente	225/15
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		

**EMENTA:** Construção dos instrumentos específicos do trabalho de enfermagem na produção dos serviços de saúde/enfermagem, no modelo clínico indissociável do epidemiológico. Parte da realidade desses serviços, reflete sobre sua problemática e desenvolve habilidades e atitudes numa primeira aproximação com a intervenção da enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, J.M.H., GOMES, C. M. Acidentes de trabalho: concepções e dados. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo - Rio de Janeiro. HUCITEC - ABRASCO, 1995.

MENDES, R.; DIAS, E.C. Saúde do trabalhador. In: ROUQUAYROL, M.S. **Epidemiologia e Saúde**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho. 7ª ed. rev. amp. São Paulo/Campinas: Cortez, UNICAMP, 2000.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMEZ, C.M.; MACHADO, J.M.H.; PENA, P.G.L. **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

ROCHA, L. E. et al (orgs) **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993.

RIGOTTO, R.M. **Desenvolvimento, ambiente e saúde – implicações da (des)localização industrial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. **Portaria** Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, 2012.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista saúde pública**. São Paulo, vol 25, nº 5, p.341-9, 1991.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0012 Dep. de Enfermagem	<b>SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA DA ENFERMAGEM NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DA CRIANÇA</b>	Componente	75/05
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por Nota		
<p><b>EMENTA:</b> Construção dos instrumentos do trabalho de enfermagem na produção dos serviços de saúde/enfermagem destinados à criança, no modelo clínico e epidemiológico. Parte da realidade desses serviços, reflete sobre sua problemática e desenvolve habilidades e atitudes numa primeira aproximação com a intervenção da enfermagem.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>CABRAL. I. E. <b>Administração de medicamentos</b>. Rio de Janeiro: Reichmann e Afonso Editores, 2002  NETTINA, S. M. B. <b>Prática de enfermagem</b>. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003  POSSO, M. B. S. <b>Semiologia e semiotécnica de enfermagem</b>. São Paulo Atheneu: 1999.  BOWDEN, V. R.; GREENBERG, C. S. <b>Procedimentos de enfermagem pediátrica</b>. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>DUTRA, A. <b>Semiologia pediátrica</b>. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.  GIOVANE, A. M. <b>Enfermagem - cálculo e administração de medicamentos</b>. 13<sup>a</sup> ed. São Paulo: RIDEEL, 2011.  SANTANA. J. C. et al. <b>Semiologia pediátrica</b>. Porto Alegre: Artmed. 2002.  SCHIMITZ. E. M.(Org.). <b>A enfermagem em pediatria e puericultura</b>. São Paulo: Atheneu .1995.  SIGAUD. C. H. S.; VERÍSSIMO. M. L. Ó. R. (Orgs) <b>Enfermagem pediátrica o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente</b>. São Paulo: EPU, 1996.  VERDI. M.; BOEHS. A. E.; ZAMPIERI. M. de F. M. (org) <b>Enfermagem na atenção primária de saúde</b>. Florianópolis: UFSC/NFR/SPB, 2005.  WONG. D.L.; WHALEY. L.F <b>Enfermagem pediátrica: elemento essencial a internação efetiva</b>. 5<sup>a</sup>.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan ,1999.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0005 Dep. de Enfermagem	<b>CONCEPÇÕES SOBRE O ATO DE ESTUDAR</b>	Trabalho de Conclusão de Curso	45/03
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Primeira aproximação com o processo educar e investigar da enfermagem, enquanto princípio pedagógico. Prepara o aluno para a elaboração de trabalhos científicos, enquanto conjunto de atividades</p>			

intelectuais realizadas como requisito na produção de novos conhecimentos. Apresenta diretrizes para a criação de hábitos de estudo, fornece diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos sobre a documentação dos estudos pessoais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BETINI, G. A. Leitura, análise e interpretação de textos: porque toda essa preocupação? **EDUC@ção-Rev. Ped. CREUPI**, v. 1, n. 01, 2003.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

DOSSE, F. **A história em migalhas: dos annales à nova história**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1992.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EDITORA GLOBO. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Globo, 1992.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FEITOSA, V. C. **Redação de textos científicos**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2001.

MATOS, H. C. J. **Aprenda a estudar: orientações metodológicas para o estudo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 5. ed. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2002.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0013 Dep. de Enfermagem	<b>EXERCÍCIO DE ENFERMAGEM</b>	Componente	45/03
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Teoria dos valores. Ética e Moral. Ética profissional. Liberdade e necessidade. Principais concepções éticas. Problemas ético-sociais. Ética e Cidadania. A Ética codificada na enfermagem. A Bioética e a responsabilidade com os serviços de saúde. Estudo da legislação que regulamenta a assistência e o ensino de enfermagem no Brasil. A dimensão ética do trabalho de enfermagem. A organização dos trabalhadores de enfermagem e articulação com os demais trabalhadores para fazer frente a crise de legitimidade pela qual passam a enfermagem e a sociedade brasileira. Mudanças legais para atender à concepção da enfermagem como prática social.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALCÂNTARA, G. O Ensino de ética e história de enfermagem. In: **Revista Brasileira de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 393-402, 1966.

APEL, K. O. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis: VOZES, 1994.

BERLINGUER, G. **Questões de vida: ética, ciência e saúde**. São Paulo: APCE/HUCITEC/CEBES, 1993.

GALLO, S. (coord). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil: 1955-1980**. 4.ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

SANTOS, E. F. **Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2005.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0008 Dep. de Enfermagem	<b>PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM</b>	Trabalho de Conclusão de Curso	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Discute a evolução histórica da construção do conhecimento científico e em particular do conhecimento na Enfermagem partindo da concepção da investigação como um dos seus processos de trabalho. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Políticas de produção, fomento e divulgação do conhecimento no Brasil. O processo investigar na enfermagem: base filosófica, metodológica e operacional. A pesquisa no âmbito da UERN e da Faculdade de Enfermagem. Realiza atividades relacionadas à produção do conhecimento. Apresentação de trabalhos científicos em eventos locais.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>CAPRA, F. <b>A teia da Vida:</b> uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.</p> <p>BREILH, J.; GRANDA, E. <b>Investigação da saúde na sociedade:</b> guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: HUCITEC, 1986.</p> <p>LOWY, M. <b>Ideologias e ciência social, elementos para uma análise marxista.</b> São Paulo: Cortez. 1985.</p> <p>SANTOS, B. S. <b>Um discurso sobre as ciências.</b> 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>SEABRA, G. F. <b>Pesquisa científica:</b> o método em questão. Brasília: UnB, 2001.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>BREILH, J. <b>Nuevos conceptos y técnicas de investigación:</b> guia pedagógico para un taller de metodologia. 2. ed. Ecuador: Centro de estudios y asesoría em salud, 1995.</p> <p>GAUTHIER, J. H. M.; CABRAL, I. E.; SANTOS, I.; TAVARES, C. M. M. <b>Pesquisa em enfermagem – novas metodologias aplicadas.</b> Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.</p> <p>MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. <b>Pesquisa social:</b> teorias, métodos e criatividade. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.</p> <p>MINAYO, M. C. S. <b>O desafio do conhecimento:</b> Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.</p> <p>SORIANO, R. R. <b>Guia para realizar investigações sociais.</b> 30. ed. México: Plaza y Valdes, 1998.</p> <p>TTRIVIÑOS, A. N. S. <b>Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.</b> A pesquisa qualitativa em educação:</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0016 Dep. de Enfermagem	<b>PESQUISA E ENFERMAGEM</b>	Trabalho de Conclusão de Curso	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Construção de projetos de pesquisa, tanto na abordagem quantitativa como qualitativa. Principais marcos teórico-metodológico. Confecção e análise de artigo científico.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>ECO, U. <b>Como se faz uma tese</b>. São Paulo: perspectiva, 1989.</p> <p>DEMO, P. <b>Metodologia científica em ciências sociais</b>, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.</p> <p>MINAYO, M. C. S. <b>O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.</p> <p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico</b>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>BREILH, J.; GRANDA, E. <b>Investigação da saúde na sociedade: guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico</b>. São Paulo: HUCITEC, 1986.</p> <p>BECKER, H. S. <b>Métodos de pesquisa em ciências sociais</b>. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.) <b>Pesquisa social: Teoria, método e criatividade</b>. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo - qualitativo: oposição ou complementaridade? <b>Cad. Saúde Pública</b>. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.</p> <p>RICHARDSON, R. J. <b>Pesquisa social – métodos e técnicas</b>. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>TACHIZAWA, T.; MENDES, G. <b>Como fazer uma monografia na prática</b>, 3. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.</p> <p>TRIVIÑOS, A. N. S. <b>Introdução à pesquisa em ciências sociais</b>. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>VIEIRA, S. <b>Como Escrever uma tese</b>, 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.</p>			



CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
Dep. de Enfermagem	<b>ESTUDOS ORIENTADOS PARA ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA</b>	Trabalho de Conclusão de Curso	30/02
Aplicação prática-teoria-prática	Avaliado por nota		
<b>EMENTA:</b> Discussão e construção coletiva dos temas das monografias. Eventos relacionados à produção do conhecimento. Apresentação de trabalhos científicos em eventos locais, estaduais e nacionais.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. <b>O método nas ciências naturais e sociais:</b> pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2000.			
BREILH, J.; GRANDA, E. <b>Investigação da saúde na sociedade:</b> guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo, HUCITEC, 1986.			
MINAYO, M. C. de S. <b>O Desafio do conhecimento:</b> pesquisa qualitativa em saúde. 4ª.ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.			
SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 21ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
FREITAS, I. M. A. C. <b>Manual de orientação para elaboração de projetos e monografias.</b> Mossoró (RN ): URRN, 1999.			
MEDEIROS, L. C., BOSCO-FILHO, J., LACERDA, J. D. F. <b>Manual para realização de trabalhos acadêmicos.</b> Mossoró (RN): URRN,1998.			
MINAYO, M. C.S. (org.) <b>Pesquisa social:</b> Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.			
MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo – qualitativo: oposição ou complementaridade? <b>Cad. Saúde Pública.</b> Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set., 1993.			
RICHARDSON, R. J. (col). <b>Pesquisa Social – métodos e técnicas.</b> 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
VIEIRA, S. <b>Como Escrever uma tese.</b> 4ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0042 Dep. de Enfermagem	<b>MONOGRAFIA</b>	Trabalho de Conclusão de Curso	45/03
Aplicação prática-teoria-prática	Avaliado por nota		
<b>EMENTA:</b> Consolidação do trabalho de conclusão de curso. Articula os conhecimentos construídos ao longo do curso com o exercício profissional, na perspectiva de contribuir com a reorganização dos serviços de saúde. Busca contribuir com a resolução de problemas loco - regionais através da pesquisa. (			

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BREILH, J.; GRANDA, E. **Investigação da saúde na sociedade**: guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- LVES-MAZZOTTI, A J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, s.d.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.
- VIEIRA, S. **Como Escrever uma tese**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – citações em documentos – apresentação: NBR10520:2002. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação: NBR6024:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informações e documentação** – referências - apresentação: NBR 6023:2002. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – resumo – apresentação: NBR6028:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – sumário – apresentação: NBR6027:2003. Rio de Janeiro: ABNT, 2003
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação** – trabalhos acadêmicos - apresentação: NBR14724:2005. 2ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0009 Dep. de Enfermagem	<b>GÊNERO E ENFERMAGEM</b>	Componente	30/02
Aplicação prática-teoria-prática	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Estudo das relações entre gênero na sociedade, enfocando a realidade de produção de serviços de saúde, bem como a situação da saúde, reprodutiva e das práticas de saúde e enfermagem voltadas para a mulher, articuladas a historicidade da construção da identidade feminina na sociedade e a produção de conhecimento na área.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIOVANINI, T. **Gênero, sexualidade e saúde**. São Paulo: giracor. 2010.

LAURO, G. L.; GOELLNER, S. V.; NECKEL, J.F. **Corpo, gênero e sexualidade** – um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** – A vontade de saber. São Paulo: Paz e terra. 2003.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** - o Uso dos Prazeres. São Paulo: Paz e terra. 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** - o cuidar de si. São Paulo: Paz e terra. 2003.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. 2ª.ed. São Paulo: Forense.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula** - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. São Paulo: Autêntica, 2011.

LAURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3ª ed Petrópolis, Vozes, 1997 .

NASCIMENTO, E. R. **Gênero e enfermagem**. Salvador: Positiva, 1996.

PORTER, R.; TEICH, M. **Conhecimento sexual, ciência sexual**. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: Unesp. 1998.

## ÁREA TEMÁTICA III: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0007 Dep. de Enfermagem	<b>EPIDEMIOLOGIA E ENFERMAGEM</b>	Componente	120/08
Aplicação	Avaliado por		

Prática-teoria-prática.	Nota		
<p><b>EMENTA:</b> A epidemiologia enquanto produto e instrumento das práticas institucionais e sociais. Construção do conhecimento em epidemiologia e suas repercussões na prática de saúde coletiva. A questão da cientificidade e do objeto de estudo em epidemiologia. Estudos dos determinantes sociais do processo saúde/doença. Perfis epidemiológicos da população e monitoramento das condições de saúde. Sistemas da informação em saúde (informatizados e manuais). Instrumentos e métodos epidemiológicos. Desenvolvimento do raciocínio lógico e compreensão dos métodos qualitativos e quantitativos utilizados no processo de investigação epidemiológica. A especificidade do trabalho de enfermagem e indissociabilidade dos modelos clínico e epidemiológico de produção de serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e pratica de projetos de intervenção de enfermagem.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BREILH, J. <b>Epidemiologia</b>: economia, política e saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991.</p> <p>BREILH, J.; GRANDA, E. <b>Investigação da saúde e sociedade</b>: guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.</p> <p>CAMPOS, G.W.S. et al. (Orgs). <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.</p> <p>ROUQUAYROL, M. Z. <b>Epidemiologia &amp; saúde</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2009.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; CORDONI JUNIOR, L. <b>Bases da saúde coletiva</b>. Londrina: UEL, 2001.</p> <p>COSTA, D. C. (Org.) <b>Epidemiologia</b>: teoria e objeto. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 2002.</p> <p>CUNHA, G. T. <b>Construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica</b>. São Paulo: HUCITEC, 2007.</p> <p>DRUMMOND JÚNIOR, M. <b>Epidemiologia nos municípios</b>: muito além das normas. São Paulo: Hucitec, 2012.</p> <p>EGRY, E Y. <b>Saúde Coletiva, construindo um novo método em enfermagem</b>. São Paulo: Ícone, 1996.</p> <p>EGRY, E. Y.; FONSECA, R. M. G. S.; BEETOLOZI, M. R. <b>Métodos de assistência de enfermagem em saúde coletiva orientado pelo materialismo histórico e dialético</b>: o entendimento do processo para a aplicação do instrumento. Apresentado ao Congresso Brasileiro de Enfermagem, 42, Natal, outubro de 1990.</p> <p>VAUGHAN, J. P.; MORROW, R. H. <b>Epidemiologia para municípios</b>: manual para gerenciamento dos distritos sanitários. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0011 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA</b>	Componente	90/06
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Construção histórica das políticas sociais particularizando as políticas de saúde. Demandas originárias dos movimentos popular e de saúde no atendimento às necessidades sociais. O Estado Neo-liberal e o atendimento a essas demandas. A saúde como direito de cidadania. Determinação histórica do processo coletivo de produção dos processos de saúde-doença. Produção e organização dos serviços de saúde no país. Processo de trabalho (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) de enfermagem no modelo epidemiológico e a indissociabilidade do modelo clínico. Constroe instrumentos específicos para o trabalho (visita domiciliar, cobertura, concentração, trabalho com grupos, educação em saúde). Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de

intervenção de enfermagem na perspectiva da transformação.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.

GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.) **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

MENDES, E. V. (Org.) **Distrito sanitário: O processo social de mudança das práticas sanitárias do sistema único de saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1995.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, N. R. **Lutas urbanas e controle sanitário**. Origens das políticas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

EGRY, E. Y. **Saúde coletiva: construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Ícone, 1996.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

GASTÃO, W. S. C. **Saúde Paidéia**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2003.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0014 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.</b>	Componente	150/10
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Problemática da criança e do adolescente no país: exploração sexual, violência, delinquência, menor abandonado, trabalho infantil, entre outros. Teorias do desenvolvimento da personalidade. Saúde Mental.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEIHL, J. L. et al. **Manual de Enfermagem em Pediatria**. Rio de Janeiro: MEDSI, 1992.

MOTA, M. G. C. **Enfermagem pediátrica: assistência de enfermagem à criança**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

PORTO, C. C. **Exame Clínico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

POSSO, M. B. S. **Semiologia e semiótica de enfermagem**. São Paulo: Athneu, 1999.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SIGAUD, C. H. S.; VERISSIMO, M. L. O. (Org.). **Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente**. São Paulo: EPU, 1996.

EISENSTEIN, E.; SOUZA, R. P. (Coord.). **Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes**. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

COSTA, A. C. G. et al. **Brasil criança urgente: A Lei 8069/90**. São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

CARVALHO, E. **As Crianças, os adolescentes e a lei**. CNBB/ Pastoral da Criança, 1993.

SCHIMITZ, E. M. (Org.) **A enfermagem em pediatria e puericultura**. São Paulo: Atheneu, 1995.

VERDI, M.; BOEHS, A. E.; ZAMPIERI, M. (Org) **Enfermagem na atenção primária de saúde, textos fundamentais , saúde coletiva e saúde da criança**. Florianópolis: UFSC/NFR/SBP, 2005.

WONG D. L. WHALEY. L. F. **Enfermagem pediátrica: elemento essencial a internação efetiva**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0022 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DO ADULTO</b>	Componente	270/18
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Determinantes do processo saúde/doença do adulto. Processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) no modelo clínico, articulado ao epidemiológico de produção dos serviços de saúde em clínicas médicas, cirúrgicas, saúde mental, doenças infecciosas e parasitárias, urgências e emergências. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ANDRADE, M. T. S. **Cuidados intensivos**. Rio de Janeiro: MCGRAW HILL, 2000.

BARRETO S. S. M.; VIEIRA, S. R. R.; PINHEIRO, C. T. S. **Rotinas em terapia intensiva**. Rio de Janeiro: Artmed, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de políticas da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia para controle de Hanseníase**. Ministério da Saúde, Secretaria de políticas da Saúde. 1. ed.- Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LACERDA, R. A. Centro Cirúrgico. In: FERNANDES, A. T. **Infecção Hospitalar e suas interfaces na área da saúde**. São Paulo: Atheneu, 2000. Tomo 1.

GOFFI. **Técnica cirúrgica – bases anatômicas, fisiopatológicas e técnica da cirurgia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1997.

ROSA, M. T. L. **Manual de instrumentação cirúrgica**. São Paulo: Rideel, 2004.

LACERDA, R. A. (coord.) **Controle de infecção em centro cirúrgico fatos, mitos e controvérsias**. São Paulo: Atheneu, 2003.

GIGLIO, A. D. **Câncer: Introdução ao seu estudo e tratamento**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LUDWIG, M. L. M.; BONILHA, A. L. L. O contexto de um serviço de emergência: com a palavra o usuário. **Rev. Bras Enferm.** v. 56, n. 1, p.12-17, 2003.

MARTINS, P. S.; PRADO, M. L. Enfermagem e serviço de atendimento pré-hospitalar: descaminhos e perspectivas. **Rev. Bras Enferm.** v. 56, n.1, p. 71- 75, 2003.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0018 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO HUMANA</b>	Componente	210/14
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Determinantes do processo saúde/doença do homem, mulher e adolescente. Processo de trabalho

(assistir/intervir, gerenciar, investigar, ensinar/aprender) de enfermagem na saúde individual e coletiva na reprodução humana nos períodos: pré-concepcional, concepcional, parturição e puerpério. A especificidade do trabalho da enfermagem em neonatologia. Saúde mental e gênero. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADEN, P. S. **Enfermagem materno-infantil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann e Afonso, 2000.  
 CASTRO, L. M. C. P.; ARAÚJO, L. D. S. (Org). **Aleitamento materno**: manual prático. 2. ed. Londrin: AMS. 2006.  
 ELLIS, J. W.; BECKMANN, C. R. B. **Manual de obstetrícia**. Rio de Janeiro: Prentice - Hall, 1986.  
 FREITAS, F. et al. **Rotinas em ginecologia** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência pré-natal**. 3. ed. Secretária de políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.  
 MALDONADO, M. T. **Maternidade e paternidade**. Petrópolis: Vozes, 1989.  
 NETTINA, S. M. B. **Prática de enfermagem**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.  
 MONTGOMERY, M. **Mulher o negro do mundo - uma visão científica e humana do universo feminino**. 2. ed. São Paulo: Gente, 1997.  
 REZENDE, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia fundamental**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.  
 SCHRAIBER, L.B. (Org.) **Programação em saúde hoje**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0017 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM NA SAÚDE/DOENÇA DO PROCESSO PRODUTIVO</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** A problemática de inserção do trabalhador na produção social, nos momentos: produção e reprodução. Perfis epidemiológicos. Bio-segurança, saúde mental, questões de gênero. Determinantes do processo saúde/doença do homem, mulher e adolescente no processo produtivo. Construção histórica das Políticas de saúde voltadas para o trabalhador. Movimentos organizados dos trabalhadores. Processos de trabalho de enfermagem no processo produtivo. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Rev. Educação, Saúde e trabalho**. 1 v. 2 n. p. 53-61, 2003.  
 MACHADO, J.M.H. , GOMES, C. M. Acidentes de trabalho: concepções e dados. MINAYO, M.C. de S. (org.) **Os Muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo - Rio de Janeiro. HUCITEC - ABRASCO, 1995, p.117 - 142.  
 MENDES, R.; DIAS, E.C. Saúde do trabalhador. In: ROUQUAYROL, M.S. **Epidemiologia e Saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993. p.383 -420.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralização do Mundo do Trabalho. 7ª ed. São Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP, 2000.  
 BRASIL, Ministério da Saúde. **Norma Operacional da Saúde do Trabalhador- NOST/Sistema Único de Saúde**. Brasília. Ministério da Saúde, 1997.  
 GOMEZ, C.M.; MACHADO, J.M.H.; PENA, P.G.L. **Saúde do Trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.  
 ROCHA, L. E. et al (org.) **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e Trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes,

1993.

RIGOTTO, R.M. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde** – implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. **Portaria** Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, 2012.



CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0021 Dep. de Enfermagem	<b>ENFERMAGEM NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DA 3ª IDADE</b>	Componente	90/06
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Problemática do processo de envelhecimento populacional brasileiro: consequências e repercussões sociais, culturais e econômicas. Determinantes do processo saúde/doença na terceira idade. Políticas de saúde para a terceira idade. Processo de trabalho em enfermagem no modelo epidemiologia e clínica da terceira idade. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GIANNETTI, E. **O valor do Amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- MALAGUTTI, W.; BERGO, A. M. (Org.). **Abordagem Interdisciplinar do Idoso**. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.
- PEREIRA, R. J. et al. Políticas sobre o envelhecimento e saúde no mundo. In: PESSINI, L.; BARCHFONTAINE, C. P. (Org.). **Bioética e longevidade humana**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Edições Loyola, 2006.
- SILVA, M. G. **A Vivência do envelhecer**: sentidos e significados para a prática de enfermagem. Ribeirão Preto, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARCHFONTAINE, C. P. (Org.). **Bioética e longevidade humana**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2006.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Política Nacional do Idoso**. Brasília. 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.
- COELHO FILHO, J. M.; RAMOS, L. R. Epidemiologia do envelhecimento no Nordeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. **Revista de Saúde Pública**, v. 33, n.5, p. 445-453, 1999.
- FREIRE JÚNIOR, R. C.; TAVARES, M. F. L. A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: **conhecendo e valorizando sua opinião**. **Interface** (Botucatu), v. 9, n.16, p.147-158, 2005.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0019 Dep. de Enfermagem	<b>TEMAS AVANÇADOS EM SAÚDE COLETIVA</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Discute temas relevantes e atuais relacionados à realidade de saúde. Aprofunda o estudo das principais expressões do processo saúde/doença em saúde coletiva, políticas e modelos assistenciais em saúde. Constrói instrumentos que contribuam para a transformação da produção dos serviços de saúde de Mossoró e Região na perspectiva da vigilância a Saúde. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MARINHO, M. F.; KALICHMAN, A. O. Vigilância à saúde: epidemiologia, serviços e qualidades de vida. In: ROUQUAYROL, M. Z. <b>Epidemiologia e saúde</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993, p. 467-476.</p> <p>QUEIROZ, V. M.; SALUM, M. J. L. Globalização econômica e a apartação na saúde: reflexão crítica para o pensar/fazer na enfermagem. In: <b>Anais do Congresso Brasileiro de Enfermagem</b>, 48, São Paulo, 1996.</p> <p>SANTOS, J. L. F.; WESTPHAL, M. F. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: O Papel da Universidade. In: <b>Estudos Avançados: dossiê de Saúde Pública</b>. São Paulo: USP, v. 13, n. 35, p. 71-88, 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>CORDEIRO, H. A. O conceito de necessidades de saúde e as políticas sanitárias. In. <b>Saúde, trabalho e formação profissional</b>. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. Cap. I, p.41-7.</p> <p>PALMA, J. J.; GOUVEIA, R. SUS: na contramão da neoliberalismo e da exclusão social. In. <b>Estudos avançados: dossiê de Saúde Pública</b>. São Paulo: USP, v.13, n. 35, p. 139-155, 1999.</p> <p>PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.) <b>Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos</b>. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2005.</p> <p>PINHEIRO, R., MATTOS, R. A. (Org.). <b>Cuidado: as fronteiras da integralidade</b>. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ: ABRASCO, 2006.</p> <p>SANTANA, J. P. (Coord). A negociação como instrumento de gerência nos serviços de saúde. In. <b>Desenvolvimento gerencial de unidades básicas do distrito sanitário</b>. Projeto GERNS. Brasília: MS/FNS/OPS, 1995. p. 247-66.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0033 Dep. de Enfermagem	<b>SAÚDE AMBIENTAL</b>	Componente	45/03
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Dimensões global e local da crise ambiental. Modelo de desenvolvimento vigente. Potencialidades e possibilidades de recursos naturais como parte do meio ambiente e suporte para o desenvolvimento. Relações entre produção do espaço, desenvolvimento e saúde. Políticas públicas para a saúde e sua relação com o modelo de desenvolvimento e a interação com o meio ambiente.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, R. A. R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1994.  
 FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2004.  
 TRIBE, C. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.  
 OTTO, R. G. Biodiversidade: O enfoque interdisciplinar brasileiro. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 3, n. 2, p. 97 – 102, 1998.  
 SILVA, F. C. **As principais fontes de população do rio Apodi/Mossoró na altura do sítio urbano do Município de Mossoró – RN**, Mossoró: URRN, 1993. (Mimeo).  
 REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.  
 UJVARI, S. C. **Meio ambiente e epidemias**. São Paulo: SENAC, 2004.

### ÁREA TEMÁTICA IV - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0015 Dep. de Enfermagem	<b>O PROCESSO GERENCIAR DA ENFERMAGEM</b>	Componente	90/06
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		

**EMENTA:** O Trabalho de Enfermagem e sua articulação com o trabalho coletivo em saúde, a indissociabilidade entre o assistir e o gerenciar e as interfaces com os processos investigar e ensinar/aprender. Transformação da organização do trabalho: do taylorismo à centralidade do mundo. A gestão dos Serviços de Saúde: segundo a lógica neoliberal e segundo os interesses coletivos. O papel dos trabalhadores da saúde e dos movimentos organizados em saúde. Dinâmica de como se processa a assistência e a gerência de enfermagem na produção dos serviços de saúde no modelo clínico e epidemiológico. Meios e instrumentos do processo gerenciar de enfermagem. Coordenação do trabalho de enfermagem como finalidade do trabalho do enfermeiro. Articulação ensino-trabalho. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem, reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KURCGANT, P. **Administração em Enfermagem**. São Paulo: EPV, 1991.  
 RIBAS GOMES, E. L. et al. Dimensão Histórica da Gênese e Incorporação do Saber Administrativo na Enfermagem. In: ALMEIDA, M. C. P. de & ROCHA, S. M. (orgs). **O Trabalho de Enfermagem**. São Paulo: Cortez. 1997.  
 MISHIMA, S. M. et al. Organização do Processo Gerencial no Trabalho em Saúde Pública. In: ALMEIDA, M. C. P. de & ROCHA, S. M. (org.). **O Trabalho de Enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, D. de B. Produção e Reprodução do Conhecimento como Forma de Estar no Mundo. In: GARCIA. T.; PAGLIUGA, L. (Org.) **A construção do conhecimento em enfermagem**. Fortaleza: RENE, 1998.  
 BARROS, S. M. P. F. Gerenciamento em Saúde – implicações, tendências e perspectivas para a enfermagem.

In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 45, Recife. 1993. **Anais...** Recife: Universitária, 1994. P. 93-104

CAMPOS, G. W. S. O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. **Cad.Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.863-870, out-dez.1998.

CHIAVENATTO, I. **Introdução à teoria Geral da Administração**. 3 ed. São Paulo: McGraw – Hill. 1983.

FEKETE, M. C. Bases Conceituais e Metodológicas do Planejamento em Saúde. In: Ministério da Saúde – Organização Pan-Americana de Saúde. **Desenvolvimento Gerencial de Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário** – Projeto GERUS. Brasília: Fundação Nacional de Saúde – FNS, 1995 p.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0039 Dep. de Enfermagem	<b>GESTÃO DO PROCESSO ENSINAR/APRENDER</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<b>EMENTA:</b> Construção do projeto pedagógico de curso (PPC), o plano de ação curricular oficial e suas relações com a prática pedagógica. O processo de seleção dos conteúdos, a organização curricular. A distribuição do conhecimento escolar, o plano de ação curricular na escola. Avaliação institucional e o plano de desenvolvimento institucional.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> ASSMANN, H. <b>Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. BOAS, B. M. F. V. (Org.). <b>Avaliação: políticas e práticas.</b> São Paulo: Papirus, 2002. DEVAL, J. <b>Aprender na vida e aprender na escola.</b> Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2001. FREIRE, P. <b>A pedagogia dos sonhos possíveis.</b> São Paulo: Editora Unesp, 2001. VEIGA, I. P. A. <b>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.</b> Campinas: Papirus, 1998.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> APPLE, M. W. <b>Ideologia e Currículo.</b> São Paulo: Brasiliense, 1982. CABRAL NETO, A. Política educacional brasileira: novas formas de gestão. In: YAMAMOTO, O. H.; CABRAL NETO, A. (Org.). <b>O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar.</b> Natal: EDUFRN, 2004. MOREIRA, A. F. B. (Org.). <b>Currículo: políticas e práticas.</b> São Paulo: Papirus, 2008. MOREIRA, A. F. ; SILVA, T. T. (Orgs.). <b>Currículo, cultura e sociedade.</b> São Paulo: Cortez, 1994. RODRIGUES, N. <b>Da mistificação da escola à escola necessária.</b> 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003. SAVIANI, N. <b>Saber escolar, curricular e didático: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.</b> 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009. SILVA, T. T. <b>O que produz e o que reproduz em educação: ensaios da sociologia da Educação.</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.			

## ÁREA TEMÁTICA V - ENSINO DE ENFERMAGEM

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0142 Dep. de Educação	<b>SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática	Avaliado por nota		
<p>EMENTA: Análise dos principais paradigmas da Sociologia da Educação. Articulações e mediações entre educação e sociedade. Reflexão acerca de práticas educativas formais e não formais, práticas sociais cotidianas, tendo como referência norteadora as instituições sociais, o processo socialização e a educação contra-hegemônica.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALTHUSSER, L. <b>Aparelhos ideológicos de Estado</b>: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.</p> <p>BRANDÃO, C. R. <b>O que é educação</b>. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>BOURDIEU, P. <b>A economia das trocas simbólicas</b>. São Paulo: Perspectivas, 1994.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>BOURDIEU, P. <b>Escritos de educação</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>DURKHEIM, É. <b>Educação e Sociologia</b>. São Paulo: Melhoramentos, 1978.</p> <p>FREITAG, B. <b>Escola, Estado e Sociedade</b>. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.</p> <p>FRIGOTTO, G. <b>A produtividade da escola improdutiva</b>. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>GRAMSCI, A. <b>Os intelectuais e a organização da cultura</b>. 8. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.</p> <p>JESUS, A. T. <b>Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci</b>. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0144 Dep. de Educação	<b>PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p>EMENTA: Estudo das tradicionais e atuais teorias de aprendizagem ressaltando a sua aplicabilidade no processo educativo.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANTUNES, M. A. M. <b>Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas</b>. <b>Revista psicologia Escolar e Educacional</b>. v.12, n. 2., p. 469-475, 2008.</p> <p>BOCK, A. M. B. <b>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</b>. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>FONTANA, R. <b>Psicologias e Trabalho pedagógico</b>. São Paulo: Atual, 1997.</p> <p>MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. <b>Psicologia escolar: teorias críticas</b>. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
APE0146 Dep. de Educação	<b>DIDÁTICA</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<b>EMENTA:</b> O objeto de estudo da didática. O processo de planejamento das ações educativas. Os componentes estruturantes de um plano. A gestão dos conteúdos e da relação pedagógica. A interdisciplinaridade e a transversalidade na organização e na ação didática.			
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>			
CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Orgs.). <b>Ensinar a Ensinar:</b> didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Thompson, 2002.			
FARIAS, I. M. S. et al. <b>Didática e docência:</b> aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.			
HOFFMANN, J. <b>Avaliação mediadora:</b> uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2003.			
HAYDAT, R. C. C. <b>Curso de Didática Geral.</b> 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. LIBÂNEO, J. C. <b>Didática.</b> São Paulo: Cortez, 1994.			
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
ALVES, R. <b>Pinóquio às avessas:</b> uma estória sobre crianças e escolas para pais e professores. Campinas: Versus, 2005.			
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. <b>Parâmetros Curriculares Nacionais:</b> apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEC/SEF, 1997.			
BEYER, H. O. Educação inclusiva ou integração escolar? Implicações pedagógicas com rupturas paradigmáticas. In: <b>Ensaio Pedagógico.</b> Brasília: MEC/SEE, 2006.			
CORDEIRO, J. <b>Didática.</b> São Paulo: Contexto, 2007.			
LUCK, H. <b>Pedagogia Interdisciplinar:</b> fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2007.			
MASETTO, M. T. <b>Didática:</b> a aula como centro. 4. ed. São Paulo: FTD, 1997.			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0143 Dep. de Educação	<b>FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> A Filosofia e o processo do filosofar como princípio educativo. A filosofia da educação na formação e na prática do educador. A educação mediando a prática humana. A Filosofia na sala de aula do Ensino Fundamental. As relações entre educação, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia. Estudo das principais tendências do pensamento pedagógico a partir das contribuições dos educadores brasileiros contemporâneos.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <p>ARANHA, M. L. <b>Filosofia da educação</b>. São Paulo: Moderna, 2006.  DEWEY, J. <b>Democracia e educação</b>. São Paulo: Nacional, 1959.  LUCHESE, C. C. <b>Filosofia da educação</b>. São Paulo: Nacional, 1990.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>GADOTTI, M. <b>Historias das Ideias Pedagógicas</b>. São Paulo: Ática, 1993.  LIBANEO, J. C. <b>Democratização da Escola Pública: a pedagogia critico-social dos conteúdos</b>. São Paulo: Loyola, 1990.  LUCHESE, C. C. <b>Filosofia da Educação</b>. São Paulo: Cortez, 1990.  MANACORDA, M. G. <b>Marx e a pedagogia Moderna</b>. São Paulo: Cortez, 1991.  MARX, K.; ENGELS, F. <b>Crítica na Educação e no Ensino</b>. Lisboa: Moraes, 1991.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
APE0145 Dep. de Educação	<b>ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Análise do sistema educacional brasileiro do ponto de vista legal, político e econômico, numa dimensão histórico-social, objetivando subsidiar compreensão da organização do ensino básico.</p>			



## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. In: ARANHA, M. L. A. **Brasil no Século XX: O desafio da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREITA G, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

GENTILLI, P.; SILVA, T. T. **Escola S.A quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação (1964-1965)**. São Paulo: Cortez, 1994.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0037 Dep. de Enfermagem	<b>EDUCAÇÃO EM SAÚDE</b>	Componente	60/04
Aplicação prática-teoria-prática.	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Determinação histórico-social do processo saúde-doença e sua abordagem junto às famílias e a coletividade. História das políticas de educação e saúde no Brasil com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS). Modelos de Atenção à Saúde e proposta de reorientação da assistência. Saúde da família. Concepções de educação e saúde. A ênfase na promoção da saúde. Plano de intervenção em educação em saúde.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>FREIRE, P. <b>Pedagogia da autonomia:</b> saberes necessários a prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.</p> <p>PEDROSA, J. I. Promoção da Saúde e Educação em Saúde. In. CASTRO, A.; MALO, M. <b>SUS: ressignificando a promoção da saúde.</b> São Paulo: Hucitec/OPAS, 2006.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.) <b>A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde.</b> São Paulo: Hucitec, 2001.</p> <p><b>BILIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>FERNANDES, S. C. A. <b>As Práticas Educativas na Saúde da Família:</b> uma cartografia simbólica. Natal: 2010. 69p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.</p> <p>GOHN, M. G. <b>Educação não-formal e o educador social:</b> uma atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>HERBERT, S. P. et al (Orgs.). <b>Participação e Práticas Educativas:</b> a construção coletiva do conhecimento. Brasília: Líber Livro, 2009.</p> <p>PATROCINIO, W. P.; PEREIRA, B. P. C. Efeitos da Educação em Saúde sobre Atitudes de Idosos e sua Contribuição para a Educação Gerontológica. <b>Trab. Educ. Saúde</b>, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 375-394, 2013.</p> <p>VASCONCELOS, E. M. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. <b>PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva.</b> v.14, n. 1, p. 67- 83, 2004.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MLV0135 Dep. de Letras Vernáculas	<b>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS</b>	Componente	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Libras em contexto. Estudo das modalidades visuais e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.</p>			

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental - **Língua Brasileira de Sinais**. Vol. I, II e III. Brasília, 1998.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC:SEESP, Brasília, 2001.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74.

. **O espaço da cultura surda**. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.

. **História do povo surdo**. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.

SILVA, M. P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

## ÁREA TEMÁTICA VI - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0137 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM PRÁTICA DE ENSINO I</b>	Estágio	105/07
Aplicação prática	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Processo de trabalho do enfermeiro na Educação em Saúde. Desenvolvimento de competências na rede de atenção básica e hospitalar, com vistas à promoção da saúde. O cotidiano da prática educativa em saúde. Resgate das concepções de educação e saúde com ênfase na promoção da saúde. Plano de intervenção em Educação em saúde.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. São paulo: Cortez, 1993.

MANO, M A.; PRADO, E. V. (Org.). **Vivências de Educação Popular na Atenção Primária à Saúde: a realidade e a utopia**. São Carlos - SP: EdUFSCAR, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

STOTZ, E. N.; DAVID, H. M. S. L.; UN, J. W. Educação popular e saúde – trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Revista APS**, v.8, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério da Saúde. (Org.). **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 28ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra,

2006.

VASCONCELOS, E. M. **A espiritualidade nas práticas de educação popular em saúde.** In: SANTOS, F. S. (Org.). **A arte de cuidar.** Bragança Paulista: Comenius, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família.** 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0150 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM PRÁTICA DE ENSINO II</b>	Estágio	105/07
Aplicação prática	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Processo de trabalho do enfermeiro na Educação em Saúde desenvolvido na rede de atenção básica em comunidade e espaço não escolar com vistas a promoção, reabilitação, assim como a recuperação da saúde, quando possível ou a melhoria da qualidade de vida de portadores de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O estágio será desenvolvido em espaço não escolares como creches, rede de atenção básica, grupo de idosos, associações de moradores, Conselhos Municipais, ONGs.

**BIBLIOGRAFIA BASICA:**

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 28. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.  
 MANO, M A.; PRADO, E. V. (Org.). **Vivências de Educação Popular na Atenção Primária à Saúde: a realidade e a utopia**. São Carlos: EdUFSCAR, 2010.  
 VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Ministério da Saúde. (Org.). **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.  
 FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.  
 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.  
 STOTZ, E. N.; DAVID, H. M. S. L.; UN, J. W. Educação popular e saude – trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **Revista APS**, v.8, n. 1, p. 49-60, 2005.  
 VASCONCELOS, E. M. A espiritualidade nas práticas de educação popular em saúde. In: SANTOS, F. S. (Org.). **A arte de cuidar**. Bragança Paulista: Comenius, v. 1, p. 108-131, 2010.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0160 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM PRÁTICA DE ENSINO III</b>	Estágio	105/07
Aplicação prática	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Processo de trabalho do enfermeiro na educação profissional em saúde/enfermagem. Desenvolvimento das competências do saber, saber fazer e ser nos processos de educar em saúde. A Educação Permanente em Saúde - EPS como estratégia para a promoção da saúde e a consolidação do SUS. O quadrilátero da EPS. Articulação ensino-serviço. Elaboração e execução de projeto de Educação Permanente em Saúde.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. <b>Política Nacional de Educação Permanente em Saúde</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>CAROTTA, F.; KAWAMURA, D.; SALAZAR, J. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. In: <b>Saúde Soc.</b> v. 18, n. supl.1, p. 48-51, 2009.</p> <p>MEDEIROS, A. C. et al. Gestão participativa na educação permanente em saúde: olhar das enfermeiras. In: <b>Rev. Bras. Enferm.</b> V. 63, n.1, p. 38-42, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, M.A.N. Educação à distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. <b>Rev. Bras. Enferm.</b> v. 60, n. 5, p. 585-9. 2007.</p> <p>SILVA, C. M. T.; VASCONCELOS, G. B.; MATOS FILHO, S. A. <b>Educação permanente em saúde: fatores que limitam a participação dos trabalhadores</b>. 2010. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Hospitalar para o Sistema Único de Saúde) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>FEUERWERKER, L. C. M.; LLANOS C. M.; ALMEIDA, M. <b>Educação dos profissionais de saúde na América Latina: teoria e prática de um movimento de mudança</b>. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>FEUERWERKER, L. C. M. Educação dos profissionais de saúde hoje: problemas, desafios, perspectivas e as propostas do Ministério da Saúde. <b>Revista da Abeno</b>, v. 3, n. 1, p.24-27, 2003.</p> <p>DAVINI, M. C. Currículo integrado. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento para o SUS. <b>Capacitação pedagógica para Instrutor/supervisor – área da saúde</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 1994. p. 39-55.</p> <p>GADOTTI, M. <b>Concepção dialética da educação – um estudo introdutório</b>. São Paulo: Cortez, 1983.</p> <p>PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. <b>Plano Estadual de Saúde 2012 – 2015</b>. Recife: SES, 2012.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0151 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM PRÁTICA DE ENSINO IV</b>	Estágio	105/07
Aplicação Prática	Avaliado por nota		

**EMENTA:** O trabalho do enfermeiro na formação de recursos humanos na área de saúde/enfermagem. Organização e funcionamento das Escolas Técnicas de Enfermagem: Gestão, Projeto Pedagógico de Curso, organização curricular, avaliação do ensino aprendizagem. Políticas de educação profissional. Elaboração de uma proposta de curso.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M. (Org.). **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos universitários da área da saúde**. Londrina: Rede Unida; 2003.

ALVES, Rubens. **Conversa com quem gosta de ensinar**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

BAGNATO, M. H. S. Concepções pedagógicas no ensino de enfermagem no Brasil. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**. v.6, n.3, p. 241-258, 1997.

BRASIL. **Lei no 9.394**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 20 de dezembro de 1996.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CECIM, R. B.; ARMANI, T. B.; ROCHA, C. M. F. O que dizem a legislação e o controle social em saúde sobre a formação de recursos humanos e o papel dos gestores públicos no Brasil. **Ciências Saúde Coletiva**. v. 7, p. 373-83, 2002.

BANATO, M. H. S. **Licenciatura em enfermagem**. Pra Que? Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Campinas, 1994. 226f.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n. 2.208** de 17 de abril de 1997. Regulamenta o segundo parágrafo do artigo 36 e os artigos 39 3 42 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1997, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 17 de abril de 1997.

FEUERWERKER L.C. M. Estratégias para a mudança da formação dos profissionais de saúde. **Caderno de Currículo e Ensino**. v. 2, p. 11-23, 2002.

PERNAMBUCO. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. **Plano Estadual de Saúde 2012 – 2015**. Recife: SES, 2012.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0161 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM SERVIÇOS DE SAÚDE I</b>	Estágio	420 / 28
Aplicação prática	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Espaço de consolidação da autonomia do aluno/enfermeiro, enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) em diferentes cenários da prática de enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda de compromissos para a saúde integral da saúde da criança e redução da mortalidade infantil**. Brasília: MS, 2004.

BRASIL, Associação Brasileira de Enfermagem; Ministério da Saúde. **Adolescer**: compreender, atuar, acolher. Brasília: 2001.

BRITO, F. C.; LITVOC, J. **Envelhecimento**: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.

EGRY, E. Y. **Saúde Coletiva**, construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança. In: CECÍLIO, L. C. O. (Org.). **Inventando a Mudança na Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ISSLER, H. LEONE, C. MARCONDES E. **Pediatria na atenção primária**. São Paulo: Sarvier, 1999.
- MENDES-GONÇALVES, R. B.; NEMES, M. I. B.; SCHRAIBER, L. B. **Saúde do adulto: programa e ações na unidade básica**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MIRANDA, M.I.F.; FERRIANE, M.G.C. **Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes**. Goiânia: AB, 2001.
- NÓBREGA, F.G. **Assistência primária em pediatria**. São Paulo: Artes Médicas, 1989.
- QUEIRÓZ, V. M.; SALUM, M. J. L. Reconstruindo a Intervenção em Saúde Coletiva face à Vigilância à Saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 48. **Anais**. São Paulo: ABEn, 1996<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. Globalização Econômica e a Apartação na Saúde: reflexão crítica para o pensar/fazer na enfermagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 48. **Anais**. São Paulo: ABEn, 1996b.



CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0153 Dep. de Enfermagem	<b>ESTÁGIO EM SERVIÇOS DE SAÚDE II</b>	Estágio	420/28
Aplicação prática	Avaliado por nota		
<p>EMENTA: Espaço de consolidação da autonomia do aluno/enfermeiro, enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) em diferentes cenários da prática de enfermagem.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <p>ALMEIDA, C.A.N.; CIAMPO, L. A.D.; RICCO, R. G. <b>Puericultura:</b> princípios, práticas, atenção integral à saúde da criança. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>BRITO, F. C.; LITVOC, J. <b>Envelhecimento:</b> prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.</p> <p>EGRY, E. Y. <b>Saúde Coletiva, construindo um novo método em enfermagem.</b> São Paulo: Ícone, 1996.</p> <p>POTTER, P. A. <b>Grande Tratado de Enfermagem Prática:</b> Clínica prática e hospitalar. São Paulo: Ernesto Reichmann, 2000.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>CAMPOS, G. W. S. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança. In: CECÍLIO, L. C. O. (org.). <b>Inventando a Mudança na Saúde.</b> São Paulo: Hucitec, 1994. p. 61-62,</p> <p>ISSLER, H.; LEONE, C.; MARCONDES E. <b>Pediatria na atenção primária.</b> São Paulo: Sarvier, 1999.</p> <p>MENDES-GONÇALVES, R. B.; NEMES, M. I. B.; SCHRAIBER, L. B. <b>Saúde do adulto:</b> programa e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec, 2002.</p> <p>MIRANDA, M. I. F.; FERRIANE, M. G. C. <b>Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes.</b> Goiânia: AB, 2001.</p> <p>NÓBREGA, F. G. <b>Assistência primária em pediatria.</b> São Paulo: Artes Médicas, 1989.</p>			

### 10.6 Ementas dos componentes curriculares de caráter optativo

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0009 Dep. Educação	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Estudos das ideias pedagógicas dos diferentes períodos da história, articulando-as aos respectivos contextos econômicos, políticos e sociais.</p> <p><b>BLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>MARX, K.; ENGELS, F. <b>Sobre literatura e arte</b>. 4. ed. São Paulo: Global, 1986.</p> <p>PLEKHANOV, G. <b>A concepção materialista da História</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>SAVIANE, D. <b>Escola e democracia</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>ENGELS, F. <b>Origem da família, da propriedade privada e do estado</b>. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.</p> <p>GADOTTI, M. <b>Concepção dialética da educação: um estudo introdutório</b>. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.</p> <p>MANACORDA, M. <b>A História da educação: da antiguidade aos nossos dias</b>. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>NÓVOA, A. Inovação e história da educação: Teoria e Educação. In: <b>Teoria e Educação</b>. n. 6, 1992.</p> <p>MORAES, J. G. <b>Caminho das civilizações: da pré-história aos dias atuais</b>. São Paulo: Atual, 1993.</p> <p>PONCE, A. <b>Educação e luta de classes</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MPE0062 Dep. Educação	<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Fatores determinantes do analfabetismo de jovens e adultos. A educação de jovens e adultos nas políticas educacionais do Estado brasileiro. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências, problemas e perspectivas.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>FREIRE, P. <b>A importância do ato de ler: três artigos que se completam</b>, São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>FREIRE, P. <b>Educação e mudança</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>FREIRE, P. <b>Política e Educação: Ensaio</b>. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>MOURA, T <b>A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky</b>. Maceió: Edufal, 1999.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>FREIRE, P. <b>Pedagogia do oprimido</b>. São Paulo: Paz e Terra, 1987.</p> <p>PAIVA, I. <b>Educação popular e educação de adultos</b>. São Paulo: Loyola, 1987.</p> <p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. <b>Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos</b>. Brasília, 2000.</p> <p>RIBEIRO, V. M. M. <b>Analfabetismo e atitudes: pesquisa em educação de jovens e adultos</b>. Campinas /SP: Papirus, 1999.</p>			

RIBEIRO, V. M. M. **Proposta curricular de jovens e adultos: 1º segmento do ensino fundamental.** São Paulo: Ação educativa, 1997.

SOUSA, J. F. A. **A Educação escolar, nosso fazer maior, des(fia) o nosso.** Educação de Jovens e Adultos. Recife: Bagaço, núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPe, 1999.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0035 Dep. Enfermagem	ÉTICA SOCIAL	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		
<p><b>EMENTA:</b> Ética e Filosofia. Teoria dos valores. Ética e Moral. Ética profissional. Liberdade e necessidade. Elementos do ato moral. Fundamentos da moral. Problemas ético-sociais. Ética e política. Principais concepções éticas.</p>			
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <p>FAGUNDES, M. B. <b>Aprendendo Valores</b>. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p> <p>GERMANA, R. M. <b>A ética e do ensino na enfermagem no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Cortez, 1993.</p> <p>MASIP, V. <b>Ética, caráter e personalidade</b>. São Paulo: EPU, 2002.</p> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <p>AGUIAR, E. B. <b>Ética: Instrumento de paz e justiça</b>. João Pessoa: Tessitura, 2002.</p> <p>BONETTI, A. D. et al. (Orgs.). <b>Serviço social e ética: convite a uma nova práxis</b>. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MARCONDES, D. <b>Textos básicos de ética: de Platão a Foucault</b>. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.</p> <p>SINGER, P. <b>Ética prática</b>. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p> <p>VALLS, A. <b>O que é Ética</b>. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>VAZQUEZ, A. S. <b>Ética</b>. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.</p>			

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0041 Dep. Enfermagem	<b>EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Atualização científica em educação em saúde, incentivando um debate participativo sobre os conceitos básicos, metodologias, desafios, e dilemas contemporâneos desta área do conhecimento e de intervenção no campo de Saúde. Principais teorias e práticas de educação em saúde; Produção de materiais e estratégias educativas em saúde, com base em metodologia de pesquisa, visando à prevenção de doenças e promoção da saúde. Análise crítica de políticas públicas, análise da produção e da divulgação do conhecimento e a importância da criatividade na ciência.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.  
 FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação** (Diálogos). 3. ed. Rio: Paz e Terra; 2003.  
 GARCIA, M. A. A. Saber, agir e educar: o ensino-aprendizagem em serviços de saúde. **Interface – Comunic Saúde Educ** 2001.  
 VASCONCELOS, E. N. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e terra, 2006.  
 FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.  
 FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.  
 FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez; 1993.  
 ARROYO, M. G. **A prática educativa como processo de construção dos sujeitos: os espaços, as tensões entre a população, a equipe profissional e os gestores**. Disponível em:  
<http://www.redepopsaude.com.br/Varal/ConcepcoesEPS/PraticaEducativaMiguelArroyo.PDF>, Acesso em: 06 abr. 2008.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0041 Dep. Enfermagem	<b>METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Abordagem da teoria e prática de investigação em saúde coletiva. Correntes filosóficas que embasam a produção do conhecimento em saúde coletiva. A investigação em saúde coletiva, enquanto pesquisa social. Métodos e técnicas de pesquisa em saúde coletiva.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, G. W. de S. et al. (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/FIOCRUZ, 2006.

GIOVANELLA, L. et al (orgs.) **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

MENDES, E. V. (Org.) **Distrito sanitário: O processo social de mudança das práticas sanitárias do sistema único de saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1995.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, N. do R.. **Lutas urbanas e controle sanitário**. Origens das políticas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

EGRY, E. Y. **Saúde coletiva: construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Ícone, 1996.

SCOREL, S.. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

GASTÃO, W. de S. C. **Saúde Paidéia**. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2003.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0038	<b>PRIMEIRO SOCORROS</b>	Componente optativo	60 / 04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Princípios gerais dos primeiros socorros. Prevenção de acidentes. Suporte básico de vida em situações de urgências e emergências: permeabilização das vias aéreas e ressuscitação cardio-respiratória. Primeiros socorros em convulsão, histeria e alcoolismo agudo, lesões de tecidos moles, choque elétrico, hemorragias, alterações circulatórias (lipotímia, desmaio, estado de choque), lesões traumato-ortopédicas (entorses, luxações e fraturas), queimaduras, intoxicações e, acidentes por animais peçonhentos e raivosos. Retirada de corpos estranhos no organismo (pele, ouvido e nariz). Salvamento em afogamento, resgate em dunas e em trilhas ecológicas. Transporte de acidentados.

## BIBLIOGRAFIA BASICA

ERAJO, G. A. C. **Manual de urgência em pronto socorro**. 2ª edição, Medsi, 2003.

FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte**. São Paulo: Manole, 2002.

SILVA, J. M.; BARTMANN, M.; BRUNA, P. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência**. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

ROSALES, S. **Manual de primeiros socorros e prevenção de grandes catástrofes e terremotos**. São Paulo: Vergara Brasil, 2005.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALCÃO, L. F. R.; BRANDÃO, J. C. M. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Martinari, 2010.

BORTOLOTTI, F. **Manual do socorrista**. 3ª. Ed., Porto Alegre: Expansão, 2012.

FIGUEIREDO, N. M. A.; VIEIRA, Á. A.B. **Emergência: atendimento e Cuidados de Enfermagem**. 4ª. Ed., São Caetano do Sul, yendis, 2011.

SOUZA, L. M. M. **Primeiros socorros: condutas técnicas**. São Paulo: Iátria, 2011.

VARELLA, D.; JARDIM, C. **Primeiros Socorros: um guia prático**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

CHAPLEAU, W. **Manual de Emergência: um guia para primeiros socorros**. São Paulo: Elsevier, 2008.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0041	<b>EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE</b>	Componente optativo	60 / 04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Atualização científica em educação em saúde, incentivando um debate participativo sobre os conceitos básicos, metodologias, desafios, e dilemas contemporâneos desta área do conhecimento e de intervenção no campo de Saúde. Principais teorias e práticas de educação em saúde; Produção de materiais e estratégias educativas em saúde, com base em metodologia de pesquisa, visando à prevenção de doenças e promoção da saúde. Análise crítica de políticas públicas, análise da produção e da divulgação do conhecimento e a importância da criatividade na ciência.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação** (Diálogos). 3ª ed. Rio: Paz e Terra; 2003.

GARCIA, M.A.A. Saber, agir e educar: o ensino-aprendizagem em serviços de saúde. **Interface** – Comunic Saude Educ 2001.

VASCONCELOS, E.N. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. 33ª ed. São Paulo: Paz e terra; 2006..

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.;1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28ª ed; São Paulo: Paz e terra, 2000.

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez; 1993.

ARROYO, M. G. **A prática educativa como processo de construção dos sujeitos: os espaços, as tensões entre a população, a equipe profissional e os gestores**. Disponível em:

<http://www.redepopsaude.com.br/Varal/ConcepcoesEPS/>

PraticaEducativaMiguelArroyo.PDF, Acesso: 06/abril/2008.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MCS0088 Dep. Ciências Sociais e Política	<b>CULTURA BRASILEIRA</b>	Componente optativo	60 / 04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

EMENTA: Identidade nacional. Cultura popular e ideologia. Indústria Cultural. Cultura do Rio Grande do Norte.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOSI, A. (Org) **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992.

CASCUDO, L.C. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé/Natal: Fundação José Augusto, 1984.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COHN, G. (Org) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional, 1971.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Stúdio Nobel, 1997.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MCS0115 Dep. Ciências Sociais e Política	<b>FAMÍLIA, PARENTESCO E CICLOS DE VIDA</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação teórica	Avaliado por nota		

**EMENTA:** Definição de família e de parentesco. Os princípios da organização social da família e do parentesco. A dinâmica da formação da família, dos grupos domésticos e das relações de parentesco. Ciclos de vida e relações de gerações na formação da família e das redes de parentesco. Mudanças sócio-históricas na família e nas relações de parentesco. Família e individualização. Formas contemporâneas de parentesco e afinidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOTH, E. **Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHRISTOPHER, L. **A família: santuário ou instituição sitiada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREYRE, G. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das Ilhas Trobriand**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MCS0116 Dep. Ciências Sociais e Política	<b>GÊNERO E SEXUALIDADE</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação prática-teórica-prática	Avaliado por nota		



EMENTA: Contexto sócio-histórico na questão do gênero e da sexualidade. Conceito de gênero enquanto análise conceitual. Os movimentos de liberação sexual: gays e lésbicas na construção de uma nova identidade sexual. Papéis sexuais e a redefinição da sexualidade na modernidade. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC, 2001.

CASTELLS, M. **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação**. In: **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 169-285.

COSTA, A.; BRUSCHINI C.(Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FOUCAULT, M. História da sexualidade In: **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOLDENBERG, M. **De perto ninguém é normal: estudos sobre o corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAFFIOTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abrão, 2004.

SCHUN, M. R. (Org.). **Masculinidade**. São Paulo: Edunisc, 2004.

CÓDIGO/DEP. DE ORIGEM	NOME DO COMPONENTE CURRICULAR	GRUPO	CH/CRÉDITO
MDE0066 Dep. Enfermagem	<b>INFORMÁTICA APLICADA À ENFERMAGEM</b>	Componente optativo	60/04
Aplicação prática-teórica-prática	Avaliado por nota		

EMENTA: Tecnologia e uso da informação. A informática como elemento de suporte as práticas de saúde/enfermagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARIN, F. H. **Informática e enfermagem**. São Paulo: EPU, 1999.

MARTINEZ, Y. D. **Processo de Informatização em Enfermagem**. São Paulo: EPU, 1989.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M.I. N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. São Paulo: Érica, 1998.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, A. M.; LAGES, N. A. **Introdução à Ciência da Computação**. Rio de Janeiro: LTC. 2005.

MAYER, M.; BABER, R. et al. **Nosso futuro e o computador**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2000.

POSSARI, J. F. **Prontuário do paciente e os registros de enfermagem**. São Paulo: Iátria, 2005

TANENBAUM. A. S. **Organização estrutura de computadores**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1999.

VELLOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. São Paulo: Campus, 1997.

## 11 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

A dimensão metodológica toma por base os princípios formativos do curso: a interdisciplinaridade, a articulação teoria e prática, a flexibilização, a contextualização, a democratização e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e as concepções da FAEN (sociedade, trabalho, trabalho Coletivo em Saúde/produção dos serviços de saúde, processo de trabalho da enfermagem, processo saúde/doença, educação, políticas de Saúde e gênero) que embasam a operacionalização do ensino e as dimensões do trabalho de enfermagem.

As estratégias metodológicas viabilizam a ampla participação de todos os atores (docentes, discentes, enfermeiros dos serviços de saúde e da educação em enfermagem) envolvidos na formação, sendo uma destas estratégias a realização de seminários interdisciplinares que acontecem no início ou no final do semestre letivo da UERN, quando as demais atividades acadêmicas são incorporadas à sua programação.

Os seminários interdisciplinares são organizados conforme as demandas pedagógicas identificadas nas atividades acadêmicas: aulas, práticas, estágios, e nas intervenções nos serviços de saúde e educação em enfermagem. A programação conta, sempre que necessário, com a participação de docentes convidados, profissionais dos serviços de saúde e da educação em enfermagem, outros profissionais e instituições que o NDE julgar que possam contribuir para a consecução do PPC da FAEN/UERN.

As discussões dos seminários interdisciplinares têm a incumbência de avaliar o PPC quanto a identificação de necessidades de atualizações, revisões e adequações didáticas, metodológicas e pedagógicas, de sua operacionalização, das suas políticas e da sua articulação com o mundo do trabalho e de elaborar proposições para os trabalhos da CEC que serão desenvolvidas ao longo dos semestres letivos para discussões por parte do colegiado, conforme calendário disponibilizado pelo Departamento de Enfermagem da FAEN.

Dadas as experiências alcançadas pelos seminários interdisciplinares, opta-se pela manutenção dos mesmos enquanto momentos de reflexões sobre os alcances e os limites do PPC; momentos estes de avaliação do cotidiano da formação diante dos objetivos propostos, do perfil do egresso e das intervenções na produção dos serviços de saúde e de educação em enfermagem.

## 12 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem. Segundo Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos. A avaliação do ensino-aprendizagem é um dos componentes indispensáveis do Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da FAEN, pois constitui a prática de pensar e repensar a formação do enfermeiro, para a construção de um profissional crítico e reflexivo, capaz de compreender e intervir no processo de produção dos serviços de saúde, em atendimento às necessidades sociais relativas à sua área de atuação, através de uma ação transformadora.

O PPC do curso de graduação em enfermagem da FAEN tem como foco o aluno como sujeito da aprendizagem e o professor como facilitador do processo, possibilitando vincular ações e manter a constante indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a realização de mudanças efetivas na sociedade.

A articulação ensino/trabalho busca romper com uma prática historicamente vinculada às classes dominantes, e se constitui em um projeto pedagógico que possibilita à universidade, através da FAEN, intervir na produção dos serviços de saúde e no ensino profissionalizante. As estratégias pedagógicas do ensino serão definidas de modo a se estabelecer a relação prática-teoria-prática e o movimento ação-reflexão-ação a partir de uma real articulação ensino/trabalho, partindo da experiência e conhecimento dos alunos.

A prática avaliativa do processo ensino/aprendizagem do curso de enfermagem está em sintonia com a proposta de avaliação da UERN, conforme as prerrogativas legais do CONSEPE e do projeto pedagógico do curso objetivando o alcance do ensino eficaz e da aprendizagem significativa e transformadora da formação do enfermeiro.

A avaliação de rendimento escolar está prevista no Regimento Geral da UERN, aprovado pela Portaria Ministerial Nº 874, de 17 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Resolução Nº 11/93-CONSUNI, de 12 de Novembro de 1993 e pela Resolução N.º 006/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002. A verificação de aprendizagem se constitui em um movimento potencializador do processo de formação, na medida em que é concebida como atividade inerente a este processo por estar articulado as atividades acadêmicas e desenvolver-se transversalmente em todos os momentos da formação, considerando as sucessivas aproximações do aluno com as temáticas abordadas ao longo do curso.

A avaliação do rendimento escolar deve ser feita por atividade nos componentes curriculares, na perspectiva de todo o curso, abrangendo aspectos de assiduidade e aproveitamento, ambos eliminatórios por si mesmos, mas que não deve perder de vista a sobreposição dos aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos aspectos quantitativos.

O aproveitamento é mensurado de acordo com o que precede os instrumentos normativos de avaliação da UERN. De modo que se executem avaliações em cada componente, ao longo do período letivo por meio de

avaliações cujos resultados serão expressos em notas de “0” (zero) a “10,0” (dez).

Será considerado aprovado por média, em cada componente curricular, o aluno, cuja média ponderada das avaliações, seja igual ou superior a 7,0 (sete) e para o aluno que prestar exame final, será considerado aprovado quando obtiver a média mínima 6,0 (seis), resultante da média parcial e do exame final.

A assiduidade é mensurada através da frequência, que deve ser igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total prevista em cada componente curricular/atividade curricular obrigatório, obtida pelo aluno.

O instrumento utilizado para o registro do rendimento escolar do aluno é o Diário de Classe e o Sistema de Administração Escolar da UERN (SAE), sistema informatizado, que administra todos os registros acadêmicos dos discentes da Instituição, junto ao Departamento de Admissão e Registro Escolar (DARE), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UERN.

A avaliação do processo de aprendizagem no âmbito da FAEN é concebida de forma processual e dinâmica, estando diretamente articulada ao cotidiano acadêmico e efetivada ao longo de todo o processo de formação.

Os instrumentos de avaliação são selecionados e propostos pelos professores dentre aqueles que, coerentes com as estratégias didáticas, atendem à concepção e a proposta do Curso de Enfermagem da FAEN/UERN. Portanto, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, como condição essencial para retroalimentação do processo de formação, ocorre através de diferentes instrumentos tendo em vista o aluno concreto e seu desenvolvimento integral, possibilitando-lhe o contato com o ambiente de forma real, significativa e problematizadora.

### **13 METODOLOGIA QUE EMBASA O PROCESSO ENSINAR/APRENDER**

Num mundo caracterizado por contínuas mudanças, em que os conhecimentos se tornam rapidamente ultrapassados, faz-se necessária uma abordagem metodológica que possibilite o contínuo aprender. Isto requer o desenvolvimento do espírito investigativo e a capacidade de propor soluções criativas para as diferentes situações com as quais o profissional irá se defrontar na sua prática cotidiana.

Uma metodologia em que o aluno tenha condições de se apropriar da construção histórica do conhecimento, e que seja instrumentalizado para a sua construção crítica, bem como capacitado para detectar problemas na busca de soluções criativas. Nesta perspectiva, optou-se por adotar uma metodologia baseada na pedagogia da problematização e no ensino articulado à pesquisa.

Esta metodologia busca desenvolver no aluno, a capacidade de observar a realidade do ponto de vista estrutural, particular e singular; e assim, identificar os problemas, detectar os recursos existentes, e, mediante suporte teórico, formular hipóteses de solução e formas de intervenção na realidade observada.

Como afirmam Bordenave & Pereira (1982) a aprendizagem torna-se uma pesquisa e a construção do

conhecimento se dá em estreita relação com a realidade. Assim, o ensino com pesquisa insere-se nesta proposta metodológica, permeando todo o processo. Tal opção implica em considerar, como indica Demo (1997), a pesquisa como atitude cotidiana ao cultivar a consciência crítica e como resultado específico ao intervir na realidade com base na capacidade questionadora; um compromisso formal com a reconstrução do conhecimento.

A pedagogia da problematização coloca-se como uma proposta coerente com este propósito o que é melhor compreendido a partir do Método do Arco de Maguerez representado na figura 01.

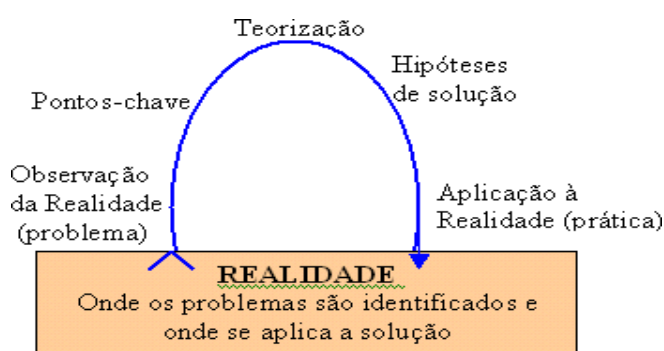


Fig. Nº 01. Método do Arco de Maguerez in: Bordenave & Pereira, 1982.

Na metodologia da problematização o aluno é levado a observar uma realidade relacionada à temática do programa de aprendizagem que está cursando. Neste momento, busca-se desenvolver a capacidade de identificar os aspectos de maior relevância presentes na realidade, e os problemas ali existentes. Dos problemas identificados, serão eleitos aqueles que serão foco de atenção do estudo com base nos seguintes critérios: relevância, factibilidade, interesse para aprendizagem e os que requerem soluções imediatas.

Após esta etapa, serão elencados os pontos-chave dos problemas selecionados, identificando sua natureza (econômica, cultural, de educação etc.), os seus determinantes mais amplos, bem como suas consequências para determinada realidade social. Esta fase orienta a teorização, que por sua vez, deve possibilitar a análise das diferentes dimensões dos problemas detectados.

A partir da teorização, são formuladas as hipóteses de solução, as quais devem ser confrontadas com as discussões iniciais com o objetivo de validar as percepções existentes, anteriormente, e as contribuições da teorização. Após esta fase, dá-se a intervenção na realidade que implica em compromisso social com a realidade objeto do estudo.

O processo constitui-se em ação-reflexão-ação e em uma aprendizagem significativa situada, contextualizada e apresentada como um desafio para os alunos. Conforme indica Perrenoud (1999, p.57) “Um problema deve estar de alguma maneira incluído em uma situação que lhe dê sentido”. A situação-problema deve colocar o aluno diante de uma série de decisões a serem tomadas, visando ao alcance de um objetivo que ele mesmo escolheu ou que lhe foi proposto. Neste tipo de metodologia o professor estabelece com os alunos uma relação em que prevalece o diálogo voltado para a compreensão e a reflexão crítica da realidade.

A avaliação da aprendizagem é entendida como processo que acompanha o desenvolvimento das aptidões/competências e habilidades previstas. Busca ultrapassar a avaliação reprodutivista, pois a memorização não constitui o objetivo deste processo educativo, ao contrário, valoriza-se a construção do conhecimento e a capacidade de análise e reflexão do aluno, compreendendo a avaliação como indissociável do processo educativo, levando-se em consideração as diferentes formas de produção dos alunos, em diferentes contextos e com caráter formativo.

Na pedagogia da problematização, os discentes se defrontam continuamente com novas situações de aprendizagem, o que permite avaliar as aptidões, competências, habilidades que se referem a uma ação eficaz, realizada em diferentes contextos de aprendizagem.

## 14 RECURSOS HUMANOS

### 14.1 Recursos humanos disponíveis

O curso de graduação em enfermagem da FAEN é composto por 24 (vinte e quatro) docentes efetivos, 06 (seis) técnicos de nível superior e 02 (dois) técnicos de nível médio.

#### 14.1.1 Quadro docente

A Faculdade de Enfermagem dispõe de 24 (vinte e quatro) professores efetivos: 16 (dezesseis) doutores, 7 (sete) mestres, e 1 (um) especialista.

Atualmente seus dirigentes são:

DIRETOR: Francisco Rafael Ribeiro Soares

VICE-DIRETORA: Amelia Carolina Lopes Fernandes

CHEFE DE DEPARTAMENTO: Kalidia Felipe de Lima Costa

SUB-CHEFE DE DEPARTAMENTO: cargo sem ocupante

QUADRO 08: Docentes lotados na FAEN com respectiva titulação, área de atuação e regime de trabalho.

Nome	Titulação	Área	Regime de Trabalho
Alcivan Nunes Vieira	Doutor	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Amélia Carolina Lopes Fernandes	Doutora	Ciências Fisiológicas	40 horas com DE
Ana Karinne de Moura Saraiva	Doutora	Enfermagem	40 horas com DE
Andrezza Graziella Vieira Pontes	Mestre	Saúde Coletiva	40 horas com DE

Cintia Mikaelle Cunha S. Nogueira	Doutora	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Dayane Pessoa de Araújo	Doutora	Farmacologia	40 horas com DE
Deivson Wendell da Costa Lima	Doutor	Enfermagem psiquiátrica	40 horas com DE
Érica Louíse de Souza Fernandes Bezerra	Mestre	Enfermagem	40 horas com DE
Fátima Raquel Rosado Moraes	Doutora	Psicologia	40 horas com DE
Francisca Patrícia Barreto de Carvalho	Doutora	Enfermagem	Cedida a FAPERN
Francisco Rafael Ribeiro Soares	Doutor	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Isabel Cristina Amaral de Souza Rosso Nelson	Doutora	Educação	40 horas com DE
Johny Carlos de Queiroz	Mestre	Enfermagem	40 horas com DE
Kalidia Felipe de Lima Costa	Doutora	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Katamara Medeiros Tavares	Mestre	Educação	40 horas
Kellianny Pinheiro Bezerra	Doutora	Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	40 horas com DE
Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Doutora	Ciências da saúde	40 horas com DE
Lucídio Clébeson de Oliveira	Doutor	Neurociências	40 horas com DE
Lucineire Lopes de Oliveira	Doutora	Ciências Sociais	40 horas com DE
Magda Fabiana do Amaral Pereira	Mestre	Saúde pública	40 horas com DE
Maria Carmélia Sales do Amaral	Especialista	Obstetricia	40 horas
Renata Janice Moraes Lima Ferreira	Mestre	Saúde e Sociedade	40 horas
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Doutora	Ciências Sociais	40 horas com DE
Wanderley Fernandes da Silva	Mestre	Meio Ambiente e Desenvolvimento	40 horas

Fonte: Setor de Cadastro- Diretoria de Pessoal – DP/PRORHAE/UERN, 2023.

## 14.1.2 TÉCNICO ADMINISTRATIVO

QUADRO 09 Técnicos Administrativos lotados no curso de enfermagem

<b>NOME</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>SETOR</b>	<b>REGIME DE TRABALHO</b>	<b>LOTAÇÃO</b>
Aline Karoline da Silva Araújo	Técnico de Nível Superior Especializado - Bibliotecária	Biblioteca Setorial - FAEN	30 horas	DIREÇÃO/FAEN
Erika Barboza de Souza	Técnico de Nível Superior	Departamento	30 horas	DEN/FAEN
Hosana Mirelle Goes e Silva Costa	Técnico de Nível Superior Especializada - Técnico de laboratório	Ambulatório e Laboratório	30 horas	DEN/FAEN
Joseane Garcia da Silva Bibiano	Técnico de Nível Superior	Direção	30 horas	DIREÇÃO/FAEN
Juliane Kaliane da Rocha Jerônimo	Técnica de nível médio	Secretária de curso de pós-graduação lato sensu – Programa de Residência Multiprofissional	30 horas	DIREÇÃO/FAEN
Lázaro Emerson Soares	Técnico de Nível Médio	Ambulatório	30 horas	DEN/FAEN
Nalice Cabral da Silva	Técnico de Nível Superior	Departamento de Enfermagem	30 horas	DEN/FAEN
Natália Teixeira Fernandes	Técnico de Nível Superior Especializada - Técnico de laboratório	Ambulatório e Laboratório	30 horas	DEN/FAEN



## 15 INFRAESTRUTURA: EDIFICAÇÕES INSTALAÇÕES DISPONÍVEIS NA FAEN

A FAEN dispõe de salas de aula, auditório, laboratório, ambulatório, equipamentos e recursos áudio visuais, cujo detalhamento se encontra no quadro abaixo, constituindo-se meios/instrumentos do processo ensinar/aprender.

SALA	NOME DA SALA	ATIVIDADE(S)	EQUIPAMENTO
01	Prof. Ormiza Clara de F. Alves	Recepção	01 bancada de madeira, 01 mesa pequena, 01 televisão, 01 armário pequeno; 01 ventilador; 06 cadeiras de plástico.
02	Profª. Taniama Vieira Vieira da S. Barreto	PETEM	10 carteiras de plástico; 01 bancada para computador; 03 computadores; 03 armários de aço; 01 ar condicionado; 01 ventilador; 02 impressora HP.
03	Prof. Luiz Fernando Araújo Costa	Aula	01 quadro branco; 01 birô com cadeira; 03 ventilador; 30 carteiras com braço; 01 armário pequeno de madeira; 01 CPU; 01 estabilizador; 02 ar condicionado.
04	Prof. Josélia Bandeira de Moura	Aula	01 quadro branco; 01 birô com cadeira; 04 ventilador; 31 carteiras com braço; 01 armário pequeno de madeira; 01 CPU; 01 estabilizador; 02 ar condicionado.
05	Prof. Luiz Escolástico Bezerra	Aula	01 quadro branco; 01 birô com cadeira; 02 ventilador; 31 carteiras com braço; 01 armário pequeno de madeira; 01 CPU; 01 estabilizador; 02 ar condicionado.
06	Profª. Noilde Bezerra Cavalcante de Moraes	Sala do Centro Acadêmico 8 de Julho	01 Birô; 02 cadeiras; 01 armário de aço.
07	Maria Rita da Silva	Copa	01 geladeira; 01 armário de aço; 01 fogão; 01 microondas
08	Maria Aricé Lira Rosado	Sub-Prefeitura	01 mesa redonda com quatro cadeiras; 01 birô, 01 cadeira; 02 armários estantes; 01 televisão; 01 ar condicionado; 01 mesa pequena para café.

SALA	NOME DA SALA	ATIVIDADE(S)	EQUIPAMENTO
09	Profª. Nadja Maria da Escóssia Costa	Direção	02 birô; 01 mesa para computador; 01 armário duas portas; 01 armário estante com duas portas; 01 mesa redonda com quatro cadeiras; 02 cadeiras giratória com braço; 02 cadeiras giratória sem braço; 01 aparelho telefônico; 02 computadores; 01 ar splint; 01 ar condicionado, 01 impressora Brother DCP-8080DN;
10	Profª. Salizete Bezerra da Rocha	Secretária-Geral	01 armário estante com duas portas; 01 mesa oval com oito cadeiras sem braço; 02 mesas para computador; 01 geláguia; 01 mesa para café; 01 banco elevado; 01 aparelho telefônico tipo Fax; 01 computador completo, 01 impressora HP; 01 ar condicionado;
11	Luzia Bispo Soares	Sec. Departamento de Enfermagem	03 armários de madeiras; 01 birô com duas gavetas; 01 balcão de madeira com 04 gavetas, 01 cadeira giratória com braço; 01 cadeira de estofado sem braço, 01 computador; 01 ventilador de teto; 01 aparelho telefônico.
12	Monsenhor Américo V. Simonetti	Departamento	02 birô com duas gavetas; 01 armário de aço com duas portas; 02 cadeiras giratórias com braço; 02 cadeiras de palhinha; 01 mural de alumínio; 01 mesa pequena, 01 ar condicionado.
13	Profª. Luzia Cecília Medeiros	Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade	02 birôs; 01 mesa com quatro cadeiras; 02 armários de aço; 01 computador; 02 impressoras; 02 ar condicionado tipo SPLINT, 01 ventilador de teto, 02 geláguia.
14	Prof. Leodécio Fernandes Néio	Aula	01 quadro branco; 01 birô com cadeira; 30 carteiras com braço; 01 televisão; 01 aparelho DVD; 01 caixa de som; 01 bancada com 08 portas, 01 mesa de madeira; 01 CPU; 01 estabilizador; 01 ar condicionado e 01 ventilador.
15	Profª. Francisca Fernandes Barreto (Chica Boa)	Laboratório de Semiologia e Semiotécnica	01 berço recém-nascido, 01 kit simulação de primeiro socorro e acidente; 01 modelo de nádegas para injeção intramuscular; 01 balança antropométrica pediátrica (mecânica); 01 balança antropométrica adulto (mecânica); 01 mostuário de madeira com mamas; 03 boneco região abdominal com colostomia; 01 boneco

SALA	NOME DA SALA	ATIVIDADE(S)	EQUIPAMENTO
			<p>região abdominal em parto cesáreo e normal; 03 suporte 45% - Gaumard Scientific; 01 suporte de alumínio - Simula Care, 01 músculo do membro superior com os principais vasos e nervos 85 cm; 01 braço com ossos, músculos, ligamentos e nervos; 01 encéfalo de plástico e/ou resina; 01 cabeça visualizando músculo e crânio; 01 cabeça de plástico frágil LD numerada; 01 boneco de silicone LE e de plástico LD visualizando músculo, veia, artéria e nervo; 01 boneco com visualização de sistemas e órgãos internos; 01 MSD para punção endovenosa em suporte fixo; 01 pélvis demonstração no momento do parto ; 01 corte da pélvis feminina; 01 corte da pélvis masculina; 01 pélvis de gravidez 3 partes; 02 mostruário de artérias renais humanas - mét. de corrosão; 01 corte de pele ampliada em bloco; 01 coração com 2 partes e possível visualização interna; 01 cama hospitalar adulto; 02 colchão cobertura plástica; 404 lençol de colchão verde; 02 aventais adulto; 2 boneco infantil; 01 lençol de berço branco; 01 colchão de berço; 01 boneco adulto; 01 biombo; 01 cadeira obstétrica; 01 cama obstétrica; 01 colchão de cama obstétrica; 01 mesa de ferramenta cirúrgica em formato de lua; 01 cadeira de ferro; 01 tamborete de ferro; 01 armário de ferro com vidro; 01 mesa de ferro com rodinhas; 01 degrau hospitalar; 02 sistema esquelético fixo em suporte; 01 boneco móvel em camas visualizando internamente; 01 quadro: pesando crianças maior de 2 anos, adol. e adultos; 01 quadro: medindo crianças maior de 2 anos, adol. e adultos ; 01 quadro: pesando crianças menor de 2 anos; 01 quadro: medindo crianças menor de 2 anos; 01 quadro: sobre lavar as mãos para profissionais da saúde; 01 quadro: ombro e cotovelo (osso, fratura e lesão); 01 quadro: hipertensão arterial; 01 quadro: quadro visualizando órgãos interno; 01 quadro: visualizando veias e artérias; 01 quadro: distúrbios da coluna vertebral humana; 03 tensiômetro de pé; 01 autoclave; 01 microscópio; 01 laringoscópio; 01 otoscópio; 02 glicosímetro; 01 refratômetro; 02 Doppler fetal; 01 Cadaço de traqueostomo; 01 fita de traqueostomo; 01 caneta para teste de</p>

SALA	NOME DA SALA	ATIVIDADE(S)	EQUIPAMENTO
			glicemia; 01 disco de cálculo de gestação; 01 disco da Data Provável do Parto – DPP; 01 modelo para simulação do exame de toque vaginal; 01 diafragma; 01 cabeça de recém-nascido de silicone ; 01 órgão sexual masculino e feminino 2 em 1; 06 órgão sexual masculino; 01 colar cervical de espuma; 02 ambu; 03 manguito infantil / 2 com manômetro; 03 manguito adulto; 01 esfigmomanômetro; 06 válvulas; 01 manometro; 36 termômetros; 01 recipiente branco com materiais diversos; 11 válvulas de oxigenação de numeração diversas; 03 sonda de oxigenação; 02 máscaras de nebulização completa infantil; 01 óculos (EPI); 01 Bolsa de medicação; 01 clampeador umbilical; 04 recipientes redondo com tampa de alumínio conferir; 04 caixas de ferramenta cirúrgica conferir; 02 cuba rim grande; 09 cuba rim pequena; 02 cuba redonda com tampa; 01 cuba redonda sem tampa; 01 recipiente retângular de inox com tampa; 01 recipiente retângular de inox sem tampa; 07 cânulas de gedel verde de tamanhos variados; 02 máscara de oxigenação adulto; 02 frasco umidificador; 05 recipiente de vidro com algodão, luva, gaze e termômetro; 04 frasco plástico de SF, PVPI, óleo de coco e álcool a 70%; 02 pipetadores automáticos; 15 estetoscópio de pinard; 17 espéculos de alumínio (tamanhos variados); 01 ventilador; 01 ar condicionado.
16	Profª. Abigail Moura Rodrigues	Sala de Aula	1 quadro branco; 01 birô com cadeira; 34 carteiras com braço; 02 ar condicionado tipo SPLINT; 01 mesa pequena
17	Profª. Hélia Holanda Pinheiro	Sala de Estudo/Saúde do Adulto	01 quadro branco; 03 armários de aço; 01 mesa; 07 cadeiras de palhinha; 01 cadeira de giratória sem braço; 04 birô; 02 mesa para computador; 01 computador; 01 mural.
18	Prof. Maria Valdice de M. Bezerra	Sala de Estudo/ Saúde Coletiva	01 birô; 01 mesa redonda; 06 cadeiras de palhinha; 01 armário pequeno de madeira; 02 armários de madeira.
19	Profª. Maria José de Carvalho	Aula/áudio visual	01 quadro branco; 01 mural; 01 birô com cadeira; 02 ventiladores; 35 carteiras com braço; 01 televisão; 01 armário pequeno de madeira; 01 CPU; 01

SALA	NOME DA SALA	ATIVIDADE(S)	EQUIPAMENTO
			estabilizador; 01 splint.
20	Prof. Raimundo Rêne de Castro	Biblioteca e Laboratório de Informática	01 armário de aço com 20 gavetas; 01 balcão de madeira; 03 cadeiras de palhinha; 01 mesa; 24 cadeiras de plásticos; 17 estantes com acervo bibliográfico; 02 bancadas para estudo individual com 16 divisórias; 01 porta material com dois lugares; 07 computadores; 02 splint.
21	Profª. Maria das Graças Alves	Auditório	01 bancada com 06 cadeiras; 01 tela retrátil; 02 saída de som; 84 cadeiras de plásticos.
22	Antônio Medeiros Gastão	Núcleo de Apoio Materno Infantil	01 birô; 01 mesa redonda; 06 cadeiras de plásticos; 02 armário de aço; 01 estante; 01 mural.

Fonte: DEN/FAEN, 2019.

O Núcleo Materno Infantil (NAMI) se destina a realizar ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde voltadas para o público materno infantil na FAEN; suas intervenções tem como foco o acompanhamento multiprofissional do público alvo. O grupo é formado por docentes, discentes e técnicos, residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade e voluntários; outros profissionais que integram a equipe são fonoaudiólogos, oftalmologista, psicólogo, e assistente social. Atualmente o Núcleo possui 3 projetos de extensão e 2 projetos de pesquisa vinculados às atividades desenvolvidas no cuidado das crianças com microcefalia decorrente do Zica Vírus, mulheres em situação de rua (prevenção do Ca uterino e atenção no climatério).

## 16 POLÍTICAS DA FAEN

A Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como unidade acadêmica e administrativa, tem o compromisso ético, filosófico, político-social e técnico-científico, de acompanhar e avaliar periodicamente sua proposta formativa, como mecanismo indispensável para refletir, teorizar e intervir com ações transformadoras na prática de formação do enfermeiro.

A democratização das atividades administrativas e acadêmicas da FAEN são garantidas pela execução das competências dos seus Órgãos Colegiados e deliberativos: Conselho Administrativo (CONSAD) e plenária do departamento, bem como, das instâncias executivas e consultivas: direção da FAEN, Núcleo Docente Estruturante, Coordenação de Monografia, Coordenação de Programas de Especiais (Programa de Educação Tutorial - PET e Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde), e, quando estiver em execução, da assessoria do curso.

O processo gerencial do PPC da FAEN vem procurando articular as experiências externas do movimento nacional da educação em enfermagem brasileira através de participações:

- Nos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn) – promovidos a cada 2 (dois) pela ABEn Nacional;
- Nos Congressos, Seminários e Encontros de Enfermagem em nível Nacional, Estadual e Municipal;
- Na atuação com diversas instituições do Estado do Rio Grande do Norte através da Comissão Interinstitucional de Ensino e Saúde (CIES);
- Na participação e implementação dos diversos projetos e estratégias desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde que tem como propósito capacitar os profissionais da saúde do SUS;
- Da renovação dos convênios com Secretaria Estadual e Municipal de Saúde para implementação das atividades práticas-teórico-práticas e do estágio curricular obrigatório supervisionado;
- Através de visitas aos campos de práticas e discussões com supervisores de campo para aprofundamento das concepções da política de articulação ensino/serviço;
- Por meio da participação e acompanhamento nas atividades de orientação Acadêmica, dos programas formativos: Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM), Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Núcleo Docente Estruturante; seleção e encaminhamento de recém-graduados ao mercado de trabalho (Instituições Públicas e Privadas, Local, Regional e Nacional);
- Apoio e acompanhamento aos docentes em pós-graduação;

- Participação como membro do Fórum de Escola de Enfermagem – ABEn em nível Nacional, Estadual e Municipal;
- Participação em bancas examinadoras e concurso público para professores em outras IES.

Coerente com as políticas de articulação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, através da Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde (SGTES), que buscam construir um novo desenho para a capacitação dos trabalhadores de saúde, a FAEN participa da Comissão Interinstitucional de Ensino e Saúde (CIES) na condição de representante dos órgãos formadores de recursos humanos em saúde.

A gestão do PPC da FAEN caracteriza-se como gestão do processo de transformação da educação em Enfermagem no país. Desse modo, existe uma tendência de direcionar o processo de formação de trabalhadores de enfermagem para a área de saúde, criando interfaces com vários outros processos.

Um dos grandes desafios colocados para a coordenação do PPC diz respeito à sensibilização pela capacitação dos atores e socialização entre os envolvidos. Como forma, de garantir a viabilidade das mudanças, assim como adesão e participação ativa dos docentes, discentes e enfermeiros dos serviços.

O processo de gestão tem como ponto de partida a realidade, na sua perspectiva de intervir. Esse processo busca manter a dinâmica da parceria, apesar das grandes demandas internas de cada setor envolvido. Caracteriza-se por um processo de estruturação organizacional que articula universidade/instituições/entidades, bem como, instituição/docente/discente e usuários.

## **16.1 Política de Articulação Ensino/Trabalho**

A Faculdade de Enfermagem vem se preocupando com a dissociação entre o saber que é produzido na universidade e o trabalho realizado nas instituições de saúde, nas quais se dá a inserção direta de seus egressos. Diante desta preocupação, várias estratégias estão sendo utilizadas visando possibilitar esta articulação, quer seja por meio dos estágios ou por meio dos projetos de extensão ou, ainda, por meio das atividades prático/teórico/práticas.

Assim, a FAEN entende que a articulação ensino/trabalho se constitui em projeto político que possibilita a universidade, através da enfermagem, intervir na produção dos serviços de saúde do Estado do Rio Grande do Norte. Não se refere, portanto, a um projeto isolado de grupos ou de pessoas, mas de uma nova concepção sobre pensar/fazer que requer uma relação comprometida com a (re)construção do saber, historicamente, teoria/prática, avançando para a relação prática/teoria/prática.

Esta relação pressupõe o resgate, no serviço de saúde, do conhecimento produzido na universidade; a superação, por parte dos docentes, da relação utilitarista estabelecida com os serviços de

saúde, na perspectiva de constitui-los em cenários de produção de um novo saber; a superação da concepção sobre os alunos, que permeia os serviços de saúde, como mão de obra, o que os faz executar práticas desarticuladas do seu processo de formação; e, por fim, desconstruir a concepção de que a articulação ensino/trabalho ocorrerá através da permanência dos docentes nos campos de prática.

Com esta compreensão, a construção e implementação desta política, requer a participação e o comprometimento dos atores envolvidos com o processo de formação (gestão da saúde e da educação, serviços de saúde, universidade e usuários) na construção do PPC, na perspectiva de uma intervenção coerente com a realidade e necessidades da produção dos serviços de saúde e, conseqüentemente, dos usuários.

Esta política ancora-se na compreensão de que, na enfermagem, o processo ensinar/aprender tem como ponto de partida a realidade social. Assim, numa relação dialética entre teoria e prática, tenta estabelecer a devida relação entre o existente e o possível; entre o conhecimento obtido e aquele a ser construído; entre a competência técnico-científica e a política.

Desse modo, a garantia do ato educativo emancipador é a decisão de intervir para contribuir com a transformação da realidade, o que demanda um trabalho conjunto, lento e rigoroso e pressupõe, não somente a vontade política, mas também, a necessidade de retomar passos já dados e de buscar pontos vulneráveis para a mudança.

Trata-se de um processo dinâmico, garantido pelo compromisso de ambas as partes, ou seja, educador e educando, numa relação de troca para o crescimento mútuo. Pressupõe, ainda, disponibilidade para a reflexão e troca.

Assim, a política assenta-se nos seguintes eixos articuladores:

- Articulação entre a universidade e os serviços de saúde numa relação de parceria e não de troca de interesses;
- Institucionalização da relação estabelecida entre a universidade e os serviços de saúde;
- Reconhecimento da realidade social e dos serviços de saúde/enfermagem;
- Construção coletiva e responsabilidade compartilhada entre as instituições (serviços e universidade) no desenvolvimento das atividades tendo, cada parte, atribuições específicas sem, no entanto, perder sua identidade no processo;
- Estabelecimento de um processo de reflexão crítica conjunta sobre a qualidade do serviço de saúde/enfermagem produzido e do ensino, na área;
- Estabelecimento de um processo de reflexão crítica conjunta sobre a articulação entre a formação e a realidade na qual está inserida os serviços de saúde/enfermagem;
- Estabelecimento de mecanismos de cooperação com municípios, Secretaria de Saúde, Instituições particulares, órgãos de fomento, entre outros;
- Articulação entre os três níveis de formação na enfermagem (profissionalizante, graduação e



pós-graduação);

- Formulação de linhas de pesquisa, construção de projetos de extensão e definição de programas de pós-graduação considerando as demandas sociais;
- Articulação entre os programas de requalificação da força de trabalho da enfermagem, (re)situando as instituições de ensino no processo de produção dos serviços de saúde.

Estes eixos articuladores expressam que, na FAEN, o esforço de redefinição do PPC é, por consequência, o esforço de construção da Política de Articulação Ensino/Trabalho. Ela (a política de articulação ensino/trabalho) se constitui em eixo norteador para as demais políticas no âmbito da FAEN/UERN.

## **16.2 Política de Gestão**

A política de gestão da FAEN se materializa numa gestão democrática e participativa do processo de formação e tem como instrumento central o Projeto Pedagógico de Curso. Nesse sentido, assume a condução da formação na perspectiva de romper com a separação entre o pensar e o fazer, entre a concepção e a execução, entre a teoria e a prática.

Implica, portanto, em repensar as estruturas de poder na universidade, tendo em vista a sua socialização. Implica ainda em viabilizar uma prática de participação coletiva, que atenua o individualismo, bem como possibilitar a prática da reciprocidade que elimina a exploração; da solidariedade que supera a opressão; e, da autonomia que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a universidade é mera executora.

Uma gestão participativa e democrática requer, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes seguimentos da Universidade nas decisões, assegurando transparência e o estabelecimento de acordos para a materialização do processo de formação delineado no Projeto Pedagógico de Curso (VEIGA, 1998).

Nessa perspectiva, a FAEN tem utilizado como espaços legítimos de participação democrática os Seminários Interdisciplinares, as plenárias dos colegiados (Conselho Acadêmico- Administrativo e Plenária do Departamento) e a Comissão de Estudos Curriculares (CEC), hoje Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A política de gestão torna-se necessária para pensar e articular estratégias, metodologias e ações que assegurem o êxito do PPC. Portanto, deverá tratar do desenvolvimento e da incorporação de uma metodologia a ser adotado para a melhor execução do PPC.

No que se refere aos recursos humanos, a Faculdade de Enfermagem vem priorizando a qualificação permanente como condição necessária para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade. Essa capacitação, em especial, do quadro docente, em nível de doutorado, se constitui em

estratégia prioritária para fortalecimento da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação, articulados a pesquisa e a extensão. Além disso, possibilita a participação da FAEN em editais de instituições de fomento de natureza acadêmico científica.

A Faculdade de Enfermagem tem empreendido esforços juntamente com as instâncias competentes na Universidade para acelerar o processo de capacitação dos docentes do seu quadro efetivo. Bem como, da capacitação do pessoal técnico-administrativo e de apoio, especialmente, através de cursos de relações humanas, informática e de práticas e rotinas administrativas. Dentre algumas atividades desenvolvidas podemos citar:

a) Corpo Docente

- Realização do concurso público para recompor o quadro de docentes necessários a reconstrução do PPC;
- Reorganização e manutenção do Plano de Capacitação Docente em nível de mestrado, doutorado e pós - doutorado;
- Organização e realização de eventos com objetivo de capacitar docentes para o processo ensinar/aprender dentro das novas concepções definidas pelo Projeto Pedagógico de Curso;
- Apoio à participação dos docentes em eventos científicos em nível nacional e internacional;
- Apoio à participação dos docentes/pesquisadores de outras IES nos eventos realizados pela FAEN;
- Estimular a participação dos docentes nos programas de melhorias de qualidade de vida materializados em ações de saúde, lazer, esporte e à cultura, entre outras;

b) Corpo Técnico-Administrativo

- Capacitação permanente dos funcionários para atender às novas demandas do projeto pedagógico de curso;
- Avaliações permanentes do pessoal técnico-administrativo e encaminhamento a PRORHAE de quadro demonstrativo dos problemas apresentados pelos servidores e as dificuldades operacionais vivenciadas em consequência desses problemas;
- Incentivar a participação dos técnicos administrativos em projetos acadêmicos, culturais e de gestão;
- Estimular a participação dos técnicos nos programas de melhorias de qualidade de vida materializados em ações de saúde, lazer, esporte e à cultura, entre outras;

Apresentamos abaixo, o quadro de capacitação docente, da FAEN:

QUADRO 10: Docentes em Capacitação com Liberação Total para cursar Mestrado ou Doutorado

DOCENTE	NOME DO CURSO	IES	NÍVEL	SAÍDA	RETORNO
Andrezza Graziella Vieira Pontes	Pós-graduação Saúde Pública	UFC	Doutorado	Outubro/ 2022	Outubro/ 2025
Katamara Medeiros Tavares	Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	UECE	Doutorado	Setembro/ 2023	Março/ 2023
Renata Janice Morais Lima Ferreira	Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde	UECE	Doutorado	Maió/ 2023	Maió/ 2024

Fonte: DEN/FAEN/UERN, 2023.

Convém ressaltar que o quadro acima apresentado poderá ser modificado de acordo com as demandas do curso, embasado pelas normas vigentes para capacitação docente instituída pela UERN, atualmente é regida pela Resolução n.º 47/2010-CONSEPE.

### 16.3 Política de Avaliação

A política de avaliação da FAEN procura visualizar a formação de profissionais competentes, críticos e comprometidos com as necessidades sociais da população. É um processo que redireciona os conteúdos do ensino da pesquisa e da extensão, e que aponta a necessidade da produção de um conhecimento próprio, inovador, aderente às necessidades sociais.

Compreendendo que o processo de formação constitui-se como elemento de transformação social. A política de avaliação da FAEN busca valorizar o professor, nas suas condições de trabalho e na sua liberdade acadêmica ao discutir o processo de trabalho docente em suas múltiplas determinações.

O processo de formação aponta para a construção de uma postura crítica em face da realidade, na perspectiva da construção de um projeto que recupere a organização da classe trabalhadora e, no caso da enfermagem, construa novos marcos teóricos metodológicos para o ensino e a prática. Apresenta o desafio da construção de processos de avaliação que problematiza a prática concreta dos docentes e discentes. Assim, a avaliação na FAEN tem como eixo norteador o Projeto Pedagógico de Curso

construído coletivamente.

A avaliação interna ou autoavaliação do Curso de Enfermagem da FAEN é entendida como parte do processo de aprendizagem, realizada de forma contínua de todas as atividades que envolvem o PPC do Curso. A avaliação do ensino constitui-se como processo formativo de competências, habilidades e atitudes, e não como momento de atribuição de conceitos que reduzem o processo apenas a estabelecimento de parâmetros numéricos. A avaliação é processual dos resultados das ações, atitudes, aprendizagem e desempenho, de como os alunos e professores percebem o Curso de Graduação como um todo e, também, a sua inserção no processo de ensino- aprendizagem. Não se constitui etapa posterior ao processo, mas inerente a este. Aponta para a necessidade de ser realizada por todos os atores envolvidos, ou seja, docentes, discentes e enfermeiros dos serviços.

A avaliação contínua do projeto pedagógico da FAEN viabiliza o conhecimento das fragilidades e deficiências que por ventura possam existir, e a possibilidade de adotar as providências necessárias para sanear-las em atendimento ao inciso VIII, do artigo 3º. da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que permita o aproveitamento dos seus resultados para o aperfeiçoamento do curso.

A avaliação do curso é realizada por meio de questionários aplicados aos alunos e professores sobre o desempenho destes; em seminários sobre o processo de ensino-aprendizagem, realizados no início dos semestres com a participação de alunos, professores e supervisores dos serviços, para a discussão de formas e critérios; e por meio de pesquisas sobre o Curso de Graduação e à profissão.

As informações obtidas são utilizadas para orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior e para embasar políticas públicas. Os dados também são úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

São considerados relevantes os indicadores oriundos de dados originados das demandas da sociedade, do mercado de trabalho, das avaliações do Curso pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), do Programa Permanente de Avaliação Institucional da Faculdade e das atividades de pesquisa e extensão.

### **RESULTADOS ENADE / CPC 2010 - 2019**

CURSO	LOCAL	2010		2014		2019	
		ENADE	CPC	ENADE	CPC	ENADE	CPC
Enfermagem	Mossoró	4	3	4	4	4	3

FONTE: AAI/UERN, 2023.

A concorrência por vaga no período de 2016 a 2019 foi de:

Ano/semestre letivo	Concorrência por vaga
2016.1	7,7
2017.1	16,7

2018.1	14,0
2019.1	6,93

FONTE: DEN/FAEN, Janeiro/2020.

Segundo dados da PROEG (Memorando 117/2019 PROPLAN, de 12 de novembro de 2019, em anexo), o custo aluno mensalmente estimado para a FAEN/UERN é de R\$ 762,49.

O Processo de autoavaliação do Projeto Pedagógico de Curso é monitorado pelo Núcleo Docente Estruturante que tem caráter propositivo, consultivo e executivo no curso de Enfermagem, desenvolvendo de modo articulado as atividades representativas e deliberativas de professores e alunos da FAEN, considerando as demandas sociais locoregionais, as diretrizes curriculares nacionais e a missão da Universidade. O processo de autoavaliação envolve a participação dos professores e alunos, constitui uma atividade sistemática que tem reflexo imediato na prática curricular em sintonia com o Programa de Avaliação Institucional.

A operacionalização dos procedimentos de autoavaliação é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UERN, que procede de acordo com os recursos disponíveis a efetivação desta atividade e da comissão setorial de avaliação (COSE) no Departamento de Enfermagem que operacionaliza o processo de autoavaliação junto aos professores, com apoio do Núcleo Docente Estruturante do Curso, com a produção de relatórios conclusivos e levados ao conhecimento dos alunos e dos professores envolvidos, por meio de comunicação oral ou escrita, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo, ou que envolvem questões relacionadas à ética profissional.

O EnsinaSUS, linha de atuação do Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), em parceria com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, configurou-se como uma importante avaliação externa do PPC da FAEN/UERN, visto apresentar como objetivo identificar, apoiar e desenvolver experiências de ensino e pesquisa capazes de transformar a formação em saúde, fundamentando-se no princípio da integralidade. Diversas Instituições de Ensino Superior enviaram experiências (totalizando 100) que apresentavam propostas que continham o princípio da integralidade como eixo norteador, destas, dez (10) foram selecionadas e dentre elas, a proposta dos marcos teóricos e metodológicos que orientam a força de trabalho de enfermagem que se forma na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAEN)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> O conteúdo de Saúde da Família no curso de Medicina da Universidade Federal do Acre (Ufac); os marcos teóricos e metodológicos que orientam a força de trabalho de enfermagem que se forma na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Faen); a disciplina Saúde da Família na Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, no Ceará; o Programa de Interação Universidade-Serviço-Comunidade da Faculdade de Medicina de Botucatu (SP); a Clínica Integrada de Atenção Básica e o Internato Rural da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o curso de Fisioterapia da Universidade de Caxias do Sul (RS), que se pauta não apenas na reabilitação, como também na promoção e na prevenção; os módulos interdisciplinares do curso de Psicologia da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), em Campo Grande (MS); o projeto de Assistência

No dizer de Machado (2006, p.13):

A seleção do projeto político - pedagógico da Faen deveu-se à articulação ensino/trabalho que promove, preparando os enfermeiros em consonância com o serviço público e a comunidade. As estratégias metodológicas para a formação desse profissional visam à realidade, às reais necessidades dos usuários. Essas necessidades se transformam em conteúdo do currículo da faculdade.

## **16.4 Política de Pesquisa e Pós-Graduação**

### 16.4.1 Política de Pesquisa

A FAEN compreende o pesquisar/investigar como inerente ao trabalho da enfermagem articulado aos processos assistir/intervir, ensinar/aprender e gerenciar, ampliando o conhecimento transmitido na universidade. A IES constitui-se espaço privilegiado de produção da força de trabalho, de produção e divulgação do saber, com o objetivo de desenvolver a ciência e a produção de tecnologias, em estreita articulação com a realidade em que está inserida.

A ciência é o conhecimento produzido pela investigação e pela reflexão na universidade, e esta tem que ter a responsabilidade de ensinar e produzir ciência. A graduação tem que assumir o desafio de trabalhar ideias, concepções, mentalidades e visões de mundo, que interiorizamos pelo processo de socialização e da educação geral. Esse desafio implica vivenciar o choque e o conflito, no espaço da universidade, onde também está presente o senso comum, a compreensão religiosa do mundo e da vida e crenças, na maioria das vezes, infundadas.

O conhecimento, em vez de produzir certezas, é decisivamente estratégia dessa desconstrução. Se existe alguma coisa permanente em ciência, esta é a provisoriedade dos resultados ou a perenidade do questionamento. Entender essa provisoriedade é compreender que a Universidade tem a responsabilidade de ir além da aparência. Ir além da aparência não significa demolir crenças/valores. E sim, colocá-los num patamar de reflexão que, no mínimo, consiga desvelar que existem outras formas de pensar.

Partindo dessa compreensão, na FAEN, a investigação é eixo norteador da produção de enfermeiras/os comprometidas/os com um novo fazer/pensar da saúde/enfermagem. Desse modo, é entendido como processo de produção do conhecimento o espaço que busca fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A produção do conhecimento é a atividade que mais se desenvolve no espaço da FAEN. Esta vem

sendo realizada através dos programas especiais – Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM), PRÓ-PET-Saúde, PET-Saúde mental, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) – quanto através de monografias de conclusão de curso dos discentes, tanto; dissertações e teses dos docentes, como exigência dos Cursos de Pós- Graduação; apresentação de trabalhos em eventos, publicações de artigos científicos e outras formas de produção.

A FAEN através de um processo coletivo de construção de conhecimentos vem procurando responder a questões que são de toda a enfermagem brasileira:

- Como construir o processo pesquisar/investigar na graduação?
- Quais as necessidades de produção de conhecimentos que dêem sustentação aos projetos pedagógicos e que possam ser trabalhados pelos alunos durante a sua formação?
- Como conformar linhas de pesquisa tendo como eixo as necessidades da produção de conhecimento para a qualificação dos serviços de saúde e dos processos ensinar/aprender dos cursos?
- Como desenvolver no aluno a postura de um sujeito questionador na busca de novos conhecimentos?
- Como tornar prazerosa e desafiadora a investigação?
- Como desenvolver a concepção de que a investigação não se constitui apenas em técnicas e métodos de elaboração de trabalhos de conclusão de curso, mas como espaço que conforma a autonomia do aprender e da produção de conhecimento?
- Como transformar o professor em pesquisador e o pesquisador em professor?
- Como desenvolver, no aluno, a curiosidade e a preocupação com a produção de novos conhecimentos e tecnologias, a fim de conformar a autonomia intelectual?

A FAEN considera a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, vem realizando movimentos nessa perspectiva:

- Reconstrução do PPC tendo a pesquisa como um dos eixos norteadores;
- Pesquisa compreendida como processo que se inicia no primeiro período e culmina com a apresentação da monografia no nono período. Intercalada, em todos os períodos, por atividades de investigação próprias dos componentes curriculares obrigatórios e optativos além de outras atividades tais como: elaboração e apresentação de trabalhos em eventos, produção de vídeos, peças

teatrais utilizadas como conhecimento em outros níveis de ensino. Essas atividades são realizadas sob a orientação docente;

- Capacitação de todos os professores no sentido de transformá-los em pesquisadores;
- Articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão;
- Exigência da elaboração e apresentação de um trabalho monográfico, como Trabalho de Conclusão de Curso tendo como com normas próprias do Regulamento do Curso.

A pesquisa da FAEN é concebida como processo de produção de conhecimento necessário ao seu PPC e da produção dos serviços de saúde do Estado do Rio Grande do Norte. Concebida como processo pesquisar/investigar, busca desenvolver entre docentes e alunos a e curiosidade e preocupação com a concepção dicotômica entre o pensar e fazer da enfermagem e da sociedade.

Na FAEN existem quatro grupos de pesquisa certificados pela Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da UERN:

<b>Grupo</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Informações sobre o grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ</b>
Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso	Alcivan Nunes Vieira	<a href="http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/290884">http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/290884</a>
Formação, Cuidado e Trabalho em Saúde/Enfermagem	Fátima Raquel Rosado Morais	<a href="http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5293880296570820">http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5293880296570820</a>
Grupo de Estudos Educação, Trabalho, Saúde e Enfermagem	Moêmia Gomes de Oliveira Miranda	<a href="http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3543122060178046">http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3543122060178046</a>
Núcleo de Pesquisa em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	<a href="http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/669770">http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/669770</a>

Torna-se imprescindível a organização e a manutenção das bases e linhas de pesquisa nas quais se possa abrigar toda a produção de conhecimentos: teses, dissertações, monografias artigos, comunicações em eventos científicos, entre outros.

Dentre as atividades de pesquisa desenvolvidas de PIBIC, destacam-se:

Quadro 11. Projetos de pesquisa aprovados no edital PIBIC da UERN.

<b>EDITAL 2019-2020</b>		
<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>DOCENTE COORDENADOR</b>	<b>ALUNOS</b>



Estimulação Precoce Em Crianças Com Microcefalia: Uso de Aplicativo Móvel Para A Prática No Lar	Fátima Raquel Rosado Morais	Giovanna Sabrina da Silva Nunes	160
Depressão Uma Doença Neuroinflamatória: Revisão Sistemática	Dayane Pessoa de Araújo	Maria Alicia Borges	
As Experiências do Ensino Sobre A Saúde das Pessoas Com Deficiência Nos Cursos de Medicina.	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos	
Tecnologia Educacional Para A Promoção do Aleitamento Materno e Prevenção de Intercorrências Mamárias	Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Ana Clara Costa Mendes	
Efeitos da Massagem Sobre Parâmetros Psicológicos e Fisiológicos de Crianças Com Síndrome Congênita do Zika Vírus		Suelen Tamilyes Pereira Costa	
A Contribuição do Pronto Socorro Energético Para Saúde do Trabalhador	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	Fernando Jeferson Queiroz dos Santos	
Qualidade do Sono de Estudantes de Enfermagem e Efeitos da Má Qualidade do Sono Sobre As Tarefas Cognitivas	Lucidio Clebeson de Oliveira	Marina Paiva	
Prevalência de Diabéticos Acometidos Por Doença Arterial Coronariana No Município de Mossoró e Região		Mhaira de Souza Lopes	

Saberes e Práticas dos Cuidadores de Crianças Com Microcefalia Acerca da Estimulação Precoce	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos 161
A Sistematização da Assistência de Enfermagem e Sua Aplicabilidade No Curso de Graduação Em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Johny Carlos de Queiroz	Luis PAulo Nunes Neto

**EDITAL 2020-2021**

<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>DOCENTE COORDENADOR</b>	<b>ALUNOS</b>
Avaliação clínica em pacientes transferidos da uti para outras unidades de internação hospitalar	Alcivan Nunes Vieira	Maria Eduarda da Silva Araújo
Aplicação do sistema de classificação de pacientes de fugulin em unidades de internação hospitalar		Cibelly Pereira Teixeira
Caracterização da alimentação de um grupo de indivíduos na terceira idade	Lucidio Clebeson de Oliveira	Leticia Emilly da Silva Morais
Atenção à saúde aos pacientes com hipertensão arterial e diabetes mellitus no município de Mossoró-RN	Kalidia Felipe de Lima Costa	Adalcina Fernandes Ferreira

Tecnologia educacional para a promoção do aleitamento materno e prevenção de intercorrências mamárias	Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega	Antônia Vitória Fernandes Targino	162
Infecção humana pelo novo coronavírus (COVID- 19): revisão integrativa	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos	
O compromisso político que permeia a formação do enfermeiro: um olhar para as matrizes curriculares	Moemia Gomes de Oliveira Miranda	Maria Carolina Oliveira Barros	
Atuação da estratégia saúde da família na saúde do trabalhador e no ambiente da pesca artesanal no litoral nordestino brasileiro	Andreza Graziella Verissimo Pontes	Fernando Vinícius de Oliveira Silva	
Atuação da estratégia saúde da família na saúde do trabalhador e no ambiente da agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro.			
Rede de atenção às crianças diagnosticadas com microcefalia decorrente do zika vírus: perspectivas maternas	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Barbara Daniely dos Santos Silva - alterei o nome	

Análise de notificações de incidentes: inter- relação entre o gerenciamento de riscos, segurança do paciente e melhoria na qualidade dos serviços de saúde	Érica Louise de Souza Fernandes Bezerra	Rafaella Rayane Nunes Silva	163
--	--	--------------------------------	-----

**EDITAL 2021-2022**

<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>DOCENTE COORDENADOR</b>	<b>ALUNOS</b>
Redução do Nível de Ansiedade Por Meio da Auriculoterapia: Experimento Em Uma Comunidade Acadêmica	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson	Mhaira de Souza Lopes
Perfil Alimentar de Um Grupo de Indivíduos Na Terceira Idade	Lucidio Clebeson de Oliveira	Thalia Quelvia de Carvalho Fernandes
Prevalência e Fatores Associados À Fadiga Em Crianças e Adolescentes Sob Tratamento Oncológico	Kalidia Felipe de Lima Costa	Laise Mendes Cabral
Adesão e Não Adesão dos Pacientes Com Hipertensão Arterial Ao Tratamento		Brenda Pâmela Laurentino da Silva
Perfil Clínico e Grau de Dependência de Cuidados de Enfermagem Em Pacientes Com Diagnóstico de Covid 19	Alcivan Nunes Vieira	Helena Julia Pereira de Lima
Estratégias Para Prevenção de Infecção Na Corrente Sanguínea Relacionada Ao Cateter Venoso Central (cvc)		Allana Beatriz

Avanços e Conquistas do Programa de Educação Tutorial No Ensino Superior	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos	164
Uso da Acupuntura Na Vivência do Climatério: Percepção de mulheres	Fátima Raquel Rosado Morais	Joyce Soares de Freitas	
Avaliação de Sintomas Climatéricos Através do Índice de Kupperman	Cintia Mikaelle Cunha de Santiago Nogueira	Giovanna Sabrina da Silva Nunes	
Acesso de Famílias Que Vivem da Pesca Artesanal À Atenção Básica À Saúde No Sus	Andreza Graziella Verissimo Pontes	Heitor Lenin Lisboa dos Santos	
<b>EDITAL 2022-2023</b>			
<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>DOCENTE COORDENADOR</b>	<b>ALUNOS</b>	
Identificação, Diagnóstico de TEA na infância e transição da adolescência	Prof. Dr. Lucidio Clebeson de Oliveira	Caren Vitória Bezerra da Rocha e Bárbara Lívia Lima Barra	

#### 16.4.2 Política de Pós-Graduação

A Política de Pós-Graduação objetiva aprimorar a qualidade do ensino de graduação, oferecer à sociedade um novo nível de formação especializada e permitir a consolidação da pesquisa científica na universidade.

Fundamentado na proposta contemporânea de formação de professores críticos- reflexivos e de professores-pesquisadores, em consonância com a política de pesquisa e pós- graduação da UERN, a Faculdade de Enfermagem tem investido na formação de pesquisadores, discentes e docentes: a) incentivando e colaborando para que os professores possam cursar pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Com a finalidade de assegurar a qualidade do Curso de Enfermagem, foi elaborado o Plano de Capacitação Docente, cujo objetivo é oportunizar aos professores, condições para o aprofundamento e/ou atualização de seus conhecimentos científicos, pedagógicos, tecnológicos e profissionais, para o pleno desempenho das suas funções, no ensino, na pesquisa e na extensão universitária.

A Política de Pós-graduação vêm se desenvolvendo com a realização de cursos de especialização e mestrado interdisciplinar a trabalhadores da área da saúde do Estado do Rio Grande do Norte, bem como, com à qualificação de seus docentes através de programas de Pós- Graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

Constata-se entre os docentes, o crescente interesse pelas oportunidades de capacitação e pós-graduação, realizadas seja em áreas específicas do trabalho da Enfermagem, em áreas pedagógicas e em áreas afins; a adoção de modelos mais integrados na abordagem dos temas, e uma aproximação maior das atividades pedagógicas com demandas reais do setor saúde.

A política de pós-graduação considera que as questões estruturantes do trabalho em saúde conformam o trabalho da enfermagem, determinando as relações de dominação e subordinação nas relações entre os trabalhadores. Por isso, é determinante o modo como a pós-graduação estabelece a relação com a sociedade, ocupando espaços políticos representativos, no cenário local, regional e nacional, exercendo influência no estabelecimento de políticas públicas, bem como o modo como estabelece as relações internas entre os demais níveis de formação em saúde/enfermagem.

A Pós-Graduação na FAEN busca desenvolver na/o enfermeira/o:

- Capacidade de apreensão crítica do conhecimento em saúde numa abertura ao diálogo entre os diversos saberes que contribuem para a compreensão e intervenção na realidade e na construção de projetos interdisciplinares;
- Capacidade de crítica, análise e elaboração teórica, através do estudo dos problemas inerentes aos diferentes campos de atuação de enfermagem;

- Capacidade de articular e desenvolver programas de educação na área de enfermagem/saúde, educação permanente, programas de extensão e projetos de intervenção.

a) Pós-Graduação *lato sensu*

A pós-graduação *lato sensu*, na FAEN, iniciou-se com o curso de Especialização em Metodologia da Assistência de Enfermagem, em 1991, com o propósito de capacitar docentes do seu quadro permanente, bem como enfermeiros das instituições de saúde, que se constituem campos de prática, na perspectiva de construir uma nova forma de pensar/fazer em saúde/enfermagem, articulada com o Projeto Pedagógico de Curso da FAEN.

Na perspectiva de expandir a pós-graduação *lato sensu*, a FAEN realizou em 2001, o curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica, cuja meta mais expressiva foi a construção de uma proposta de intervenção na produção dos serviços de saúde/enfermagem do Estado do Rio Grande do Norte.

Ao longo dos anos, outros cursos foram realizados a fim de atender às necessidades de qualificação dos profissionais da saúde do município de Mossoró e região. Em 2006, a FAEN realizou uma especialização na área de Saúde da Família para enfermeiros, dentistas e médicos, na modalidade autofinanciado e uma especialização em enfermagem obstétrica, operacionalizada de forma descentralizada nas cidades de Mossoró e Pau dos Ferros, financiada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

A partir de uma necessidade dos serviços de saúde e em parceria com a Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi dado início em 20 de Fevereiro de 2014, o curso de especialização em Gerenciamento dos serviços de Saúde. O curso tem como objetivo capacitar os profissionais que exercem o gerenciamento dos serviços de saúde no Estado do Rio Grande do Norte, visando otimizar as capacidades de administrar, gerir e dirigir as atividades nas unidades de saúde da Secretaria Estadual de saúde como forma de contribuir para a transformação da produção dos serviços de saúde.

No ano de 2015 foi implantado o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade, realizado em parceria entre a FAEN/UERN e a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM). O mesmo oferta 24 vagas anualmente e já qualificou 61 profissionais de enfermagem, nutrição, odontologia, fisioterapia, serviço social e psicologia distribuídos nos seguintes anos:

- turma 2015-2017: 20 residentes;
- turma 2016-2018: 18 residentes;
- turma 2018-2019: 23 residentes;

Suas atividades incluem ainda, além das ações na Estratégia de Saúde da Família, o ambulatório multiprofissional que oferta atendimento em: consulta médica, consulta de enfermagem, consulta em psicologia, consulta em nutrição, pilates, atendimento do serviço social, consulta em fisioterapia, coleta de citopatológico, atividades em grupos, práticas corporais, PICS além da dinâmica de grupo Espaço da Palavra.

b) Pós-Graduação *Stricto Sensu*

No ano de 2014 a FAEN foi inserida na Pós-Graduação *strictu sensu* da UERN por meio de programas de doutorado e mestrado. O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde compreendeu um Programa multi e interdisciplinar, com o objetivo a formação de recursos humanos nas diversas áreas da saúde em nível de Mestrado e Doutorado. Sendo provado pela UFRN, pela Resolução nº. 021/2001-CONSEPE, de 17/04/2001, e pela CAPES, nível mestrado, inicialmente, de acordo com o Ofício nº ref. CAA/CTC/196, de 17/12/2001, sendo o Doutorado credenciado posteriormente, conforme Ofício nº 264/2004/CTC/CAPES, de 20 de dezembro de 2014.

No ano de 2012 a UERN implantou o Mestrado em Saúde e Sociedade, cuja sede acadêmica e administrativa localizava-se na FAEN; tendo como área de concentração a Medicina II, este programa já selecionou sua nona turma e encontra-se em andamento.

Apesar da FAEN possuir no seu quadro funcional, 04 (quatro) docentes efetivos com doutorados em diferentes áreas de formação, ressalta-se que a saída dos docentes para pós-graduação está articulada ao PPC da FAEN, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde.

O desafio encontra-se na urgência da redefinição de um plano de capacitação docente com saídas para mestrado, doutorado e Pós-Doutorado, como espaço de qualificação do processo ensinar-aprender e atendimento às exigências da LDB no que concerne à qualificação docente.

Uma das grandes preocupações da FAEN diz respeito ao ensino de Pós-Graduação, caracterizados pelo conteúdo qualitativo condensado que oferece a seus docentes, egressos, e trabalhadores da saúde/enfermagem do Estado do Rio Grande do Norte conhecimentos que possa atender as necessidades específicas de cada área, relacionadas com a dinâmica da profissão e com o caráter mais generalista que esse conhecimento está exigindo aos cursos de Pós-Graduação.

O desafio atual é refletir criticamente acerca da relevância das mudanças na enfermagem e sobre que contribuição cabe ao ensino de Pós-Graduação: *stricto e latu senso*. Compreender o papel da pós-graduação, nessa mudança, implica uma revisão de valores e das relações éticas na profissão; reflexão das questões de poder /autonomia e no fortalecimento da identidade profissional;



fortalecimento do conhecimento político, expresso pelas articulações dos profissionais e na organização das entidades de classe (PRADO; SOUZA, 2002).

Essa reflexão implica conhecer e intervir na realidade dos serviços de saúde, com autonomia e resolutividade, respeitando a pluralidade e as regras democráticas; reconstruir permanentemente o conhecimento produzido na pós-graduação, imprimindo-lhe sentido e significado, de modo que essa produção possa se constituir suporte teórico para as transformações no ensino e produção dos serviços de saúde/enfermagem; compreender a importância da educação permanente; reconhecer a unidade e a complexidade humana, reunindo e organizando conhecimentos dispersos nos diferentes Componentes Curriculares, e colocando em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano.

Considerando o crescimento da UERN, a abertura de cursos de mestrado e com isso a necessidade de qualificar o seu quadro docente, no ano de 2019 o Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da UECE propõe-se a oferecer a modalidade de Curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) para docentes da FAEN.

Um dos objetivos de qualquer programa DINTER é viabilizar a formação de doutores em instituições no interior dos estados ou regiões com maior carência de recursos humanos de alto nível, assegurando o padrão de qualidade requerido desse nível de curso.

Nesse sentido, um objetivo a ser atingido com este projeto é o de explorar o potencial do programa de Pós-graduação já consolidado ofertado pela UECE, estrategicamente localizado para participar desse tipo de atividade e com um quadro de docentes de elevado nível acadêmico e de grande diversidade.

A opção de parceria com o Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (PPCCLIS) da UECE, como instituição promotora decorre de vários fatores. Trata-se de programa instituído no Ceará, de alto padrão e comprovada excelência em prol da produção técnico-científica brasileira. A relevância social para o país, pela sua contribuição para a redução das desigualdades regionais e inter-regionais, no que diz respeito à capacitação dos docentes do ensino superior, formação e consolidação de grupos de pesquisa, expansão e fortalecimento da pós-graduação, bem como à indução da formação de pessoal de alto nível.

É muito relevante a proposta desta turma especial, tanto pelo impacto social e pedagógico que advirá dessa modalidade de formação – uma turma DINTER, quanto pela possibilidade de capacitação de um maior número de professores, em nível de pós-graduação. Essa necessidade de capacitação se deve, principalmente, pelo fato da UERN ser uma instituição estadual, localizada exclusivamente no interior do estado e comprometida integralmente com a formação de mão de obra qualificada, com o objetivo de dinamizar o crescimento dos profissionais de saúde do interior do Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, a opção pelo doutorado em Enfermagem, na modalidade DINTER, permitirá a

qualificação de 20 (vinte) docentes, distribuídas nas 2 (duas) linhas de Pesquisa: Fundamentos e Práticas do Cuidado Clínico de Enfermagem e Saúde Políticas e Práticas e Gestão para o Cuidado Clínico de Enfermagem e Saúde, em tempo relativamente curto (04 anos), com afastamento parcial, consentindo a adequação de suas atividades docentes, sem prejudicar a oferta de turmas/disciplinas e a operacionalização dos períodos letivos de aula na graduação.

Ressalta-se que a UERN conta, atualmente, com 03 (três) Cursos de Enfermagem situados no Campus Central em Mossoró, no Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM) em Pau dos Ferros e no Campus Avançado em Caicó. A importância da implantação de um DINTER, para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e sua região de abrangência fundamenta-se na afirmação da verticalização do ensino para os graduados em Enfermagem da região, atuantes nas mais diversas áreas da Saúde. Assim, o DINTER Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, que ora se busca aprovar entre a UECE/UERN, representa oportunidade adequada para a melhoria do quadro de profissionais com formação em Enfermagem e com necessidade de qualificação.

Deste modo, o DINTER vem a contribuir com a formação de docentes dos 03 (três) campi citados, com potencial de impactar positivamente em todo o estado e regiões circunvizinhas. Certamente, a qualificação permitirá aos professores doutores a constituição de uma fundamentação teórico-metodológica que servirá de base para a intervenção na realidade regional e um estreitamento dos vínculos da Instituição Receptora com a sociedade em geral, além de possibilitar admissão e ascensão de pessoal titulado na carreira universitária, facilitando a formação de núcleos de ensino e pesquisa na região e a ampliação das condições de criação de novos cursos *stricto sensu*, bem como o fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa implantados na Instituição; a previsão é de que o DINTER seja iniciado no ano de 2020.

### **16.5 Política de Extensão**

A extensão é basilar em uma instituição de nível universitário, constituindo um dos pilares de sustentação da educação superior por meio do qual a universidade interage diretamente com a sociedade. Nessa perspectiva, a UERN tem contribuído não só com as comunidades com as quais realiza as atividades de extensão, mas, sobretudo, com a formação dos alunos e a ampliação dos saberes dos professores. A FAEN tem oportunizado o envolvimento de professores e alunos em atividades de extensão, seja desenvolvendo atividades que beneficiam à comunidade na qual está inserido, seja participando de eventos no qual divulgam trabalhos práticos e produções científicas.

A explicitação do vínculo político da FAEN na produção dos serviços de saúde de Mossoró, Região e Estado do Rio Grande do Norte possibilita o rompimento com uma prática de extensão,

historicamente vinculada a propostas individuais, de alguns docentes e Pró-Reitorias, para assumir uma prática vinculada às necessidades da saúde da maioria da população.

Trata-se de uma perspectiva dialética, na busca de transformação, e cuja ação se dará em nível das relações sociais, de produção e de poder partindo da indissociabilidade entre ensino – pesquisa - extensão, no trabalho docente. Assim, a política de extensão da FAEN tem como objetivos:

- Estabelecer um processo de reflexão crítica conjunta permanente, sobre a qualidade de da assistência/intervenção da enfermagem no processo de produção dos serviços de saúde de Mossoró Região e Estado do Rio Grande do Norte e a responsabilidade da extensão na transformação desta produção;

- Envolver efetivamente todos os atores (docentes de todos os componentes curriculares, enfermeiros de serviços, discentes), tendo como base o princípio da construção coletiva, ou seja, um processo participativo em todas as instâncias;

- Possibilitar reflexões que nos permitam avançar na compreensão e construção dos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade, sob a lógica da concepção de educação comprometida com a transformação da realidade de saúde e totalidade social; e

- Desenvolver o princípio da responsabilidade compartilhada entre a Universidade (Pró-Reitoria de Extensão, FAEN: direção, núcleos e/ou coordenações, departamento, docentes e discentes) e os campos de prática onde todos estarão comprometidos com o desenvolvimento e resultados do processo tendo, cada parte, atribuições específicas sem, no entanto, perder sua identidade no processo.

Diante do exposto, as atividades de extensão são realizadas articuladamente por todos os componentes curriculares dos períodos e as áreas de conhecimento construídas pelo Projeto Pedagógico de Curso, realizadas através de cursos, atividades teórico-prático, produção de conhecimento (trabalhos apresentados em eventos: pôsteres, comunicações científicas entre outros), produzidas dentro dos projetos de extensão, articulados ao ensino e a pesquisa. Dentre as atividades de extensão executadas, destacam-se:

Quadro 12. Programas e Projetos de Extensão aprovados no Edital Nº 12/2022-PROEX/UERN para os semestres letivos 2023.1 e 2023.2.

Projetos	Coordenador
Núcleo de práticas integrativas e complementares em saúde- Nupics	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Ambulatório Integrativo	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Amigos da APAE: inclusão, acolhimento e amorosidade na transformação de vidas	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes
Café educativo: papo entre mulheres	Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Centro de cuidado e formação interprofissional em saúde da população LGBTI+	Francisco Rafael Ribeiro Soares
Ciência presente: ações para promoção à saúde, prevenção de doenças e agravos em diferentes contextos	Kalidia Felipe de Lima Costa
Papos de calçada com pessoas idosas	Maria Carmélia Sales do Amaral
Prevenção do câncer de mamas e do colo do útero em trabalhador@s de Mossoró-rn no ambulatório da FAEN/UERN	Kelianny Pinheiro Bezerra
Pronto socorro energético hospitalar	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson
Saúde dos coletivos vulnerabilizados (SAVU/UERN): cuidados à população privada de liberdade	Magda Fabiana do Amaral Pereira Lima
Seguimento ambulatorial do recém-nascido de alto risco (follow up)	Natália Teixeira Fernandes
Suporte básico de vida: capacitando docentes e discentes de escola pública do município de Mossoró/RN	Johny Carlos de Queiroz
UERN Vacina Mossoró! Atuação da comunidade acadêmica na imunização populacional	Lucidio Clebeson de Oliveira
Vigilância e promoção em saúde no contexto escolar: ações e estratégias de enfrentamento	Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

Fonte: Campus Central/UERN, 2023.

## 16.6 Políticas de Estágio

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é regido pelas seguintes leis/resoluções/portarias:

16.6.1.1 Resolução CNE/CES N° 03, de 7 de novembro de 2001 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem);

16.6.1.2 Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Dispõe sobre o estágio dos estudantes);

16.6.1.3 Resolução n° 04, de 6 de abril de 2009 (Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em enfermagem);

16.6.1.4 Resolução N° 1 de 17 de Junho de 2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana), em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004;

16.6.1.5 Política Nacional de Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde;

16.6.1.6 Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990; Portaria Normativa n° 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas Técnicas e Projetos de Pesquisa e de Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte;

16.6.1.7 Resolução n° 26/2017 do CONSEPE que aprova o regulamento dos cursos de graduação da UERN;

16.6.1.8 Resolução 05/2015 do CONSEPE que Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da UERN.

Incluem-se ainda as discussões realizadas nos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil (SENADEN).

Dentro da concepção da FAEN, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não se configura como um componente curricular isolado, nem como a parte prática do que foi trabalhado na “teoria”, mas inerente à política de articulação ensino/trabalho. As atividades de estágio são desenvolvidas de forma supervisionada, na rede de atenção básica e na rede hospitalar, em escolas profissionalizantes do técnico de enfermagem, e ainda, em espaços não formais de educação em saúde. O estágio curricular obrigatório é definido como pré-requisito no projeto pedagógico de curso para aprovação e obtenção do diploma (§1º do art. 2º da Lei n° 11.788/2008).

A Política de Estágio prevê a supervisão por parte de enfermeiros do serviço e dos professores do curso que integram os Componentes Curriculares de Estágio em Serviços de Saúde I e II, e Estágio em Prática de Ensino I, II, III e IV.

É um momento de integração do aluno ao mundo do trabalho do enfermeiro e da enfermagem. Desenvolve competências do saber, saber fazer e ser nos processos de assistir-intervir, pesquisar, gerenciar e ensinar-aprender em enfermagem na rede de atenção à saúde, na educação em saúde, na educação permanente dos trabalhadores da saúde/enfermagem e na formação dos trabalhadores de enfermagem em nível técnico.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso de Graduação em Enfermagem da FAEN/UERN, modalidade licenciatura e bacharelado, se desenvolve a partir do 6º período do curso, perfazendo um total de 1.260 horas, conforme descrito a seguir:

- Estágio em Prática de ensino I – Educação em Saúde na rede básica e hospitalar, 105 horas; Estágio em Prática de ensino II – Educação popular em espaços não escolares como creches, grupo de idosos, associações de moradores, Conselhos municipais, igrejas, entre outros, 105 horas;
- Estágio em Prática de ensino III - Educação Permanente em Saúde , 105 horas;
- Estágio em Prática de ensino IV - Educação Profissional de Enfermagem, 105 horas;
- Estágio em Serviço de Saúde I – Instituições de atenção básica à saúde e Instituições hospitalares, 420 horas;
- Estágio em Serviço de Saúde II – Instituições de atenção básica à saúde e Instituições hospitalares, 420 horas.

#### 16.6.1 Objetivos do estágio

- Possibilitar ao aluno a conformação da autonomia, através dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do curso, nos processos de trabalho de enfermagem para assumir a coordenação do trabalho da enfermagem dentro de uma programação em parceria com serviços de saúde;
- Proporcionar experiências de articulação ensino / trabalho através de participação efetiva na produção de serviços (saúde e educação), organismos institucionais públicos e privados e demais setores da sociedade civil nas quais o enfermeiro é inserido como trabalhador;
- Promover a articulação entre a formação e a prática pedagógica com vistas ao desenvolvimento do trabalho docente;
- Possibilitar a produção de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a transformação dos serviços de saúde do Município, Região e Estado do Rio Grande do Norte.

## 16.6.2 Etapas de desenvolvimento do estágio

A FAEN busca articular Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com os outros momentos do processo ensinar/aprender, através das concepções descritas nas etapas que se seguem:

### a) **Captação da realidade objetiva**

O Conhecimento da realidade terá, necessariamente, que partir do resgate e atualização de conhecimentos adquiridos. Esse resgate dará ao aluno a dimensão das informações que ele deverá buscar para maior aproximação da realidade. O conhecimento é sempre uma aproximação da realidade, e nunca um conhecimento total, uma vez que aquela é dinâmica. Essa etapa possibilita visualizar as relações existentes, contradições, pontos de vulnerabilidade passíveis de intervenção e transformação. O Conhecimento da realidade da produção dos serviços de saúde deverá ser captado nas três dimensões.

#### ➤ Dimensão geral ou estrutural

Temas captados nessa dimensão, entre outros:

- Atual situação política, econômica e social do país;
- As políticas sociais no país (saúde e educação);
- Conformação dos serviços de saúde no município e sua articulação com os itens anteriores, na perspectiva da vigilância a saúde;
- Processo de distritalização da saúde no município;
- Modelos assistenciais;
- Produção e consumo da população;
- Perfis epidemiológicos diferenciados por grupos e categorias sociais;
- Controle social

#### ➤ Dimensão particular

Alguns pontos norteadores para a captação da realidade na dimensão particular:

- Instituições (unidades básicas de saúde, ambulatórios, unidade de internação, outros);
- Localização;
- Sistema de referência e contra referência;
- Sistema de gestão;
- Objetivos e finalidades;

- Composição da força de trabalho;
- Fluxograma do usuário;
- Instrumentos e meios de trabalho;
- Demografia (perfil saúde/doença, perfil de produção e reprodução);
- Perfis epidemiológicos;
- Controle social;
- Teorias e métodos de assistência e gerenciamento de enfermagem;
- Conhecimento existente e conhecimento necessário, sobre a realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem;

➤ Dimensão singular

- Processos de trabalho: assistir/intervir; ensinar/ aprender, gerenciar e investigar da enfermagem nas diversas áreas de atuação: unidades básicas, ambulatorios, unidades de internação, unidades de ensino, outros;
- Distribuição da força de trabalho;
- Participação no processo de trabalho em saúde;
- Avaliação do trabalho da enfermagem;
- Projetos de Educação Permanentes;
- Representações e expressões do saber fazer (articulação do ensino/trabalho).

**b)** Interpretação da realidade objetiva

Essa interpretação já vai possibilitar a visualização da finalidade de uma dada intervenção e já define eixos do recorte total do processo de intervenção. Enfatizamos que essas etapas são indissociáveis; apenas, em alguns momentos, uma delas torna-se hegemônica em relação às demais.

**c)** Elaboração do projeto de intervenção

- É o momento de os docentes, junto com os enfermeiros e alunos, elaborarem o projeto de intervenção, na realidade dos serviços de saúde. Nessa fase, serão estabelecidas as metas e o que vai competir ao componente curricular de estágio, (alunos), ao trabalho da faculdade e aos serviços de saúde, compreendendo que:
- A hierarquia das superações será de acordo com o grau de vulnerabilidade da realidade de forma, espaço e conteúdo;
- A definição de metas, objetivos, estratégias e níveis de escolha da intervenção será de acordo com as possibilidades que a realidade apresenta;



- A elaboração do projeto deverá ser em bases operacionais que contemplem a base teórica- metodológica.

Desde o início da formulação do projeto, devem aparecer as necessidades da captação de novos temas que não foram contemplados na primeira etapa. Esses novos temas se referem à necessidade de atualização de conhecimentos ou aquisição de novos, sobre enfermagem ou processo saúde/doença. O surgimento da necessidade de novos temas não significa dizer que houve falha na captação inicial. Mas trata-se da ampliação possibilitada pela explicitação das contradições. Convém lembrar que o processo de apreensão da realidade percorre um caminho “dialético-espiral”, no qual, na medida em que vão sendo elucidadas algumas questões, outras se apresentam, num processo contínuo de busca da totalização.

#### **d) Implantação do projeto de intervenção**

A implantação do projeto de intervenção é a intervenção propriamente dita. Essa será tanto eficiente quanto mais as etapas anteriores forem realizadas com cuidado. Egry (1996) aponta alguns cuidados que devem ser tomados:

- Não deve existir separação entre o conhecimento necessário para a intervenção e o conhecimento que efetivamente possuímos. Isso significa que, em toda a intervenção que demande um novo conhecimento ou um conhecimento mais aprofundado, deve ser providenciada essa qualificação, antes de avançarmos a uma nova etapa.
- Os projetos de intervenção devem ser articulados às três dimensões, por menor que seja a possibilidade de ação na dimensão superior. A intervenção na dimensão singular tem que está atrelada a dimensão geral por mais que possamos pensar na impossibilidade dessa articulação;
- Estarmos atentos ao surgimento de novos temas de captação e interpretação que podem surgir durante a etapa de intervenção;
- Incorporarmos, na medida do possível, os novos dados que forem captados;
- Ter como horizonte de intervenção o aperfeiçoamento da relação teoria-prática para a relação prática-teoria-prática como norte para o desenvolvimento dessa etapa.

#### **e) Reinterpretação da realidade**

A etapa de reinterpretação da realidade objetiva é a fase em que são avaliados os processos e seus resultados.

Nessa etapa terão que ser contemplados os seguintes pontos:

- Compreensão das mudanças e não mudanças;
- Compreensão das representações sociais acerca das transformações das e não-

transformações vivenciadas;

- Identificação das contradições entre o que foi projetado e o que foi possível realizar; avaliação do impacto do que foi possível ser realizado sobre os problemas identificados; redirecionamento de novos projetos, processos;
- Avaliação da participação dos atores envolvidos;
- Seleção de indicativos para a construção de novos projetos, conhecimentos, instrumentos e estratégias.

### 16.6.3 Avaliação de estágio

A avaliação deverá se processar durante todo o estágio. Essa avaliação não se constitui só no momento de atribuição de conceito ao aluno, mas um processo formativo que tanto vai avaliar o desempenho do estagiário como a qualidade da produção dos serviços.

A avaliação terá que ser do processo e resultados das ações, atitudes, aprendizagem e desempenho dos estagiários na produção dos serviços de saúde. Essa será feita por todos os atores envolvidos (docentes, discentes e enfermeiros supervisores). Essa concepção de avaliação não pode se limitar a preenchimento de fichas ou outros instrumentos previamente elaborados.

Como o planejamento das ações do estágio é participativo, automaticamente o processo de avaliação já tem que ser planejado nesse momento, sem contudo perder o princípio da flexibilidade que permitirá construções e desconstruções durante o processo. Como a proposta é de avaliação do processo, um cronograma de reuniões, prevendo a participação do docente supervisor, deve ser definido, independente da necessidade de participação dos mesmos quando da identificação de necessidades.

### 16.6.4 Competências dos atores envolvidos

a) Coordenador de estágio:

São atribuições da coordenação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- Elaborar semestralmente, um plano de ação fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação de Enfermagem, e com o Projeto Pedagógico de Curso da FAEN;
- Organizar seminários para planejamento e avaliação das atividades do estágio, envolvendo os demais docentes da FAEN e os trabalhadores dos serviços de saúde onde o referido estágio se desenvolve;

- Participar ativamente das atividades do Fórum de Licenciatura e de Bacharelado da UERN;
- Promover uma prévia avaliação dos possíveis campos de estágio, com a finalidade de celebrar convênios entre a UERN e os mesmos, desde que assegurados os seguintes requisitos:
  - a) A existência de infraestrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do estágio.
  - b) A garantia de acompanhamento e avaliação por parte da Faculdade de Enfermagem.
  - c) A existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, cujas atribuições são definidas na presente resolução.
    - Promover a articulação entre os diversos campos da prática profissional e a FAEN, tendo em vista o desencadeamento de processos reflexivos sobre a formação, processo de trabalho em saúde/enfermagem e o exercício profissional na perspectiva da construção coletiva de projetos de articulação ensino – trabalho;
    - Assessorar a elaboração e efetivação dos programas dos componentes curriculares de estágio curricular obrigatório supervisionado, a partir dos marcos teórico-metodológicos norteadores do curso de graduação em enfermagem, presentes no PPC da FAEN;
    - Elaborar cronogramas que possibilitem o encaminhamento e acompanhamento dos alunos nos campos de estágio;
    - Acompanhar, avaliar e analisar o direcionamento do estágio com base nas diretrizes norteadoras do curso de enfermagem constantes neste projeto;
    - Fornecer instrumentos de acompanhamento e avaliação para o estágio;
    - Acompanhar sistematicamente junto aos enfermeiros supervisores de estágio, as atividades dos alunos nos diversos campos;
    - Elaborar e encaminhar semestralmente ao Departamento de Enfermagem relatório de atividades da coordenação de estágio referentes a cada período letivo;
    - Encaminhar à secretaria, no prazo previsto no calendário universitário, o resultado das avaliações das atividades dos alunos estagiários;
    - Realizar reuniões quinzenais com a participação de docentes supervisores, enfermeiros supervisores e estagiários;
    - Providenciar, juntamente com os docentes supervisores de estágio, a assinatura do Termo de Convênio de Estágio (TCE);
    - Qualificar os enfermeiros de serviço nos referenciais teóricos metodológicos do ensino de graduação (promovendo cursos e/outras eventos, motivando os enfermeiros a

participarem de atividades da FAEN);

- Estabelecer cooperação técnica no sentido de organizar os serviços para criar e/ou manter condições favoráveis ao estágio e interferir na produção dos serviços de saúde;
- Mediar negociações institucionais.

b) Supervisores acadêmicos de estágio:

O supervisor acadêmico de estágio deverá ser docente do quadro efetivo, obrigatoriamente enfermeiros, com a responsabilidade do acompanhamento didático-pedagógico do aluno, durante a realização dessa atividade.

São atribuições dos supervisores acadêmicos de estágio:

- Elaborar a cada semestre letivo, juntamente com a coordenação de estágio, os programas dos componentes curriculares do estágio;
- Participar de eventos e reuniões promovidas pela coordenação de estágio;
- Ministras as aulas previstas para cada componente curricular do estágio, com a finalidade de prestar assistência e orientação ao aluno;
- Orientar e acompanhar o estagiário no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando o exercício e o aprofundamento dos processos de trabalho em saúde/enfermagem;
- Solicitar ao estagiário o registro da experiência de estágio por meio de instrumentos definido no planejamento;
- Manter a coordenação de estágio informada sobre o desenvolvimento do estágio;
- Efetuar os registros das atividades de todas as fases do estágio no diário de classe;
- Avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade, conforme as normas vigentes na Universidade e na Faculdade de Enfermagem;
- Apresentar à Coordenação de Estágio um relatório avaliativo do estágio, no final de cada semestre letivo;
- Planejar juntamente com enfermeiros supervisores, e definir o programa específico do estágio: objetivos específicos, conteúdos, estratégias pedagógicas e avaliação;
- Desenvolver atividades de reflexões teóricas e orientações práticas (estudos de caso, produção de artigos, conferências entre outros) para complementação e aprofundamento do aluno;
- Desenvolver atitudes críticas e éticas no trato com colegas professores, enfermeiros de serviço, demais trabalhadores;
- Incentivar a produção de novos conhecimentos e tecnologias necessários à qualificação

dos enfermeiros e da produção dos serviços;

- Identificar, selecionar, propor soluções e/ou resolver problemas ou situações relativas ao processo de produção dos serviços de saúde, modelos de atenção e processos ensinar/aprender desenvolvidos durante a programação.

c) Enfermeiros supervisores de campo de estágio:

A participação dos enfermeiros dos serviços de saúde e da educação profissional não ocorre de forma isolada, descontextualizada, nem se configura como uma articulação pessoal, mas como uma política institucional. As relações têm que ficar explicitadas quanto à contrapartida de cada instituição. Essa contrapartida no caso da FAEN tem se configurado no compromisso de contribuir com a qualificação dos serviços de saúde/educação profissional através da educação permanente em saúde e pós-graduação.

A participação do enfermeiro dos serviços de saúde é regida pelos convênios interinstitucionais celebrados entre a UERN e as respectivas instâncias administrativas e/ou gestoras. Pelo fato de o aluno já ter adquirido competências, habilidades e atitudes para o trabalho do enfermeiro, o serviço, agora, contará com um enfermeiro (aluno) que atuará no mesmo, incrementando o trabalho de enfermagem. Esse aluno corresponde a um enfermeiro recém-contratado, que deverá ser orientado para o trabalho a ser realizado e, em alguns casos, qualificá-lo para novos processos. A presença deste aluno no campo possibilitará, ao enfermeiro, oportunidade de qualificação dos demais trabalhadores, associada à qualificação de seu trabalho e à produção de novos conhecimentos. Esta produção pode ser divulgada nos eventos realizados pela FAEN, bem como por meio da apresentação de trabalhos, em parcerias com os estagiários, em eventos nacionais, estaduais e locais, entre outros.

Dentre as atribuições dos enfermeiros supervisores de campo de estágio, destacam-se:

- Organizar o campo de estágio;
- Introduzir o aluno na dinâmica do processo de trabalho de enfermagem que ocorre no espaço institucional, como forma de desencadear a apreensão da realidade;
- Preparar os demais trabalhadores (médicos, bioquímicos, assistentes sociais, auxiliares, técnicos, atendentes de enfermagem, pessoal de apoio etc.) para receber o estagiário;
- Conhecer o Projeto Pedagógico de curso da FAEN e particularmente os marcos teóricos e metodológicos que embasam o ensino no atual momento;
- Planejar juntamente com o supervisor e estagiários todas as atividades a serem desenvolvidas;
- Acompanhar e avaliar sistematicamente o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica do processo de trabalho em enfermagem;

- Oportunizar ao aluno a vivência dos processos de trabalho da enfermagem na instituição;
- Observar o cumprimento pelo estagiário das normas de estágio e solicitar a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;
- Participar de reuniões, treinamentos, cursos, seminários e outras atividades promovidas pela Faculdade de Enfermagem;
- Avaliar o desempenho do estagiário sob sua responsabilidade, conforme as normas vigentes no âmbito da FAEN e da UERN;
- Proceder registros de frequência dos alunos sob sua responsabilidade;
- Manter o docente supervisor informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano do respectivo componente curricular;
- Resolver problemas imediatos, relativos ao estágio e a produção dos serviços de saúde, e, encaminhar a outras instâncias quando impossíveis de serem solucionados no âmbito de sua competência.

#### d) Estagiário

São deveres do estagiário:

- Matricular-se nos componentes curriculares do estágio curricular obrigatório supervisionado da FAEN, desde que obedecidos os respectivos pré-requisitos acadêmicos;
  - Frequentar e participar ativamente das aulas e realizar as ações planejadas para o estágio, de acordo com o cronograma estabelecido;
  - Comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente da atividade profissional;
  - Conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;
  - Executar as ações referentes a cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotados pela FAEN;
  - Cumprir a carga horária, os prazos e os horários estabelecidos pela FAEN;
  - Manter o docente supervisor informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades do estágio, ou ainda que não esteja prevista no plano;
  - Proceder a avaliação sistemática e contínua de suas ações com a finalidade de aperfeiçoá-las.
- São direitos do estagiário:

- Receber da Faculdade de Enfermagem os formulários e demais documentos necessários ao estágio;
- Ser encaminhado oficialmente pela Faculdade de Enfermagem à instituição campo de estágio;
- Receber assistência e orientação dos supervisores de estágio;
- Requerer à coordenação de estágio, em casos excepcionais e devidamente justificados e comprovados, a mudança de instituição campo de estágio;
- Recorrer junto à Coordenação de Estágio da decisão do professor supervisor ou do enfermeiro supervisor, mediante a devida justificativa.

#### 16.6.5 Aproveitamento de carga horária de estágio em prática de ensino

Será permitido ao aluno o aproveitamento de até 200 horas (duzentas) de carga horária no Estágio em Prática de Ensino, relativo ao exercício de atividade docente.

Para realizar este aproveitamento, é necessário o envio de requerimento para a secretaria do Departamento de Enfermagem da FAEN, dentro do prazo fixado para aproveitamento de Componentes Curriculares. Este aproveitamento está condicionado ainda aos seguintes critérios:

- O vínculo como professor seja em instituição de ensino básico e/ou profissionalizante, devidamente credenciado.
- O tempo de vínculo como professor não seja inferior a três meses.
- O vínculo de docência esteja relacionado com o objeto de ensino da Enfermagem.
- Que o pedido seja acompanhado de documento da instituição de ensino, confirmando a vivência profissional docente, o período e a carga horária executada, e que esteja devidamente assinado pelo(a) Diretor(a).

## 17 PROGRAMAS FORMATIVOS

### a) Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PET)

O Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) é vinculado a Secretaria de Educação Superior do Ministério da educação (SESu/MEC), e teve sua implantação na FAEN em novembro de 1991, funcionando até os dias de hoje.

Atualmente o grupo está constituído por estudantes do curso de Enfermagem, que cursam diferentes semestres da graduação, sendo 12 (doze) alunos bolsistas e 6 (seis) alunos não bolsistas, sob a coordenação de um professor tutor. Conforme Brasil (2007), as principais características do PET são: possibilitar a aproximação com a pesquisa, o que estimula a inserção na pós-graduação;

possibilita um ambiente estimulante para o processo ensino-aprendizagem; estimula a participação em eventos científicos e fomenta a interdisciplinaridade, que se mostra imprescindível para a formação e a atuação profissional (BARBOSA; FERNANDES, 2010).

Ao todo, em nosso país até o ano de 2006, conforme Brasil (2007), existiam cerca de 372 (trezentos e setenta e dois) grupos PET. Cerca de 30 (trinta) desses grupos foram criados em 2006 e 44 (quarenta e quatro) em 2007. Consoante Cassiani, Ricci e Souza (1998) até o ano de 1995, 5 (cinco) desses grupos eram de enfermagem, 2 (dois) localizados na região Sudeste e 3 (três) na região Nordeste. Sendo 1 (um) desses na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte, na Faculdade de Enfermagem – FAEN da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (BARBOSA; FERNANDES, 2010).

QUADRO 13 Membros do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró

ALUNOS DO PETEM	VÍNCULO
Bárbara Lívia Lima Barra	BOLSISTA
Leticia Lamonyele de Souza Costa	BOLSISTA
Pedro Eduardo do Nascimento Fonseca	BOLSISTA
Fernando Vinicius de Oliveira Silva	BOLSISTA
Luís Felipe Lopes Fernandes	NÃO BOLSISTA
Friedrich Nietzsche Xavier Cisota	BOLSISTA
Iara Jéssica Lima Araújo	NÃO BOLSISTA
Laisa Azevedo de Melo	NÃO BOLSISTA
Letícia Emilly da Silva Morais	BOLSISTA
Lívia Natany Sousa Morais	BOLSISTA
Jorgivan Silva de Medeiros Filho	NÃO BOLSISTA
Carlos Wanderson Gomes de Oliveira	BOLSISTA
Mariana Mayara Medeiros Lopes	BOLSISTA
Milena Moreira de Oliveira	BOLSISTA
Hemily Evellyn Simao Dantas	BOLSISTA



Rita de Cássia Alves Santana	NÃO BOLSISTA
Thalia Quélvia de Carvalho Fernandes	NÃO BOLSISTA
Vitória Yasmin Lopes Soares	BOLSISTA

Fonte: Coordenação do PET, 2023.

b) Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde

Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde foi instituído em 2009, pelo Ministério da Saúde, atendendo solicitação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES) que buscava alternativas de qualificar o processo de formação em saúde através da inserção dos alunos/docentes nos serviços de saúde do SUS, promovendo uma maior articulação entre a academia e o trabalho. O PET-Saúde tem como objetivo qualificar a formação acadêmica e a ação profissional dos alunos da área da saúde a partir de ações desenvolvidas junto aos usuários e trabalhadores da saúde, sendo estas de Educação Permanente em Saúde, de atenção à saúde de usuários, Educação Popular, visitas domiciliares, dentre outras.

O PET-Saúde teve início na FAEN em 2009 permanecendo até os dias atuais, é desenvolvido através da parceria estabelecida entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura Municipal de Mossoró. Atualmente, o programa conta com três (03) grupos, sendo estes dos cursos de Enfermagem, Serviço Social e Medicina. Cada um desses grupos é formado por doze (12) alunos bolsistas e até dezoito (18) alunos não bolsistas. Cabe ressaltar que para cada um desses grupos há a presença de um tutor e seis preceptores da área de formação que são vinculados a Secretaria Municipal de Saúde do município. A carga horária para os participantes é de 12 horas semanais.

De 2011 a 2012 foi desenvolvido o PET-Saúde mental na FAEN com o objetivo de qualificar o perfil socioepidemiológico do uso de crack, álcool e outras drogas em áreas alvo da cidade de Mossoró, analisar e avaliar fatores de risco e proteção, qualidade da assistência à saúde mental e realizar ações através de contato sistemático com a comunidade, promovendo a troca de experiências em processo crítico e de mútua aprendizagem. O projeto contou com a participação dos docentes dos cursos de Enfermagem (FAEN), de Educação Física (FAEF) e de Medicina (FACS) em parceria com Prefeitura de Mossoró.

QUADRO 14 - Membros do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde da FAEN

EQUIPE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE- PET/SAÚDE	INÍCIO	TERMINO
	FUNÇÃO	CURSO
	04/2009	04/2012
Amélia Carolina Lopes Fernandes	Tutores	Enfermagem
Gláucia Helena Araújo Russo	Tutores	Serviço Social
José Edvan de Souza Junior	Tutores	Medicina
Adriana Maria Alves	Preceptores	Enfermagem
Isabel Karine Reboucas de Oliveira	Preceptores	Enfermagem
Kezya Suzana Lima de Carvalho	Preceptores	Enfermagem
Maria Jose Simião de Santana	Preceptores	Enfermagem
Janaine Maria de Oliveira	Preceptores	Enfermagem
Ana Carina Suassuna Vieira	Preceptores	Enfermagem
Alecsandra Praxedes da Silva	Preceptores	Serviço Social
Edjane Maria Bezerra Carneiro Assunção	Preceptores	Serviço Social
Jacinta Campos Pedroza	Preceptores	Serviço Social
Maria Alcidenir dos Santos	Preceptores	Serviço Social
Maria do Socorro de Melo Praxedes	Preceptores	Serviço Social
Marlete Ramos Lima de Morais Bezerra	Preceptores	Serviço Social
Gilka Firmino Torres Barisic	Preceptores	Medicina
Ismenia Glauce de Oliveira Barreto da Silveira	Preceptores	Medicina
Janina Marinho Bezerra de Oliveira Brasil	Preceptores	Medicina
Lucio Flavio da Silveira	Preceptores	Medicina
Thomaz Marciano Rodrigues de Souza	Preceptores	Medicina
Wanderley Filgueira de Macedo	Preceptores	Medicina
Priscilla Malaquias Rabelo	Bolsista	Enfermagem
Edione Rodrigues Batista	Bolsista	Enfermagem
Fabia Talita da Silva	Bolsista	Enfermagem
Francisca Tayrine Stephanie Pinho Fernandes	Bolsista	Enfermagem
Jessika Barbosa de Souza	Bolsista	Enfermagem
Kennia Stephanie Morais Oliveira	Bolsista	Enfermagem
Keylla Isabelle Sousa Duarte	Bolsista	Enfermagem
Lazia Gabriela Batista	Bolsista	Enfermagem
Luzia Cibele De Souza Maximiano	Bolsista	Enfermagem
Maria Elisangela Silva Pinto	Bolsista	Enfermagem
Anne Carolline Lopes Magalhaes Nobre de Medeiros	Bolsista	Enfermagem
Maria Dayanne Soares de Oliveira	Bolsista	Enfermagem
Ana Ligia Silva Ribeiro	Bolsista	Serviço Social
Débora Rute de Paiva Mota	Bolsista	Serviço Social
Fabília Ariadina Medeiros de Oliveira	Bolsista	Serviço Social
Josenire Tavares de Carvalho	Bolsista	Serviço Social
Maria Andréa Alves Cavalcante	Bolsista	Serviço Social

Nadja Kelly de Lima Arruda	Bolsista	Serviço Social
Tatianny da Silva Medeiros	Bolsista	Serviço Social
Antonia Camila de Oliveira Nascimento	Bolsista	Serviço Social
Deborah Barreto Batista	Bolsista	Serviço Social
Juliana Grasiela da Silva Dantas	Bolsista	Serviço Social
Sueny Santiago Matos	Bolsista	Serviço Social
Veronica Maria de Aquino	Bolsista	Serviço Social
Camila Gabriella da Silva Queiroz	Bolsista	Medicina
Flaviane Alcântara da Cunha	Bolsista	Medicina
Henrique Lobo Saraiva Barros	Bolsista	Medicina
Janine Fernandes Rocha	Bolsista	Medicina
Juliano Fontenele Magalhaes	Bolsista	Medicina
Kátia Pinheiro de Souza	Bolsista	Medicina
Livia Marinho de Farias	Bolsista	Medicina
Pirini Rudá Quintanilha de Moraes	Bolsista	Medicina
Renato Willamy da Silva Costa	Bolsista	Medicina
Samila Marissa Pinheiro Gomes	Bolsista	Medicina
Vivianne Mikaelle de Moraes	Bolsista	Medicina

Waléria Ronina Feitosa Gomes	Bolsista	Medicina
------------------------------	----------	----------

c) Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção à Saúde – PET/Saúde Rede de Atenção Psicossocial

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção à Saúde – PET/Saúde Rede de Atenção Psicossocial: priorizando o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas foi implementado em 2013 pela FAEN junto com a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró. É constituído por um docente da FAEN (coordenador do projeto), seis (06) preceptores/profissionais dos serviços de saúde mental de Mossoró e doze (12) bolsistas/discentes dos cursos de medicina, enfermagem, serviço social e educação física da UERN, Campus Mossoró, que veem ratificar o compromisso com a formação de profissionais de saúde e o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Sistema Único de Saúde. Este PET/Saúde Rede de Atenção Psicossocial tem como objetivos promover discussões sobre a organização da rede de atenção em saúde mental no enfrentamento do álcool, crack e outras drogas; discutir a integração da saúde mental e da atenção básica em um modelo de cuidado colaborativo; construir estratégias intersetoriais e coletivas para o enfrentamento do álcool, crack e outras drogas.

QUADRO 15 Membros do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede de Atenção à Saúde – PET/Saúde Rede de Atenção Psicossocial da FAEN

<b>EQUIPE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE/REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE – PET/SAÚDE REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL</b>	<b>INÍCIO</b>	<b>TERMINO</b>
	06/2013	05/2015
	<b>FUNÇÃO</b>	<b>CURSO</b>
Aline Macedo Camara Gracindo	Estudante Bolsista	Serviço Social
Anderson Samuel Gomes Figueiredo	Estudante Bolsista	Enfermagem
Camila Mesquita Soares	Estudante Bolsista	Serviço Social
Gleyson Henrique Lima Ferreira	Estudante Bolsista	Serviço Social
Gorki Pires de Andrade	Estudante Bolsista	Medicina
Jassyca Rodrigues Luz	Estudante Não Bolsista	Enfermagem
Jessica Rabelo Holanda	Estudante Bolsista	Enfermagem
Juliana Suelly de Almeida e Assis	Estudante Bolsista	Medicina
Luana Priscila Gomes dos Santos	Estudante Bolsista	Medicina
Maile Raiaha Guimaraes Moura	Estudante Bolsista	Enfermagem

Maria Isabel Paiva Linhares Tavares	Estudante Bolsista	Enfermagem
Mirya Karol Brasil Serafim	Estudante Não Bolsista	Enfermagem
Patricia Helena de Sousa Carvalho	Estudante Bolsista	Educação Física
Taynara Regina Monte dos Santos	Estudante Bolsista	Enfermagem
Tereza Fernanda Gurgel Dantas	Estudante Não Bolsista	Enfermagem
Alexcia Suyanne Firmino Morais	Preceptor Voluntário	Enfermagem
Alcedir Gabriel da Silva	Preceptor	Psicologia
Ana Leine Carlos Sales	Preceptor	Serviço Social
Dirceu Lopes	Preceptor	Medicina
Lorrainy da Cruz Solano	Preceptor	Enfermagem
Maria Tereza Vieira Holanda	Preceptor	Psicologia
Thallys Emanoell Pimenta de Freitas	Preceptor	Educação Física
Deivson Wendell Da Costa Lima	Tutor	Enfermagem

#### d) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, promovido com apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), visa contribuir com a formação de docentes em nível superior, em cursos de licenciatura presencial, para atuar na Educação Básica pública. O Programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de Educação Básica da rede pública de ensino. Neste ano de 2014, a Faculdade de Enfermagem teve aprovado um projeto PIBID intitulado Educação Ambiental na perspectiva da promoção à saúde, de caráter interdisciplinar, com a participação dos seguintes cursos: Enfermagem, Ciências Sociais, Biologia, Geografia e Pedagogia. O projeto aprovado contará com a participação de 36 alunos bolsistas além de docentes da UERN e de professores que atuam na Educação Básica da rede pública de ensino no município de Mossoró.

## 18 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade de Enfermagem por meio de sua política interna, reconhecendo a importância e necessidade do acompanhamento de seus egressos, desenvolve algumas atividades que nos permitem manter contatos e conhecer a inserção profissional e a continuidade da vida acadêmica de seus egressos, através de ficha de cadastro dos alunos, com seus dados e contatos (endereço eletrônico – e-mail e de telefone) para acompanhamento de sua atuação profissional; da promoção de eventos em conjunto com o Conselho Regional de Enfermagem RN (COREN - RN) e com a

ABEn em nível Estadual e Municipal; das atividades acadêmicas nos serviços de saúde; da inserção dos profissionais nos grupos de extensão; pela inserção dos egressos nos cursos de especialização (lato sensu) e mestrado (stricto sensu) que deem prosseguimento aos estudos iniciados na graduação.

O planejamento articulado dessas atividades, aliadas a necessidade da qualificação profissional na atualidade, faz da realização desses cursos um caminho rápido para o crescimento profissional. Nesse aspecto, a FAEN busca aliar em seu trabalho o esforço contínuo para acompanhar e propiciar não apenas aos seus egressos, novas oportunidades de estudo e qualificação, como forma de ramificar as bases consolidadas para avançar nas competências das diversas profissões da área da saúde. A oferta dos cursos de lato sensu e stricto sensu estão condicionados a critérios e normas internas, bem como as estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Alguns dados obtidos através do portal do Egresso da UERN, para a FAEN:

- Quanto a área de atuação: 94% dos alunos atuam na área de formação;
- Quanto à atuação profissional: enfermeiro assistencial, docente em nível técnico, docente em nível superior;
- Quanto ao nível de satisfação com o curso: 52% alto nível; 48% médio nível;
- Quanto à recomendação do curso para outras pessoas: 94% recomendariam;
- Quando à preparação para o mercado de trabalho: 29,41% sentem-se muito preparados;
- Alguns alunos cursam mestrado ou doutorado em outras instituições (UFPB, UFRN, UECE).

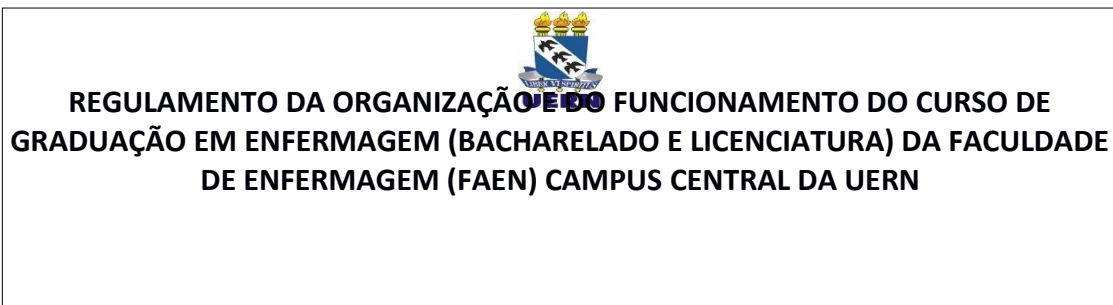
## **19 RESULTADOS ESPERADOS**

Com a oferta do curso de graduação em Enfermagem da FAEN espera-se formar o enfermeiro bacharel e licenciado, crítico e reflexivo com competência técnica científica, ético-política, social e humana, para exercer, coordenar e dar direcionalidade técnica e social aos processos de trabalho da enfermagem.

Espera-se também que a execução desse projeto pedagógico de curso da FAEN proporcione espaços para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a fomentar a produção e sistematização do conhecimento enquanto instrumentos do trabalho em saúde/enfermagem proporcionando grandes contribuições à sociedade, seja no âmbito da articulação ensino/trabalho, seja na integração junto aos Movimentos Sociais e em todos os níveis de complexidade da rede de serviços de saúde. E de formar o enfermeiro, através da licenciatura, do processo ensinar/aprender, para o processo de formação e educação permanente em saúde/enfermagem.

Por fim, acreditamos que um projeto pedagógico dessa natureza constitui-se como ferramenta indispensável para o planejamento diário das ações pedagógicas do curso, sendo, portanto, determinante para o replanejamento dessas ações ao longo dos anos. A concretização e conclusão de um Projeto Pedagógico de Curso não significa o fim de um processo, mas sim, o início de uma nova fase na qual a busca por melhores alternativas a partir de problemas e falhas identificadas, são as prerrogativas máximas para adequar o curso no caminho desejado.

## 20 REGULAMENTO DE CURSO



### TÍTULO I

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DA DENOMINAÇÃO E DA DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

##### **CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO**

**Art. 1º.** O Curso de Graduação em enfermagem, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura, vinculado ao Departamento de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem (Campus Central), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), destina-se a formar Enfermeiros para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, na educação básica, na educação profissional em enfermagem, na educação permanente em saúde e na educação em saúde.

**Parágrafo único.** Em conformidade com o Plano Diretor Institucional (PDI) da UERN, o curso está organizado na perspectiva de assegurar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

##### **CAPÍTULO II DA CRIAÇÃO, DO FUNCIONAMENTO E DAS BASES LEGAIS**

**Art. 2º.** O curso de graduação em enfermagem da FAEN, teve seu ato de criação aprovado pelo Decreto Municipal nº. 04/68, porém somente começou a funcionar em março de 1971, sendo reconhecido pelo Decreto nº 82.939/78 do Conselho Federal de Educação, e publicado no DOU em 26.12.1978.

**Art. 3º.** A graduação em enfermagem da FAEN é regida por:

**I** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96;

**II** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação do Enfermeiro; Resolução CNE/CES Nº 03, de 7 de novembro de 2001, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem; pela Resolução nº 04, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em



enfermagem;

**III** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena - Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) N° 01, de 18 de fevereiro de 2002 e N° 02, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

**IV** - Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena em cumprimento a Resolução n° 02/2004-CNE, de 27 de agosto de 2004 e em conformidade com o indicado no Parecer CNE/CES N° 15/2005, de 2 de fevereiro de 2005, publicado no DOU em 13 de maio de 2005;

**V** - Resolução N° 09/97-CONSUNI, de 09 de dezembro de 1997, com alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002 (Estatuto da UERN);

**VI** - Resolução N° 005/2014 – CONSEPE, de 05 de fevereiro de 2014, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN;

**VII** - Resolução N° 36/2010-CONSEPE, que Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos de Licenciatura da UERN;

**VIII** - Recomendações dos Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil.

**Art. 4º.** O curso de graduação em enfermagem, modalidade licenciatura e bacharelado, ofertado no Campus Central tem seu turno de funcionamento nos períodos matutino e vespertino, e apresenta regime de matrícula único para ingresso no 1º semestre letivo de cada ano, com inscrição em componentes curriculares semestralmente, exceto o ingresso por vagas não iniciais.

### CAPÍTULO III DAS FORMAS DE INGRESSO

**Art. 5º.** O ingresso no curso de graduação em enfermagem da FAEN é realizado anualmente de forma conjunta com os demais cursos de graduação da UERN, ofertando 30 vagas iniciais, através de Processo Seletivo de Vagas Iniciais (PSVI), por meio de Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais (PSVNI) e transferência *ex-officio*, definidos em normas específicas da UERN.

### CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS DO CURSO

**Art. 6º.** São objetivos do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN:

**I** - Formar o enfermeiro bacharel e licenciado, crítico e reflexivo com competência técnica-científica, ético-política, social e humana, para exercer, coordenar e dar direcionalidade técnica e social aos processos de trabalho da enfermagem: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e

investigar, em todos os níveis de complexidade da rede de serviços de saúde e nos processos de formação e educação permanente em saúde/enfermagem;

**II** - Criar condições, oportunidades e experiências, que possibilitem ao aluno ser autor da construção do conhecimento com criticidade; desenvolver a criatividade; ser capaz de (re)construir o saber para uma ação em defesa da qualidade da vida, da sustentabilidade do planeta, da integralidade da atenção e da qualidade dos serviços prestados à população;

**III** - Proporcionar espaços para o desenvolvimento de estudos e pesquisas com vistas a fomentar a produção e sistematização do conhecimento, enquanto instrumentos do trabalho em saúde/enfermagem;

**IV** - Propiciar a integração educação-trabalho, no estabelecimento de relações interinstitucionais mais democráticas e participativas nos processos educacionais da enfermagem e na organização do seu processo de trabalho no sistema de saúde, visando à efetivação das necessárias mudanças do atual modelo assistencial de saúde;

**V** - Instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento dos processos de trabalho em enfermagem: assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e pesquisar, de forma indissociável e em consonância com os princípios e diretrizes do SUS;

**VI** - Construir instrumentos para a produção de novos conhecimentos, enquanto instrumentos do trabalho em saúde/enfermagem, comprometidos com a transformação dos perfis epidemiológicos do país, região e do estado do Rio Grande do Norte;

**VII** - Formar o enfermeiro, através da licenciatura, parte do processo ensinar/aprender, para a produção e qualificação dos demais trabalhadores da enfermagem, e para atuar na educação em saúde, em especial, na educação básica.

§ 1º. O curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN é desenvolvido de forma indissociável na modalidade bacharelado e licenciatura.

§ 2º. Visa formar o enfermeiro para atender às exigências colocadas pelo contexto social, marcado por contínuas mudanças epistemológicas, econômicas, políticas, sociais, culturais e históricas; (respaldado nos princípios da interdisciplinaridade, da articulação prática/teoria/prática e da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão).

§ 3º. Possibilita a construção da competência ético-política, social e humanística para que o enfermeiro possa assumir a coordenação do trabalho de enfermagem, nos processos de trabalho assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar, de forma indissociável como parcela do trabalho coletivo em saúde.

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

## CAPÍTULO I DAS ÁREAS TEMÁTICAS

**Art. 7º.** O Projeto Pedagógico de Curso da FAEN está organizado nas seguintes áreas temáticas:

### I - ÁREA TEMÁTICA - BASES BIOLÓGICAS E SOCIAIS DA ENFERMAGEM

Destinada à fundamentação básica das ciências biológicas, humanas e sociais, de modo a garantir a compreensão das concepções de enfermagem, seu processo de trabalho, mediações, intervenções e compromissos com a transformação das práticas de saúde na sociedade:

- a) Fundamentos da Filosofia
- b) Fundamentos da Sociologia
- c) Antropologia e Saúde
- d) Fundamentos de Psicologia
- e) Morfologia
- f) Biologia
- g) Processos Fisiológicos
- h) Processos Patológicos
- i) Processos Terapêuticos

### II - ÁREA TEMÁTICA - FUNDAMENTOS DO TRABALHO DA ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos técnicos, metodológicos, os meios e instrumentos inerentes ao processo de trabalho do enfermeiro e da enfermagem nos modelos de assistência coletiva e individual, visando a qualificar o aluno para a compreensão das formas de organização dos trabalhadores e dos processos de trabalho da enfermagem:

- a) A Universidade e a Produção da Força de Trabalho da Enfermagem
- b) História e Processo de Trabalho da Enfermagem
- c) Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto
- d) Semiologia e Semiotécnica da Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança
- e) Concepções sobre o Ato de Estudar
- f) Exercício de Enfermagem
- g) Processo de Investigação em Enfermagem
- h) Pesquisa e Enfermagem
- i) Estudos Orientados para Elaboração de Monografia
- j) Gênero e Enfermagem
- l) Monografia

### III - ÁREA TEMÁTICA - ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Abrange os conteúdos teóricos e práticos que compõem os processos de trabalho assistir/intervir e gerenciar da enfermagem, de forma indissociável, em nível coletivo e

individual, no processo saúde/doença da criança, do adolescente, do adulto e da 3ª idade, na promoção, proteção e recuperação da saúde. Possibilita o desenvolvimento de competência técnica, científica e política para atingir as finalidades do trabalho da enfermagem, sendo desenvolvida sob a forma de ensino prático-teórico-prático em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar), contemplando os aspectos epidemiológicos, sanitários, clínicos, cirúrgicos, psiquiátricos, pediátricos, geriátricos e gineco-obstétricos, na saúde coletiva e individual.

- a) Epidemiologia e Enfermagem
- b) Enfermagem em Saúde Coletiva
- c) Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente
- d) Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto
- e) Enfermagem no Processo de Reprodução Humana
- f) Enfermagem na Saúde/Doença no Processo Produtivo
- g) Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade
- h) Temas Avançados em Saúde Coletiva
- i) Saúde Ambiental

#### **IV - ÁREA TEMÁTICA - ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM**

Inclui os conteúdos teóricos e práticos do processo de trabalho gerenciar, de forma indissociável do processo assistir/intervir, que qualifica o aluno para exercer a coordenação do trabalho da enfermagem nos modelos epidemiológico e clínico, em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar) consubstanciada nos componentes curriculares:

- a) O Processo Gerenciar da Enfermagem
- b) Gestão do Processo Ensinar/Aprender

#### **V - ÁREA TEMÁTICA - ENSINO DE ENFERMAGEM**

Fundamenta-se na necessidade de garantir a formação do enfermeiro enquanto educador e contempla as teorias, os métodos e as técnicas apropriadas ao ensino profissionalizante de enfermagem, bem como a intervenção do enfermeiro no processo de educação em saúde e educação permanente em saúde, compreendendo:

- a) Sociologia da Educação
- b) Psicologia da Aprendizagem
- c) Didática.
- d) Filosofia da Educação
- e) Organização da Educação Brasileira
- f) Educação em Saúde
- g) Língua Brasileira de Sinais

#### **VI - ÁREA TEMÁTICA - ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO**

Espaço de consolidação da autonomia do enfermeiro enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de

enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar) e instituições de ensino. Supervisionado por docentes de enfermagem, em parceria com enfermeiros de campo, tem caráter obrigatório, com carga horária de 1.260 horas (hum mil, duzentos e sessenta horas), perfazendo um total de 84 créditos, desenvolvidos a partir da metade do curso e consolidando-se nos dois últimos semestres letivos:

- a) Estágio em Prática de Ensino I
- b) Estágio em Prática de Ensino II
- c) Estágio em Prática de Ensino III
- d) Estágio em Prática de Ensino IV
- e) Estágio em Serviços de Saúde I
- f) Estágio em Serviços de Saúde II

CAPÍTULO II  
DO FLUXO CURRICULAR

**Art. 8º.**O fluxograma curricular do curso de enfermagem da FAEN está organizado conforme seguem os quadros abaixo:

<b>I – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MFI0149	Fundamentos da Filosofia	-	04	04/60
MCS0006	Fundamentos da Sociologia	-	04	04/60
MPE0141	Fundamentos da Psicologia	-	04	04/60
MDE0034	Biologia	-	05	05/75
MDE0004	A Universidade e a Produção da Força de Trabalho em Enfermagem	-	03	03/45
MDE0005	Concepções Sobre o Ato de Estudar	-	03	03/45
MLV0135	Língua Brasileira de Sinais	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				<b>27/405</b>



<b>II – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0028	Antropologia e Saúde	-	03	03/45
MDE0029	Morfologia	<b>0501031-1</b> - Biologia	07	07/105
MDE0030	Processos Fisiológicos	<b>0501031-1</b> - Biologia	09	09/135
MDE0006	História e Processo de Trabalho em Enfermagem	-	04	04/60
MPE0142	Sociologia da Educação	- Fundamentos da Sociologia	04	04/60
-	Optativa	-	04	04/60
-	Optativa	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				<b>35/525</b>

<b>III – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0031	Processos Patológicos	<b>0501027-1</b> - Processos Fisiológicos	09	09/135
MDE0007	Epidemiologia e Enfermagem	-	08	08/120



200

MPE0143	Filosofia da Educação	-	04	04/60
MDE0009	Gênero e Enfermagem	-	02	02/30
MDE0008	Processo de Investigação em Enfermagem	<b>0501002-1</b> – Concepções sobre o Ato de Estudar	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				27/405

<b>IV – PERÍODO</b>				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0032	Processos Terapêuticos	<b>0501028-1</b> - Processos Patológicos	09	09/135
MDE0010	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto	<b>0501028-1</b> - Processos Patológicos	15	15/225
MDE0011	Enfermagem Saúde Coletiva	<b>0501004-1</b> - Epidemiologia e Enfermagem	06	06/90
MPE0144	Psicologia da Aprendizagem	- Fundamentos da Psicologia	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				34/510

<b>V – PERÍODO</b>				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0033	Saúde Ambiental	-	03	03/45

MDE0014	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva	10	10/150
MDE0013	Exercício de Enfermagem	-	03	03/45
MDE0012	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	05	05/75
APE0145	Organização da Educação Brasileira	-	04	04/60
MDE0037	Educação em Saúde	-	04	04/60
MDE0015	O Processo Gerenciar da Enfermagem	<b>0501003-1</b> - História e Processo de Trabalho em Enfermagem	06	06/90
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				35/525

<b>VI – PERÍODO</b>				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0016	Pesquisa e Enfermagem	<b>0501005-1</b> - Processo de Investigação em Enfermagem	04	04/60
MDE0017	Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva	04	04/60
MDE0018	Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	<b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva	15	15/210
MDE0019	Temas Avançados em Saúde Coletiva	<b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva	04	04/60

VI – PERÍODO				
APE0146	Didática	-	04	04/60
MDE0137	Estágio em Prática de Ensino I	0501034-1 - Educação em Saúde	07	07/105
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				37/555

VII – PERÍODO				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0021	Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade	0501007-1 - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto 0501008-1 - Enfermagem em Saúde Coletiva	06	06/90
MDE0022	Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	0501007-1 - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde Doença do Adulto 0501008-1 - Enfermagem em Saúde Coletiva	18	18/270
MDE0150	Estágio em Prática de Ensino II	0501036-1 - Estágio em Prática de Ensino I	07	07/105
MDE0039	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	-	04	04/60
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				35/525

VIII – PERÍODO				
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS	
			CH SEMANAL	CR/CH
MDE0161	Estágio em Serviços de Saúde I	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundamentos da Psicologia</li> <li>- Sociologia da Educação</li> <li>- Didática</li> <li>- Psicologia da Aprendizagem</li> <li>- Organização da Educação Brasileira</li> <li>- Filosofia da Educação</li> </ul> <p><b>0501001-1</b> - A Universidade e a Produção da Força de Trabalho em Enfermagem</p> <p><b>0501002-1</b> - Concepções Sobre o Ato de Estudar</p> <p><b>0501003-1</b> - História e Processo de Trabalho em Enfermagem</p> <p><b>0501004-1</b> - Epidemiologia e Enfermagem</p> <p><b>0501005-1</b> - Processo de Investigação em Enfermagem</p> <p><b>0501006-1</b> - Gênero e Enfermagem</p> <p><b>0501007-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo</p>	28	28/420

**VIII – PERÍODO**

		<p>Saúde/Doença do Adulto  <b>0501008-1</b> - Enfermagem Saúde Coletiva  <b>0501009-1</b> - Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança  <b>0501010-1</b> - Exercício de Enfermagem  <b>0501011-1</b>- Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente  <b>0501012-1</b> - O Processo Gerenciar da Enfermagem  <b>0501013-1</b> - Pesquisa e Enfermagem  <b>0501014-1</b> - Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo <b>0501015-1</b>- Enfermagem no Processo de Reprodução Humana <b>0501016-1</b>- Temas Avançados em Saúde Coletiva  <b>0501018-1</b> - Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade <b>0501019-1</b>- Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto <b>0501025-1</b>- Antropologia e Saúde  <b>0501026-1</b>- Morfologia  <b>0501027-1</b>- Processos Fisiológicos  <b>0501028-1</b>- Processos Patológicos  <b>0501029-1</b> - Processos Terapêuticos <b>0501030-1</b>- Saúde Ambiental  <b>0501031-1</b> – Biologia  <b>0501034-1</b> - Educação em Saúde  <b>0301009-1</b> - Estágio em Prática de Ensino I  <b>0501037-1</b> - Estágio em Prática de Ensino II  <b>0501038-1</b> - Gestão do Processo Ensinar/Aprender  - Fundamentos da Sociologia</p>		
--	--	--	--	--

<b>VIII – PERÍODO</b>				
		- Fundamentos da Filosofia <b>0401089-1</b> - Língua Brasileira de Sinais		
MDE0160	Estágio em Prática de Ensino III	<b>0501037-1</b> - Estágio em Prática de Ensino II	07	07/105
MDE0025	Estudos Orientados para Elaboração da Monografia	<b>0501013-1</b> - Pesquisa e Enfermagem	02	02/30
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				37/555

<b>IX – PERÍODO</b>				
<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DE CH E CREDITOS</b>	
			<b>CH SEMANAL</b>	<b>CR/CH</b>
MDE0042	Monografia	<b>0501022-1</b> - Estudos Orientados para Elaboração de Monografia	03	03/45
MDE0153	Estágio em Serviços de Saúde II	<b>0501041-1</b> - Estágio em Serviço de Saúde I	28	28/420
MDE0151	Estágio em Prática de Ensino IV	<b>0501039-1</b> - Estágio em Prática de Ensino III	07	07/105
<b>TOTAL DE CRÉDITOS E CARGA HORÁRIA</b>				38/570

CAPÍTULO III  
**DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS**

**Art. 9º.** Os componentes curriculares de caráter optativo previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da FAEN são:

<b>CÓDIGO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH/CR</b>
MCS0088	Cultura Brasileira	04/60
MDE0041	Educação Popular em Saúde	04/60
MPE0062	Educação de Jovens e Adultos	04/60
MDE0035	Ética Social	04/60
MCS0115	Família, Parentesco e Ciclos de Vida	04/60
MCS0116	Gênero e Sexualidade	04/60
MPE0009	História da Educação	04/60
MDE0066	Informática Aplicada à Enfermagem	04/60
MDE0036	Metodologia da Investigação em Saúde Coletiva	04/60
MDE0038	Primeiros Socorros	04/60
MDE0069	Práticas integrativas e os cuidados humanescentes em saúde	04/60

**Parágrafo único.** A oferta dos componentes curriculares de caráter optativo por parte do Departamento de Enfermagem da FAEN será realizada preferencialmente nos 2 (dois) primeiros períodos do curso.

#### CAPÍTULO IV INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

**Art. 10.** A integralização curricular do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN, na modalidade bacharelado e licenciatura, dar-se-á

peelo cumprimento de 4.775 (quatro mil setecentos setenta e cinco) horas de atividades acadêmicas, em um total de 305 créditos.

**Parágrafo único.** Para efeito de integralização curricular, o aluno deverá cumprir 2.550 (duas mil quinhentos e cinquenta) horas de componentes curriculares obrigatórios, 405 (quatrocentos e cinco) horas de prática como componente curricular, 1.260 (mil duzentos e sessenta) horas de estágio, 240 (duzentas e quarenta) horas de trabalho de conclusão de curso, 120 (cento e vinte) horas de componentes curriculares de caráter optativo e 200 horas (duzentas) de atividades complementares.

**CAPÍTULO V  
DA EQUIVALÊNCIA CURRICULAR**

**Art. 11.** Ficam estabelecidas as seguintes equivalências curriculares para curso de graduação em enfermagem do Campus Central:

<b>UNIDADE UNIVERSITÁRIA:</b>		FACULDADE DE ENFERMAGEM								
<b>DEPARTAMENTO ACADÊMICO:</b>		DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM				<b>CURSO:</b>	ENFERMAGEM			
								(*)		
<b>COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE ORIGEM</b>				<b>COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE DE OUTRO CURSO</b>						
<b>CURSO</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>			<b>CURSO</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>			<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	
	<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO COMPONENTE</b>	<b>CH/CR</b>		<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO COMPONENTE</b>	<b>CH/CR</b>			
100930-0	MDE0034	Biologia	75/5	102710-0	1002001-1	Biologia Celular e Molecular	75/5	X		



100930-0	MDE0009	Gênero e Enfermagem	30/2	100930-0	0501046-1	Gênero, Saúde e Enfermagem	30/2	X	
100930-0	MDE0010	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225/15	100930-0	0501049-1	Bases da Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	225/15	X	
100930-0	MDE0032	Processos Terapêuticos	135/9	100930-0	0501067-1	Enfermagem e Processos Terapêuticos	135/9	X	
100930-0	MDE0013	Exercício de Enfermagem	45/3	100930-0	0501048-1	Ética, Saúde e Sociedade	45/3	X	
100930-0	MDE0013	Exercício de Enfermagem	45/3	100930-0	0501068-1	Ética e Enfermagem	45/3	X	
100930-0	MDE0016	Pesquisa e Enfermagem	60/4	100930-0	0501050-1	Processo Pesquisar e Enfermagem	60/4	X	
100930-0	MDE0017	Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	60/4	100930-0	0501051-1	Enfermagem no Processo Produtivo	60/4	X	
100930-0	MDE0137	Estágio em Prática de Ensino I	105/7	100930-0	0501061-1	Estágio Curricular Supervisionado I	105/7	X	
100930-0	MDE0150	Estágio em Prática de Ensino II	105/7	100930-0	0501062-1	Estágio Curricular Supervisionado II	105/7	X	
100930-0	MDE0039	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	60/4	100930-0	0501052-1	Gestão do Processo Ensinar/Aprender	45/3	X	
100930-0	MDE0025	Estudos Orientados para Elaboração de Monografia	30/2	100930-0	0501065-1	Estudos para Orientação de Trabalho Monográfico I	30/2	X	
100930-0	MDE0160	Estágio em Prática de	105/7	100930-0	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado	525/35		X

Ensino III				III					
100930-0	MDE0161	Estágio em Serviços de Saúde I	420/28	100930-0	0501063-1	Estágio Curricular Supervisionado III	525/35		X
100930-0	MDE0042	Monografia	45/3	100930-0	0501066-1	Estudos para Elaboração de Trabalhos Monográficos II	45/3	X	
100930-0	MDE0038	Primeiros Socorros	60/4	100930-0	0501058-1	Atendimento Pré-Hospitalar	60/4	X	

(\*) Caso em que a equivalência é recíproca entre os componentes.

**TÍTULO III**  
**DA CONCEITUAÇÃO DO ESTÁGIO, DAS SUAS BASES LEGAIS, DOS SEUS**  
**OBJETIVOS E DE SUA OBRIGATORIEDADE**

**CAPÍTULO I**  
**DA CONCEITUAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**  
**OBRIGATÓRIO E DAS BASES LEGAIS**

**Art. 12.** O estágio no âmbito da formação do enfermeiro também é regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, do Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que dispõe sobre o estágio de estudantes; pela Resolução nº 04 CNE/MEC, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial; Resolução Nº 1 de 17 de Junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, em atendimento ao Parecer CNE/CP 003/2004; a Política Nacional de Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde; a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; pela Portaria Normativa nº 001/2018-GS/SESAP de 08 de janeiro de 2018 que dispõe sobre as normas para realização de ensino, pesquisa e extensão abrangendo o Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório, Internato Médico, Práticas Supervisionadas, Residência em Área Profissional da Saúde e Multiprofissional em Saúde, Residência Médica, Visitas Técnicas e Projetos de Pesquisa e de Extensão no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte; pela Resolução nº 26/2017 do CONSEPE que aprova o regulamento dos cursos de graduação da UERN; pela Resolução 05/2015 do CONSEPE que Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Bacharelado da UERN.

**Art. 13.** O Estágio curricular supervisionado obrigatório em enfermagem, na modalidade de bacharelado e licenciatura, constitui-se de atividades desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

- I - Estágio em Serviços de Saúde I**
- II - Estágio em Serviços de Saúde II**
- III - Estágio em Prática de Ensino I**
- IV - Estágio em Prática de Ensino II**
- V - Estágio em Prática de Ensino III**
- VI - Estágio em Prática de Ensino IV**

§ 1º. O estágio do curso de graduação em enfermagem possibilita a consolidação da autonomia do aluno/enfermeiro enquanto coordenador do trabalho de enfermagem, conformando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender e investigar) em Sistemas Locais de Saúde (rede básica e hospitalar) e instituições de ensino.

§ 2º. Quando o aluno, no 8º período do curso, cursar o Estágio em Serviços de Saúde I na rede de atenção primária à saúde, ele cursará no 9º período, obrigatoriamente, o Estágio em Serviços de

Saúde II na rede hospitalar de atenção à saúde. Esta regra vale também quando houver a inversão dos referidos campos para o 8º e para o 9º período do curso, respectivamente.

**Art. 14.** O Estágio curricular supervisionado obrigatório em enfermagem, enquanto componente curricular obrigatório do curso de graduação, tem como objetivos:

**I** - Possibilitar ao aluno a conformação da autonomia, através dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do curso, nos processos de trabalho de enfermagem para assumir a coordenação do trabalho da enfermagem dentro de uma programação em parceria com serviços de saúde;

**II** - Proporcionar experiências de articulação ensino/trabalho através de participação efetiva na produção de serviços (saúde e educação), organismos institucionais públicos e privados e demais setores da sociedade civil nas quais o enfermeiro é inserido como trabalhador;

**III** - Promover a articulação entre a formação e a prática pedagógica com vistas ao desenvolvimento do trabalho docente;

**IV** - Possibilitar a produção de conhecimentos e tecnologias que contribuam para a transformação dos serviços de saúde do município, região e estado do Rio Grande do Norte.

## CAPÍTULO II

### DA CONFIGURAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

**Art. 15.** O Estágio curricular supervisionado obrigatório em enfermagem realizar-se-á a partir do 6º período do curso tendo a seguinte configuração:

I - Estágio em Prática de Ensino I, realizado no 6º período, com carga horária de 105 horas.

II - Estágio em Prática de Ensino II, realizado no 7º período, com carga horária de 105 horas.

III - Estágio em Prática de Ensino III, realizado no 8º período, com carga horária de 105 horas.

IV - Estágio em Prática de Ensino IV, realizado no 9º período, com carga horária de 105 horas.

V - Estágio em Serviços de Saúde I, realizado no 8º período, com carga horária de 420 horas.

VI - Estágio em Serviços de Saúde II, realizado no 9º período, com carga horária de 420 horas.

**Art. 16.** As atividades do estágio curricular supervisionado obrigatório, do curso de graduação da FAEN/UERN, serão iniciadas em cada semestre letivo, somente após a assinatura do Termo de Convênio de Estágio (TCE) por parte do aluno e por parte da instituição concedente do estágio.

**Art. 17.** O estágio curricular supervisionado obrigatório, do curso de graduação da FAEN tem carga horária de 08 (oito) horas diárias.

**Art. 18.** As atividades em campo de estágio serão realizadas em horários compatíveis com a organização do trabalho da enfermagem nas instituições conveniadas; com os horários em que o público alvo a ser trabalhado esteja institucionalmente disponível, e com as demais atividades acadêmicas da FAEN/UERN.

### CAPÍTULO III DA FREQUÊNCIA DO ALUNO NO ESTÁGIO

**Art. 19.** A frequência do aluno no desenvolvimento das atividades de estágio devem corresponder a 100% da carga horária destinada para este fim.

**Art. 20.** A falta do estagiário, no decurso das horas diárias de trabalho programadas, pode ser devida a ausência do aluno, ao atraso ou devido à saída antecipada das atividades previstas do respectivo campo de estágio.

§ 1º. Caberá ao supervisor acadêmico de estágio em conjunto com o enfermeiro supervisor de campo de estágio, avaliar a falta devido ao atraso no início das atividades previstas ou devida à saída antecipada do respectivo campo de estágio, e comunicar sua decisão à coordenação de estágio;

§ 2º. A tolerância para o atraso no início das atividades de estágio será de quinze (15) minutos;

§ 3º. As faltas podem ser consideradas justificadas quando motivadas por: doença, óbito de parentes próximos (restrito a pais, irmãos, avós, cônjuges e filhos), hospitalização, compromissos eleitorais ou judiciais;

§ 4º. O estagiário poderá ausentar-se mediante a respectiva comprovação por atestado médico ou atestado de óbito, comprovante de internação ou comprovante da justiça, sendo que o referido aluno fica na obrigação de repor, após as intercorrências, a carga horária integral do estágio na respectiva área;

§ 5º. Caberá à coordenação de estágio planejar a reposição das faltas justificadas, dentro do calendário acadêmico da UERN;

§ 6º. O aluno que se ausentar do estágio, sem observância dos itens acima citados será automaticamente reprovado no respectivo componente curricular de estágio.

**Art. 21.** A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas de relevância para a formação do discente, poderá ser considerada parte do estágio, não implicando em reposição de carga horária, desde que seja solicitada em requerimento elaborado com antecedência de 10 (dez) dias, contendo: nome do evento, área de conhecimento, local e data de realização, e o devido comprovante de inscrição; o deferimento está condicionado à anuência da coordenação de estágio e dos supervisores imediatos.

**Parágrafo único.** A participação em atividades acadêmicas e/ou científicas para ser considerada parte do estágio curricular supervisionado obrigatório deverá ser comprovada mediante certificação.

#### CAPÍTULO IV DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

**Art. 22.** O estágio curricular supervisionado obrigatório em enfermagem poderá ser realizado em:

**I** - escolas públicas e/ou privadas (escolas de ensino fundamental e médio; escolas de ensino profissionalizante em enfermagem);

**II** - órgãos da administração direta e indireta nas esferas municipal, estadual e federal;

**III** - associações civis de qualquer natureza, quando legalmente constituídas;

**IV**- entidades legalmente constituídas;

**V** - qualquer setor da própria UERN (Pró-Reitorias, Unidades, Campi Avançados, Departamentos Acadêmicos ou Administrativos), desde que a atividade a ser desenvolvida pelo estagiário tenha afinidade com os objetivos para este componente curricular, estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

**Parágrafo único.** Os estágios curricular supervisionado obrigatório em enfermagem somente poderão ser realizados em instituições que tenham celebrado convênio com a UERN para esta finalidade.

#### CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

**Art. 23.** O estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de graduação em enfermagem contará com uma Coordenação de Estágio, que acumulará as funções de coordenador de estágio da unidade e de coordenador de estágio do curso, e com professores supervisores dos seguintes componentes curriculares:

**I** - Estágio em Prática de Ensino I, realizado no 6º período, com carga horária de 105 horas.

**II** - Estágio em Prática de Ensino II, realizado no 7º período, com carga horária de 105 horas.

**III** - Estágio em Prática de Ensino III, realizado no 8º período, com carga horária de 105

horas. **IV**- Estágio em Prática de Ensino IV, realizado no 9º período, com carga horária de 105

horas. **V** - Estágio em Serviços de Saúde I, realizado no 8º período, com carga horária de 420

horas.

**VI - Estágio em Serviços de Saúde II, realizado no 9º período, com carga horária de 420 horas.**

**Art. 24.** O coordenador de estágio da unidade/curso deverá ser docente efetivo da FAEN, obrigatoriamente enfermeiro, com tempo mínimo de três anos de exercício na instituição e que tenha exercido ou esteja exercendo a supervisão de estágio no curso.

**§ 1º.** Cabe à plenária do Departamento de Enfermagem a escolha do coordenador de estágio da unidade/curso.

**§ 2º.** A coordenação do estágio contará com uma carga horária semanal de 10 horas, para cumprir mandato de (02) dois anos, sendo admitida uma recondução.

**Art. 25.** São atribuições da coordenação do estágio curricular obrigatório supervisionado:

**I -** Elaborar semestralmente, um plano de ação fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação de Enfermagem e no Projeto Pedagógico de Curso da FAEN;

**II -** Organizar seminários para planejamento e avaliação das atividades do estágio, envolvendo os demais docentes da FAEN e os trabalhadores dos serviços de saúde onde o referido estágio se desenvolve;

**III -** Participar ativamente das atividades do Fórum de Licenciatura e de Bacharelado da UERN;

**IV -** Promover uma prévia avaliação dos possíveis campos de estágio, com a finalidade de celebrar convênios entre a UERN e os mesmos, desde que assegurados os seguintes requisitos:

a) A existência de infraestrutura, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento do estágio.

b) A garantia de acompanhamento e avaliação por parte da Faculdade de Enfermagem.

c) A existência de profissional qualificado para participar da orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário, cujas atribuições são definidas na presente resolução.

**V -** Promover a articulação entre os diversos campos da prática profissional e a FAEN, tendo em vista o desencadeamento de processos reflexivos sobre a formação, processo de trabalho em saúde/enfermagem e o exercício profissional na perspectiva da construção coletiva de projetos de articulação ensino – trabalho;

**VI -** Assessorar a elaboração e efetivação dos programas dos componentes curriculares de estágio curricular obrigatório supervisionado, a partir dos marcos teórico-metodológicos norteadores do curso de graduação em enfermagem, presentes no PPC da FAEN;

**VII -** Elaborar cronogramas que possibilitem o encaminhamento e acompanhamento dos alunos nos campos de estágio;

**VIII -** Acompanhar, avaliar e analisar o direcionamento do estágio com base nas diretrizes norteadoras do curso de enfermagem constantes neste projeto;

- IX** - Fornecer instrumentos de acompanhamento e avaliação para o estágio;
- X** - Acompanhar sistematicamente junto aos enfermeiros supervisores de campo de estágio, as atividades dos alunos nos diversos campos;
- XI** - Elaborar e encaminhar semestralmente ao Departamento de Enfermagem relatório de atividades da coordenação de estágio referentes a cada período letivo;
- XII** - Encaminhar à secretaria, no prazo previsto no calendário universitário, o resultado das avaliações das atividades dos alunos estagiários;
- XIII** - Realizar reuniões quinzenais com a participação de supervisores acadêmicos de estágio, enfermeiros supervisores de campo de estágio e estagiários;
- XIV** - Providenciar, juntamente com os supervisores acadêmicos de estágio, a assinatura do Termo de Convênio de Estágio (TCE);
- XV** - Qualificar os enfermeiros supervisores de campo de estágio nos referenciais teóricos metodológicos do ensino de graduação (promovendo cursos e/ou outros eventos, motivando os enfermeiros a participarem de atividades da FAEN);
- XVI** - Estabelecer cooperação técnica no sentido de organizar os serviços para criar e/ou manter condições favoráveis ao estágio e interferir na produção dos serviços de saúde;
- XVII** - Mediar negociações institucionais.

**Art. 26.** O supervisor acadêmico de estágio deverá ser docente do quadro efetivo, obrigatoriamente enfermeiro, com a responsabilidade do acompanhamento didático-pedagógico do estagiário, durante a realização dessa atividade.

**§ 1º.** A carga horária do supervisor acadêmico de estágio é definida pelas Normas Institucionais da UERN.

**§ 2º.** A composição dos grupos de estagiários nos campos de estágio, é regida também pelas normas institucionais de cada campo, que orientam o número de estagiário por campo/setor/turno de trabalho.

**Art. 27.** São atribuições dos supervisores acadêmicos de estágio:

- I** - Elaborar a cada semestre letivo, juntamente com a coordenação de estágio, os programas dos componentes curriculares do estágio;
- II** - Participar de eventos e reuniões promovidas pela coordenação de estágio;
- III** - Ministras as aulas previstas para cada componente curricular do estágio, com a finalidade de prestar assistência e orientação ao aluno;



**IV** - Orientar e acompanhar o estagiário no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando o exercício e o aprofundamento dos processos de trabalho em saúde/enfermagem;

**IV** - Solicitar ao estagiário o registro da experiência de estágio por meio de instrumentos definido no planejamento;

**VII** - Manter a coordenação de estágio informada sobre o desenvolvimento do estágio;

**VIII** - Efetuar os registros das atividades de todas as fases do estágio no diário de classe;

**IX** - Avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade, conforme as normas vigentes na Universidade e na Faculdade de Enfermagem;

**X** - Apresentar à Coordenação de Estágio um relatório avaliativo do estágio, no final de cada semestre letivo;

**XI** - Planejar juntamente com enfermeiros supervisores de campo de estágio, e definir o programa específico do estágio: objetivos específicos, conteúdos, estratégias pedagógicas e avaliação;

**XII** - Desenvolver atividades de reflexões teóricas e orientações práticas (estudos de caso, produção de artigos, conferências entre outros) para complementação e aprofundamento do estagiário;

**XIII** - Desenvolver atitudes críticas e éticas no trato com colegas professores, enfermeiros de serviço, demais trabalhadores;

**XIV** - Incentivar a produção de novos conhecimentos e tecnologias necessários à qualificação dos enfermeiros e da produção dos serviços;

**XV** - Identificar, selecionar, propor soluções e/ou resolver problemas ou situações relativas ao processo de produção dos serviços de saúde, modelos de atenção e processos ensinar/aprender desenvolvidos durante a programação.

**Art. 28.** São atribuições do enfermeiro supervisor de campo de estágio, em conjunto com o supervisor acadêmico de estágio:

**I** - Organizar o campo de estágio;

**II** - Introduzir o aluno na dinâmica do processo de trabalho de enfermagem que ocorre no espaço institucional, como forma de desencadear a apreensão da realidade;

**III** - Preparar os demais trabalhadores (médicos, bioquímicos, assistentes sociais, auxiliares, técnicos, atendentes de enfermagem, pessoal de apoio etc.) para receber o estagiário;

**IV** - Conhecer o Projeto Pedagógico de Curso da FAEN e particularmente os marcos teóricos e metodológicos que embasam o ensino no atual momento;

**V**- Planejar juntamente com o supervisor e estagiários todas as atividades a serem desenvolvidas;

**VI** - Acompanhar e avaliar sistematicamente o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica do processo de trabalho em enfermagem;

**VII** - Oportunizar ao estagiário a vivência dos processos de trabalho da enfermagem na instituição;

**VIII** - Observar o cumprimento, pelo estagiário, das normas de estágio e solicitar a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;

**IX** - Participar de reuniões, treinamentos, cursos, seminários e outras atividades promovidas pela Faculdade de Enfermagem;

**X** - Avaliar o desempenho do estagiário sob sua responsabilidade, conforme as normas vigentes no âmbito da FAEN e da UERN;

**XI** - Proceder registros de frequência dos alunos sob sua responsabilidade;

**XII** - Manter o supervisor acadêmico de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe qualquer ocorrência que possa afetar as atividades ou que não esteja prevista no plano do respectivo componente curricular;

**XIII** - Resolver problemas imediatos, relativos ao estágio e a produção dos serviços de saúde, e, encaminhar a outras instâncias quando impossíveis de serem solucionados no âmbito de sua competência.

## CAPÍTULO VI DA DOCUMENTAÇÃO E DO REGISTRO

**Art. 29.** O registro em documentos é uma exigência para o estagiário do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN, que corresponde às atividades executadas em função do estágio, conforme estabelece a presente Resolução.

**Parágrafo único.** Constituem-se documentos a serem apresentados mensalmente para registro de atividades de estagiários: fichas de frequência e os instrumentos de avaliação, devidamente preenchidos.

## CAPÍTULO VII DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

**Art. 30.** A avaliação do estágio curricular obrigatório supervisionado constitui-se um processo pedagógico de acompanhamento do desempenho dos alunos em relação à aprendizagem, às habilidades e competências adquiridas;

**§ 2º.** As avaliações dos componentes curriculares do estágio do curso de graduação em enfermagem da FAEN/UERN, serão realizadas pelos supervisores acadêmicos de estágio dos

respectivos componentes curriculares, pelos enfermeiros supervisores de campo de estágio e pelos estagiários;

§ 3º. O estagiário será avaliado nos aspectos de assiduidade e aproveitamento de acordo com o instrumento de avaliação do estágio curricular obrigatório supervisionado e critérios instituídos pelo Departamento de Enfermagem, ajustados às peculiaridades próprias do estágio.

**Art. 31.** São considerados como instrumentos de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares do estágio, no âmbito da FAEN:

- I – A captação da realidade dos serviços (sua elaboração e apresentação);
- II – A elaboração de um projeto de intervenção, e sua apresentação, com base na respectiva captação da realidade;
- III – A implementação do respectivo projeto de intervenção;
- IV – A elaboração e apresentação dos relatórios de estágio;
- V – A avaliação das habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos por ocasião do estágio.

## CAPÍTULO VIII DOS DEVERES E DIREITOS DO ESTAGIÁRIO

**Art. 32.** É dever do estagiário:

- I - Matricular-se nos componentes curriculares do estágio curricular obrigatório supervisionado da FAEN, desde que obedecidos os respectivos pré-requisitos acadêmicos;
- II - Frequentar e participar ativamente das aulas e realizar as ações planejadas para o estágio, de acordo com o cronograma estabelecido;
- III - Comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente da atividade profissional;
- IV - Conduzir-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;
- V - Executar as ações referentes a cada fase do estágio, mediante observação e cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotados pela FAEN;
- VI - Cumprir a carga horária, os prazos e os horários estabelecidos pela FAEN;
- VII - Manter o supervisor acadêmico de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhe com brevidade qualquer ocorrência que possa afetar as atividades do estágio, ou ainda que não esteja prevista no plano;

**VIII** - proceder a avaliação sistemática e contínua de suas ações com a finalidade de aperfeiçoá-las.

**Art. 33.** É direito do estagiário:

**I** - Receber da Faculdade de Enfermagem os formulários e demais documentos necessários ao estágio;

**II** - Ser encaminhado oficialmente pela Faculdade de Enfermagem à instituição campo de estágio;

**III** - Receber assistência e orientação dos supervisores de estágio;

**IV** - Requerer à coordenação de estágio, em casos excepcionais e devidamente justificados e comprovados, a mudança de instituição campo de estágio;

**V** - Recorrer junto à Coordenação de Estágio da decisão do supervisor acadêmico de estágio ou do enfermeiro supervisor de campo de estágio, mediante a devida justificativa.

## **TÍTULO IV DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

### **CAPÍTULO I DA APLICAÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**Art. 34.** Entende-se Atividades Complementares (ATC) como um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que possibilitam o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, a articulação entre teoria e prática, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, que estimulam a prática de estudos independentes e opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica como complementação de estudos, conforme regulamentação específica no PPC.

§ 1º. Exige-se do aluno o cumprimento de 200 horas de atividades Acadêmico Complementares, desenvolvidas ao longo do curso, devidamente comprovadas.

§ 2º. A documentação comprobatória deve ser entregue semestralmente pelo aluno à Orientação Acadêmica do curso, e serão computadas de acordo com o detalhamento abaixo:

<b>ATIVIDADES DE ENSINO</b>			
<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação como ministrante em cursos acadêmicos com carga horária mínima de 10h.	Carga horária do curso sob responsabilidade do discente.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do curso.
Participação como palestrante com plano de trabalho com carga horária	Carga horária da palestra	24 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização da palestra.

máxima de 08h.			
Participação como ouvinte em cursos de extensão com carga horária mínima de 20h.	Carga horária do curso	30 horas	Certificado de conclusão do curso.
Participação como ouvinte em minicurso/oficina com carga horária mínima de 2h.	Carga horária do minicurso/oficina	10 horas	Certificado de conclusão do minicurso/oficina.
Participação em Projetos de Ensino de Graduação institucionalizados, incluindo grupos PET (SESu/MEC), PIM, PIBID, etc.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.
Seminário interdisciplinar.	5 horas por evento	20 horas	Controle de frequência emitido pelo Departamento de Enfermagem.
Componentes curriculares de curso de graduação em Enfermagem ou área afim, não presentes no currículo do seu curso de graduação, oferecidos pela IES ou em outra instituição.	15h por componente	30 h	Comprovação de frequência e aprovação emitida por IES responsável pelo curso.

**ATIVIDADES DE PESQUISA**

<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação em projetos de pesquisas institucionalizados na UERN, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre, incluindo as modalidades de PIBIC, PIBITI e PIBIC-EM, sendo na condição de	15 horas por semestre.	60 horas	Certificado emitido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

bolsista ou não-bolsista.			
Participação em grupos de pesquisas cadastrados no CNPq, orientada por docentes, por período mínimo de um semestre.	05 horas por semestre	20 horas	Declaração do líder do grupo.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, na condição de relator.	4 horas por trabalho	20 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos regionais locais, na condição de relator.	3 horas por trabalho	15 horas	Certificação de apresentação do trabalho.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais.	6 horas por trabalho	30 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos simples publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	3 horas por trabalho	15 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Resumos expandidos publicados em	4 horas por trabalho	20 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver)

anais de eventos científicos regionais e locais.			em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais.	5 horas por trabalho	25 horas	Cópia da página do documento em que conste o código de publicação (ISSN ou ISBN); a página do sumário (se houver) em que conste o trabalho e a primeira página em que se encontra publicado o trabalho ou resumo na íntegra.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis A1 e A2 para enfermagem, ou fator de impacto > 2,5.	20 horas por artigo	60 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis B1, B2 e B3 para enfermagem, ou fator de impacto entre 0,001 e 1,299.	10 horas por artigo	30 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Artigos científicos publicados em revistas com Qualis CAPES B4 e B5.	5 horas por artigo	15 horas	Primeira e última páginas do artigo, deixando legíveis os nomes dos autores, nome da revista, DOI, volume, número, ano e paginação.
Capítulos de livros publicados com DOI ou ISBN.	5 horas por capítulo	15 horas	Cópia da capa; da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.); a página do sumário em que conste o capítulo e a primeira e última páginas do capítulo.
Livros publicados com DOI ou ISBN.	20 horas por livro	60 horas	Cópia da capa e da folha com ficha catalográfica em que conste o código de publicação (ISSN, ISBN etc.).

### ATIVIDADES DE EXTENSÃO

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES	CH	CH MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Participação em projetos de extensão institucionalizados, incluindo participação em núcleos de extensão, centros de prestação de serviços e unidades de extensão.	15 horas por semestre	60 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de Extensão da UERN.
Participação em	Carga horária da	30 horas	Declaração emitida pela Pró-Reitoria de

ações de extensão institucionalizadas.	ação, com teto de 10 horas por ação		Extensão da UERN ou por docente coordenador do evento/ação.
<b>OUTRAS ATIVIDADES</b>			
<b>RELAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>	<b>CH</b>	<b>CH MÁXIMA</b>	<b>COMPROVAÇÃO</b>
Participação em eventos na condição de monitor ou membro de comissão organizadora.	10 horas por evento.	30 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em diretorias de entidades de movimento estudantil (CA e DCE).	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável pela entidade estudantil.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos nacionais e internacionais da área de enfermagem ou áreas afins.	4 horas por evento	20 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em congressos, fóruns, simpósios ou outros eventos científicos regionais e locais da área de enfermagem ou áreas afins.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em outros eventos relacionados à sua área de formação.	3 horas por evento	15 horas	Certificado expedido pelo órgão responsável pela organização do evento.
Participação em Organizações Não-Governamentais.	10 horas por semestre	20 horas	Declaração assinada pelo dirigente responsável da ONG e relatório de atividades.
Estágios extracurriculares, voluntários ou remunerados, na	30 horas por semestre	60 horas	Certificação emitida pela instituição concedente do estágio.



área de enfermagem, instituições públicas ou privadas, autorizadas pela coordenação de estágio do curso/unidade.			
--	--	--	--

**TÍTULO V**  
**CAPÍTULO I**  
**DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR**

**Art. 35.** A prática como Componente Curricular (PCCC) é regulamentada pela Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; e pela Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

**Art. 36.** A PCCC consiste em atividades acadêmicas que contemplem situações didático-pedagógicas em que os alunos coloquem em uso os conhecimentos que construíram, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros de diferentes naturezas, exercitando sua capacidade de lidar com o conhecimento próprio da graduação em Enfermagem.

§ 1º. A Prática como Componente Curricular está inserida nos componentes curriculares abaixo relacionados, com as respectivas cargas horárias:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEORIA	PRÁTICA (PCCC)	TOTAL
Fundamentos da Filosofia	45	15	60
Fundamentos da Sociologia	45	15	60
Fundamentos da Psicologia	45	15	60
Antropologia e Saúde	30	15	45
História e Processo de Trabalho de Enfermagem	45	15	60
Sociologia da Educação	45	15	60
Filosofia da Educação	45	15	60
Psicologia da Aprendizagem	45	15	60
Saúde Ambiental	30	15	45
Enfermagem no Processo Saúde/Doença da Criança e do Adolescente	105	45	150
O Processo Gerenciar da Enfermagem	75	15	90
Gestão do Processo Ensinar/Aprender	30	30	60
Organização da Educação Brasileira	45	15	60
Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo	45	15	60
Enfermagem no Processo de Reprodução Humana	180	30	210
Didática	45	15	60
Temas Avançados em Saúde Coletiva	45	15	60

Enfermagem no Processo Saúde/Doença da 3ª Idade	60	30	90
Enfermagem no Processo Saúde/Doença do Adulto	225	45	270
Educação em Saúde	45	15	60
Total da PCCC		405	-

## TÍTULO VI DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA, E DA ENTREGA E DEFESA DA MONOGRAFIA

### CAPÍTULO I DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Art. 37.** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular autônomo que corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, bem como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, e que tem sua regulamentação no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Enfermagem da FAEN-UERN resultará na elaboração de uma monografia;

§ 2º. A monografia caracterizar-se-á por um tema, objeto de estudo delimitado a partir das necessidades da produção do conhecimento da Faculdade de Enfermagem e das experiências vivenciadas pelos alunos no decorrer do curso, observando-se as linhas de pesquisa, definidas pela FAEN, que contemplam a fundamentação teórico-metodológica que conformam a produção do conhecimento e do trabalho de enfermagem.

§ 3º. A monografia trata-se de um trabalho individual, realizado no decorrer do curso como atividades dos seguintes componentes curriculares: Concepções Sobre o Ato de Estudar, Processo Investigar em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, partindo da delimitação do objeto de estudo, sob a orientação de um professor e submetida a apreciação de uma banca designada pelo órgão competente.

### CAPÍTULO II DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA

**Art. 38.** As atividades da elaboração do TCC iniciam-se com o componente curricular Concepções Sobre o Ato de Estudar, tem continuidade com o componente curricular Processo de Investigação em Enfermagem e é concluída por ocasião do componente curricular Pesquisa em Enfermagem que tem como produto final a elaboração e apresentação do projeto da monografia.

**Parágrafo único.** A apresentação do projeto de monografia ao final do referido componente curricular, ficará condicionada à aprovação conjunta do professor do componente curricular Pesquisa em Enfermagem e do professor orientador.

**Art. 39.** O projeto de monografia será estruturado de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) em vigor, com os seguintes itens:

- I - Título (mesmo que provisório)
- II – Problematização (justificativa, relevância, referenciais teóricos)
- III - Objetivos do Trabalho
- IV – Hipóteses ou Pressupostos (quando cabíveis)
- V – Metodologia
- VI - Cronograma de execução
- VII - Quadro orçamentário
- VIII - Referências
- IX - Anexos e Apêndices (quando cabíveis)

§ 1º. Atendendo à Resolução 466/12, as pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à avaliação de um Comitê de Ética;

§ 2º. O Referencial Teórico deve ser elaborado a partir de publicações relevantes para a temática a ser discutida, podendo estar contemplada na problematização do projeto ou ainda, em item específico.

**Art. 40.** A entrega do projeto de monografia à coordenação de TCC far-se-á após a aprovação do aluno no componente curricular Pesquisa em Enfermagem.

§ 1º. É aprovado no componente curricular Pesquisa em Enfermagem o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades deste componente curricular e obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete), resultante de média aritmética simples, atribuída ao projeto de monografia, aos relatórios de acompanhamento e orientação, bem como as demais atividades do referido componente curricular.

§ 2º. O cumprimento dos prazos é considerado critério avaliativo obrigatório.

### CAPÍTULO III DA CONSTRUÇÃO, ENTREGA E DEFESA DA MONOGRAFIA

**Art. 41.** O acompanhamento da construção da monografia ocorrerá no decorrer do componente curricular Estudos Orientados para Elaboração de Monografia.

**Art. 42.** A defesa e entrega da monografia deverá ocorrer no componente curricular Monografia, ofertada no 9º (nono) período do curso.

§ 1º. É aprovado no componente curricular de que trata o *caput*, o aluno que cumprir os prazos de entrega das atividades do componente curricular e obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) resultante da média aritmética simples, atribuída às seguintes atividades avaliativas: avaliação da versão final e da defesa pública da monografia por parte de uma banca examinadora coordenada pelo orientador do trabalho monográfico.

§ 2º. Quando houver necessidade, a recuperação do referido componente curricular será

constituída por: entrega e defesa pública da versão corrigida da monografia para uma banca examinadora, dentro do semestre letivo da UERN.

**Art. 43.** O processo de entrega e avaliação da monografia obedece aos seguintes procedimentos:

**I** – Com a anuência do professor orientador, o aluno deverá entregar a versão preliminar da monografia ao professor do componente curricular, em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término do semestre letivo;

**II** - Após anuência do professor do componente curricular, o aluno deve entregar três cópias da versão preliminar da monografia à Coordenação do TCC, para que esta distribua as mesmas junto aos membros da banca examinadora;

**III** - A banca examinadora terá o prazo de 15 (quinze) dias para analisar, atribuir nota e emitir parecer devolvendo à Coordenação de TCC com as devidas recomendações;

**IV** - A Coordenação de TCC encaminhará os pareceres ao professor do componente curricular que deverá fazer os devidos registros no diário de classe e entregar as recomendações ao aluno;

**V** – O aluno deverá realizar as correções solicitadas no parecer da banca e entregar a versão final da monografia até 30(trinta) dias antes do término do semestre;

**VI** - Apresentação e defesa da versão final da monografia.

#### CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA

**Art. 44.** As avaliações da versão escrita e da apresentação oral da monografia devem ser registradas na Ficha de Avaliação de Monografia, na qual cada membro da banca examinadora atribuirá suas notas que terão variação de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 1º. A nota final constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos três membros da banca;

§ 2º. Na apresentação oral, o aluno terá, no máximo, 20 (vinte) minutos para fazer a apresentação do seu trabalho; cada membro da banca examinadora terá, no máximo 5 (cinco) minutos para fazer suas arguições, e o aluno mais 10 (minutos) minutos para responder as arguições da banca;

§ 3º. É considerado aprovado o estudante cuja Monografia de graduação apresente média final igual ou superior a 7,0 (sete).

**Art. 45.** É considerado reprovado no componente curricular Monografia:

**I** - O aluno que deixar de cumprir, sem justificativa, o prazo fixado para depósito da versão final da monografia;

**II** - O aluno que deixar de comparecer, sem justificativa, à banca examinadora, no prazo fixado para defesa oral e pública da monografia.

**Art. 46.** As justificativas para os casos previstos nos incisos “I” e “II” no art. 45 devem ser formuladas através de requerimento ao qual serão anexados os devidos documentos comprobatórios; devendo ambos os documentos citados ser entregues na secretaria do

Departamento de Enfermagem, nos prazos estabelecidos pela legislação que rege o ensino de graduação na UERN.

**Parágrafo único.** O Departamento deverá apreciar o requerimento em plenária e emitir parecer conclusivo.

## CAPÍTULO V DOS DEVERES DO ESTUDANTE NA ELABORAÇÃO DO TCC

**Art. 47.** Constituem deveres do estudante do curso de enfermagem em relação à elaboração do TCC:

**I** - Desenvolver atividades relativas à elaboração do TCC por ocasião dos componentes curriculares: Concepção Sobre o Ato de Estudar, Processo Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, sob a coordenação dos professores dos componentes curriculares e do respectivo professor orientador;

**II** - Elaborar o projeto da monografia, durante o semestre que está matriculado no componente curricular Pesquisa em Enfermagem (6º período da graduação), e cumprir os prazos previstos no cronograma das atividades relativos ao TCC, elaborado pelo Departamento de Enfermagem;

**III** - Cumprir o cronograma de trabalho previsto no projeto da monografia;

**IV** - Entregar a versão preliminar da monografia ao professor orientador 45 (quarenta e cinco) dias antes da data do término semestre letivo da UERN;

**V** - Providenciar, após o cumprimento das etapas previstas na avaliação da monografia, a confecção de 1 (uma) cópia impressa e uma em CD-ROOM e encaminhá-las à Coordenação de TCC no prazo máximo de dez dias úteis a contar da data da apresentação oral.

**VI** - Os alunos ligados aos programas especiais (Programa Especial de Treinamento – PET), além do proposto no item V, deverão providenciar a confecção de mais 01 cópia em CD-ROOM e encaminhá-las para a Coordenação de TCC.

**Art. 48.** No caso de publicação da monografia, em qualquer órgão de divulgação, o orientador obrigatoriamente deve ser considerado coautor do referido trabalho.

## CAPÍTULO VI DA ORIENTAÇÃO

**Art. 49.** É garantida a todos os alunos de graduação em Enfermagem a orientação para o desenvolvimento de seu trabalho de TCC a cargo, preferencialmente, de um professor do Departamento de Enfermagem.

§ 1º. Os professores do Departamento de Enfermagem, compulsoriamente, são considerados aptos a orientar alunos da graduação;

§ 2º. O professor em regime de tempo parcial (20h semanais) deve orientar no máximo dois (02) trabalhos de TCC, e o professor em regime de tempo integral (com 40h semanais ou em regime de dedicação exclusiva) poderá acumular no máximo quatro orientandos por semestre;

§ 3º. Para cada TCC orientado é atribuída a carga horária de duas horas semanais ao professor orientador;

§ 4º. O professor orientador não pode abandonar o seu orientando no processo de orientação do TCC, sem motivo justificado, submetido à apreciação da Coordenação de TCC e, quando necessário, à apreciação da plenária departamental.

**Art. 50.** Os professores não pertencentes ao Departamento de Enfermagem, ou ainda ao corpo docente da UERN podem ser orientadores, desde que:

**I** - Submetam seu currículo para apreciação da plenária do Departamento de Enfermagem;

**II** - Após anuência da plenária do Departamento de Enfermagem da FAEN, assinem o termo de orientação junto ao aluno;

**III** - Submetam-se às orientações relativas ao TCC, que constam neste regulamento.

§ 1º. O docente que não pertence à UERN não receberá remuneração de qualquer natureza pela orientação assumida;

§ 2º. É vedada a participação de cônjuge ou de parente de orientando, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau como orientador do TCC.

**Art. 51.** Compete ao professor orientador:

**I** - Avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante;

**II** - Orientar o estudante nas diferentes etapas do TCC, iniciando pelo componente curricular Concepções sobre o Ato de Estudar e concluindo com a elaboração da monografia no componente curricular Monografia, no 9º período do curso;

**III** - Manter encontros com o orientando com cronograma definido, no mínimo, uma vez por semana em local e horários previamente definidos e publicados no Departamento de Enfermagem;

**IV** - Fazer os registros do acompanhamento do aluno na Ficha de Acompanhamento do TCC;

**V** - Indicar à Coordenação de TCC, os nomes dos componentes da banca examinadora que deve avaliar a monografia, levando em consideração as respectivas áreas de atuação;

**VI** - Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final à Coordenação de TCC, nos prazos fixados em calendário e nesta normas.

§ 1º. O não cumprimento do cronograma por parte do aluno, sem motivo devidamente justificado e comprovado, constitui falta sujeita as sanções disciplinares previstas em normas regimentais.

## CAPÍTULO VII DA BANCA EXAMINADORA

**Art. 52.** A banca examinadora, designada pela Coordenação de TCC, é constituída por três professores, sendo que, no mínimo, dois deles devem ser lotados no Departamento de Enfermagem da FAEN.

§ 1. O professor orientador é o presidente da banca examinadora;

§ 2º. É vedada a participação de cônjuge ou de parente do orientando, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau em banca examinadora da monografia.

**Art. 51.** Compete à Banca Examinadora, por seus membros:

**I** - Efetivar o processo de avaliação da monografia de acordo com os requisitos definidos neste Regulamento;

**II** - Entregar os respectivos pareceres à Coordenação de TCC nos prazos estabelecidos pelo calendário letivo da UERN, e do cronograma das atividades de TCC do Departamento de Enfermagem da FAEN;

**III** - Comparecer na data e no local determinados para a defesa pública da monografia, e entregar ao presidente da banca o resultado final de sua avaliação.

## CAPÍTULO VIII DA COORDENAÇÃO DE TCC

**Art. 53.** A Coordenação de TCC de Graduação em Enfermagem é exercida por um professor do Departamento de Enfermagem, eleito em plenária do Departamento de Enfermagem para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por mais um período, ao critério do referido Departamento e aceite do professor.

**Parágrafo único.** Em caso de afastamento do coordenador de TCC, antes do término do mandato, será designado um substituto em plenária departamental.

**Art. 54.** São atribuições da Coordenação de TCC:

**I** - Zelar pelo cumprimento destas Normas, divulgando-as para os alunos matriculados no primeiro período do curso, dentro das atividades do componente curricular Concepções Sobre o Ato de Estudar;

**III** - Elaborar e divulgar, semestralmente, a lista dos professores com suas respectivas linhas de pesquisa e disponibilidade de orientação;

**IV** - Elaborar, antes da matrícula, o calendário das atividades e prazos relativos aos componentes curriculares Concepções sobre o Ato de Estudar, Processo e Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia e Monografia, de acordo com o calendário letivo do Departamento de Enfermagem e da UERN;

**V** - Oficializar e divulgar as composições das bancas examinadoras das monografias do Curso Graduação em Enfermagem da FAEN;

**VI** - Receber e distribuir as cópias das monografias junto aos membros da banca examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Regulamento;

**VII** - Receber, distribuir e arquivar toda documentação relativa ao desenvolvimento dos componentes curriculares Concepções sobre o Ato de Estudar, Processo e Investigação em Enfermagem, Pesquisa em Enfermagem, Estudos Orientados para Elaboração de Monografia, Monografia, inclusive as vias da versão final da monografia.



**VIII** – Apresentar, em Plenária do Departamento de Enfermagem, relatório semestral do desenvolvimento das atividades de TCC, ou antes, quando necessário;

**IX** - Encaminhar à plenária do Departamento de Enfermagem os prazos previstos para elaboração do TCC, as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades, inclusive, na relação entre professor/orientador e orientando;

**X** - Encaminhar à plenária do Departamento de Enfermagem problemas que demandem substituição de professor orientador bem como pedido de prorrogação de prazo.

**Art. 55.** Os casos omissos que não impliquem em prejuízo aos princípios deste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação de TCC ou, quando necessário, pela plenária do Departamento de Enfermagem.

**Parágrafo único.** Das decisões da Coordenação de TCC cabe recurso à plenária do Departamento de Enfermagem e deste à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 56.** Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 57.** Os casos omissos serão apreciados, em primeira instância, pela plenária do Departamento de Enfermagem, em segunda instância, pelo Conselho Acadêmico Administrativo da FAEN, cabendo recurso à Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 58.** Compete à plenária do curso de enfermagem da FAEN/UERN dirimir as dúvidas referentes à interpretação deste regulamento, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Aprovado em reunião do Conselho Administrativo Superior - CONSAD em Plenária realizada no dia 13 de março de 2014.

## REFERÊNCIAS

ABEn. **Sobre uma Nova Proposta de Currículo Mínimo para a Formação do Enfermeiro**. ABEn,1991.

ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias na educação, formação de educadores e recursividade entre teoria e prática: trajetória do Programa de Pós-Graduação em Educação e Currículo. **Revista E-Curriculum**. v.1, n.1. 2005-2006.

BORDENAVE, J. E. D. (Org.). **A capacitação pedagógica do programa de formação de pessoal de nível médio em saúde**. Brasília: OPAS; 1983.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Decreto nº 82.939**, de 26 de dezembro de 1978. Concede reconhecimento ao curso de Enfermagem, ministrado pela Escola Superior de Enfermagem de Mossoró, com sede na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1978, Página 20867.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 3**, de 7 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de Novembro de 2001. Seção 1, p. 37.

BRASIL. Ministério da Educação. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde**. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1991.

CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino/aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cadernos de Saúde Pública**. v.20, n.3, p.780-788. 2004.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 28, Abr. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext). Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

EGRY E. Y. **Saúde Coletiva: construindo um novo método em enfermagem**. São Paulo: Ícone, 1996.

FERNANDES, S. C. de A.; BARBOSA, E. S. **Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Enfermagem de Mossoró (PETEM): vivencias e significados na construção/ formação de uma cultura acadêmica**. Relatório Final (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2010.

FERNANDES, J. D. Avaliação Institucional: Corpo Docente In Seminário Nacional para a Educação em Enfermagem no Brasil, 5. São Paulo, 2001. **Anais...** São Paulo: ABEn, 2001, p. 43-

50.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1981.

GADOTI, M. **Pedagogia da Práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 1998.

GALINDO, M. B.; GOLDENBERG, P. Interdisciplinaridade na graduação em Enfermagem: um processo em construção. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 61, n. 1, p. 7-1, jan./fev. 2007.

GARCIA, M.A.A. et al. Interdisciplinaridade e Integralidade no Ensino em Saúde. **Revista Ciências Médicas**, Campinas, v. 15, n. 6, nov/dez., p. 473-485, 2006.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAURELL, A. C. A Saúde-Doença Como Processo Social. **Revista Latinoamericana de Salud**. México, 2, 1982 p. 7-25.

LAURELL, A. C. Avançando em Direção ao Passado: a Política Social do Neoliberalismo. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo Cortez, 1995. p. 151-79.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. **Anais da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2010.

MEDEIROS, S. M. **As Novas Formas de Organização do trabalho na Terceira Revolução Industrial e a Força de Trabalho em Saúde: um estudo em Natal/RN**. 2000. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2000.

MOURA, A. **A Produção da Força de Trabalho em Enfermagem em Nível de Terceiro Grau**. São Paulo, 1997. 178 f. Tese – Doutorado em Enfermagem. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, R. P. O Trabalho em Serviços de Saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Desenvolvimento Gerencial de Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário – Projeto Gerus**. Brasília Fundação Nacional de Saúde, 1995, p. 241-44.

PEREIRA, A. L. de F.; As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(5):1527-1534, set-out, 2003.

PIRES, M. R. G. M. Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. **Rev Latinoam Enferm** 2005;13(5): 729-736.

PRADO, M. L.; SOUZA, M. L. Inovações e avanços no cuidado de enfermagem: ousadia e irreverência para o ato de criação. **Conferência** proferida no XVI Congresso Argentino de Enfermería. Córdoba, maio de 2002. (não publicado)

SENA, R. R. et al. Projeto Uni: cenário de aprender, pensar e construir a interdisciplinaridade na prática pedagógica da Enfermagem. **Rev. Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 7, n. 13, p. 79-90, ago. 2003.

SOUSA FILHO, A. de. **Responsabilidade Intelectual e ensino Universitário**: carta aberta aos que

amam a ciência. Natal: EDUFRN, 2000.

UERN. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 05/2010-CONSEPE**, de 10 de fevereiro de 2010. Regulamento dos cursos de graduação da UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 10 de fevereiro de 2010.

UERN. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 13/2013-CONSEPE**, de 23 de setembro de 2013. Regulamento dos cursos de graduação da UERN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 23 de setembro de 2013.

UERN. Conselho Superior Universitário. **Resolução n.º 09/1997-CONSUNI**, de 09 de dezembro de 1997, com alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2002-CONSUNI, de 05 de julho de 2002. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 05 de julho de 2002.

**APÊNDICES**



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

## **Faculdade de Enfermagem - FAEN**

Departamento de Enfermagem -  
DEN Coordenação de Estágio - CE

COMPONENTES CURRICULARES:

**Estágio em Serviços de Saúde I – 420h/a**

**Prática de Ensino III – 105h/a**

### **Roteiro Norteador para Conhecimento da Realidade**

#### **• O que buscar no território?**

1. Área de abrangência do território;
2. Grupos sociais que compõem o território: população por faixa etária, grupos vulneráveis, onde/em que trabalham (formal / informal), renda mensal, grau de escolaridade, problemas relativos ao processo saúde/doença e os seus determinantes, o que fazem para resolver os problemas relativos ao processo saúde/doença, forma de organização social (grupo de mães/mulheres/jovens/igreja, conselho tutelar, conselho comunitário, conselho municipal de saúde, entre outros), condições de moradia;
3. Equipamentos sociais existentes no território;
4. Barreiras para o acesso da população ao serviço;
5. Divisão territorial.

#### **• O que buscar na Secretaria Estadual e Municipal de Saúde?**

1. Processo de descentralização: forma de gestão, o que compete ao estado e/ou ao município nessa forma de gestão;
2. Políticas de saúde: como foram pensadas, como são efetivadas e avaliadas, quem participa do planejamento, como ocorre o planejamento, ações pactuadas;
3. Políticas para gestão do trabalho e da educação em saúde: necessidades de capacitação e/ou formação (profissionalização), como resolvem essas necessidades, como planejam e avaliam as estratégias utilizadas para atender as necessidades de

capacitação e/ou formação, articulação entre essas necessidade e os problemas relativos ao processo saúde/doença, articulação com outros espaços de formação e/ou com os espaços de formação.

**• O que buscar nos equipamentos sociais da área de abrangência do território?**

1. Identificar os equipamentos existentes;
2. Necessidades apresentadas por esses equipamentos no que se refere ao processo saúde/doença: de organização, infra-estrutura, capacitação, esclarecimento, entre outros;
3. Como resolvem essas necessidades: estratégias de sobrevivência de forma organizada, participação no planejamento das ações de saúde (unidade de saúde, secretaria de saúde).

**• O que buscar nas Unidades Básicas de Saúde da Família e Hospitais?**

1. Fluxo de atendimento;
2. Processo de territorialização da área;
3. Referência e contra-referência;
4. Protocolos de atendimento à criança, adolescente, adulto, idoso;
5. Modelo assistencial (características);
6. Organização da unidade: finalidade do trabalho, sistema de gerência, trabalhadores, planejamento e avaliação, necessidades de capacitação e/ou formação;
7. Conhecer os processos de trabalho da enfermagem: descrever o que a enfermagem e o enfermeiro realizam na unidade, como planejam e avaliam suas práticas, quem participa desse planejamento e avaliação, o que consideram para o planejamento e avaliação, articulação com as outras categorias profissionais;
8. Identificar problemas que podem ser trabalhados no projeto de intervenção.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Faculdade de Enfermagem – FAEN Departamento de Enfermagem – DEN Coordenação de Estágio - CE

**PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO EM SERVIÇO DE SAÚDE I e II**

<b>LOCAL:</b>	<b>PERÍODO:</b>	<b>CARGA HORÁRIA:</b>	<b>NOTA:</b>
<b>ALUNO:</b>			

**Ao lado de cada item sua avaliação deve ser assinalada com:**

<b>S</b> – para positivo	<b>N</b> – para negativo	<b>EP</b> – para em parte	<b>NA</b> – não se aplica
--------------------------	--------------------------	---------------------------	---------------------------

DATA	CH	MOVIMENTOS		SABERES E PRÁTICAS A SEREM CONTRUIDOS	AVALIAÇÃO
		1º Movimento individual e coletivo em torno da construção de relatório contendo os movimentos de captação interpretação e projeto de intervenção e na realidade objetiva.	I-Captar a realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem nas dimensões estrutural, particular e singular.	1. Conhecer a realidade dos perfis epidemiológicos dos grupos sociais no território, necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes.	
				2. Conhecer a área de abrangência, grupos sociais (produção e consumo) do território	
				3. Identificar os equipamentos sociais existentes no território	
				4. Identificar as barreiras para o acesso da população ao serviço	
				5. Participação da territorialização da área	
				6. Conhecer o fluxo de atendimento das Unidades de Saúde	
				7. Conhecer e compreender as políticas de saúde	
				8. Conhecer e compreender a conformação dos serviços de saúde (processo de regionalização da saúde).	
				9. Conhecer as formas de organização social	
				10. Conhecer o sistema de referência e contra referência	
				11. Conhecer os protocolos de atendimento à criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e trabalhador no hospital e UBSF	
					12. Identificar os modelos assistenciais



				13. Identificar a organização tecnológica do trabalho (Sistema de Gestão, Gerência, financiamento, finalidade, força de trabalho, teorias e métodos, entre outros).	
				14. Conhecer os processos de trabalho da enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender, investigar).	
				15. Articular as dimensões estrutural, particular e singular.	
		II- Interpretar a realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem		16. Explicitar as contradições existentes nas dimensões estrutural, particular e singular	
				17. apontar problemas de saúde que podem e devem ser trabalhados no projeto de intervenção	
				18. Apontar pontos de vulnerabilidade dos problemas	
				19. articular conceitos formulados ou conteúdos de outros componentes aos problemas apontados	
				20. Identificar indissociabilidade entre conhecimento necessário (o que precisa aprender) para intervenção e o conhecimento que efetivamente domina	
				21. Apontar a necessidade de um novo conhecimento ou conhecimento mais profundo para a intervenção	
				22. Articular os processos de trabalho desenvolvidos e os conceitos teóricos sobre trabalho de enfermagem	
				23. Compreender a articulação entre os quatro processos de trabalho de enfermagem (assistir/intervir, gerenciar, ensinar/aprender, investigar).	
				24. Compreender o trabalho coletivo em saúde.	
		III- Construir o projeto de intervenção		Construir coletivamente projetos de intervenção para os serviços de saúde, responsabilizando-se pela parcela do trabalho de enfermagem no processo de produção desses serviços em resposta às demandas sociais, bem como considerando os dados coletados no momento de captação da realidade.	
				<b>1ª AVALIAÇÃO</b>	
			<b>COMENTÁRIOS E ARGUMENTAÇÕES:</b>		
<b>DATA</b>	<b>CH</b>	<b>MOVIMENTOS</b>	<b>SABERES E PRÁTICAS A SEREM CONSTRUÍDOS</b>		<b>AVALIAÇÃO</b>

			<p>IV – Avaliar a implementação do projeto de intervenção.</p>	<p>1.Executar o planejamento do projeto de intervenção em busca do enfrentamento dos principais problemas de saúde identificados na captação da realidade.</p> <p>2.Negociar a implementação da intervenção com os diversos atores e unidades/setores em saúde</p> <p>3. Proporcionar a participação ativa do público-alvo na atividade proposta</p> <p>4. Trabalhar a temática de forma interdisciplinar</p> <p>5. Expor o tema com clareza e coerência no contexto da intervenção</p> <p>6. Demonstrar segurança e domínio de conteúdo</p> <p>7.Demonstrar criatividade na execução da intervenção com uso adequado dos recursos</p> <p>Materiais</p> <p>8. Avaliar de forma processual as atividades realizadas do projeto de intervenção</p>	
			<p>V – Articular o conhecimento teórico e prático no desenvolvimento dos processos de trabalho de enfermagem</p>	<p>1.Coordenar o trabalho de enfermagem, possibilitando a articulação e indissociabilidade dos processos de trabalho de enfermagem em todos os cenários da pratica de Enfermagem</p> <p>2.Assistir/intervir usuários e familiares a partir de suas necessidades de saúde</p> <p>3. Planejar e organizar a assistência de enfermagem, levando em consideração a previsão e provisão de recursos</p> <p>4. Realizar procedimentos de enfermagem (instrumentos do processo assistir/intervir): evolução de enfermagem, consulta de enfermagem, técnicas de enfermagem, visita domiciliar etc.</p> <p>5. Participar de processos de educação em saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde/doença e trabalho</p> <p>6. Planejar e executar com eficiência os registros de enfermagem</p> <p>7. Participar de processos de formação e qualificação dos</p>	

				<p>trabalhadores de enfermagem na saúde</p> <p>8. Acompanhar trabalhadores do nível médio da enfermagem ( auxiliar e técnico de enfermagem) e agentes comunitários de saúde )</p> <p>9. Supervisionar alunos dos demais períodos da graduação e nível médio</p> <p>10. Participar de eventos promovidos pelas estruturas deliberativas do sistema de saúde</p> <p>11. Participar dos movimentos sociais da áreas de saúde/enfermagem</p> <p>12. Respeitar o código de ética, os valores políticos e os atos normativos dos trabalhadores de enfermagem</p> <p>13. Pontualidade e cumprimento do horário de estágio</p> <p>14. Cooperação, interesse e iniciativa</p> <p>15. Relacionamento interpessoal (trabalhadores e pacientes) e comunicação adequada</p> <p><b>2ª AVALIAÇÃO</b></p>	
<b>COMENTÁRIOS E ARGUMENTAÇÕES:</b>					
		3º Momento individual e coletivo em torno da reinterpretação da realidade que se constitui na construção do relatório final.	V-Reinterpretar a realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem.	<p>1. Realizar avaliação da proposta de intervenção</p> <p>2. Monitorar a resolução dos principais problemas de saúde existentes no território</p> <p>3. Perceber o surgimento de novos temas de captação e interpretação que podem surgir durante a etapa de intervenção</p> <p>4. Incorporar, na medida do possível, novos dados que forem captados depois da elaboração do projeto de intervenção</p> <p>5. Compreender a indissociabilidade entre os momentos de captação interpretação, intervenção e re-interpretação da realidade</p>	

COMENTÁRIOS E ARGUMENTAÇÕES:	
RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO: aspectos a serem considerados	AVALIAÇÃO
<b>1. Título:</b>	
Conciso e Compreensível	
Retrata o conteúdo do texto	
<b>2. Corpo do Trabalho:</b>	
Questões do estudo presentes e claras	
Apresenta justificativa para o estudo	
Contextualização do tema em sequência lógica	
Formula bem os objetivos	
Descrição clara e completa	
Referencial teórico explicitado	
Metodologia utilizada	
<b>3. Conclusões/Considerações Finais:</b>	
Coerência com o desenvolvimento e com os achados do trabalho	
Síntese reflexiva do autor, remetendo a aplicações práticas ou a limitações identificadas	
Ortografia e concordância verbal corretas	
A linguagem contém clareza, concisão e precisão	
<b>4. Características do Texto:</b>	

Ortografia e concordância verbal corretas	
Trechos inúteis, repetitivos e prolixos são evitados	
Há um fio condutor coerente através do qual o autor conduz a leitura	
<b>5. Referências:</b>	
Servem de suporte ao tema	
Atualidade, seletividade e pertinência	
Quantidade suficiente	
<b>COMENTÁRIOS E ARGUMENTAÇÕES:</b>	

Avaliadores

Assinatura do Estagiário







Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN  
 Faculdade de Enfermagem – FAEN  
 Departamento de Enfermagem – DEN  
 Coordenação de TCC

### FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

<b>1. Identificação</b>	
Nome do Graduando:	Data da Avaliação ____/____/____

<b>2. Avaliação</b>				
1. Aspectos a serem considerados no texto	Notas da Banca Examinadora			
1.1 Normas Técnicas	<b>1<sup>a</sup></b>	<b>2<sup>a</sup></b>	<b>3<sup>a</sup></b>	<b>Média (1+2+3)</b>
a) Uso adequado do Referencial Bibliográfico				<b>A</b>
b) Atendimento às exigências da ABNT				<b>B</b>
c) Aspectos formais de redação e gramática				<b>C</b>
1.2 Conteúdo				
d) Fundamentos a partir do referencial adotado				<b>D</b>
e) Correspondente entre linhas de pesquisa FAEN/UERN				<b>E</b>
f) Encadeamento lógico				<b>F</b>
g) Originalidade/contribuição do tema para a Enfermagem brasileira				<b>G</b>

<b>Média = (A+B+C+D+E+F+G)</b>	
	<b>MÉDIA FINAL</b>

<b>3. Observações da Banca Examinadora e Assinaturas</b>		
_____ 1. Presidente da Banca	_____ 2. Membro	_____ 3. Membro
Data ____/____/____	Coordenação de Monografia	Direção da FAEN





## ANEXOS



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura

**Universidade do Estado do  
Rio Grande do Norte**



Pró-Reitoria de Planejamento,  
Orçamento e Finanças –  
PROPLAN  
GABINETE

Memorando n.º 117/2019 – GP/PROPLAN

Mossoró/RN, 12 de junho de 2019.

À Senhora  
**Profª Dra Francisca Maria de Souza Ramos Lopes**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação – PROEG  
Campus Central da UERN

C/C

Ao Senhor  
**Prof. Me. Johnny Carlos de Queiroz**  
Chefe do Departamento de Enfermagem  
Faculdade de Enfermagem – FAEN

**Assunto: Custo Aluno do Curso de Enfermagem.**

Senhora Pró-Reitora/Senhor Chefe,

Informamos abaixo a estimativa do custo corrente operacional por aluno do Curso de Enfermagem, ofertado pelo Departamento de Enfermagem, em Mossoró/RN, referente ao exercício fiscal e ano letivo de 2018.

Ressaltamos que a estimativa ora tratada foi composta pelas seguintes despesas correntes realizadas no exercício fiscal de 2018:

- a) Pessoal e encargos – técnicos administrativos e docentes do Curso de Enfermagem/FAEN observadas as atividades de ensino no próprio curso;
- b) Material de expediente e de consumo requisitado junto ao Almoxarifado Central;
- c) Despesas com serviços terceirizados e essenciais – energia elétrica, água, internet, telefone, vigilância, limpeza, copeiragem e motoristas.

ESTIMATIVA DO CUSTO CORRENTE OPERACIONAL POR ALUNO	
Curso de Enfermagem/EAEN	
ESTIMATIVA ANUAL	ESTIMATIVA MENSAL
RS 9.149,83	RS 762,49

Atenciosamente,

  
**Prof. Elizabeth Silva Veiga**

Cedente das Despesas  
Mst. N.º 1241-6 / Port. N.º 0617/2019 – GP/UEERN



Praça Miguel Faustino, s/n, Ed. Epitáfio de Campos, Cx. P. 70, Centro, CEP: 59610-190, Mossoró-RN  
Telefone: (84) 3314-2495 | Home page: <http://www.uern.br> | E-mail: [proplan@uern.br](mailto:proplan@uern.br)

